

# Revista **Linguística**

volume 12 número 2 dezembro 2016

## **Organizadores da edição:**

Alessandro Boechat de Medeiros  
Fábio Bonfim Duarte

---

---

ISSN: 2238-975X

**UFRJ**

---

## Comissão Editorial

### Editor Responsável

Aniela Improta França, UFRJ/CNPq, Brasil

### Comitê Editorial

Aniela Improta França, Pós-Ling, UFRJ | Aleria Lage, Pós-Ling, UFRJ |  
Alessandro Boechat de Medeiros, Pós-Ling, UFRJ | Cecília Mollica, Pós-  
Ling, UFRJ | Christina Abreu, Pós-Ling, UFRJ | Marcus Antonio Rezende  
Maia, Pós-Ling, UFRJ

### Conselho Editorial

Andrew Nevins | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Cilene Rodrigues | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil  
Fernanda Ferreira | Michigan State University, EUA  
Gabriel de Ávila Othero | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
Gabriela Matos | Universidade de Lisboa, Portugal  
Kees Hengeveld | Universidade de Amsterdam  
Letícia Sicuro Corrêa | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil  
Marcus Maia | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Lilian Ferrari | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Luiz Amaral | University of Massachusetts, EUA  
Maria Armanda Costa | Universidade de Lisboa, Portugal  
Maria Luiza Braga | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Miriam Lemle | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Roberto Almeida | Concordia University, Canada  
Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes | Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
W. Leo Wetzels | Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

### Organizadores da Edição

Alessandro Boechat de Medeiros | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Fábio Bonfim Duarte | Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

### Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras/UFRJ  
Endereço Postal: Av. Jequitibá, 2151, Ilha do Fundão - Cidade Universitária  
CEP: 21941-590 - Rio de Janeiro (RJ) e-mail: posling@letras.ufrj.br

### Layout da Capa

Camila Rodrigues | LabLab Design  
Endereço eletrônico: <http://www.lablab.com.br>

### Design e Diagramação

Helena Gomes Freire  
Rafael Laplace | IGEAD  
Endereço eletrônico: <http://www.igead.com.br>

### Edição

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFRJ

# Revista **Linguística**

Volume 12 Número 2 Dezembro 2016

**UFRJ**

Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Faculdade de Letras UFRJ

---

## Sumário

- I** **Apresentação**  
*Por Alessandro Boechat*
- 15** **Entrevista - Susan Rothstein**  
*Por Suzi Lima (University of Toronto/UFRJ) e Roberta Pires de Oliveira (UFPR/CNPq)*
- 29** **Squib - Guess what? Clefts are what we are silencing here**  
*Por Cilene Rodrigues (Puc-Rio)*
- 37** **Resenha de *Dynamic Antisymmetry*, de Andrea Moro**  
*Por Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)*
- 54** **Review of *Neural mechanisms for lexical processing in dogs* by Andics et al. (2016)**  
*Por Marije Soto (UERJ/IDOR)*
- 61** **Negação de constituintes não-oracionais: diferenças paramétricas**  
*Por Rerisson Cavalcante (UFBA)*
- 87** **A palavra *tudo* como modificador de grau no PB coloquial**  
*Por Arion de Souza Cruz (UnB), Helena Guerra Vicente (UnB)*
- 110** **A sintaxe e a morfologia das nominalizações na língua tenetehára (tupí-guaraní)**  
*Por Quesler Fagundes Camargos (UNIR)*
- 135** **As categorias de tempo e aspecto e sua relação com marcadores na língua tétum-praça**  
*Por Arabie Bezri Hermont (PUC-MG), Jean Santos Otoni (PUC-MG)*
- 161** **Propriedades funcionais verbais na língua brasileira de sinais**  
*Por Ione Barbosa de Oliveira Silva (UESB), Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UESB)*
- 183** **Sobre a ordem Verbo-Sujeito no Português brasileiro: 30 anos em mirada crítica**  
*Por Eloisa Pilati (UnB)*
- 206** **As anáforas sintática e logofórica sob a perspectiva da sintaxe experimental**  
*Por Flávia Gonçalves Calaça de Souza (UFPB), Rosana Costa de Oliveira (UFPB)*

**225** **Uma investigação sobre a natureza locativa das construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro**

*Por Paula Guedes Baron (UnB), Rozana Reigota Naves (UnB)*

## APRESENTAÇÃO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIA SINTÁTICA

*Alessandro Boechat de Medeiros<sup>1</sup>*

A ideia de um número voltado para a teoria sintática surgiu no encontro intermediário do GTTG de 2015 em Belo Horizonte. Na ocasião, Fábio Bonfim Duarte e Cilene Rodrigues me perguntaram se não poderíamos incluir este tema num dos próximos números da revista *Linguística*. Seria uma oportunidade de criar espaço para a publicação de trabalhos em sintaxe formal, particularmente os apresentados nos encontros do grupo de trabalho da ANPOLL. Levei a questão para uma das reuniões do POSLING e decidiu-se na ocasião que, por conta da programação já estabelecida para a revista, o número com esse tema seria o segundo de 2016, com saída programada para 31 de dezembro. Apesar de ter sido pensado num encontro do GTTG, a chamada da revista foi aberta a qualquer autor que desejasse publicar seu trabalho em sintaxe formal, tivesse sido apresentado em algum encontro do grupo de trabalho ou não.

O segundo número do volume doze da Revista *Linguística* do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ sai com duas resenhas, uma entrevista, um *squib* e oito artigos inéditos. Os trabalhos mostram que a produção científica brasileira é relevante, particularmente na subárea de sintaxe. Nos próximos parágrafos tratarei de cada um dos trabalhos publicados neste número, ressaltando sua contribuição para a área.

Começamos com o *squib* de Cilene Rodrigues (PUC-RJ), intitulado *Guess what? Clefts are what we are silencing here*. O trabalho procura apresentar novas evidências para a ideia de que, em contextos como o do exemplo (1a) abaixo, a preposição que antecederia o QU (... *mas eu não sei com quem*) não está presente porque faz parte de uma oração relativa no interior de uma estrutura elidida (1b). Ou seja, os casos de *sluicing* com apagamento da preposição em português brasileiro são, na verdade, casos de elipse de clivada (um *pseudosluicing*).

(1) a. O Alex conversou com uma pessoa na Petrobrás, mas eu não sei quem.

b. O Alex conversou com uma pessoa na Petrobrás, mas eu não sei quem [~~é a pessoa com quem o Alex conversou na Petrobrás~~].

Contra abordagens em que a ausência da preposição em línguas que não permitem *prepositional stranding* no contexto (1) acima ou é explicada como resultado de uma elipse reparadora para satisfazer a restrições fonológicas ao abandono da preposição, ou é explicada pela presença de um pronome nulo que recupera o conteúdo da oração que é sua antecedente, a autora reúne novas evidências a favor da proposta exemplificada em (1b): (i) contextos que bloqueiam clivadas também bloqueiam o apagamento da preposição; (ii) TPs elididos (*sluiced*) com apagamento de preposição e TPs elididos sem o apagamento de preposição não têm a mesma semântica, o que sugere que diferentes estruturas subjacentes estão envolvidas.

Reforçando então as conclusões de trabalho anterior (RODRIGUES et al., 2009), Rodrigues nos mostra que o português falado no Brasil faz uso da estratégia de clivagem em alguns contextos de apagamento da preposição.

O número traz também uma entrevista com Susan Rothstein, professora de Linguística e pesquisadora do Departamento de Literatura Inglesa e Linguística da Universidade de Bar-Ilan, Israel. A entrevista foi elaborada pelas professoras e pesquisadoras brasileiras Suzi Oliveira de Lima (University of Toronto/UFRJ) e Roberta Pires de Oliveira (CNPq/Pós-graduação em Letras da UFPR) e trata de aspectos importantes de seu trabalho (em particular sua teoria de nomes contáveis e massivos e a relação desta divisão com domínio dos eventos) e um pouco de sua trajetória como pesquisadora.

As resenhas críticas tratam de dois temas bastante distantes no espectro das investigações linguísticas recentes: Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR) faz uma descrição e uma análise detalhadas das propostas encontradas em *Dynamic Antisymmetry*, de Andrea Moro (MORO, 2000), um trabalho em sintaxe formal; já Marije Soto (UERJ) resenha *Neural mechanisms for lexical processing in dogs*, publicado na revista *Science*, um trabalho sobre processamento lexical em cães. Vamos a eles.

Uma das questões que a linguística gerativa recente (particularmente após o advento do Programa Minimalista) se coloca é a seguinte: por que as línguas naturais possuem a propriedade de deslocamento? O trabalho de Andrea Moro, resenhado por Silva, dá a seguinte resposta. As estruturas hierárquicas da sintaxe precisam ser convertidas em sequências lineares para serem pronunciadas. A componente fonológica da arquitetura da linguagem só poderá ordenar dois constituintes sintáticos na cadeia da fala se um dos dois c-comandar o outro assimetricamente (KAYNE, 1994) (a ideia é que se um constituinte A c-comanda assimetricamente um constituinte B, A é pronunciado antes de B). Mas a sintaxe gera configurações de c-comando simétrico. Como, então, resolver o problema? A saída é quebrar essa configuração – e o modo de desfazer o c-comando simétrico é deslocar um dos constituintes em jogo para outra posição, criando uma relação de c-comando assimétrico entre eles.

Silva descreve com detalhes as diversas implicações dessa ideia e, no final da resenha, coloca alguns problemas não tratados pelo autor.

O trabalho de Andics et. al (2016), resenhado por Soto, trata de mecanismos neurais envolvidos no processamento lexical em cães. O artigo defende que há uma especialização nos hemisférios dos cérebros desses animais, com o processamento da informação lexical ocorrendo no hemisfério esquerdo e o processamento da informação prosódica acontecendo no hemisfério direito. Soto discute os diversos problemas dos pressupostos assumidos pelos autores (começando pela própria noção simplista do que seja um item lexical), e mostra que suas conclusões vão muito além daquilo que o estudo de fato revela: uma capacidade para processar sons da fala, compartilhada com diversos outros animais e com os seres humanos.

A seção de artigos começa com o trabalho de Rerisson Cavalcante (UFBA), intitulado *Negação de constituintes não-oracionais: diferenças paramétricas*. O estudo trata da negação de constituintes no português brasileiro em seis contextos distintos: negação de item lexical, *slogans* negativos, tópicos negativos, coordenações corretivas e *bare argument ellipsis*. O autor discute brevemente a negação em várias línguas, mostrando que o padrão de negação oracional se reproduz na negação de outros constituintes. O levantamento oferece os seguintes padrões sentenciais: (a) a negação vem antes do constituinte relevante; (b) a negação vem depois do constituinte relevante; (c) a negação ocorre duas vezes, com o constituinte relevante no meio. No português do Brasil, somente duas dessas três configurações, (a) e (b), são encontradas nos contextos listados acima, e esses dois padrões não se distribuem uniformemente entre eles: nas negações de itens e nas negações em coordenações corretivas, o padrão é exclusivamente (a); na negação de *slogans*, o padrão é exclusivamente (b); e nos outros casos, os dois padrões, (a) e (b), são encontrados. O padrão (c), por outro lado, é encontrado somente em constituintes oracionais. A proposta do artigo é explicar por que somente dois dos três padrões ocorrem nos contextos em questão e por que se distribuem da maneira observada.

Para tratar dos casos em que a negação vem antes do constituinte relevante, Cavalcante segue o que a literatura sugere, e assume que se trata de adjunção a sua esquerda. Com relação a outros padrões, o autor retoma trabalhos seus anteriores, e propõe a existência de uma camada Ast (de *assertive*) anafórica gerada no sistema CP, onde se realizam as partículas *sim* e *não*. Padrões como [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças são gerados com movimento de IP para o especificador de Ast, como em (2) abaixo:

(2) [<sub>AstP</sub> [<sub>IP</sub> eu (não) gosto disso [<sub>Ast'</sub> não [<sub>IP</sub> ~~eu não gosto disso~~]]]]

Nessa perspectiva, fragmentos sentenciais com negação posposta podem ser obtidos por movimento do constituinte para a posição de especificador de AstP com posterior elipse do que não foi movido. Como o exemplo abaixo o mostra, para expressões como *na festa, não*:

(3) [<sub>AstP</sub> [<sub>PP</sub> na festa]<sub>i</sub> [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> ~~eu encontrei~~ [<sub>VP</sub> ... João ontem [<sub>PP</sub> na festa]<sub>i</sub>]]]]].

O autor propõe que nos tópicos negativos (por exemplo, na frase *um carro não, ele comprou uma moto*) com negação posposta, o elemento topicalizado seja gerado na posição de especificador de AstP, com o núcleo de Ast sendo realizado pelo item *não*. Em *slogans* negativos, como *CPMF, não!*, Ast toma não um CP, mas um DP, e o nome é movido para o especificador de Ast. Como, na proposta, a negação à direita nunca decorre de adjunção à direita ou de variação no parâmetro de ordenação entre núcleo e complemento, mas de movimento de constituinte para especificador de AstP, explica-se por que não encontramos o padrão [Neg Y] nos *slogans* negativos.

Resta ainda responder por que não há negação à direita dos itens lexicais e das coordenadas corretivas. A ideia é que, como a negação à direita não é uma adjunção à direita, mas o resultado do movimento de um constituinte para o especificador de uma categoria da periferia da sentença, construções mediais não podem dispor de Ast e de seu especificador como alvo de deslocamento, e, portanto, o único tipo de negação disponível é a adjunção à esquerda.

O artigo termina com uma discussão sobre a variação paramétrica para as possibilidades de negação nas línguas, comparando inglês, espanhol, francês e português. A proposta é que em línguas como o inglês, um tópico nulo (e só ele) é licenciado no especificador de AstP – e, por isso, essa língua não permite a negação posposta a nenhum tipo de constituinte. Já no espanhol e no francês, o especificador pode ser preenchido por um tópico nulo ou por um constituinte não oracional, o que faz com que a língua possibilite duas ordens de negação para esses tipos de constituintes [Neg Y] e [Y Neg]. Já no português, todos os tipos de constituintes, incluindo orações, podem ocupar o especificador de Ast, e assim temos os três padrões de negação na língua.

O segundo trabalho da seção de artigos é *A palavra tudo como modificador de grau no PB coloquial*, de Arion de Souza Cruz (UnB) e Helena Guerra Vicente (UnB), que se propõe a oferecer uma análise do uso quantificacional de *tudo* em contextos como os do exemplo a seguir:

- (4) a. Os cara tudo assiste o programa.
- b. Ele fala as coisa tudo assim.

Ao contrário da abordagem tradicional, em que itens como *todo(s)* introduzem um quantificador universal na forma lógica da sentença, estabelecendo que o conjunto definido pelo sintagma nominal quantificado está contido no conjunto definido pelo seu predicado, os autores defendem que *tudo* opera dentro de uma semântica de grau, em que o item, nos exemplos acima, eleva ao grau máximo a participação do argumento no evento descrito pelo predicado.

Para lidar com o fato de que o item *tudo* (sempre posposto ao sintagma nominal) seleciona somente nomes plurais ou nomes coletivos e não concorda em gênero com esse nome, os autores, seguindo uma derivação nos moldes de versões do minimalismo recente, assumem que ele é defectivo em relação aos traços- $\phi$ , e só valora o traço de número em sua relação com o nome anteposto. Além dos traços traços- $\phi$ , *tudo* também possui um traço não valorado de Caso e um traço de grau, com valor “máximo”. Sintaticamente, *tudo* seleciona DPs, com um possível movimento deste DP à esquerda de *tudo*.

Como *tudo* opera numa semântica de graus, Cruz e Guerra Vicente, retomando trabalhos anteriores, propõem que núcleos de grau selecionem VPs ou vPs, como nos esquemas a seguir, com a quantificação *tudo* ou no complemento ou no sujeito:

(5) a. Os menino gastou as moeda tudo. (argumento interno)

$[_{\text{DegP}} [_{\text{Deg}} d [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \text{gastar} [[\text{as moeda}]_i \text{tudo } t_i]]]]]$

b. Os menino tudo gastou as moeda. (argumento externo)

$[_{\text{DegP}} [_{\text{Deg}} d [_{\text{VP}} [[\text{Os menino}]_i \text{tudo } t_i] [_{\text{V}} v [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \text{gastar} [\text{as moeda}]]]]]]]$

Na proposta, o núcleo *Deg* tem traço de grau não interpretável, que é valorado pelo traço de grau (máximo) do modificador de grau *tudo* via *Agree*. Esse mecanismo faz com que, semanticamente, o evento seja distribuído por todas as partes, sem exceção, da extensão do DP quantificado. Havendo traço EPP no núcleo *Deg*, dispara-se o movimento do modificador de grau para seu especificador, explicando os casos de flutuação de *tudo*, como em: *os menino gastou tudo as moeda*.

Por fim, os autores discutem a questão do modificador de grau *tudo* no contexto de nomes nus. Note-se que nomes nus seguidos de *tudo* são inaceitáveis, como em: *\*cachorro tudo é bonzinho*; mas o modificador de grau pode figurar entre a cópula e o elemento predicador, como em: *cachorro é tudo bonzinho*. Note-se, ainda, que com *todo* a história é outra: ele deve acompanhar os nomes nus em sua subida para o especificador do TP, e frases como a seguinte são agramaticais: *\*cachorro é todo bonzinho*. Ao contrário de parte da literatura, que trata essa diferença como resultado de diferentes pontos de anexação do núcleo *Deg*, Cruz e Guerra Vicente tratam a questão mantendo a ideia de que o núcleo de grau toma o VP (no caso, encabeçado por uma cópula), e, usando o traço EPP, propõem que o núcleo *Deg* selecionado numa numeração que contenha *tudo* e nome nu tenha traço EPP obrigatório, mas o núcleo *Deg* numa numeração em que haja nome nu e *todo* não tenha o traço EPP.

O terceiro artigo deste volume, intitulado *A sintaxe e a morfologia das nominalizações na língua tenetehára*, de Quesler Fagundes Camargos (UNIR), trata de um tema clássico da interface léxico-sintaxe: *nominalizações*. O trabalho investiga as nominalizações agentivas com *-har*, e as eventivas e resultativas com *-haw* na língua tenetehára, uma língua do ramo IV da família tupi-guarani.

Com relação às nominalizações agentivas, o artigo procura mostrar que a generalização de Baker & Vinokurova (2009) — para quem translinguisticamente as nominalizações agentivas (como *conquistador* em português) são nominalizações diretas da camada VP — não se aplica ao tenetehára. Apesar de os dados da língua mostrarem que as nominalizações em *-har* não envolvem o núcleo Voz, tempo verbal, negação nem aceitam modificação adverbial voltada para o agente, há inúmeros exemplos em que morfemas causativos e morfemas aplicativos (altos) são encontrados nessas nominalizações. Ademais, advérbios de modo, que, segundo Cinque (1999), tomam alguma camada acima do VP, são licenciados com as nominalizações em *-har*.

Com relação às nominalizações em *-haw*, o autor mostra que, ao contrário do que afirmam trabalhos como Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2005), muitas nominalizações de resultado (que

denotam o resultado de um evento ou nomeiam uma entidade no mundo) em tenetehára **não são** nominalizações diretas de uma raiz (acategorial), mas envolvem camadas verbais, como o morfema causativo. As nominalizações de resultado, contudo, nunca incluem morfemas como Voz ou outros mais altos na estrutura estendida do sintagma verbal. Por fim, o autor aborda as nominalizações eventivas em *-haw*, e mostra que também envolvem camadas acima do nível da raiz, apresentando muitas vezes morfemas causativos, aplicativos e até mesmo Voz (reflexiva), além de licenciar advérbios voltados para o agente, que tomam esta última camada. Essas nominalizações, contudo, não incluem negação, tempo, entre outros núcleos da camada flexional cindida.

Assim, o artigo mostra que determinadas generalizações translinguísticas sobre nominalizações encontradas na literatura não são compatíveis com os dados da língua tenetehára, fazendo, portanto, contribuição importante para a discussão sobre a estrutura das nominalizações em geral.

O trabalho de Arabie Bezri Hermont (PUC-MG) e Jean Santos Otoni (PUC-MG), intitulado *As categorias de tempo e aspecto e sua relação com marcadores na tétum-praça*, quarto artigo deste número, trata das categorias funcionais de tempo e aspecto da língua tétum-praça, língua nacional do Timor Leste, de origem austronésia, falada por quase quarenta por cento da população timorense.

Em tétum-praça, as categorias de tempo e aspecto não são realizadas por morfemas acrescentados ao radical verbal, como ocorre no português, mas podem ser indicadas por marcadores (partículas ou itens que veiculam noções semânticas da estrutura funcional das sentenças) ou por advérbios. Outro aspecto importante sobre o seu sistema temporal é o fato de que o tempo pode ser retomado dêitica ou anaforicamente.

Na língua, o verbo sozinho ou acompanhado de certos advérbios realiza o tempo presente. Em relação às outras noções temporais, há divergências entre pelo menos duas gramáticas, de acordo com Hermont e Otoni. Nas descrições de Costa (2015), os marcadores *tiha ona*, *ona*, seguindo o verbo, e o advérbio *uluk*, antecedendo-o, servem para realizar o pretérito; já o futuro é marcado com *sei* seguido do verbo. Para este autor, *tiha ona* denota ainda noção de aspecto perfectivo, *ona* codifica noção de inceptividade e *sei*, aspecto prospectivo. Para Hull e Eccles (2001), *tiha ona*, *ona* e *sei* seriam marcadores somente de aspecto. Em *corpus* constituído por trechos de discursos televisionados, Hermont e Otoni tentam lançar luz a tal divergência e mostram que a hierarquia de Cinque (1999) também vale para o tétum-praça. Os dados revelam que os marcadores e os advérbios que indicam os tempos e aspectos verbais das sentenças ocupam as posições esperadas segundo a teoria de Cinque: alojam-se nos especificadores de nós funcionais que estabelecem uma ordem translinguística bastante rígida para advérbios. Assim, marcadores como *sei* ora ocupariam a posição de especificador do nó funcional de tempo futuro, quando o verbo modificado por ele é transitivo, ora seriam alojados na posição de especificador da projeção de aspecto continuativo, tomando a semântica de prospectividade quando o verbo modificado é intransitivo; já marcadores como *tiha ona* ocupariam o especificador do sintagma encabeçado pelo núcleo de aspecto terminativo e *ona* a posição de especificador do nóculo retrospectivo. Movimentos do núcleo verbal para camadas mais altas dentro da hierarquia de nós funcionais explicariam as posições relativas dos verbos e seus marcadores de tempo/aspecto.

O quinto artigo deste volume, de Ione Barbosa de Oliveira Silva (UESB) e Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UESB), intitulado *Propriedades funcionais verbais na língua brasileira de sinais*, investiga os traços funcionais envolvidos na expressão de tempo e aspecto em LIBRAS. Usando a geometria de traços de Cowper (2003) e o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, o estudo nos mostra que, na língua de sinais brasileira, os traços de tempo, aspecto e modo obedecem à hierarquia proposta por Cowper. O trabalho também confirma que as marcações de tempo e aspecto estão relacionadas (acompanhando a literatura sobre o assunto, por exemplo, Finau (2004, 2008)) e propõe que a marcação de tempo tem a dêixis como seu eixo.

Assumindo a hipótese de que o sistema de marcação de tempo em LIBRAS parte de uma Âncora Temporal Lógica que associa o *passado marcado* à presença do traço [Precedência] somente, o *passado não-marcado* à presença dos traços [Precedência]+[Inteireza], o presente marcado à presença do traço [Inteireza] somente e o presente não-marcado à ausência de qualquer desses traços, as autoras explicam como o tempo é indicado: se o verbo apresenta aspecto pontual ou perfectivo, temos passado não-marcado; se o verbo apresenta aspecto durativo ou imperfectivo, temos presente não-marcado. Operadores articulados (marcação) só devem ocorrer para indicar evento não-concluso no passado, evento não-durativo e conclusivo no presente e, obrigatoriamente, futuro.

As autoras também verificaram que a duratividade pode ser marcada por alongamento ou repetição do movimento na articulação do sinal correspondente, e que a indicação do modo não necessita de flexão, podendo este ser recuperado em contextos sintáticos específicos ou por meio de sinais como os correspondentes a conceitos como “talvez”, “se” e por expressões faciais ou corporais que marcam o traço [*irrealis*], indicando modo.

O sexto artigo, de Eloisa Pilati (UnB), intitulado *Sobre a ordem Verbo-Sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica*, se propõe a fazer um retrospecto dos estudos tanto gerativistas quanto variacionistas sobre a ordem VS no português do Brasil. O trabalho se desenvolve procurando responder às três seguintes perguntas: (i) *Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da sincronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?* (ii) *Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da diacronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?* (iii) *De que forma o estudo das características sintáticas e semânticas da ordem VS podem contribuir para a compreensão da emergência da gramática do PB?*

Para responder a essas questões, a autora divide o artigo em três partes, cada uma procurando responder a uma delas. A primeira seção trata dos estudos variacionistas, e nos mostra que, segundo os trabalhos citados, a ordem VS é encontrada principalmente em verbos inacusativos (ainda que essa terminologia não estivesse disponível aos primeiros trabalhos mencionados), mas também em verbos inergativos e transitivos, ainda que com frequência bem mais baixa e em contextos específicos. A segunda seção aborda estudos de orientação gerativista. A autora mostra que os primeiros trabalhos procuravam relacionar a possibilidade de inversão do sujeito com o verbo ao parâmetro *pro-drop*; entretanto, um conjunto de investigações posteriores têm apresentado inúmeras evidências para a

existência de uma relação forte entre a ordem VS e a inversão locativa, abordagem que defende que, no tipo de inversão verbo-sujeito mais produtivo no português brasileiro, ou um elemento locativo pronunciado ocupa o especificador de TP ou um expletivo nulo locativo (do tipo *there*) ocupa essa posição. A terceira seção trata dos estudos diacrônicos sobre a ordem VS em português brasileiro e europeu. Os trabalhos discutidos por Pilati nos mostram que desde o século XVIII o português do Brasil e o português europeu apresentam diferenças quanto aos contextos de licenciamento da ordem VS. No português brasileiro, os casos de inversão se mostraram cada vez mais ligados à presença de verbos inacusativos, de elementos locativos à esquerda e ao caráter “apresentativo” das sentenças com ordem VS. A emergência dessas características no português falado no Brasil já pode ser vista mais fortemente a partir do século XIX.

Um dos temas que sempre interessou os pesquisadores que trabalham com sintaxe experimental é o das relações anafóricas no âmbito da teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). O sétimo artigo deste número, intitulado *As anáforas sintática e logofórica sob a perspectiva da sintaxe experimental*, de Flávia Calaça (UFPB) e Rosana Costa de Oliveira (UFPB), explora uma questão particular desse tema e propõe dois experimentos para verificar se (i) a noção de c-comando é psicologicamente real no julgamento de sentenças com *anáforas sintáticas* e (ii) se *anáforas logofóricas* são ou não aceitáveis para os falantes do português brasileiro. Para esclarecer a terminologia usada no artigo, encontrada em Reinhart e Reuland (1993), as *anáforas sintáticas* são aquelas sujeitas ao princípio A da teoria da Ligação – ou seja, ligam-se obrigatoriamente a antecedentes que as c-comandam em seu domínio de vinculação. Já as *anáforas logofóricas* são constituintes que obrigatoriamente se ligam a um antecedente sentencial; contudo, este não necessariamente está em seu domínio de ligação, segundo o princípio A. As sentenças a seguir ilustram os dois casos:

(6) a. Flávio<sub>i</sub> elogiou [ele mesmo]<sub>i</sub> na festa ontem (anáfora sintática).

b. Flávio<sub>i</sub> disse que Carla queria convidar a Maria e [ele mesmo]<sub>i</sub> para a festa ontem (anáfora logofórica).

O primeiro experimento tinha como finalidade avaliar a realidade psicológica do c-comando nas representações sintáticas dos sujeitos experimentais. O teste, baseado num protocolo experimental de leitura automonitorada, mostrou que os tempos de processamento em frases onde o antecedente da anáfora a c-comandava e concordava com ela em gênero eram significativamente menores do que os tempos de processamento de frases em que a anáfora concordava em gênero com seu suposto antecedente, mas não havia relação de c-comando entre este e a primeira.

O segundo foi um experimento *off-line*, em que os sujeitos liam frases na tela de um computador, em velocidade natural, e atribuíam notas de 1 (não-aceitável) a 5 (muito aceitável) às sentenças. Compararam-se as notas atribuídas a sentenças envolvendo anáforas logofóricas e sentenças envolvendo pronomes nas mesmas posições. Os resultados evidenciam que as anáforas logofóricas são aceitáveis pelos falantes do português falado no Brasil.

Este número da revista *Linguística* termina com *Uma investigação sobre a natureza locativa das construções perifrásticas com predicados psicológicos no português brasileiro*, de Paula Guedes Baron (UnB) e Rozana Reigota Naves (UnB). O artigo faz um levantamento das possíveis perífrases para as quatro classes de predicados psicológicos (CANÇADO, 1995) do português brasileiro. As sentenças abaixo exemplificam o tipo de perífrase analisada:

(7) a. Pedro ama Maria.

b. Pedro tem amor pela Maria

(8) a. O aumento dos impostos estremeceu a população.

b. O aumento dos impostos causou estremezimento na população.

As autoras nos mostram que em relação à primeira classe de verbos, do tipo experienciador sujeito, puramente estativos, o verbo leve presente na perífrase é tipicamente o verbo *ter*, também estativo; para as outras três classes de Cançado (1995), compostas de verbos do tipo experienciador objeto, tipicamente encontramos em suas perífrases os verbos *causar* e, menos produtivamente, o verbo *dar*, além de um estado denotado pelo nome envolvido na perífrase. Mais especificamente, temos o seguinte quadro: (a) na classe de verbos que não aceitam sujeitos agentes, como *preocupar*, as perífrases incluem principalmente o verbo *causar*, que não seleciona agente como seu sujeito, e, quando envolvem o verbo leve *dar*, este não seleciona um sujeito agente, como é o caso de sua contraparte plena; (b) na classe de verbos como *animar*, os verbos leves *causar* e *dar* são licenciados, mas, quando o verbo leve *dar* ocorre na perífrase, o papel temático do sujeito é o de agente; (c) na classe de verbos como *acalmar*, tipicamente o verbo licenciado é o verbo *dar*, admitindo tanto a leitura agentiva do sujeito como a leitura puramente causativa. Em termos gerais, as autoras, assim, reúnem evidências para a ideia de que as perífrases preservam as mesmas propriedades acionais das sentenças envolvendo os verbos psicológicos correspondentes.

Estudando os tipos de preposição envolvidas nas perífrases e combinando as propostas de Arad (1998) e de Laudau (2010), Baron e Naves também defendem que tanto o sujeito experienciador quanto o objeto experienciador dos predicados psicológicos são o *locus* de um estado psicológico. No caso dos sujeitos experienciadores, adotam uma interpretação de Arad (1998), inicialmente encontrada em Kayne (1993), para os sujeitos de predicados estativos, na qual estes são lidos como locais do estado descrito pelo predicado; no caso dos objetos experienciadores, a ideia é que estes também são contêineres para os estados que, nas perífrases, são denotados pelos nomes cujas raízes são compartilhadas com os verbos psicológicos correspondentes. O tipo de preposição encontrado nas perífrases, quase sempre locativo, serve como evidência importante para essa conclusão.

Este número da revista *Linguística* apresenta, portanto, uma grande variedade de temas e caminhos de pesquisa, refletindo a diversidade da pesquisa brasileira recente em sintaxe formal.

# entreviSta

SUSAN ROTHSTEIN



*Por Suzi Lima (University of Toronto/UFRJ) e Roberta Pires de Oliveira (UFRJ/CNPq)*

Professor Susan Rothstein is a world-renowned scholar in the field of formal semantics and studies on the syntax-semantics interface. She is a Professor of Theoretical Linguistics in the Department of English at Bar-Ilan University and a Fellow at the Gonda Multidisciplinary Brain Research Center at Bar-Ilan University. Susan has been a leader in her field and has opened new avenues of research with her work on theories of predication, aspect and more recently the count/mass distinction, counting and measuring and bare noun phrases. Professor Rothstein's current research investigates such diverse languages as Brazilian Portuguese, Hebrew (Modern and Biblical), Hungarian, Russian and Mandarin Chinese.

Susan Rothstein was born and grew up in the UK where she obtained a degree in Philosophy and Modern Languages (with Honours) from Oxford University in 1979. She then started a Ph.D in Linguistics at MIT. In 1983, she defended her dissertation ‘The Syntactic Forms of Predication’. Susan then became Assistant Professor of Linguistics at College of William and Mary (Virginia, USA) before she moved on to Bar Ilan University in 1985, where she currently is full Professor of Linguistics.

Susan has published three books, *The Syntactic Forms of Predication* (1985), *Predicates and their Subjects* (2001), *Structuring Events: A Study in Semantics of Lexical Aspect* (2004), and is also the author of *Semantics for Counting and Measuring*, to be published by Cambridge University Press in March 2017. She has edited or co-edited five books and authored over 60 papers on a variety of topics in well-renowned journals in Linguistics. Susan is also a member of the editorial board of the *Journal of Semantics*, *Linguistic Inquiry*, and *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*.

**1. Your earlier papers in Linguistics are more focused on syntax. Around the late 90’s you started publishing more on formal semantics. We are wondering whether we could start this interview by asking you what motivated this change, and what role syntax plays in your current research.**

Well, I was always fundamentally interested in the relation between syntax and meaning, but when I went to graduate school at MIT in 1979, semantics wasn’t taught there at all. Jim Higginbotham joined the faculty there in 1980, but he wasn’t doing Montague grammar or model theoretic semantics, nor was he worried about problems concerning compositional interpretation. He was primarily interested in semantic issues of a different sort: what kind of logical forms could be used to represent the meaning of sentences, and how syntax might constrain logical forms. So I worked initially on what you might call semantically relevant aspects of syntax, for example syntactic constraints on predication relations, but I became less interested in how to formalize constraints on syntactic structure and more in the question of what meanings are possible and how structures map onto meaning. And it became clear to me that if I wanted to understand what meanings are, and how and when structure constrains meaning, I was going to have to learn how to do model theoretic semantics properly, build representations using lambda-enriched formal languages, and so on, and worry about compositional interpretation. Without these tools, one might be able to identify semantically relevant syntactic constraints, but one could not be sufficiently precise about what chunks of syntax actually mean or about what contrasts in meaning actually consist in. So I started to teach myself model theoretic semantics in the early nineties. My first real semantics paper was the NALS paper<sup>1</sup> which was published in 1995, which means I was working on it in 1992. I am still very fond of that paper. I was still thinking about pleonastics at that time, and I was worried about sentences like (1).

---

1 Rothstein (1995a)

(1) I regret it every time I have dinner with him.

My syntactic theory of predication predicted that pleonastics could only appear in subject position, and that meant that, contrary to popular belief, *it* in (1) could not be a pleonastic. It turned out that the prediction was correct, and that *it* is an anaphoric pronoun denoting a variable bound by the universal quantifier *every time I have dinner with him*. But figuring out what these sentences meant, and how to assign the quantifier scope so as to get the right meaning for sentences of this kind, turned out to be a serious job, and by the time I had done that, I considered myself a semanticist. The results of that paper were quite important for the whole theory of neo-Davidsonian event semantics and thematic roles, and I found myself continuing to work on semantic questions. In particular, I realized that a compositional semantic analysis of the secondary predicates I had studied in my dissertation would link into the semantics of aspect and verbal classes, which led to the research which turned into my 2004 book.

This was definitely the right time to be making the move into semantics. Partee's work on type shifting in the eighties, which allowed a more flexible approach to compositional interpretation, had made 'syntactically responsible' semantics and work on the syntax/semantics interface much more possible. And neo-Davidsonian event semantics, which Terry Parsons had really initiated in 1990, and which Fred Landman was developing in his 1992 NALS paper on the progressive and in the lectures which turned into his 2000 book, was allowing a whole new approach to the semantics of aspect in the verbal and nominal domain.

Of course, 1992 was when Fred and I got together, and he was immeasurably helpful in the whole process of my turning myself into a semanticist. I still feel that intensional logic, for example, is a late-acquired second language for me, but a first language for him, and he proof-reads and corrects my formulae in the same way that I ask native Hebrew speakers to proof-read and correct my formal writing in Hebrew.

I consider myself now someone who works in semantics and the syntax/semantics interface. One of the questions that really interest me is the question of how the syntax and the range of possible syntactic structures available in a language constrain possible semantic interpretations. But I try to keep my syntax as theory neutral as is compatible with the semantic problems that I am working on.

**2. In your work as a theoretical linguist you investigated properties of different languages (such as English, Hebrew, Russian and Brazilian Portuguese). Could you expand on the relevance of crosslinguistic studies for your research?**

Well, if one is interested in the mapping between syntax and semantics, then a very obvious question is how different languages express similar semantic contrasts in meaning and how the varying morphosyntactic properties of different languages constrain semantic interpretation. And you can only investigate that through thorough crosslinguistic studies. One issue which I think is central to the whole enterprise is the question of whether the syntax/semantic mapping has properties in common across

different languages, even though the commonality may be at a deep level and may be hidden behind the particular morphosyntax of the language. For example, it was enormously exciting to see a repeated crosslinguistic pattern in counting/measuring ambiguities, with counting interpretations of expressions like *three bottles of wine* associated with right-branching constructions and measuring interpretations associated with non-normative left-branching constructions, even though the grammatical properties which license the left-branching constructions differ from language to language. But I am equally interested in what different mechanisms languages may use to express similar semantic contrasts, and what different semantic contrasts they may want to express, or how different languages may map differently from syntax to semantics, and this of course, we can investigate only by detailed empirical investigations of individual languages, and by careful comparative work.

**3. The reader of your work can observe a continuum between your work on verb categories and telicity and the count-mass distinction. For example, in your book “Structuring events” the following claim is made: “(...) A very plausible way of thinking about the telic/atelic distinction is that it parallels the count/mass distinction in the nominal domain.” We are wondering whether you could expand some more on this, based on your more recent work on the count-mass distinction. In the current state of the field, what are the parallels one can establish between telicity and the count/mass distinction? How can this debate enlighten both the syntactic and semantic research on the verbal and nominal domains?**

This is a really big question (or group of questions), and I can only give a very partial answer here, largely because we don't know the answers yet. There is definitely a connection between my work on event semantics and my work on the count/mass distinction. I argue in my 2004 book that the Vendlerian verb classes can be seen as classifying events in terms of how they can be individuated, put differently, that what counts as 'one event of P' depends on the aspectual properties of P. And when I started thinking about individuation in the verbal domain, I realized that I needed first to think about individuation in the nominal domain, which is why I started working on the mass/count distinction in the first place.

Ultimately, however, I don't think that the telic/atelic distinction does parallel the mass/count distinction. I already argued in my 1999 paper in NALS (as well as in the 2004 book) that all verbal predicates are countable. You can see that from the contrast that I discussed in the 1999 paper between (2) and (3):

- (2) The witch made John happy three times.
- (3) The witch made John be happy three times.

In (3) where the embedded predicate is verbal, *three times* can modify either the embedded predicate or the matrix verb, but in (2), where the embedded predicate is adjectival, only the matrix predicate can be modified. So at least in some sense, *be happy* is countable, while *happy* is not, and *be happy* is certainly not telic.

In order to understand the difference between telicity and countability, we need to think about the difference between countability and individuation. Individuation is a necessary condition for counting: in order for a set of entities to be countable, the entities have to be individuable. But we know that, in the nominal domain, for a predicate to be countable and for a predicate to be individuated is not the same thing. Nouns like *livestock* and *furniture* denote sets of individuated entities, but they are not countable. Countability is a grammatical property which is encoded in count nouns (in mass/count languages) and in sortal classifiers, or classifier phrases (in classifier languages), and which presupposes individuation. So the mass/count distinction is about countability. The telic/atelic distinction is about individuation. Telic verbs are verbs which contain the information as to what counts as ‘one event’. This is most obvious in achievements, which denote near-instantaneous changes of state, and one change just is one event. In accomplishment predicates, individuation is via the so-called telic point, which is lexically specified, usually in terms of what happens to the theme. And here, as we well know, individuating events via the terminal point is only possible if the theme is itself sufficiently specified (this usually means neither a bare plural nor a mass noun). Atelic verbs don’t specify lexically what counts as one event. If I say *John ran three times* then the individuated events of running which are being counted are individuated by their temporal properties (probably), rather than by properties expressed by the verb. And if I say *John ran to the store three times* then the telic point which is used to individuate events is added by the adverbial.

So this probably means that the telic/atelic distinction is about event individuation, while the count/mass distinction is about countability, and in order to understand how these two distinctions relate to each other, we will have to understand better the relation between individuation and counting in both the domain of individuals and the domain of events. The data in (2)-(3) suggest that in the verbal domain, unlike the nominal domain, countability does not have to be encoded grammatically in countable events – or put differently, that all verbal predicates are potentially countable. At least on the surface, individuability is a sufficient condition for countability in the verbal domain, which is why *three times* can modify *be happy* in (3) or *run* as in the examples above.

Beyond the obvious differences, this is another fundamental difference between the verbal domain, or domain of events, and the nominal domain, or domain of entities. The reason why it may be different in these two domains is, I suspect, the fundamental difference between events and concrete objects. Concrete objects can be individuated by their space/time features, while as Parsons argued, events cannot be individuated independent of our description of them. This means that individuation plays a different role in each domain.

The differences between the verbal domain and the nominal domain have been obscured by the apparent similarity between atelic predicates and mass (and plural) nouns, which has mistakenly led to the conclusion that both atelic predicates and mass/bare plural nouns are cumulative. But even here, the verbs and nouns are really different, as I argued in my 2004 book. Cumulativity as a property of nominal predicates is related to plurality: a predicate is cumulative if singular entities and sums of singular entities and sums of sums of singular entities all fall under the denotation of the predicate.

Atelicity is not to do with plurality (and thus not to do with cumulativity in any proper sense) since a predicate is atelic if a singular event in its denotation can be temporally extended into a bigger singular event in the denotation of the same predicate. We are used to saying that if John ran from 1pm to 2pm and then he ran from 2pm to 3pm, then the sum of both these events is in the denotation of the predicate *run* so the atelic predicate *run* is cumulative. But this is not the crucial issue, and in fact on this definition of cumulativity, many telic predicates are cumulative in the same way. (If John arrived at my house between 1pm and 2pm and he arrived (again) between 2pm and 3pm, then the sum of those two events is also in the denotation of the plural predicate *arrive*.) The crucial difference between *run* and *arrive* or *build a house* has to do with event identity. If John ran between 1pm and 2pm and has reached what looks like a potential endpoint, then that same single event can be extended in time to continue to 3pm, while intuitively remaining the same event. A single event of building a house or arriving cannot be extended in time once it has reached its endpoint. So what is crucial in the definition of atelicity is the fact that the single event can be extended and remain a single or ‘the same’ event. Fred and I have written some papers on this (Landman and Rothstein 2010, 2012a,b) and we hope to develop these ideas in the future, but we both have other projects that we have to finish first!

**4. One current and relevant question in the field is the use of experimental methods in the light of formal theories. You have been collaborating with scholars from cognitive sciences in the investigation of the count-mass distinction (for example Kulkarni, Rothstein and Treves 2013, and Gafni and Rothstein 2014). In which sense do these studies (and experimental studies in general) inform our understanding of formal theories of structure and meaning?**

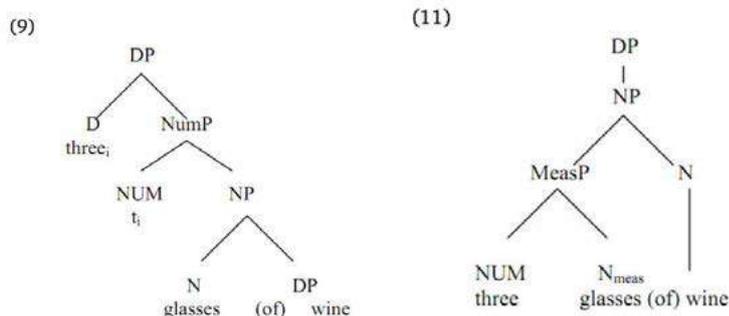
Here, I think, we have to distinguish between different kinds of empirical studies. I don’t consider the work that I did with Alessandro and Ritwik experimental in the normal sense, since we were not testing a hypothesis in controlled conditions. What we did was construct a data base, and run statistical tests on it, looking for correlations between morphosyntax and semantic features which might underlie a categorization of nouns as mass or count. And in later work, Ritwik tried to build a small biologically plausible network which could learn whether a noun with certain semantic and/or syntactic features was mass or count. One of the things that we learnt was how different languages are both in terms of what properties characterize mass and count nouns, what different semantic properties influence the mass/count classification, how much shifting between mass and count there is, and also how personal is the decision as to what shifts are allowable. So it was really a project which involved a form of corpus analysis and computational neuroscience. It was very exciting, and much more difficult than we expected. The project with Chen Gafni, was much smaller, and was much more classical psycholinguistics, and we essentially replicated Grimm and Levin’s (2012) results for Hebrew, using different stimuli. Grimm and Levin (2012) and our results both showed that Barner and Snedeker (2005) were wrong in claiming that object mass nouns like *furniture* and *livestock* could only be compared in terms of cardinality.

I think that all these different kinds of studies can be very useful in terms of testing hypotheses, but need to be carried out with great care, and if there is one thing that I have learned from my

limited experience in these projects, it is just how difficult they are to do properly. However, if done properly, they can be very helpful in supporting or falsifying hypotheses. Large-scale corpus studies give us a way to examine specific examples in contexts. Experimental studies can also be used to test hypotheses, but they need to be used very carefully because it is so difficult to set them up properly and so easy to read too much into the results. Experimental studies in semantics are particularly difficult because you can never really control for what your subject is thinking: You may think that you have created a sentence which favours a particular scope reading, but if your subject comes up with a context you haven't thought of, or an interpretation that you haven't thought of, you will get different results from what you project. It doesn't mean that your original hypothesis is wrong, but rather that the experiment isn't testing it.

Good experimental work is of course very insightful. Suzi's recent experimental work with the Yudja, where she runs experiments base on the Barner and Snedeker paradigm, but with improved stimuli, really show that "Who has more N?" in Yudja is much more strongly biased to a cardinal interpretation, even when the noun is notionally mass, than in English or Portuguese (Lima 2016). This supports her analysis (2014) of notional mass nouns as easily having a count interpretation. But, experimental work can only support data collection, hypothesis-building and analysis based on careful work with informants, both in underrepresented languages like Yudja and in well-studied languages like English and Portuguese. Work with informants allows you to explore why they allow the interpretations they do, or make the grammaticality judgements they do. It requires much on-the-spot thinking so that you can follow up on their reactions and responses, but that is often where the real breakthroughs come. Once you have build some really strong well-founded hypotheses, and can argue for them extensively, then experimental research can be very useful, but it doesn't replace the more traditional 'theoretical' work.

**5. In earlier versions of your work on container/classifier phrases (for example Rothstein 2011) you discuss Landman's 2004 analysis according to which we have two different structures for these phrases, as represented below:**



(From Rothstein 2011)

**Since then much work has explored further divisions of the interpretation of the so-called non-measure and measure interpretations (Partee and Borschev 2012, Khrizman, Landman, Lima, Rothstein and Schvarcz 2015, for example). Our question is about how these semantic papers**

**that proposed further subdivisions of types of measure and non-measure interpretations could impact the syntactic analyses that proposed two potential structures for these phrases?**

Here you are asking about work that still remains to be done, and we will have to look very carefully at the relevant examples. Semantically, it seems that the unmarked case would be for counting readings to have right branching structures, while measure readings would have structures like (11). And the reason is that I have argued that numerals have two different uses in counting and measuring constructions. In counting constructions numerals are cardinal predicates that modify plural predicates intersectively. In *three glasses of wine*, *three* modifies *glasses of wine* and denotes the set of pluralities in the denotation of *glasses of wine* which have three atomic parts. And it shouldn't matter semantically whether the classifier *glasses* is a container classifier so that the NP denotes pluralities of glasses containing wine, or whether it has shifted to a contents classifier as KLLRS (2015) suggest, and the NP denotes pluralities of discrete quantities of wine individuated by the glasses which contain them. So if the cardinal is a numerical modifier, it must have a sister to modify. In measure readings such as (9), the predicate is *three glasses* and it modifies *wine*. It denotes a measure property, the property of being assigned the value 3 on the measure scale. Assume that a scale is a triple consisting of a dimension (here volume) a unit of calibration (here a glass) and a range of potential values. The measure property denoted by *three glasses* is the property of being a quantity which is assigned the value 3 on dimensional scale calibrated in glass-units. Since any measure property must contain information about both the numerical value and the unit of measure (and also the dimension, which is presupposed by the unit of measure), measure predicates ought (it seems) to consist of both the numeral and the measure head denoting the unit.

So certainly I would expect that semantically, all measure readings involve combining the measure head and the numeral into a predicate which then modifies the N denotation, while the counting reading (at least in English) is right-branching. If the syntax reflects the semantic structure, then we would expect that the two different structures in (9) and (11) are matched with count readings and measure readings respectively (with or without movement in 9). And, as I have shown there is evidence in support of this in Hebrew and Mandarin, English and possibly French.

However, it is also possible that different languages have different ways of composing measure predicates and/or counting predicates. Fred Landman in recent work (Landman 2016) has argued that while the structure in (11) is plausible for measure readings in Mandarin and Hebrew, measure structures in Dutch are syntactically right branching as in (9). Since he assumes the semantics for measure phrases which I have just outlined, he argues that there must be a mismatch between the syntax and semantics semantic interpretation for measures. There are other possibilities too. Yasutada Sudo has recently (2016) argued that in Japanese counting constructions, classifiers combine with the numeral to form a counting modifier, and that the numeral + classifier string is semantically equivalent to the cardinal modifier in (9). And Keren Khrizman (2017) suggests that Russian has two sets of numerals for counting, one which behaves like the English cardinals, while the other behaves more like the Japanese cardinals syntactically, although with a measure-like semantics. So, I think we

really need to keep an open mind and do as much careful empirical work as possible in many different languages to see what the syntax/semantics mappings actually are.

**6. In your new book – “Semantics for Counting and Measuring”- you propose that counting and measuring are two distinct semantic operations. Could you comment on these two operations and maybe on how this theoretical approach relates to your empirical investigation of languages, in particular how it clarifies the data of languages where numerals can be directly combined with notional mass nouns (Blackfoot, Halkomelem [Wiltschko 2012], Yudja [Lima 2014], Innu-aimun [Gillon 2010], Ojibwe [Mathieu 2012], among others). Could you also comment on the relation between these two semantic operations and cognition?**

I argue that counting and measuring are two fundamentally different ways of giving quantity evaluations. Counting is giving a quantity evaluation to a plurality in terms of cardinality. In English it answers the question “how many”, and it asks how many atomic parts a plurality is made up out of. It requires identifying the atomic parts and putting them in one-to-one correspondence with the natural numbers. The set of counting values is fundamentally the set of natural numbers, which is a set of discrete values. Counting the atomic parts of an object means that you have access to the part-of structure of the plurality. (We know this because plural predicates denote Boolean lattices, or semi-lattices depending on your theory. Since up to isomorphism there is only one Boolean structure for any plurality with  $n$  atomic parts, when you know how many atomic parts a plurality has, you also know its Boolean part-of structure.) Measuring involves giving a very different kind of quantity value. When you measure, you give an overall value to an accumulation or a sum in terms of a calibrated dimensional scale. So while a cardinal value can be just “3” or “33” or “103”, meaning that a plurality has three or thirty-three or a hundred and three atomic parts, a measure value is “3 kilos in weight”, meaning that the sum of stuff (or objects) gets the value “3” on the dimension of weight calibrated in terms of kilos. And this difference is reflected in the different semantic interpretations which I outlined in response to your previous question. Note that measure predicates don’t tell you anything about the part-of structure of the sum that they measure. So if our sum weighs three kilos, we don’t know anything about what kind of part-of structure the sum has. Crucially, you don’t decide that the weight of the sum is three kilos by dividing the whole into kilos and counting them. For example if you carry home four watermelons, three of which weigh half a kilo and one of which weighs one-and-a half kilos, you will have carried home three kilos of watermelon, but *three kilos of watermelon* only tells you the overall weight of the sum of fruit and not anything about its internal structure, i.e. what objects the sum consists of. What I argue in my book is that in a number of languages, these two different operations are reflected in two different uses of numerals: in the languages I looked at, expressions of counting cardinal numerals are used as adjectives. Thus in *three watermelons*, *three* is an adjective modifying the N *watermelons* and the NP denotes pluralities of watermelons which have the property of having three atomic parts. In measure expressions like *three kilos of watermelon*, *three* denotes an abstract object 3 which combines with *kilos* to form a measure predicate which modifies *watermelon*.

The interesting consequence of counting and measuring being two different operations is that it becomes perfectly plausible for a language to use one operation and not the other – i.e. to give only one kind of quantity evaluation. It seems that there is evidence that in Yudja, for example, numerical quantity judgements are cardinal. There are no Yudja words for units of measure, they apparently express quantities only in terms of cardinal values, and *x is more than y* usually means *x has more atomic parts than y*. (Lima 2014, 2016). So quite possibly, Yudja is a language which has counting, but no measuring. This leads to two very obvious questions – are there other languages like Yudja? And are there any languages which have only measuring and not counting? We don't yet know the answers to this, although the crosslinguistic fieldwork project that Suzi and I are coordinating may well bring some answers.

My guess is that we are more likely to find languages which use numerals only in counting because counting does seem to be conceptually prior to measuring operations, and because children seem to make cardinal comparisons over pluralities before they make measure comparisons (see Lima 2014, Lima and Snedeker 2015). But again, we will only find out by doing a lot of fieldwork.

What does this tell us about languages where numerals apparently directly modify notional mass nouns? Well, in the absence of other information about the properties of these languages, it doesn't tell us anything at all. In Yudja, Suzi has shown that the use of expressions like *three water* makes it look as if *three* is being used to count discrete units of water. And what is striking to me is the fact that Yudja not only allows direct counting of notional mass nouns, but does not have any formal expressions of measure within the language. All nouns apparently have both kind-denoting interpretations, and count interpretation.

So, as I argue in my book, this supports the hypothesis that the mass/count distinction is related to the measure/count distinction. We by now tend to accept the idea that count nouns have countable denotations, and I have suggested (Rothstein 2010, in press) that non-count nouns, i.e. mass nouns, have measurable denotations. What the Yudja data suggest is that mass-predicate denotations are not necessary when there are no measure operations expressed in the language.

I don't know enough about Blackfoot, Objjwe, or other languages where numerals can modify notional mass nouns to say anything about what is going on there. Obviously, if I were involved in researching these languages, I would immediately want to try and find out what gets counted in these languages and what sort of measuring operations there are.

**7. Descriptively, one could say that Mundurucu counts only until 5, and Pirahã only until 3. In languages some of the numerals were said to have an approximate interpretation, to estimate quantities. This is different from counting in English which is an exact language, and numbers are infinite (Pica, P., Lemer, C., Izard, V. & Dehaene, S. (2004), among others). Do you think counting is different in these languages? How is counting related to numbers? Would you say that the plural morphology in languages as English is related to counting?**

Well, again, I don't know enough about either Mundurucu or Pirahã to comment in any serious way. I do not, though, necessarily expect numerals to have the same usage cross-linguistically, or even within the same language. Keren Khrizman, in her dissertation, (Khrizman 2017) shows that cardinal and so-called collective readings of numerals in Russian have very different semantics, and when we recently heard a talk by Dan Hyde at the Baltic Winter School (December 2015), which included data on Mundurucu, it sounded very much as if the Mundurucu numerals had a semantics similar to the Russian so-called collectives.

The relation between counting and numerals is not as straightforward as one might think. (Note, by the way, that I am talking about the relation between numerals and counting, rather than numbers and counting.) Counting as an activity really does require use of numerals. While we know from work by Spelke and others that prelinguistic infants can make cardinality judgements and so these judgements cannot be dependent on knowing numbers, actually counting does require knowing and understanding numerals as names for numbers. In English, cardinal numerals are basically names for numbers, and when we count objects, we are essentially assigning each object a (temporary) name from the lists of numbers, indicating where it stands in the list. So counting a plurality is counting the number of atomic parts of a plurality. But there can be other numerals which are not directly related to counting. In English, expressions like *hundreds*, *thousands* and so on, are 'number words' which do not directly name numbers, and which are not used for counting. So in *hundreds of cats*, *hundreds* does not tell you how many cats there are, but indicates the range within which the value would be if you were to count the cats. This seems to involve a process of estimating cardinal values, rather than counting, and it shows that some (non-cardinal) numerals have a semantic interpretation which does not involve direct counting. As I have argued in my book, as well as assigning cardinal values directly via counting, you can also give a cardinal value to a plurality not by counting, but by assigning a value on a cardinal scale. It seems that estimating cardinalities will naturally use cardinal scales rather than direct counting.

Counting is in fact only one among a number of possible numerical operations, so the fact that different languages may use numerals in different numerical operations should not surprise us. Again it is an empirical question what these operations are and how they are expressed.

Plurality is a separate issue, and I don't know how directly related to counting it is. In English, count nouns distinguish between singular and plural morphologically, so when cardinals above *one* modify count nouns, they always modify plural count nouns. But plurality works very differently in different languages. In Hungarian, for example, which has a mass/count distinction and a singular/plural distinction, cardinals always modify morphologically singular count nouns. So we don't really know the relation between so-called semantic plurality and plurality as agreement, and that is another big topic which is waiting to be explored.

## REFERENCES:

Barner, David and Jesse Snedeker, 2005. Quantity judgments and individuation: Evidence that mass nouns count. *Cognition*, 97(1), pp.41-66.

Gillon, Carrie. 2010. The mass/count distinction in Innu-aimun: implications for the meaning of plurality. In *WSCLA 15: The Fifteenth Workshop on Structure and Constituency in Languages of the Americas*, 12-29.

Grimm, Scott, and Beth Levin, 2012. 'Who Has More Furniture? An Exploration of the Bases for Comparison', Mass/Count in Linguistics, Philosophy and Cognitive Science Conference, École Normale Supérieure, Paris, France, Dec. 20-21, 2012

Khrizman, Keren, 2017. *Numerous issues in the semantics of numeral constructions in Russian*. Ph.D. dissertation, Bar-Ilan University.

Khrizman, Keren, Fred Landman, Suzi Lima, Susan Rothstein and Brigitta Schvarcz, 2015. Portion readings are count readings not measure readings. In: T. Brochhagen,

F. Roelofsen & N. Theiler (eds.) *Proceedings of the 20<sup>th</sup> Amsterdam Colloquium*. pp 197-206. <http://semanticsarchive.net/Archive/mVkOTk2N/AC2015-proceedings.pdf>

Kulkarni, Ritwik, Susan Rothstein and Alessandro Treves, 2013. A statistical investigation into the crosslinguistic distribution of mass and count nouns: morphosyntactic and semantic perspectives. *Biolinguistics* 7, 132-168.†

Landman, Fred, 1992. The progressive. *Natural language semantics*, 1, 1-32.

Landman, Fred, 2000. *Events and plurality: The Jerusalem lectures*. Berlin, Springer

Landman, Fred, 2016. Iceberg semantics for count nouns and mass nouns: classifiers, measures and portions," *Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*: Vol. 11. <http://dx.doi.org/10.4148/1944-3676.1107>

Lima, Suzi, 2014. The grammar of individuation and counting. Ph.D. dissertation, University of Massachusetts at Amherst.

Lima, Suzi, 2016. Container constructions in Yudja: locatives, individuation and measure, *Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*: Vol. 11. <http://dx.doi.org/10.4148/1944-3676.1109>

Lima, Suzi and Jesse Snedeker. 2015 Individuate, then measure: on the acquisition of container phrases in English. Third ANPOLL International Psycholinguistics Congress. UFRJ/PUC-Rio, Brazil, March 2015.

Mathieu, Eric. On the mass/count distinction in Ojibwe. *Count and mass across languages* (2012): 172-198.

Parsons, Terence, 1990. *Events in the semantics of English: A study in subatomic semantics*. Cambridge, MA, MIT Press.

Partee, Barbara, 1987. Noun phrase interpretation and type-shifting principles. In J. Groenendijk, D. de Jong and M. Stokhof, (eds.) *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*. GRASS 8, Foris, Dordrecht 1987, 115-143.

Partee, Barbara H. and Vladimir Borschev, 2012. Sortal, relational, and functional interpretations of nouns and Russian container constructions. *Journal of Semantics* 29,4. pp. 445-486

Partee, Barbara and Mats Rooth, 1983. Generalized conjunction and type ambiguity. In R. Bäuerle, C. Schwarze and A. von Stechow (eds.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Walter de Gruyter, Berlin 361-383.

Pica, Pierre, Cathy Lemer, Véronique Izard, and Stanislas Dehaene. 2004. Exact and approximate arithmetic in an Amazonian indigene group. *Science*, 306(5695), 499-503.

Rothstein, Susan, 1995a. Adverbial quantification over events. *Natural Language Semantics* 3, pp1-31.

Rothstein, Susan, 1995. Pleonastics and the interpretation of pronouns. *Linguistic Inquiry* 26, pp499-529.

Rothstein, Susan, 1999. Fine-grained structure in the eventuality domain: the semantics of predicate adjective phrases and 'be'. *Natural Language Semantics* 7, pp 347-420.

Rothstein, Susan 2004. *Structuring Events: a study in the semantics of lexical aspect*.

Rothstein, Susan, 2010. Counting and the mass count distinction. *Journal of Semantics* 27.3: pp343-397 doi 10.1093/jos/ffq007

Rothstein, Susan, 2011. Counting, measuring and the semantics of classifiers. *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*. Volume 6 doi:<http://dx.doi.org/10.4148/biyclc.v6i0.1582>

Sudo, Yasutada 2016. The Semantic Role of Classifiers in Japanese, *Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*: Vol. 11. <http://dx.doi.org/10.4148/1944-3676.1108>

Wiltschko, Martina. 2012. Decomposing the mass/count distinction: Evidence from languages that lack it. *Count and mass across languages*, 120-46.

# GUESS WHAT? CLEFTS ARE WHAT WE ARE SILENCING HERE

*Cilene Rodrigues (Puc-Rio)*

## ABSTRACT

In this paper, I present new evidence that in Brazilian Portuguese sluiced TPs with preposition deletion are cases of pseudosluicing, involving a clefting plus TP-deletion strategy, as suggested by Rodrigues et al. (2009). First, preposition deletion is allowed only in contexts in which clefts are licensed. Second, preposition deletion (i.e. pseudosluicing) has semantic consequences not observed in regular sluicing.

**KEYWORDS:** sluicing, preposition deletion, clefting, syntactic restrictions, semantic consequences

## RESUMO

Neste artigo, apresentamos novas evidências de que em português brasileiro *sluicing* com apagamento de preposição é *pseudosluicing*, envolvendo clivagem da estrutura elidida, como proposto por Rodrigues et al. (2009). Como veremos, apagamento de preposição só é possível em contextos que licenciam clivadas, e tem consequências semânticas não observadas em casos de *bona fide sluicing*.

**PALAVRAS-CHAVE:** *sluicing*, apagamento de preposição, clivagem, restrições sintáticas, consequências semânticas

## 1. PREPOSITION STRANDING UNDER SLUICING

Merchant (2001) presents a crosslinguistic study on sluicing (Ross, 1969), arguing for a transformational analysis, according to which sluicing is derived by wh-movement followed by TP-ellipsis at PF, as in (1):

- (1) Alex said someone is working at Petrobras, but I don't know [<sub>CP</sub> who<sub>1</sub> [<sub>TP</sub> ~~Alex said<sub>±</sub> is working at Petrobras~~]]

In favor of a transformational approach, Merchant observed the following structural condition on sluicing:

- (2) *P-Stranding Generalization - PSG* (Merchant, 2001:92)  
 Language L will allow preposition stranding under sluicing iff  
 L allows preposition stranding under regular wh-movement

The data below attest the validity of the PSG. English (3), a language that allows P-stranding under A-bar movement also allows P-stranding under sluicing. In contrast, Greek (4) and German (5), which do not license P-stranding under A-bar movement, block P-stranding in sluicing contexts. That is, in P-stranding languages, the wh-phrase moves to spec of CP stranding the preposition, which vanishes when the whole TP is sluiced.<sup>1</sup> That is, P-deletion is a side effect of sluicing. In contrast, in pied-piping languages, wh-movement stranding a preposition is ruled out, and, consequently, preposition deletion (P-deletion) does not happen. Rather, the preposition is pied-piped with the wh-phrase to spec of CP.

- (3) a. Who did Alex speak with?  
 b. Alex spoke with someone, but I don't know [who [~~John spoke with~~]]

- (4) a. \*Pjon<sub>1</sub> milise me t<sub>1</sub>?  
*who spoke-3<sup>rd</sup>P with*  
 b. I Anna milise me kappion, alla dhe ksero \*(me) pjon  
*the Anna spoke with someone but not know-1<sup>st</sup>P with who*  
 'Anna spoke with someone, but I don't know with who'

- (5) a. \*Wem<sub>1</sub> hat sie mit t<sub>1</sub> gesprochen?  
*who has she with spoken*  
 b. Anna hat mit jemandem gesprochen, aber ich weiß nicht, \*(mit) wem  
*Anna has with someone spoken but I know not with who*  
 'Anna has spoken with someone, but I don't know with whom?'

The crosslinguistic accuracy of the PSG has to be carefully analyzed however, as there are many pied-piping languages that optionally allow P-deletion under sluicing (Finnish (Hartman, 2005), Polish (Szczeplniak, 2008), Mandarin Chinese (Wang, 2007), Spanish (Vicente, 2008, 2014), Serbo-Croatian (Stjepanovic 2008, 2012), Indonesian (Fortin, 2007 & Sato, 2011), Lybian Arabic (Algryani, 2012), Emirati Arabic (Leung, 2014), Romanian (Nicolae, 2012), Malagasy (Paul & Potsdam 2012)). Brazilian Portuguese (BP) is one of them:

- (6) a. \*Quem<sub>1</sub> (qu)e o Alex conversou com t<sub>1</sub> na Petrobras?  
*who that the Alex spoke with at.the Petrobras*  
 b. O Alex conversou com alguém na Petrobras, mas eu não sei (com) quem

<sup>1</sup> Frisian, Swedish, Norwegian, Danish, Icelandic are also P-stranding languages, therefore, they all allow to P-stranding under sluicing.

the Alex spoke with someone at.the Petrobras but I not know with who  
'Alex spoke with someone at Petrobras, but I don't know (with) who'

It seems that there are many different sources of P-deletion under sluicing. In fact, a cross-linguistic examination suggests that the underlying structure of the sluiced constituent depends on the syntactic mechanisms available in the languages under investigation to recover the semantic content of the antecedent. As pointed out by Merchant & Simpson (2012: 10), "different underlying mechanisms may actually result in similar surface structures".

## 2. DIFFERENT STRATEGIES FOR P-DELETION UNDER SLUICING

Here are some accounts for P-deletion under sluicing in pied-piping languages:

- (a) P-stranding is licensed at PF
- (b) The antecedent in the previous clause is recovered by a pronoun
- (c) Sluicing may involve ellipsis of a clefted TP

Saito (2011) and Leung (2014) argue that in Indonesian and Emirati Arabic, the availability of P-deletion under sluicing is due to the fact that P-stranding violations are evaluated at PF, being, therefore, repairable by sluicing.<sup>2</sup> In Mandarin Chinese, according to Wang (2004), sluicing involves a pronominalization mechanism, which recovers the content of the antecedent clause through a null pronoun. If this is right, there is no P-stranding and no ellipsis of an underlying structure in Mandarin Chinese. Szczegieliński (2008), Vicente (2008), Paul & Potsdam (2012), analyzing data from Polish, Spanish and Malagasy, concluded that the source of sluicing might be a cleft clause, which can be reduced or not.

Taking this plurality of possibilities in consideration, we ask ourselves about the source of P-deletion under sluicing in BP Almeida & Yoshida (2005) argue against a clefting mechanism, hinting that in BP P-stranding might be a PF condition. However, Rodrigues et al. (2009) re-examining Almeida & Yoshida's arguments, concluded there is actually no strong evidence against a clefting analysis, and suggested the underlying structure in (7) as one of the possible sources of P-deletion under sluicing. Thus, in their analysis, the preposition is deleted because it is inside the relative clause contained by the TP sluiced at PF.

- (7) O Alex conversou com alguém na Petrobras, mas eu não sei [<sub>CP</sub> quem  
*the Alex spoke with someone at.the Petrobras but I not know who*  
~~[HP é [DP a pessoa [RC com quem o Alex conversou na Petrobras]]]~~  
*is the person with whom the Alex talked at Petrobras*  
'Alex talked to someone at Petrobras, but I don't know who'

<sup>2</sup> Similarly Stjepanovic (2012) proposes that in Serbo-Croatian a P-deletion mechanism happens at PF when the content of the preposition is recoverable via the antecedent clause.

In what follows, I provide new evidence in favor of (7). First, structural contexts blocking clefts also block p-deleted sluicing; second, sluiced TPs with P-deletion and sluiced TPs without P-deletion do not have the same semantics, which suggests they have different underlying structures.<sup>3</sup>

### 3. WHEN P-DELETION IS ALLOWED

In BP, although P-deletion seems to interact well with high ellipsis (e.g. sluicing), it is blocked in low ellipsis. VP ellipsis and stripping<sup>4</sup>, for instance, are unable to license P-deletion:<sup>5</sup>

- (8) A Maria não vai dar o livro para o Pedro, mas \*(para) você  
*the Maria not will give the book to the Pedro but to you*  
ela vai ~~dar o livro~~  
*she will*  
'Maria will not give the book to Pedro, but to you she will'
- (9) A Maria dançou com alguém, mas com você não [dançou]  
*Maria danced with someone, but will you not dançou*  
'Maria danced with someone, but not with you'

If P-deletion in sluicing stems from elision of a clefted TP containing a relative clause as proposed in (7), we predict correctly that P-deletion is not possible in low ellipsis because the elided sites do not contain a relative clause.

Similarly, although reverse sluicing (Giannakidou and Merchant, 1998) seems to be possible in BP (10),<sup>6</sup> the unacceptability of (11) and (12) indicates that this type of sluicing does not license P-deletion.

- (10) Não sabemos ainda se e QUEM a polícia interrogou antes do acidente  
*not know-IP still if and who the police interrogated before of.the accident*  
'We still don't know if and who the police interrogated before the accident'
- (11) Não sabemos ainda se e \*(COM) QUEM a vítima conversou antes do acidente  
*know-IP still if and with who the victim spoke before of.the accident*  
'We still don't know if and with whom the victim spoke before the accident'

The blockage on P-deletion in (11) follows straightforwardly from the fact that this type sluicing does not involve clefting.

3 The data we discuss here were not experimentally tested, but the author's judgments were checked with other native speakers of BP.

4 Stripping is type of ellipsis in which a chunk of the sentence is deleted, leaving behind some remnant which is usually accompanied by a polarity item (Hankamer & Sag, 1976).

5 See Milhorange (2014) for a discussion of this restriction.

6 *Reverse sluicing* is the term used by Giannakidou & Merchant (1998) to name constructions involving coordination of a wh-complementizer with a CP containing a wh-phrase, as in (i):

(i) It is not clear if and when Mary bought a book  
It's not clear if Mary bought a book and when bought it'

Similarly, under regular sluicing, P-deletion gets seriously degraded if the antecedent clause is a cleft itself. This follows from the fact that a clefted structure inside another clefted structure incurs in A-bar movement out a triple island: a relative clause within a definite DP within another definite DP, as shown in (13).

(12) O ARTURO é o aluno que vai dançar com alguém na apresentação da  
*the Arturo is the student who will dance with someone in.the presentation of.the*  
*escola, mas eu ainda não sei ?\*(com) quem<sup>7</sup>*  
*school, but I still not know-1Sg with who*  
 ‘Arturo is the student that will dance with someone in the school presentation, but I still don’t know with whom’

(13) O ARTURO é o aluno que vai dançar com alguém na apresentação da  
*the Arturo is the student who will dance with someone in.the presentation of.the*  
*escola, mas eu ainda não sei quem é a pessoa \*<sub>[RC [com quem]]</sub>*  
*school, but I still not know-1Sg who is the person with whom*  
<sub>[<sub>DP</sub> o ARTURO é [<sub>DP</sub> o aluno [<sub>RC</sub> que vai dançar t<sub>1</sub> ]]]]</sub>  
*the Arturo is hthe student that will dance*

Restrictions on contexts in which ellipsis interacts with P-deletion are very telling about the syntax of the sluiced structure. If in BP P-deleted sluicing were a case of wh-movement followed by ellipsis of a regular TP containing the offended stranded preposition, then we would not expect any of restrictions presented above. In other words, observations on the size of the elided site (high ellipsis vs. low ellipsis), on the structural position of the sluiced TP (regular vs. reverse sluicing), and on the structural complexity of the antecedent (clefted vs. non-clefted antecedents) should not matter if we were dealing with regular sluicing (Wh-movement followed TP-deleting) plus P-stranding evaluation at PF.

#### 4. A SEMANTIC CONSEQUENCE OF P-DELETION UNDER SLUICING

Studying the underlying structure of silence is hard because its PF is mute, giving us no hints about its syntax. However, if we are dealing with elision at PF, LF should be very rich and telling. Thus, in the case of sluicing, looking at the meaning of the silenced structure is very helpful. One example is the phenomenon we are investigating here. If P-deleted sluicing are underlying clefts, then it should be semantically different from non-P-deleted sluicing, which is by assumption a regular TP structure. The contrast in meaning presented below hints towards this prediction.

While in (14) - a case of non-P-deleted sluicing)), the pronoun can receive both a strict and a sloppy reading, in (15) – a case of P-deleted sluicing)), the pronoun receives only a strict reading:

(14) Os meninos ficaram bêbados na festa e o Pedro não sabe com quem ele  
*the boys got.3Pl drunk at. Party and the Pedro not knows with who he*

<sup>7</sup> For some speakers, this sentence is perfect when the pivot of the clefted antecedent is emphasized and the preposition is not deleted. Others do not require emphasis on the pivot.

dançou, mas o João sabe com quem  
*danced, but the João knows with who*

= mas o João sabe com quem o Pedro dançou (Strict reading)  
*but the João knows with who the Pedro danced*

= mas o João sabe com quem o João dançou (Sloppy reading)  
*but the João knows with who the João danced*

- (15) Os meninos ficaram bêbados na festa e o Pedro não sabe com quem ele  
*the boys got.3Pl drunk at. Party and the Pedro not knows with who he*  
dançou, mas o João sabe quem  
*danced, but the João knows who*

= mas o João sabe com quem o Pedro dançou (Strict reading)  
*but the João knows with who the Pedro danced*

= \*mas o João sabe com quem o João dançou (Sloppy reading)  
*but the João knows with who the João danced*

Crucially this very same semantic restriction is observed in pseudosluicing involving a reduced cleft. Only a strict reading is available for the pronoun in (16), for instance.

- (16) Os meninos ficaram bêbados na festa e o Pedro não sabe com quem ele  
*the boys got.3Pl drunk at. Party and the Pedro not knows with who he*  
dançou, mas o João sabe quem é  
*danced, but the João knows who is*

‘The boys got drunk at the party and Pedro does not know who he danced with, but João knows who it is’

Therefore, from the LF point of view, it makes sense to conclude that clefts are what we are silencing in P-deleted sluicing.

## 6. CONCLUSION

In this paper, we observed that there are syntactic and semantic restrictions on P-deleted sluicing in BP. This type of sluicing is possible only in syntactic contexts in which clefts are licensed, and preposition deletion has semantic consequences not observed in regular sluicing: a pronoun within a P-deleted sluiced TP can receive a strict reading only. These restrictions are not observed in regular cases of sluicing, but are observed in cases of pseudosluicing involving a reduced cleft. Therefore, the evidence presented here supports Rodrigues et al.’s (2009) conclusion that the P-deleted sluicing are cases of pseudosluicing - ellipsis of a TP containing a relative clause within which the preposition is.

## REFERENCES

Almeida, D., & Yoshida, M. (2007). A problem for the preposition stranding generalization. *Linguistic Inquiry* 38:349–362.

- Algryani, A. (2012). Sluicing in Libyan Arabic. *Academy of graduate studies* 44-45: 41-63. Tripoli, Libia.
- Fortin, C. (2007). *Indonesian sluicing and verb phrase ellipsis*. Doctoral Dissertation, University of Michigan.
- Giannakidou, A. & Merchant, J. (1998). Reverse sluicing in English and Greek. *The Linguistic Review* 15: 233-256
- Hankamer, J., Sag, I. (1976). Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry* 7: 391- 428.
- Hartman, J. (2005). *Sluicing in Finnish*. Ms., Harvard University.
- Leung, T. (2014). The preposition stranding generalization and conditions non sluicing: evidence from Emirati Arabic. *Linguistic Inquiry* 45: 332-340.
- Merchant, J. (2001). *The syntax of silence*. Oxford: Oxford University Press.
- Merchant, J. & Simpson, A. (2012). *Sluicing: cross-linguistic perspectives*. Oxford: Oxford University Press.
- Milhorance, L. P. S. (2014). *Resolução de anáfora no contexto do sluicing: o caso do Português Brasileiro*. MA Thesis, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Nicolae, A. (2012). *P-stranding in a language without P-stranding? the case of sluicing in Romanian*. Unpublished Ms., University of Bucharest.
- Paul, I. & Potsdam, E. (2012). Sluicing without wh-movement in Malagasy. In Merchant, J. & Simpson, A. (eds.). *Sluicing: cross-linguistic perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 164-182.
- Rodrigues, C., Nevins, A. & Vicente, L. (2009). Cleaving the interactions between sluicing and preposition stranding. In: Wetzels, L., Weijer, J. van der (eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*. Amsterdam: John Benjamins, 175-198.
- Ross, J. R. (1969). Guess who? In: Binnick, R. (ed.). *Proceedings of the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: University of Chicago, Chicago Linguistic Society, 252-286
- Sato, Yosuke. 2011. P-stranding under sluicing and repair by ellipsis: Why is Indonesian (not) special? *Journal of East Asian Linguistics*. 20:339–382.
- Szczegieliński, Adam. 2008. Islands in sluicing in Polish. In Natasha Abner and Jason Bishop (eds.),

*Proceedings of the 27th West Coast Conference on Formal Linguistics*, Cascadilla Proceedings Project, 404-412. Somerville, MA, USA.

Stjepanovic, Sandra. 2008. P-stranding under Sluicing in a Non-P-Stranding Language? In: *Linguistic Inquiry*. 37(1):1790-190.

Stjepanovic, Sandra. 2012. Two cases of violation repair under sluicing. In: *Merchant and Simpson* (eds.): 68-82.

Vicente, Luis. 2008. *Syntactic isomorphism and non-isomorphism under ellipsis*. Ms. UCSC.

\_\_\_\_\_. 2014. *Sluicing and its subtypes*. [lingbuzz/002235](http://lingbuzz/002235).

Wang, Chyan-An. 2007. Sluicing and resumption. In: *Proceedings of NELS 37*. University of Massachusetts, Amherst: GLSA.

## RESENHA DE *DYNAMIC ANTISYMMETRY*, DE ANDREA MORO

*Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)*

Andrea Moro é um pesquisador italiano renomado, conhecido no final dos anos 90 por seu trabalho primoroso sobre as construções copulares, mas também no século XXI por seu envolvimento com a neurociência cognitiva e seu esforço para instituir um centro de estudos de cognição na Itália, como é o Departamento de Ciências Cognitivas da Universidade San Raffaele, do qual é um dos fundadores.

Sua produção científica é de peso e abrange os campos da neurociência e da sintaxe formal. Talvez sua obra mais conhecida seja em sintaxe, o livro *The raising of predicates*, publicado em 1997 pela Cambridge University Press. Mais recentemente, fundado em seu interesse pela relação entre a sintaxe e o cérebro, pautou uma discussão muito interessante sobre línguas possíveis e impossíveis em seu livro *The Boundaries of Babel: The brain and the enigma of impossible languages*, publicado pelo MIT Press e que já está em sua segunda edição.

Seu livro *Dynamic Antisymmetry*, também publicado pelo MIT Press no ano 2000, é um daqueles livros que sem dúvida defendem hipóteses e apresentam teorias interessantes para o tratamento dos dados, mas impressionam sobretudo porque fazem um exercício intelectual que todos os intelectuais deveriam fazer de tempos em tempos: tomar uma hipótese qualquer, seja ela desenvolvimento de algum trabalho de outro pesquisador ou não, e levá-la às suas últimas consequências. Fazendo isso, certos conhecimentos que temos como estabelecidos se veem subitamente em xeque e o resultado é uma visão muito mais clara da ampla rede de articulações internas à teoria, suas limitações e suas belezas. Atente-se para o fato de que não se trata de um livro longo (142 páginas incluindo referências bibliográficas e um índice de autores e matérias), o que quer dizer que esse exercício é feito de maneira extremamente objetiva.

No caso do presente livro, a ideia que Moro vai perseguir a fim de mostrar todos os seus desdobramentos é a de que o movimento em sintaxe é fruto da necessidade que temos de linearizar as sequências na interface com a fonologia. Observemos já de saída o quanto essa ideia tem de original: como o próprio autor observa, na literatura da área, movimento e estrutura frasal são artefatos teóricos

independentes. Além disso, historicamente as operações de movimento são vistas como ligadas de um modo ou de outro à semântica (movemos sintagmas interrogativos, por exemplo, para criar a configuração de operador-variável, apropriada para a interpretação das questões). Moro, adotando uma versão mais fraca da antissimetria de Kayne (1994), entende que o movimento é um modo de resgatar as estruturas frasais que exibem pontos de simetria quando chegam a PF (isto é, na interface com a fonologia). Como base empírica de prova dessa hipótese, o autor lança mão da sintaxe do alçamento em construções de *Small Clauses* (nas quais é especialista!) e no conjunto de estruturas interrogativas que exibem movimento de um sintagma WH.

A organização do livro é crucial para o sucesso da empreitada de convencimento do leitor. Por isso, o autor começa, no primeiro capítulo, com uma discussão bastante detalhada das teorias de movimento que temos na literatura, pois parece inexorável toda gramática ter algum modo para lidar com o fato de que interpretamos elementos em lugares diferentes daqueles em que os pronunciamos. Um mecanismo de deslocamento é um modo rápido e seguro de lidar com esse fato.

Em teoria gerativo-transformacional, a ideia de movimento é constitutiva e a discussão sobre ela está já bastante avançada. Podemos nos colocar questões sobre como o movimento é desencadeado e por que todas e apenas as línguas humanas possuem essa propriedade. De modo geral, a resposta para o porquê se liga às exigências interpretativas, enquanto as respostas para o como se dividem entre tentar estabelecer uma tipologia de movimento (núcleos, projeções máximas argumentais, ...) e tentar estabelecer uma teoria restritiva do poder desse mecanismo (por exemplo, teorias de localidade do movimento).

O desdobramento recente do programa gerativo, conhecido como Programa Minimalista (doravante PM) procura estabelecer uma relação entre o como e o porquê do movimento, que é a noção de interpretabilidade: o movimento é desencadeado pela necessidade de apagar um traço não interpretável de algum item. Mas uma pergunta anterior é: como sabemos que houve movimento? Intuitivamente, diz Moro, usamos um critério distribucional (comparamos, por exemplo, sentenças declarativas com sentenças interrogativas WH). Mas isso não basta: precisamos de uma teoria científica, que nos forneça evidências teóricas. Assim, teoria temática, vinculação, propriedades da Forma Lógica (doravante LF), se todos esses domínios exibem fenômenos com as mesmas restrições de localidade, temos aí um bom argumento em defesa da existência de movimento.

Os fenômenos que Moro (2000) vai escolher para ilustrar certas características das análises clássicas são aqueles que indiscutivelmente envolvem movimento, como é o caso da teoria do Caso e do movimento WH. Embora Caso seja tratado por meio do Filtro do Caso (cf. Rouveret e Vergnaud 1979) e o movimento WH por meio do Critério-WH (cf. Rizzi 1997), é possível pensar que um critério é um filtro que exige mapeamento um a um, posto que escolhe a relação entre o especificador e o núcleo como relação central. Contudo, se todo Critério é formulado em termos de exigências morfológicas, o que é crucial no PM, então todos os movimentos são motivados pela morfologia – essa é a asserção que o autor vai colocar em xeque.

O PM se pergunta por que há movimento. É uma imperfeição das línguas, já que, se não houvesse traços não interpretáveis também não haveria movimento – no PM, traços não interpretáveis devem ser apagados e só podem sê-lo em configurações específicas, alcançadas de diferentes maneiras a depender da versão do PM que está em jogo. Em versões mais recentes, por exemplo, *Move* é na verdade a soma de duas operações: *Merge* + *Agree*. Ora, se é assim, movimento seria uma operação de último recurso, já que seria menos custoso usar só *Merge* ou só *Agree*. O ponto do livro de Andrea Moro, no entanto, é mostrar que uma teoria de movimento baseada em ditames morfológicos está fadada ao fracasso, mesmo que guiada pela exigência em LF da Interpretação Total (*Full Interpretation*); ao contrário, uma hipótese a ser perseguida é a que defende que os princípios que forçam o movimento estão na interface com a forma fonológica (doravante PF). Essa hipótese deve contar com uma versão enfraquecida do Axioma de Correspondência Linear (doravante LCA) para ser implementada, mas as vantagens e as belezas dessa tentativa são evidentes, garante Moro.

A Teoria de Princípios e Parâmetros tradicional entendia que havia independência entre a ordem linear e a hierarquia das construções e por isso foi necessário formular parâmetros que determinassem de algum modo a linearização nas diferentes línguas. O parâmetro da ordem (*Head-complement parameter*) é talvez um dos parâmetros mais famosos – e dos mais controversos também, pelas mais variadas razões, incluindo uma certa rigidez imposta pela própria Teoria X-barra.

A teoria da antissimetria de Kayne (1984) procura estabelecer algum liame entre hierarquias e linearizações e uma das consequências do LCA é que a hierarquia universal é especificador-núcleo-complemento. O LCA tem certos aspectos técnicos também que devem ser observados, segundo Moro. A noção mesma de relação é digna de nota: trata-se de um subconjunto de um conjunto que consiste de todos os pares ordenados de elementos pertencentes aos dois conjuntos. Para Kayne, a ordenação linear é uma relação binária especial que crucialmente possui três propriedades: é transitiva, é total e é antissimétrica. Precedência é uma ordenação linear definida sobre um conjunto de nós terminais, enquanto c-comando assimétrico é uma ordenação linear local que se define sobre um conjunto de nós não terminais. Por seu turno, dominância é uma relação *d* que se estabelece entre o conjunto de pares ordenados de nós não terminais e o conjunto de pares ordenados de nós terminais. Se *A* for o maior conjunto de pares de não terminais  $\langle X, Y \rangle$  tal que *X* c-comanda *Y* mas *Y* não c-comanda *X*,  $LCA = d(A)$  é uma ordenação linear.

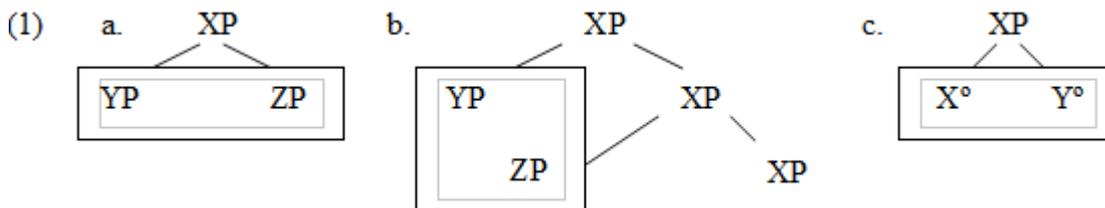
Como se pode observar imediatamente, o LCA interliga nós terminais e nós não terminais. Por hipótese o LCA é capaz de derivar todas as propriedades da arquitetura da frase, estipuladas pela teoria X-barra. Por exemplo, um núcleo não pode tomar outro núcleo como complemento, porque essa seria uma estrutura completamente simétrica que não se linearizaria de forma nenhuma. Por outro lado, há estruturas de que aparentemente as línguas se valem mas que são barradas pelo LCA. Um caso trivial seria o de uma projeção de um núcleo *X* que no nível *X'* possui um complemento e que no nível *XP* possuiria um especificador, como o *IP*, por exemplo. A saída de Kayne (1994) foi redefinir c-comando levando em conta a diferença entre categorias e segmentos; agora, para que *X* c-comande *Y*, é preciso que *X* e *Y* sejam categorias (não segmentos), que nenhum segmento de *X* domine *Y* e que

toda categoria que dominar X também domine Y. É preciso dizer ainda que especificadores e adjuntos são agora o mesmo tipo de entidade e que o LCA impõe o grande máximo de um especificador/adjunto por sintagma. Assim, o LCA admite apenas um único tipo de constituinte – aquele em que uma projeção XP possui um adjunto ZP e seu núcleo X admite um complemento YP.

O LCA foi pensado para se aplicar em todo o conjunto de representações sintáticas. Mas essa é uma questão para Andrea Moro: será que se trata de uma asserção empiricamente correta? Para Moro, a linearização é um fenômeno de interface com PF e portanto o LCA só deveria ser ativado em *spell-out*. Os pontos de simetria formados antes seriam “salvos” por operações de movimento. Dito de outro modo, dado que vestígios são invisíveis em PF, o movimento neutralizaria um ponto de simetria. Nessa nova visão, chamada Antissimetria Dinâmica (doravante AD) exatamente porque envolve movimento, duas coisas devem ser levadas em conta: a primeira é que, sendo o movimento desencadeado pela busca de antissimetria, ele não é mais entendido como motivado por razões de cunho semântico, mas é visto agora como um subproduto automático da linearização; a segunda é que essa afirmação é muito forte, porque o movimento envolve uma série de domínios muito distintos da gramática, mas de qualquer modo é de valor explorar a hipótese de que movimento deriva da estrutura sintagmática.

O terceiro capítulo do livro em tela vai se dedicar a explicar como exatamente a teoria da AD funciona. Na verdade, o autor tem duas frentes de trabalho abertas: a primeira consiste em argumentar contra a teoria de movimento baseada em checagem de traços não interpretáveis; a segunda consiste em mostrar qual é o desenho geral da teoria e qual é a sua base empírica.

Nesta teoria, só existem núcleos  $X^0$  e projeções máximas XPs e, portanto, três são os pontos de simetria possíveis – eles estão nos boxes das representações em (1), que são também o exemplo (1) do original:



(1a) instancia as *Small Clauses* (doravante SCs); (1b) representa as estruturas com especificadores múltiplos e (1c), as estruturas em que um clítico é complemento de um verbo. Supostamente, em todos esses casos o movimento poderia salvar as configurações da simetria, mas a pergunta que se coloca antes de mais nada é: essas estruturas podem ser geradas? Evidentemente, a resposta depende do que dizemos sobre a operação *Merge*: se ela simplesmente toma dois objetos sintáticos e fornece um objeto único, (1b) e (1c) poderiam ser gerados, afirma o autor. (1a) já é um caso mais delicado, porque *Merge* deve fornecer um rótulo K para o *output* da operação que concatena  $\alpha$  e  $\beta$ . As duas possibilidades são ou o rótulo ser  $\alpha$  (ou  $\beta$ ) ou alternativamente o produto da operação receber um rótulo do tipo  $\langle \alpha, \alpha \rangle$ , típico da adjunção que forma uma categoria de dois segmentos. Crucialmente, *Merge* não admite rótulo misto; é, assim, uma operação assimétrica.

E quando nem  $\alpha$  nem  $\beta$  projetam? Para Moro, é essa combinação “neutra” em termos de rótulo que é realizada pelas SCs. E é preciso dizer que nos muitos anos de desenvolvimento da gramática gerativo-transformacional a estrutura de uma SC foi hipotetizada em inúmeros contextos (construções inacusativas e possessivas, complementos de verbos de percepção, relativas reduzidas, etc.). A todos esses contextos é comum um conjunto de propriedades: (i) não parecem projetar um núcleo funcional; (ii) a sua distribuição é diferente da distribuição de seus componentes; e (iii) ainda que conecte um sujeito com um predicado, o resultado tem estatuto sintático de uma sentença.

Tentou-se de várias formas refinar essa primeira representação para as SCs dada em (1a), seja regularizando as SCs com respeito à Teoria X-barras, seja reduzindo as SCs a casos de adjunção ao predicado. Moro prefere ficar com a formulação clássica de (1a) mesmo assumindo que é preciso distinguir dois tipos de SCs: o que ele chama de *bare small clause* (que é complemento de uma cópula) da *rich small clause* (complemento de verbos como *believe*). A razão para essa distinção ficará clara adiante. Neste momento, basta notar que, para qualquer das SCs, a propriedade fundamental é nenhum dos seus membros projetar, o que dá  $\emptyset$  como rótulo e a representação formal seria algo como  $K = \{\langle \emptyset \rangle, \{\alpha, \beta\}\}$ , uma representação que capta a intuição de que na SC não prevalece nem o sujeito nem o predicado.

Assumir (1a) como representação para as SCs, no entanto, nos deixa com um problema frente ao LCA: se YP possui um núcleo Y e um complemento QP e também ZP possui um núcleo Z e um complemento RP, tanto z precede y quanto y precede z. O mesmo problema enfrenta (1b); só (1c) deve se deparar com um problema diferente, porque nenhum nó assimetricamente c-comanda o outro e por isso o conjunto A é vazio e portanto  $d(A)$  também é vazio. De qualquer modo, para Moro, as três estruturas de (1) são desencadeadoras de movimento e na verdade elas estão presentes em mais construções do que pensamos normalmente. Por exemplo, para ele as construções interrogativas WH também instanciam SCs.

Nesse ponto, o autor deve apresentar a sua argumentação contra uma teoria de movimento que use a morfologia como motivação. No PM, o sujeito é gerado dentro do VP (em Spec  $\nu$ P) com um traço de NOM não interpretável, o que força o movimento desse DP para Spec IP onde o traço é checado e apagado – a ideia é implementada de diferentes formas nas diferentes versões do PM, mas é fundamentalmente a mesma. Contudo, nas estruturas DP V DP onde V é uma cópula, observa-se que qualquer dos dois DPs pode terminar na posição pré-verbal – (2a) é uma sentença copular canônica e (2b) e (2c) são copulares inversas, traduções para o português dos exemplos (14a), (14b) e (16) do original:

- (2) a. O João é a causa da revolta.  
b. A causa da revolta é João.  
c. A causa da revolta sou eu.

Por hipótese a cópula toma a estrutura (1a) como complemento; a derivação da copular canônica (2a) se dá pelo movimento do DP que ocupa a posição de sujeito da SC e a de (2b), a copular inversa, pelo movimento do DP predicado da SC. Contudo, como atesta (2c), no caso da copular inversa quem recebe NOM é o DP sujeito da SC, que em português também é quem desencadeia a concordância verbal. Imaginar um movimento coberto para checagem de NOM aqui é ir contra uma das generalizações mais robustas sobre as estruturas copulares: o sujeito da SC inversa é completamente opaco a movimento.

Para a AD, as SCs são pontos de simetria e é isso que desencadeia o movimento: uma maneira de neutralizar um polo da simetria é torná-lo uma categoria vazia. No entanto, há um problema com essa ideia: se temos uma SC na complementação de verbos como *considerar*, como explicar a ausência de movimento de um dos dois DPs para eliminar a simetria da construção? A hipótese de Moro é que há aqui uma estrutura mais rica que a da SC de sentenças copulares, para o que há três tipos que evidências: (i) advérbios que são itens de polaridade (exigindo, portanto, a presença de uma projeção funcional FP em cujo Spec serão licenciados), possíveis na complementação de *believe* mas não na das copulares (inversas); (ii) marcadores predicativos como *as* em inglês ou *come* em italiano, novamente possíveis na complementação de *believe* mas não na de cópulas; (iii) cliticização de *lo* (o clítico não flexionado) em italiano na complementação das copulares, mas não na de *believe*, o que o autor atribui à Minimalidade Relativizada: o clítico se move como XP nos passos intermediários e se há uma FP na complementação de *believe* ele deveria saltar seu Spec, ocasionando agramaticalidade. A conclusão é direta: se há uma FP ali dentro, não há ponto de simetria para ser neutralizado e assim não há movimento.

O caso mais importante para a discussão, todavia, é o do movimento WH. Que tipo de simetria poderia haver em *which books has John read?* que force movimento do objeto para a posição inicial da sentença? Moro explora a possibilidade de haver simetria dentro do próprio sintagma interrogativo, dado que várias línguas exibem o fenômeno do *splitting* do sintagma WH, onde se vê claramente o item WH alçado sozinho. Evidentemente, essa hipótese requer revisão da análise tradicional dos sintagmas como *which book*, segundo a qual *which* é visto como D<sup>o</sup>, a par com *the* ou *every*. No entanto, nem *the* nem *every* podem sofrer *splitting* com respeito ao nome que acompanham, o que leva Moro a explorar a associação semanticamente motivada entre *which books* e *books of this type*, que o autor supõe também ser sintática, ou seja, suas configurações de geração são similares. A ideia é atribuir uma estrutura como (3c) às sentenças (3a) e (3b) – respectivamente exemplos (36b), (37) e (38) do original:

- (3) a. John read books of this type.  
 b. John read this type of books.  
 c. John read [... of [<sub>SC</sub> books this type]

(3c) mostra um ponto de simetria que deve ser neutralizado para que a estrutura possa ser linearizada e as duas opções de alçamento fornecem as sentenças (3a) e (3b).

A solução coloca vários problemas, incluindo o mesmo problema de seleção que Moro discutiu com respeito a *believe*: *read* não pode selecionar complementos oracionais. Se *read* sempre seleciona um DP, a solução é tomar *of* como ocupante de D<sup>o</sup> (uma asserção bem pouco convencional) e tirar partido de uma possibilidade no italiano (mas também no português e em outras línguas românicas) de que D<sup>o</sup> selecione um complemento oracional – no caso, um complemento oracional que é formado por *merge* de dois XPs que não projetam mais.

Voltando à analogia com os sintagmas interrogativos, a proposta é que *which books* tenha a estrutura [<sub>SC</sub> books which], e daí o movimento de *which* é necessário para desfazer a simetria, como nas sentenças copulares. Note, contudo, que aqui não há a estrutura copular canônica, mas apenas a inversa (nas construções de *splitting*) ou então *pied-piping* de toda a SC (o que sugere que, quando

*which* é movido de dentro da SC para se adjungir a um XP mais alto, essa nova configuração também exibe ponto de simetria). Mas por que o movimento de toda a estrutura de SC (já com o movimento do sintagma interrogativo) seria a estrutura preferida pelas línguas ao invés do *splitting*? Moro atribui essa preferência a condições de licenciamento de vestígios (cf. Rizzi 1990), dado que, em uma língua como o holandês, que admite *splitting*, o sintagma WH possivelmente ocupa Spec PP (*voor* é um P° em *wat voor*), mas em italiano, por exemplo, *quali* (em *quali libri*) é alçado para Spec DP (o mesmo DP que se assume para evitar o problema da seleção que *which books* colocaria caso fosse visto como o complemento oracional de *read*). Ora, D° é o único núcleo que regeria o vestígio de *quali* e não chega a ser surpreendente que este não seja um regente apropriado, sendo necessário agregar aqui outras condições de licenciamento – por exemplo, concordância com o núcleo local, por hipótese a estratégia usada pelo inglês ou francês para a extração da posição de sujeito nas frases com tempo. Se esta abordagem se prova consiste ou não é uma questão empírica que apenas o estudo das estruturas interrogativas vai poder mostrar.

Outra fonte potencial de simetria em sintaxe são as construções com múltiplos especificadores. Na formulação tradicional da teoria X-barra, um núcleo estabelece dois tipos de relação dentro de sua projeção máxima: núcleo-complemento e especificador-núcleo; os adjuntos estão posicionados de tal forma que c-comandam (assimetricamente) o núcleo, mas são incapazes de estabelecer relações como a de concordância<sup>1</sup>.

A AD admite que *merge* possa gerar construções com múltiplos especificadores/adjuntos, mas prevê operações de movimento intervindo de modo a deixar apenas um especificador/adjunto por núcleo. O caso mais interessante é o das interrogativas, em particular pela assimetria que se observa entre sujeitos e objetos com respeito à inserção de *do*. Sujeitos são especificadores, objetos são complementos e a literatura da área lança mão dessa diferença para explicar a assimetria. Mas por que em primeiro lugar seria necessário mover tanto o sujeito quanto o objeto (e os adjuntos) para a posição inicial da sentença? Classicamente, esse é o modo de obter a relação de operador-variável adequada exigida para a interpretação das interrogativas. Nos anos 90, desenvolveu-se a ideia de que há um critério WH (cf. Rizzi, 1996), que exige a relação *spec-head* entre um sintagma WH e um núcleo portador do traço [+wh]. No PM, a configuração OP-variável é obtida pelo movimento do sintagma WH para Spec CP para apagar os traços não interpretáveis – portanto, em todas as abordagens, o movimento do sintagma WH para Spec CP é necessário. Contudo, há evidências empíricas de que o sujeito não se move: por exemplo, os efeitos de ilha WH são removidos quando da extração de sujeitos-WH encaixados e a ausência mesma de *do-support* faz crer que o sujeito não vai a Spec CP.

A AD tem um modo elegante de resolver esse paradoxo. Se o que desencadeia o movimento é a necessidade de eliminação de pontos de simetria na estrutura, supõe-se que, após o primeiro movimento que tira a simetria da SC que constitui o sintagma interrogativo, é criado um novo ponto de simetria. Se é o objeto que está se movendo, a hipótese mais razoável é a que o novo ponto de simetria envolva o núcleo verbal e por isso o sintagma WH deve se mover para uma posição onde

<sup>1</sup> Para o PM, pode haver mais de um especificador por núcleo (cf. Chomsky 1995), mas na teoria de Kayne (1994), onde não há diferença entre especificadores e adjuntos, o LCA determina que pode haver no máximo um especificador/adjunto por núcleo.

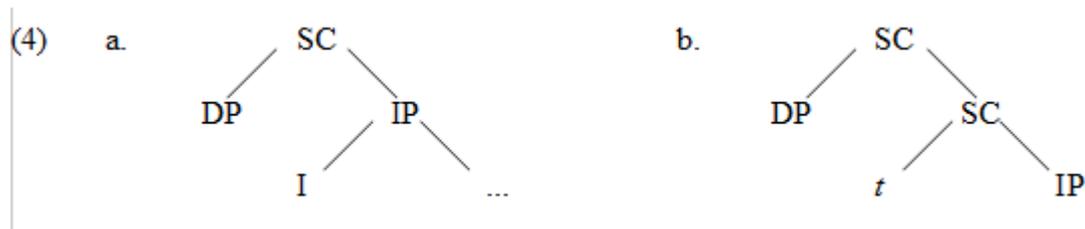
nenhum núcleo visível o c-comande, isto é, Spec CP. Para Moro, *do-support* é a evidência de que uma camada adicional de estrutura frasal foi posta em jogo, pois adjunção a IP violaria o LCA. Contudo, ainda é preciso explicar por que C° teria de ser visível...

Por outro lado, no caso do sujeito, adjunção do sintagma WH a IP é compatível com LCA (porque a neutralização do primeiro ponto de simetria não induz a criação de um outro ponto de simetria), pelo menos em inglês. Assim, a AD explica a assimetria entre o sujeito e o objeto, ainda que deixe sem explicação por que um adjunto não pode ser extraído por sobre um sujeito WH. Tradicionalmente se defenderia movimento coberto para o sujeito em LF (e teríamos que falar algo ainda sobre localidade em LF), mas a AD, combinando a definição de c-comando de LCA com Minimalidade Relativizada, consegue derivar esse efeito de bloqueio seletivo de sintagmas WH em adjuntos: segundo Rizzi (1990), as cadeias de adjuntos precisam tanto da regência por antecedência quanto da regência por núcleo; o sintagma WH no Spec DP pode c-comandar fora do DP, o que é suficiente para bloquear a regência por antecedência do adjunto. E por que C° teria que ser visível? Para Moro, essa exigência é independente da teoria de movimento; em geral, não é necessário realizar C abertamente, como mostram as declarativas, mas dependendo do conteúdo de Force, C pode ser realizado – na expressão de ordens e desejos, por exemplo.

Para estudar o movimento WH nas sentenças encaixadas e de dentro delas, o autor toma os verbos *believe* e *wonder*, que mostram movimento para o Spec CP matriz e para o Spec CP intermediário, respectivamente. Esses verbos colocam as seguintes questões para o quadro da AD: (i) o que força o movimento WH para a matriz com *believe*? (ii) como se neutraliza o ponto de simetria com *wonder* de tal modo que não é necessário o movimento do sintagma WH para a periferia da sentença matriz?

Começando pela segunda questão, a hipótese defendida por Moro<sup>2</sup> é que o ponto de simetria que desencadeia movimento WH da subordinada deve ter relação com IP. Mas de que modo? A resposta se liga diretamente a como a predicação é implementada na sintaxe. Dentro da AD, as SCs nuas são as únicas estruturas predicativas, o que implica que IP deve formar uma SC com o NP sujeito e assim todas as sentenças têm um ponto que deve ser neutralizado.

Que estratégias poderiam ser utilizadas para a neutralização do ponto de simetria entre o sujeito e o predicado na SC? Uma saída será adjungir o sujeito à SC (transformando (4a) em (4b) – originalmente representações (67) e (68)), de onde o sujeito c-comanda assimetricamente a SC e seu conteúdo:



Assumindo que a AD está correta em seu tratamento, chegamos a uma visão muito distinta do que

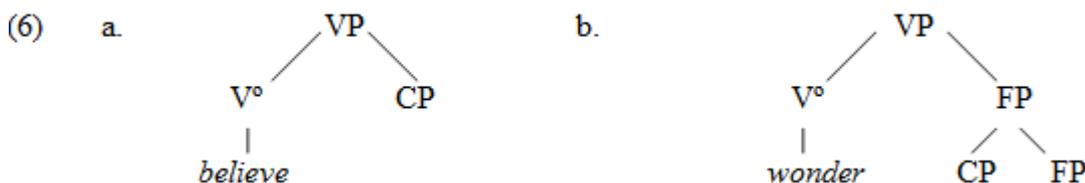
2 O autor examina as diferentes possibilidades do CP enriquecido e mostra, com base em uma série de testes, que não é possível apontar alguma posição dentro do sistema CP como alvo do movimento.

é a complementação oracional de interrogativas encaixadas. O conjunto de exemplos que o autor examina está em (5) abaixo – originalmente, o exemplo (69):

- (5) a. This boy read a book.  
 b. Which boy read this book?  
 c. John believes (that) this boy read a book.  
 d. Which boy does John believe C° read a book?  
 e. John wonders which boy read a book.

Segundo a AD, todos os pontos de simetria existentes entre o sujeito e o IP podem ser neutralizados. (5a) é o caso trivial, em que o sujeito se adjunge à SC complemento de um C° raiz [-wh] vazio e assim neutraliza a simetria. Em (5b), por outro lado, o sujeito se adjunge à SC complemento de um C° raiz também vazio, porém com a especificação [+wh], neutralizando de todo o modo a simetria; (5c) é o caso da declarativa encaixada, em que o sujeito [-wh] se adjunge à SC complemento de um C° encaixado [-wh] vazio. Em (5d), contudo, o sintagma *which boy* não pode se adjungir à SC complemento do C° encaixado, porque um argumento [+wh] se adjungiria a um C° [-wh] selecionado pelo verbo mais alto, violando propriedades seletivas, e ao final *believe* estaria regendo dois núcleos, um [+wh] e outro [-wh]; desse modo, a neutralização do ponto de simetria seria impossível e o movimento para a oração matriz seria obrigatório. Em (5e) a adjunção da SC ao C° encaixado é gramatical porque é consistente com as exigências seletivas (tanto o C° quanto o argumento são [+wh]).

No entanto, esse raciocínio coloca toda a questão no léxico e não há nenhuma maneira óbvia de testar independentemente essa asserção sobre a seleção [+wh] ou [-wh] do complementizador. Fazendo talvez a hipótese mais controversa do texto todo, Moro supõe que não há variação na seleção do C encaixado: se C é selecionado por V, então ele é [-wh], o que implica que questões não podem ser complementos. Mas como parece indiscutível que o C° que segue *wonder* seja [+wh], a diferença entre *believe* e *wonder* deve ser de estrutura. A proposta é que (6) – originalmente (71) – seja a representação arbórea desses verbos:



A diferença entre (5d) e (5e) pode ser imediatamente derivada dessas representações: enquanto em (6a) o verbo matriz governa C, em (6b) na verdade o verbo matriz governa F° e, portanto, C° pode ter o traço [+wh]. É evidente aqui que o modo de neutralizar o ponto de simetria é diferente em cada um dos verbos; em particular, na complementação de *wonder* o sujeito [+wh] pode se adjungir ao C encaixado, que pode portar o traço [+wh] visto que não é regido pelo verbo matriz – aqui, a estratégia é similar à usada pelas sentenças raízes como (5b), que exploram a periferia esquerda imediata, pois em ambos os casos o sujeito pode ocupar uma posição mais baixa que a do objeto, dando lugar aos efeitos de localidade conhecidos.

A questão que se coloca então é saber se existe evidência independente para assumir (6b). E a resposta é sim, há, se se consideram os efeitos de localidade na extração a partir do complemento de *wonder*. É fato conhecido que extração a partir do CP complemento de *wonder*, diferentemente da de *believe*, enseja violação de Subjacência. No caso de *believe*, a extração é ilícita se há material no CP intermediário, mas a extração de argumentos é melhor que a de adjuntos (porque as cadeias de adjuntos precisam de regência por antecedência e por núcleo); no caso de *wonder*, sempre há efeito de Subjacência, mesmo quando o CP intermediário está vazio (em construções com *if* ou *whether*). Na literatura, a solução tem sido postular a presença de um OP nulo no Spec CP encaixado no caso de *wonder*, mas não no de *believe*. Adotando-se as estruturas em (6), não é preciso postular um OP nulo, porque a diferença de comportamento se segue da diferença de estrutura.

A respeito da natureza de FP, Moro traça um paralelo interessante com construções do tipo *it is that John left*, em que a ausência de um predicado visível é interpretada como um predicado proposicional do tipo “o fato é que p”, que é muito próximo do modo que se interpreta o complemento de *wonder*: “John wonders if p” é fundamentalmente o mesmo que “John wonders if p is true”. Além disso, há verbos como *say*, *know* ou *predict* que aceitam tanto (6a) quanto (6b), e seria interessante averiguar se, por exemplo, quando *say* se comporta como *wonder*, os mesmos efeitos de localidade podem ser encontrados e podem receber a mesma explicação.

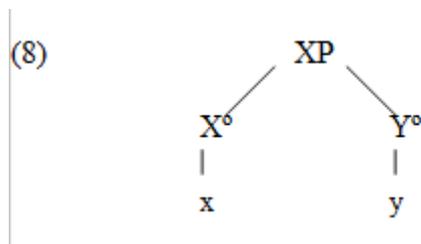
Para a AD, as construções com múltiplos especificadores oferecem o ambiente típico desencadeador de movimento. Contudo, seria preciso ainda mostrar que o movimento não é uma propriedade inerente à construção, completamente independente da existência de pontos de simetria nela. O dado chave para mostrar que não é esse o caso seria uma construção com especificadores múltiplos em que uma categoria vazia gerada na base não desencadeasse movimento (o que, adicionalmente, reforçaria a hipótese de que as categorias vazias não interferem na linearização). E, de fato, quando está sob exame a concordância verbal em sentenças copulares do italiano, o que se observa é concordância sempre com o sujeito da predicação, independentemente da sua posição, como mostrado em (2). Ora, se não queremos abandonar a ideia de que concordância é uma relação entre o especificador e o núcleo, a conclusão inescapável é que o predicado pré-posto em italiano não ocupa Spec IP. Mas o que ocupa Spec IP então? Para Moro, é *pro*, sempre presente em italiano, que ocupa Spec IP, “concordando” com *eu* em (2c), por exemplo, o que pode ser lido como resultado da natureza assimétrica dos dois DPs com respeito às suas propriedades referenciais.

Por outro lado, se *pro* ocupa a posição Spec IP, a questão agora é saber onde está o DP predicado pré-verbal. Claramente houve movimento, porque a SC tem um ponto de simetria que deve ser neutralizado. Duas possibilidades de localização desse DP se apresentam: ou está no sistema CP, ou está adjunto ao IP. Há uma série de diagnósticos para as posições do sistema CP que permite descartar essa hipótese e assumir que se trata mesmo de adjunção ao IP, dando lugar a uma estrutura como em (7) abaixo – originalmente (88):

(7) C° [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> la causa... [<sub>IP</sub> *pro* sono [queste foto ...] t ]

Este é um exemplo claro da construção com especificadores múltiplos, numa configuração em que [<sub>DP</sub> la causa ...] e *pro* se c-comandam mutuamente mas, porque *pro* é uma categoria vazia, não é desencadeado o movimento. A previsão é que se *pro* for substituído por um pronome lexical, a construção é impossível, o que parece corresponder à realidade dos fatos.

A terceira e última fonte de assimetria a ser examinada por Moro diz respeito às construções da forma núcleo-núcleo. A estrutura em jogo é a que se vê em (8) abaixo – originalmente a representação (92):



Essas são estruturas incompatíveis com o LCA mas podem ser geradas desde que o movimento venha resgatá-las antes de Spell-Out. Contudo, observe-se que a razão do resgate aqui é distinta da que move o resgate de estruturas XP: aqui não há modo de linearizar *x* e *y*, não é um problema de paradoxo de ordens conflitantes; neste caso, o movimento é que induz a ordem linear.

A representação arbórea em (8) é empiricamente relevante para o movimento dos clíticos. Na Teoria X-barrado padrão, não existe modo de gerar um XP com dois núcleos; além disso, considerações de ordem temática e de propriedades seletivas também excluem uma tal estrutura. Já no PM, *merge* não tem acesso a nenhuma informação salvo de traços lexicais; mas mesmo no caso de nomes nus, a teoria diz que tem estrutura escondida ali, talvez um D°. Por seu turno, na teoria de Kayne, nada impede de postular que um nome, mesmo nu, seja dominado por mais que um nó terminal. É mais ou menos o que Kayne assume em seu tratamento para os nomes próprios e para os pronomes, se bem que esta solução não distinga em princípio os clíticos dos pronomes tônicos. E para a AD, a relevância empírica de (8) deriva exatamente da possibilidade que se abre aí para o tratamento dos clíticos nas línguas românicas, já que o movimento é o que resolve o ponto de simetria que se cria entre o clítico e o verbo do qual é irmão<sup>3</sup>.

Moro utiliza dados do italiano e de seus dialetos para exemplificar a configuração núcleo-núcleo. O italiano tem um sistema de clíticos bastante rico e complexo, com clíticos flexionados ou não, que se movem dando lugar tipicamente a construções com próclise. Quando se compara o clítico *la* com o pronome tônico *lei*, vê-se que a distribuição é distinta. Para a AD, *la* deve se mover para eliminar o ponto de simetria, mas *lei* não precisa se mover porque nenhum ponto de simetria é criado, dado que a estrutura interna do pronome tônico é mais rica. Como provar essa afirmação?

O estudo dos dialetos do norte da Itália fornece evidências de que este é realmente o caso. Tomemos o dialeto de Pávia; nele temos clíticos e pronomes tônicos, com algumas restrições de coocorrência;

3 Chomsky (1995) parece ter notado essa conexão entre movimento do clítico e linearização, mas como no PM o movimento é destinado exclusivamente a apagar traços não interpretáveis em LF, não há generalização a ser formulada; apenas a AD defende que o movimento é o único modo de linearizar esses elementos.

em particular, o pronome tônico *lu* coocorre com um pronome não clítico locativo dêitico, *li*, mas o clítico não. A hipótese de Moro é que eles formam uma SC como [<sub>SC</sub> *lu li*], criando um ponto de simetria que deve ser neutralizado. Dado que a ordem linear é *li lu*<sup>4</sup>, deve haver um núcleo F<sup>o</sup> que forneça um lugar de pouso para o movimento de *li*.

Não é difícil justificar a presença do núcleo F na estrutura do pronome tônico. Vários fenômenos ligados à sua distribuição apontam para isso. Por exemplo, uma propriedade semântica notável é o fato de pronomes tônicos poderem ser focalizados, enquanto clíticos não. A literatura recente entende que o foco é codificado na sintaxe, no domínio frasal como uma posição na periferia esquerda da frase e, no domínio nominal, uma posição na periferia esquerda de D. Assim, a presença de D<sup>o</sup> com *lu* recebe suporte indireto da coocorrência com *li*.

Moro encerra o capítulo com algumas questões sobre outros fenômenos que, da perspectiva da AD, deveriam ser motivados pela existência de pontos de simetria de modo a justificar o movimento. Por exemplo, a construção passiva receberia tratamento adequado dentro dessa teoria? E cadeias de movimento, como V<sup>o</sup>→I<sup>o</sup>→C<sup>o</sup>, estariam previstas? Evidentemente, a resposta para essas questões depende de trabalho futuro sobre a hipótese da antissimetria dinâmica, mas de qualquer modo a ideia de que movimento deriva da estrutura sintagmática parece dar frutos suculentos.

O último capítulo do livro Moro reserva para examinar algumas consequências da sua teoria e também para especular sobre resultados possíveis. A AD vê relevância no movimento no nível de PF, como função da geometria da estrutura sintagmática, mais precisamente, como um fenômeno de quebra de simetria; assim, movimento é uma operação cega que se aplica à saída de *merge* para ajustar as estruturas não compatíveis com linearização<sup>5</sup>.

Duas questões ainda devem ser abordadas: (i) todo movimento deve ser explicado pela AD? (ii) a AD admite variação paramétrica? A primeira é na verdade uma pergunta sobre a extensão do tratamento dado aos casos paradigmáticos a casos em que a motivação para o movimento – quebra de simetria para efeito de linearização – não se colocaria enquanto tal. O caso mais flagrante é o do movimento coberto, proposto na literatura para capturar restrições na interpretação dos quantificadores, sob a hipótese de que o escopo do quantificador pode ser computado pelo seu c-domínio e também de que quantificadores, como os sintagmas WH, estabelecem relações do tipo operador-variável. Por isso, assume-se que os quantificadores se movem para alcançar a posição de c-domínio apropriada, obedecendo as mesmas restrições que o movimento WH, ainda que não se veja o movimento em PF<sup>6</sup>.

A pergunta é direta: a AD é compatível com a ideia de movimento coberto? Evidentemente, duas

4 Há um erro no livro, na página 91, terceira linha, onde o autor afirma que a ordem linear é *lu li*, o que não faz nenhum sentido na argumentação do texto, nem é consistente com o exemplo (98) dado na página 90.

5 Como nota o autor, esse esforço para reduzir fenômenos sintáticos a fatos configuracionais não é novo em gramática gerativa, e aparece, por exemplo, na discussão de localidade da *Connectedness Theory*, mas também na discussão sobre atribuição temática na estrutura argumental.

6 Este não é o único tipo de movimento coberto proposto na literatura. Também a hipótese de substituição do expletivo *there*, que aparece em Chomsky (1986) seria um caso a ser considerado, embora no PM atualmente os efeitos da substituição de *there* pelo sintagma associado em LF sejam obtidos por outros meios. Em uma versão anterior do PM, havia ainda um outro tipo de movimento coberto: o movimento de núcleos portadores de traços fracos, cuja checagem poderia ser procrastinada até LF. Moro se concentra na discussão do movimento coberto dos quantificadores.

respostas são possíveis. A mais imediata seria não, dado que a motivação da AD para o movimento é a quebra da simetria que impede a linearização em PF (não se pode definir linearização em LF). Assim, após *spell-out*, não há mais razão para qualquer movimento<sup>7</sup>. A segunda resposta, menos imediata, é dizer que sim, entendendo que postular a existência de movimento para neutralizar pontos de simetria não implica em assumir que movimento coberto não existe; no entanto, esse tipo de movimento não poderia jamais ser obrigatório. Ora esse é um grande resultado! De fato, o movimento dos quantificadores em LF nunca é obrigatório, e por isso mesmo temos sistematicamente sentenças ambíguas, como *todos os alunos leram dois livros de Machado de Assis*. Dito de outro modo, o correlato estrutural da ambiguidade é a opcionalidade do movimento<sup>8</sup>.

A segunda questão que o autor se dispõe a responder diz respeito ao problema da variação paramétrica, que observamos efetivamente existir na existência e extensão da operação de movimento nas línguas humanas. O LCA definitivamente não tem um desenho capaz de expressar diferenças paramétricas, por exemplo com respeito a direcionalidade, uma impossibilidade que a AD herda. Mas outros parâmetros talvez a AD tenha algum espaço para expressar. É preciso dizer que o conceito e o formato dos parâmetros mudaram substancialmente com o advento do minimalismo, e a variação paramétrica é agora vista como um fenômeno lexical, ligado ao conjunto de traços presentes nos diferentes núcleos funcionais das línguas.

Mas se o que guia o movimento para a AD é a necessidade de neutralizar um ponto de simetria, a pergunta é: o que caracteriza um ponto de simetria? Fundamentalmente duas coisas: (i) o ponto de simetria envolve elementos que pertencem à mesma categoria, que se c-comandam mutuamente; e (ii) são ambos visíveis. Ora, a diferença entre as línguas poderia estar numa dessas duas propriedades. Por exemplo, movimento WH e *do-support* estão envolvidos nas interrogativas objeto porque o movimento do objeto de dentro do VP cria simetria com o sujeito e, por isso, o objeto deve subir mais, o que é sinalizado pela presença de outro núcleo funcional que abriga *do*. Contudo, se o sujeito for um clítico ou ficar numa posição baixa dentro do VP, não vai haver esse ponto de simetria adicional e assim o objeto não precisa ir tão alto, dispensando o núcleo funcional adicional.

Por outro lado, como a AD é sensível a categorias vazias geradas na base (que não implicam em criação de pontos de simetria e, portanto, não exigem movimento), o que se espera é que uma língua com sujeito nulo, por exemplo, não exiba *do-support* com tanta evidência, pelo menos. A predição mais geral parece ser que o movimento será mais pronunciado em línguas com um inventário de categorias vazias menor. Evidentemente, essas especulações ainda aguardam estudo aprofundado, mas as linhas de pesquisa são claras e as predições são facilmente testáveis nas línguas do mundo. Em particular, onde a AD prediz a possibilidade de variação entre as línguas é no conjunto de especificações lexicais da língua, isto é, na capacidade de projetar (o caso dos clíticos) e o conteúdo fonológico (a existência de categorias vazias de diferentes tipos na língua). A correlação entre essas propriedades e o movimento é que deve estar na base de um programa de pesquisa sobre essa teoria.

<sup>7</sup> Essa é uma hipótese defendida por razões independentes por Kayne (1998), para quem não existe movimento coberto; para ele, escopo é a interação entre *merge* e movimento aberto.

<sup>8</sup> No PM, onde a motivação para o movimento é de ordem morfológica, a opcionalidade do movimento é sempre um problema, que é resolvido em última análise no léxico.

Finalmente, Moro nos oferece um apêndice contendo elementos da sintaxe copular, em que é especialista. A razão é que as sentenças copulares mostram muitas das vantagens teóricas e empíricas da AD, porque se apresentam como casos prototípicos da necessidade de neutralizar pontos de simetria e se encaixam mal numa teoria de movimento baseada em requisitos morfológicos, como a do PM. Além disso, construções copulares nominais (do tipo DP cópula DP) permitem avançar na discussão sobre localidade, tema central desse Apêndice.

O termo ‘cópula’ não tem definição única em sintaxe; no geral, entende-se como copulares sentenças construídas com o verbo *be* do inglês que conectam um sujeito com um predicado não verbal. As sentenças copulares nominais (isto é, as que possuem um DP como predicado) são as mais interessantes aqui, porque elas se parecem muitíssimo com sentenças transitivas banais da forma DP V DP. Todavia, o que se observa é que em alguns casos o DP pós-verbal das sentenças copulares se comporta como um sujeito, não como um objeto.

A evidência empírica para essa afirmação é construída com base nos dados de cliticização do italiano, que possui um sistema complexo de pronomes capaz de pronominalizar todo o DP objeto (como os clíticos *lo* ou *la*) ou apenas parte dele (como o clítico *ne*). É preciso frisar que estes clíticos só podem retomar o objeto, jamais o sujeito. O fato concreto então é que objetos de verbos transitivos se deixam pronominalizar sem problemas por esses dois clíticos, do mesmo modo que o DP pós-verbal de uma sentença copular canônica, mas isso é impossível quando tomamos o DP pós-verbal de uma sentença copular inversa, o que leva a pensar que esse DP pós-verbal é na verdade um sujeito – outros fenômenos, como concordância, também reforçam essa assimetria, sugerindo que as funções gramaticais (sujeito, objeto, predicado) podem ser derivadas diretamente da configuração.

Como dar uma explicação unificada para os dois casos? A ideia é que a cópula selecione uma SC e que a copular canônica exiba o alçamento do sujeito da SC, como em (9a), enquanto a inversa alçaria o predicado da SC, ficando seu sujeito *in situ*, como vemos em (9b) – originalmente representações arbóreas (6) e (7) do Apêndice:



Essas representações tornam claro qual é o problema de localidade que as inversas enfrentam: o sujeito pós-verbal da inversa está numa posição similar a do sujeito pré-verbal de uma sentença subordinada, pois em ambos os casos o sujeito é regido por um núcleo não lexical. O fato de a cópula ser um núcleo flexional, não lexical, excluiria a extração de dentro do DP sob uma versão de Subjacência baseada em *L-marking*: a relação estabelecida é de regência, mas  $C^0$  e V copular não selecionam o complemento e por isso o DP conta como barreira, bloqueando o movimento de dentro do DP.

Contudo, Subjacência não explicaria por que não é possível mover o DP todo nas inversas (uma operação possível na copulares canônicas). Novamente a analogia com as sentenças subordinadas é útil: o sujeito da copular inversa está na mesma posição que o sujeito pré-verbal de uma sentença encaixada. Em que condições estruturais é possível a extração do sujeito pré-verbal? Rizzi (1990) afirma que o movimento é possível se o sintagma passa pelo especificador de um núcleo regente e ativa a concordância nele; se a posição já está ocupada, o ECP torna a extração impossível. A extensão dessa análise às copulares inversas explica imediatamente a impossibilidade de extração do DP sujeito pós-verbal: o especificador da cópula já hospeda o predicado alçado e assim o sujeito mais baixo não pode sair da SC.

A esse ponto Moro se pergunta se é razoável que dois princípios diferentes sejam responsáveis pela impossibilidade de extração por um lado do DP inteiro e, por outro, da extração de dentro do DP. Na verdade, a resposta afirmativa depende de existir uma construção que permita a extração, por exemplo, de dentro do DP mas não do DP inteiro. As construções existenciais são o caso relevante. A análise detalhada deve rever certas asserções sobre o papel que *there* em inglês ou *ci* em italiano tem (ao invés de tratá-los como expletivos do sujeito, Moro escolhe tratá-los como expletivos do predicado), mas o fato mesmo de essas duas impossibilidades estarem dissociadas favorece o modo de explicá-las que Moro está defendendo.

Embora possa parecer que as estruturas copulares inversas sejam um pequeno rincão da gramática, Moro mostra que muitas construções das línguas humanas podem ser analisadas desse modo. Por exemplo, construções como *it seems CP* podem ser vistas como SCs selecionadas por *seem* com a forma [CP *it*]. Igualmente, em sentenças como *it's that John left*, o CP é o sujeito e *it* é o predicado da SC. Assim, em todos esses casos, o argumento que segue o V não é o seu complemento, mas o sujeito de seu complemento SC.

É inegável que esse exercício intelectual de Andrea Moro tem resultados surpreendentes. Dentre os mais interessantes está sem dúvida a relação estabelecida entre opcionalidade do movimento e movimento coberto dos quantificadores. No entanto, é um pouco difícil estender essa proposta para línguas que têm movimento WH opcional na sintaxe visível, como parece ser o caso do PB e do francês, por exemplo. Opcionalidade na sintaxe visível, aliás, é um problema para a AD como para o PM e a solução seria fundamentalmente a mesma: correr para o léxico! A solução, no entanto, não é boa: há uma longa discussão sobre as condições pragmáticas que favorecem WH-*in-situ* nas línguas com movimento opcional. Se a intervenção da pragmática não é muito simples de ser incorporada numa explicação minimalista, tampouco o é numa teoria que vê o movimento como neutralizador de pontos estruturais de simetria, antes de *spell-out*.

É interessante notar ainda que a ideia de movimento com motivação fonológica (ou, mais precisamente, prosódica) não é nova. Ela aparece em Zubizarreta (1997), por exemplo. Mas o custo dessa ideia em Zubizarreta é imenso, porque a arquitetura mesma da gramática é posta em xeque nesse trabalho, ao passo que Moro tenta até o fim integrar a ideia do movimento com motivação dada por PF a uma

arquitetura conhecida e aceita pelo menos dentro do PM. Contudo, a hipótese de que as categorias vazias não são visíveis em PF claramente tem que ser abrandada – Moro está pensando particularmente em categorias vazias geradas por movimento, mas a um certo ponto *pro* também entra na generalização. Ora, desde as primeiras discussões sobre *wanna-contraction*, há razões para acreditar que não apenas a sintaxe, mas também PF, reconhecem diferentes propriedades nas diferentes categorias vazias. Mais recentemente, Nunes e Santos (2009) mostraram que no PB o fenômeno de retração de acento é sensível ao tipo de categoria vazia que temos em jogo – de acordo com o julgamento dos autores, *pro* bloqueia a retração, mas variáveis não, como mostram os exemplos (10):

- (10) a. Eu encomendei esse livro depois que ela \*perdeu *pro* ontem  
b. Que livro você encomendou depois que ela perdeu *t* ontem?

Evidentemente, o fenômeno da retração de acento, jamais obrigatório, é muito distinto do problema da linearização que Moro está estudando, que é uma propriedade geral e necessária de todo enunciado, mas de qualquer modo os exemplos acima mostram que PF tem, sim, acesso a algumas informações da sintaxe, em particular sobre os diferentes tipos de categoria vazia. A insensibilidade da linearização ao tipo de categoria vazia ainda deve ser investigada e de qualquer modo deve ser formulada de maneira mais precisa, menos abrangente, portanto.

Muitos outros fenômenos devem ainda ser investigados para que a proposta de Moro seja avaliada em toda a sua extensão. Todavia, como o próprio Moro afirma em diversos momentos do seu livro, a teoria não é vaga com respeito às predições que faz e o exame detalhado dessas questões empíricas só contribui para o aprofundamento do nosso conhecimento das línguas humanas.

## REFERÊNCIAS

Chomsky, N. (1986) *Barriers*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

\_\_\_\_\_ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Kayne, R. (1994) *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

\_\_\_\_\_ (1998) Overt vs. covert movement. *Syntax* 1: 128-191.

Nunes, J. & R. Santos (2009) Stress shift as a diagnostics for identifying empty categories in Brazilian Portuguese. In: Nunes, J. (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., pp. 121-136.

Rizzi, L. (1990) *Relativized Minimality*. Cambridge, MA: The MIT Press.

\_\_\_\_\_ (1996) Residual verb second and the Wh criterion. In: A. Belletti & L. Rizzi (eds.) *Parameters and functional heads: essays in comparative syntax*. New York; Oxford: Oxford University Press, p. 64-90.

\_\_\_\_\_ (1997) The fine structure of Comp. In: L. Haegeman (ed.) *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer.

Rouveret, A. & J.-R. Vergnaud (1979) Specifying reference to the subject. *Linguistic Inquiry* 11, vol. 1, pp. 97-202.

Zubizarreta, M.L. (1998) *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge, MA: The MIT Press.

## REVIEW OF NEURAL MECHANISMS FOR LEXICAL PROCESSING IN DOGS BY ANDICS ET AL. (2016)

Marije Soto (UERJ/IDOR)

The publication of the article *Neural mechanisms for lexical processing in dogs* written by a team of Hungarian researchers in the widely read magazine *Science* last August immediately sparked a series of sensationalist headlines, ranging from the tentative *Dogs May Understand Even More Than We Thought* (*Scientific American*) to the more emphatic *Your Dog Knows Exactly What You're Saying* (*National Geographic*). While dog owners around the globe let out a sigh of relief when they found out their caring and encouraging words had not fallen on deaf ears after all, most scientists – dogless or otherwise - were more skeptical (*“Lexical Processing” – by Dogs?*, *Psychology Today*). And rightly so.

Although we could dismiss it as a mere case of marketing strategy, where the title caters to popular human interests (communication between dogs and humans), rather than referring to the actual content of the article, the authors of the article genuinely believe dogs engage in lexical processing. Anna Gábor, the PhD student and first author says in an interview for the *American Veterinarian*: “It shows that for dogs, a nice praise can very well work as a reward, but it works best if both the words and the intonation are praising. So dogs not only tell apart what we say and how we say it, but they can also combine the two, for a correct interpretation of what those words really meant. Again, this is very similar to what human beings do.”

It is exactly regarding these two essential ingredients of speech processing that are *meaning* and *combinatory processing* that reside the primary flaws in the authors' reasoning. Firstly, to say that lexical items are merely associations of arbitrary sound sequences and meaning seems to grossly underplay the complexity of the lexicon for language processing and the type of information (morphological, syntactic) encoded in it. Secondly, the claim that dogs can interpret what ‘words really meant’ seems to suggest that there is a common ground between conceptual and semantic structure in dogs and human beings, which seems highly unlikely. The authors seem to confuse the activation of symbolized meaning representation with the ability to interpret or understand the vocalizations and intentions of human beings, yielding a specific response in the dog, whether it be

excitement or fetching a particular item. Such that their readiness to be tuned into our actions and vocalizations, and their ability to read human social behavior is indeed astounding, but their linguistic ability is less so. In that regard, the author's paper shows that dogs, as do many animals have a knack for processing speech sounds, which indicates that our human skills for acoustic analysis do not stand alone in evolutionary history. This result, in itself, is not without merits, and it fits nicely with the already existing comparative literature.

The problem is that the authors jump to conclusions. Namely, they conclude that dogs distribute processing into different anatomical areas: the left hemisphere for lexical information, the right hemisphere for prosodic information. Now this is a far more serious claim. It stands to reason that humans separate sound and meaning representations because it is the most efficient way to use a finite set of features (such as phonological distinctive features) and recombine them yielding an infinite number of sequences. It is this combinatory feature, potentially yielding ever novel sounds and structures, that gives human language its creative potential, which has not yet been found in any other animal communication system. However, it is not at all evident that animals *need* to separate meaning and sound in order to interpret the vocalizations of their interspecies communication system, given that there is a pretty one-to-one relation between a specific call and the kind of response (flight, excitement, food, etc.) associated to it, mostly unaffected by context.

But let us return to the beginning. However appealing the title, it seems that the main objective of the authors is not to investigate whether dogs understand words; rather, they are interested in the evolution of brain structures that support language processing, and, more specifically, whether the functional distribution of cognitive processes among the left and right hemisphere is unique to humans. Indeed, their main goal is to see whether the left and the right lateralization of lexical and prosodic processing, respectively, can also be found in dogs. Furthermore, the results are interpreted to explain how and why a possible pre-existing left hemisphere bias for meaning processing may have evolved for lexical processing in human language.

The functional distribution of language processing is a hot topic, given that recent studies shifted their focus from anatomic localization to the dynamic nature of language processing. Much evidence has been found on the right lateralization of prosodic processing, and the specialization of the left temporal lobe for phonological processing (SKEIDE & FRIEDERICI, 2016). The authors take for granted that lexical processing is also left lateralized. However, it would be wise to consider the complexity of that claim. The authors define the term lexical item as the "association of arbitrary sound sequences with meaning". That in itself, suggests lexical access involves phonological processing, which is indeed generally considered to be left lateralized (SKEIDE & FRIEDERICI, 2016; POEPPPEL & HICKOK, 2007). Unless properly defined, meaning processing is a generic term. Lexical meaning may refer to a broad conceptual meaning, built up from amodal features and conceptual frames distributed over different anatomic areas, where the left temporal lobe may function as a type of central hub (PYLKKÄNEN, 2015; BERWICKE *et al.*, 2013, SOTO, M., 2014). But lexical meaning is also built up of minimal semantic features (such as animacy or concreteness), and morphological and syntactic attributes (such as category and argument structure) (MARSLEN-WILSON, BROWN & TYLER,

1988). Many researchers agree that lexical representation, especially when inserted in morphological or syntactic context, are left lateralized (SKEIDE & FRIEDERICI, 2016; FRIEDERICI, 2011), but others foresee only a weak left hemisphere bias for lexical processing, given that integration of lexical meaning with context and world knowledge is taken to be bilateral (POEPPPEL & HICKOK, 2007). Studies on semantic aphasia and amodal semantic processing also point to the left temporal lobe as the main semantic hub (PYLKKÄNEN, 2015).

Not only are the authors invested in seeing a functional distribution of lexical processing in dogs similar to humans - in itself a controversial enough claim -, they also propose that the results indicate why left lateralization for lexical processing in humans has developed. Their first hypothesis is based on a now seminal paper by Poeppel & Hickok (2007) in which they present their dual stream speech processing model. Basically, their model foresees that both left and right hemispheres process speech sounds in parallel, breaking the information up into different levels. Due to the intrinsic computation properties of the right hemisphere, which presents a slower sampling frequency in comparison, the right hemisphere is biased for operating on suprasegmental level (e.g. syllables), whereas the left hemisphere, boasting comparatively faster sampling frequencies, operates on segment level scales (e.g. phonemes). While processing spoken words, both information streams are integrated, mapping onto lexical representations, which, in turn, have a slight left hemisphere bias. In this light, you could say that the left lateralization for lexical processes stems from an anatomically induced processing bias, leading to the specialization of the left temporal lobe for extracting phonological information from acoustic input. Alternatively, the consistent role of the temporal lobe in (amodal) semantic processing could also have led to the specialization of the left temporal lobe for lexical representation. The authors present these competing views as the acoustic (phonological bias) and the functional (semantic bias) hypotheses.

Thus by proving that semantic processing (or lexical processing) is left lateralized in animals, you could show that a left hemisphere bias for semantic processing must have been instrumental for the emergence of left lateralized lexical processing in human language. Nevertheless, to study meaning representation, especially of the symbolic kind, in animals is to say the least, complicated. There are several animals that display rich conceptual complexity in social structures and the ability to grasp abstract concepts. However, it is very common to find that their vocalizations do not match a similar level of complexity (HAUSER *et al*, 2002). Chimpanzees are a good example of this category. Their social behavior is highly complex, and genetically they are very similar to humans; they also show -albeit limited- ability of acquiring human-like symbolic representations, and seem to display a rudimentary form of Theory of Mind. Still, the difficulty in teaching them language-like communication may be, among other things, due to the fact that, despite their intelligence, it is not natural for them to engage in social-communicative behaviors, which is reflected in their relatively poor repertoire of vocalizations (HARE & THOMASELLO, 2005). Furthermore, even those animals that can boast lexical-like elements in their interspecies communication -such as green vervet monkeys that have different warning calls for different kinds of predators- these calls seem to be restricted to functionally important contexts, such as food and dangers. Rather than meaning interpretation, these calls evoke an immediate response, are restricted in number and application, and represent no creativity in order to describe novel situations or experiences.

On the other hand, there is plenty of evidence of left lateralization for sound processing in a series of, much studied, mammals and birds (e.g. gerbils, mice, macaques as well as song bird species (ANDICS, *et al.*, 2016), There also several animals who can not only perform complex acoustic analysis on their own interspecies calls, but can also learn and recognize acoustic properties that relevant to human speech (such as frequency formants and distinctive features, such as voicing). Some of these are Japanese macaques (SOMMERS *et al.*, 1992), chinchillas (KUHL & MILLER, 1975), and various bird species, such as the budgerigars, zebra finches (DOOLING, BEST & BROWN, 1995) and Japanese quails (KLUENDER, DIEHL & KILLEEN, 1987). Why then study dogs?

The vocal interspecies communication system of dogs does not make them an obvious candidate for comparative animal model research. However, the long-standing bond between domesticated dogs and their human owners does. Through this allegiance dogs have learned to be tuned to the human voice and the acoustic properties of human speech. Behaviorally, they respond well to commands voiced by humans and they can discriminate up to 1000 different sound sequences and respond to them in different ways (e.g. retrieve different objects) (ANDICS *et al.*, 2016). Hare and Tomasello (2007) also describe the enhanced social skills of dogs which enable them to read humans' communicative intentions, such that when humans look or point at a hidden object in a row of opaque containers, the dog can interpret the hint helping it to make the right choice. Children can also do this well after 14 months, whereas chimpanzees, for example, are surprisingly bad at this task.

In terms of auditory processing of human speech, the authors cite results from an earlier fMRI study which showed dog brains presented an overlap in activation patterns for processing acoustic cues from human and dog vocalizations in the auditory brain regions (ANDICS *et al.*, 2014). Also, not unimportant, there is the fact that dogs are readably trainable to stay motionless during the scanning sessions in the MRI scanner, which is vital to the technical criteria of data collecting, and its subsequent analysis.

Having presented the rationale behind the study, and its potential success and failure, let us now have a look at the experiment itself. In the MRI scanner, specially trained dogs listened to two types of words: (i) 'meaningful' praise words (meaning something like *Good boy!*); (ii) 'neutral' words that were supposedly not known to the dogs (such as *although*). Both types of words were pronounced with praising intonation (high pitch) and with 'neutral' intonation (low pitch), summing a total of 4 conditions, and a total of 24 words. If it is the authors' intention of dissociating lexical and prosodic processing, we quickly find a confound in the 'neutral' word condition. The authors state that the words were chosen because they supposedly do not 'mean' anything to the dog. If the dogs process these sound sequences without attaching any meaning to them, it would suggest these stimuli function as pseudowords, thus, engaging phonological processing. Therefore, we may conclude that rather than hearing praise and 'neutral' words, the dogs hear praise words and pseudowords. Not unsurprisingly, in the analyses presented in the paper, we can see lateralization indices (which are a quantification of how much one hemisphere was more activated than the other), which show some level of left lateralization for all conditions, which may that all types of words have engaged acoustic analysis of human speech sounds. However, the authors choose to focus on the fact that the highest

left lateralization indices are for the praise word category (irrespective of pitch). They take this to be a lexical effect. This conclusion hinges on the presupposition that dogs have something that resembles meaning representation, which, as argued before, is quite a bold claim. Another explanation might be that ‘meaningful’ words may have been more familiar, not only because of its ‘meaning’, but also merely based on their phonological form. We might consider, for instance, that function words, such as *although*, which were presented as neutral words, are much attenuated, less salient, when inserted in continuous speech, and thus be phonologically very different, than when pronounced in isolation. Another interesting effect is that the lateralization index for praise words with neutral pitch was significantly higher than that for praise words with high pitch. If lexical processes were really responsible for left lateralization, then we would not expect these two categories to present different results, since lexically both are supposedly the same. However, if familiarity of form, both phonological and prosodic, plays a role, then we might expect there to be a difference.

Still, in the end, the authors conclude that dogs, similar to human beings, distribute lexical and prosodic processing - without presenting any robust evidence for the generalized right lateralization of prosodic processing. So, as long as there is no proof of specialization for prosody, we cannot infer that lexical or phonology or prosody is processed separately. They also build their conclusion on another analysis, focusing on the primary reward regions (the mesolimbic dopamine system), consisting of the ventral striatum (VS) and dopamine neurons of the ventral tegmental area and substantia nigra (VTA-SN). In literature, these areas have consistently shown to be sensitive to reward signals both in humans as well as in dogs. By zooming in on these areas, the researchers show that there is a response in that area only when the stimulus contains praise both prosodically and ‘lexically’. If I have made my argument clearly, we now start to consider whatever the authors refer to as ‘lexical’ as (phonological) word form rather than representing any real lexical content. In that respect, it is interesting to see that the emotional response for praise in dogs is not merely caused by pitch modulation – something which is often suggested in popular science – but also depends on, at the least, some phonological analysis.

The fact that dogs respond emotionally to the specific form of words and not merely to the tone in which words are said is an interesting and surprising finding, breaking with the popular myth that dogs only pay attention to ‘how you speak’. Indeed, the paper shows that dogs are both sensitive to prosodic and phonological information. In previous studies dogs have shown to be able to discriminate between an impressive number of words, as well as associate them to different responses or cues in their environment. Whether there is possibly a difference between segment and prosodic level processing is still difficult to tell, as there is no direct evidence to indicate it. In my analysis, the authors did not bring any convincing evidence that would warrant separate processing streams for lexical and prosodic processing; firstly, due to methodological inconsistencies, and, secondly, because there are some conceptual flaws that taint the whole rationale from the get-go. Therefore, the left lateralization found by the team of researchers is likely due to processing of human speech sounds in dogs enabling them to discriminate between acoustic properties relevant for human languages, such as is the case for a number of other mammals and birds. Thus, in terms of our understanding of the evolutionary track of the left lateralization for language, the question remains open to debate. So, no, your dog does not know exactly what you’re saying, but make sure you enunciate clearly for his benefit!

## REFERENCES

ANDICS, A. GÁBOR, M. GÁCSI, T. FARAGÓ, D. SZABÓ, Á. MIKLÓSI . **Neural mechanisms for lexical processing in dogs.** *Science*, 2016, DOI: 10.1126/science.aaf3777

ANDICS, A., GÁCSI, T. , FARAGÓ, KIS, A., MIKLÓSI, A. Voice-sensitive regions in the dog and human brain are revealed by comparative fMRI. *Curr. Biol.* 24, 574–578 (2014). Medline doi:10.1016/j.cub.2014.01.058

BERWICK, R.C., FRIEDERICI, A.D., CHOMSKY, N. & BOLHUIS, J.J. Evolution, brain, and the nature of language. *Trends in cognitive sciences*, v. 17, p. 89–98, 2013

DOOLING, R. J. C. T. BEST, S. D. BROWN Discrimination of synthetic full-formant and sinewave/ra-la/continua by budgerigars (*Melopsittacus undulatus*) and zebra finches (*Taeniopygia guttata*). *J. Acoust. Soc. Am.* 97, 1839, 1995

FRIEDERICI, Angela D. The brain basis of language processing: from structure to function. *Physiological reviews*, v. 91, n. 4, p. 1357-1392, 2011. <http://dx.doi.org/10.1152/physrev.00006.2011>

HARE, B., THOMASELLO, M. Human-like social skills in dogs? *TRENDS in Cognitive Sciences* Vol.9 No.9 September 2005

HAUSER, M. et al. The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve? *Science* 298, 1569, 2002

HICKOK, G. POEPEL, D. The cortical organization of speech processing. *Nature Reviews Neuroscience* 8, 393-402 (May 2007) | doi:10.1038/nrn2113

KLUENDER, K.R, DIEHL, .RL, KILLEEN, P.R. Japanese quail can learn phonetic categories. *Science*. 1987 Sep 4 ;237(4819):1195-7.

KUHL, P.K, MILLER, J.D. Speech perception by the chinchilla: voiced-voiceless distinction in alveolar plosive consonants. *Science.*, 1975 Oct 3; 190(4209): 69-72.

MARSLEN-WILSON, W., BROWN, C.M., KOMISARJEVSKY, L. T. Lexical Representations in Spoken Language Comprehension *Language and Cognitive Processes*, 1988,3(1) 1-16

PYLKKÄNEN, L. Composition of Complex Meaning: Interdisciplinary Perspectives on the Left Anterior Temporal Lobe In: *Neurobiology of Language* Edited by:Greg Hickok and Steve Small, 2015, Pages 621-631

SKEIDE, M.A, FRIEDERICI, A.D. The ontogeny of the cortical language network *Nat Rev Neurosci*. 2016 May;17(5):323-32. doi: 10.1038/nrn.2016.23.

SOMMERS M.S, MOODY D.B, PROSEN C.A, STEBBINS W.C. Formant frequency discrimination by Japanese macaques (*Macaca fuscata*). *J Acoust Soc Am*. 1992 Jun;91(6):3499-510.

SOTO, M. ERP and fMRI evidence of compositional differences between linguistic computations for words and sentences *Tese de Doutorado*, Rio de Janeiro:UFRJ/Faculdade de Letras, 2014

# NEGAÇÃO DE CONSTITUINTES NÃO-ORACIONAIS: DIFERENÇAS PARAMÉTRICAS<sup>1</sup>

*Rerisson Cavalcante (UFBA)*

## RESUMO:

O trabalho trata dos padrões de negação de constituinte (NCt) no português brasileiro (PB), em comparação com outras línguas, analisando seis contextos: negação de itens lexicais; *slogans* negativos; fragmentos negativos; *bare argument ellipsis*; tópicos negativos; e coordenações corretivas. O artigo oferece uma proposta de análise: (i) para a distribuição assimétrica dos padrões [Neg Y] e [Y Neg] em tipos diferentes de NCt; (ii) para o bloqueio de [Neg Y Neg] no PB, apesar da disponibilidade, no nível sentencial, de uma estrutura equivalente ([Neg VP Neg]); (iii) e para a possibilidade de [Y Neg] em línguas sem [VP Neg], como o espanhol.

**PALAVRAS-CHAVE:** negação de constituintes; variação paramétrica; negação posposta.

## ABSTRACT:

The paper describes six syntactic/discursive contexts of Constituent Negation (CtN) in Brazilian Portuguese (BP), in comparison with other languages: negation of lexical items; negative slogans; negative fragments; bare argument ellipsis; negative topics; e corrective coordination. It offers an account for: (i) the asymmetric distribution of [Neg Y] and [Y Neg] in different types of CtN; (ii) the block of [Neg Y Neg] in BP, despite its availability in the sentential level as [Neg VP Neg]; (iii) the acceptability of [Y Neg] in languages without [VP Neg], like Spanish.

**KEYWORDS:** constituent negation; parametric variation; post-negation.

---

1 A pesquisa que resultou neste artigo recebeu o apoio da FAPESP e da CAPES.

## 1. INTRODUÇÃO

Como se pode ver em (1), a negação sentencial pode ser marcada por um elemento negativo em posição pré-verbal, pós-verbal ou nas duas posições simultaneamente. Já (2) mostra que os três padrões (ou uma variação deles) podem ocorrer em uma mesma língua, como no português brasileiro (PB), com o marcador aparecendo em posição pré-VP, pós-VP ou nas duas posições simultaneamente.<sup>2</sup>

- (1) a. **No** voy a trabajar mañana.                      espanhol - [Neg V<sup>o</sup>/I<sup>o</sup>]  
      NEG AUX PREP trabalhar amanhã  
   b. Je **ne** *vais* **pas** travailler demain.              francês - [Neg V<sup>o</sup>/I<sup>o</sup> Neg]  
      eu NEG AUX neg trabalhar amanhã  
   c. I *will* **not** work tomorrow.                      inglês - [V<sup>o</sup>/I<sup>o</sup> Neg]  
      eu AUX NEG trabalhar amanhã  
      ‘Eu não vou trabalhar amanhã’
- (2) a. **Num** vou sair hoje.                                      [Neg VP]  
   b. **Num** vou sair hoje **não**.                              [Neg VP Neg]  
   c. Vou sair hoje **não**.                                      [VP Neg]

Nos últimos anos, vários trabalhos se dedicaram à descrição das estruturas sentenciais em que um marcador negativo se coloca à direita do V<sup>o</sup> ou VP no PB e no português europeu (PE) (cf. FONSECA 2004; TEIXEIRA DE FREITAS, 2008a, 2008b; PINTO, 2010; MARTINS, 2012), mas pouca ou nenhuma atenção foi dada à variação equivalente que há no domínio não-oracional (cf. CAVALCANTE, 2012, cap. 3). O domínio da negação de constituintes menores, não-oracionais, também reflete esse mesmo tipo de variação na ordem linear, com o marcador ocorrendo em posição pré-XP e/ou pós-XP, gerando os padrões [Neg Y], [Y Neg] e [Neg Y Neg], em que Y representa um sintagma menor do que TP/IP e CP ou mesmo um núcleo lexical como um nome (N), um adjetivo (A) ou advérbio (Adv).

Neste artigo, analisarei os padrões de negação de constituinte do PB. Veremos que [Neg Y] e [Y Neg] estão presentes no PB, enquanto [Neg Y Neg] não ocorre. Descreverei as configurações sintáticas em que essas estruturas são permitidas e oferecerei uma proposta de análise que, a partir do modelo teórico da Gramática Gerativa, explique: (i) a disponibilidade de [Y Neg] no PB (e em outras línguas românicas) em alguns contextos, mas não em outros; (ii) e a ausência completa de [Neg Y Neg] no PB, apesar da existência de [Neg VP Neg].

Também discutirei a relação entre o desenvolvimento da negação sentencial pós-verbal dos tipos [Neg VP Neg] e [VP Neg] e a (in)disponibilidade da negação [Y Neg] no PB e em outras línguas. O texto está assim organizado: na seção 2, apresento uma visão geral sobre os padrões de negação

<sup>2</sup> Tradicionalmente, classifica-se a posição do marcador apenas em pré-verbal e/ou pós-verbal. Em Cavalcante (2007, 2012), porém, aponta-se que os marcadores negativos não podem ser considerados simplesmente pré-verbais ou pós-verbais, mas: (i) **pré-VP**, quando antecedem os elementos não-movidos do sintagma verbal; e (ii) **pós-VP**, quando seguem os elementos do sintagma verbal, incluindo complementos e adjuntos.

Os marcadores pré-VP, por sua vez, podem ser subdivididos em (ia) **pré-I<sup>o</sup>**, quando antecedem o verbo (ou auxiliar) finito; e (ib) **pós-I<sup>o</sup>**, quando se seguem imediatamente ao verbo finito, mas antecedem outros elementos do VP, incluindo o verbo principal em locuções.

Os rótulos que utilizo em (2) e em outras partes do artigo utilizam apenas “VP” como referência posicional, por entender que as diferenças entre os marcadores pós-VP e os demais pré-VP (antes ou depois de I<sup>o</sup>) são bem maiores do que as diferenças que os marcadores pré-I<sup>o</sup> e pós-I<sup>o</sup> exibem entre si. E essa diferença manifesta-se também no nível não-oracional, como se verá na análise.

de constituintes nas línguas; na seção 3, descrevo os dados de negação de constituintes do PB (em comparação com outras línguas) em seis contextos sintático-discursivos; ainda nesta seção, também discutirei a literatura prévia sobre o fenômeno; na seção 4, apresento a proposta de análise para a distribuição dos padrões aceitáveis no PB, em que relaciono a negação posposta de constituintes à negação oracional anafórica no sentido de Cavalcante (2012); na seção 5, concluo o trabalho, esboçando uma tipologia da negação anafórica.

## 2. NEGAÇÃO DE CONSTITUINTES NAS LÍNGUAS

O tipo mais estudado de negação de constituintes é a de VP sem escopo oracional, (cf. (3)), em que a negação não recai sobre toda a sentença, que, a rigor, permanece afirmativa.

- (3) a. John can always [ **not** agree ].  
J. AUX sempre NEG concordar  
'John pode sempre não concordar'
- b. John has been [ **not** playing football for many years ].  
J. AUX ASP NEG jogar futebol por muitos anos  
'João tem estado sem jogar futebol por muitos anos'
- c. To have [ **not** played football for many years ] is a disadvantage in a game.  
PART AUX NEG jogado futebol por muitos anos é uma desvantagem em um jogo  
'Ter ficado sem jogar futebol por muitos anos é uma desvantagem em uma partida'  
(CHOI, 2004, p. 187; glosas e tradução minhas)

A falta de escopo oracional desses exemplos pode ser demonstrada pela possibilidade de co-ocorrência de uma negação sentencial, como em (4).

- (4) a. John cannot always [ **not** agree ].  
J. AUX NEG sempre NEG concordar  
'John não pode sempre não concordar'
- b. John hasn't been [ **not** playing football for many years ].  
J. AUX NEG ASP NEG jogar futebol por muitos anos  
'João não tem estado sem jogar futebol por muitos anos'
- c. To not have [ **not** played football for many years ] is a disadvantage in a game.  
PART NEG AUX NEG jogado futebol por muitos anos é uma desvantagem em um jogo  
'Não ter ficado sem jogar futebol por muitos anos é uma desvantagem numa partida'

Mas a negação também pode agir sobre constituintes não-oracionais e não-verbais. Vitral (1999) mostra que o mesmo marcador que realiza a negação sentencial também pode negar elementos não-oracionais como nomes (5a), adjetivos (5b), quantificadores (5c) ou advérbios (5d).

- (5) a. A *não demonstração* do teorema por parte do professor levou o governo a prendê-lo  
b. José considera o caseiro **não condizente** com o emprego.  
c. Os alunos fizeram **não muitos trabalhos**.  
d. Ele falou **não claramente**.  
(VITRAL, 1999, s.p.)

Alguns dos dados podem, à primeira vista, não ser facilmente distinguíveis entre a negação de projeções máximas XPs ou de itens lexicais (i.e. núcleos) específicos (cf. (5a) e (5b)), mas a negação de constituinte claramente também pode agir sobre categorias máximas como DPs, como em (6).

- (6) a. Ele comprou **não** um carro, (mas) uma moto.  
 b. Ela alugou **não** uma casa, (mas) um apartamento.  
 c. He bought, **not** a car, but a motorcycle.

Nos exemplos de (4) a (6), o padrão encontrado é [Neg Y]. Já a estrutura [Y Neg] está presente, por exemplo, em turco (cf. (7a)). Esse padrão parece um reflexo da configuração disponível para a negação sentencial nesta língua, que é considerada de núcleo final, em que a negação se realiza como sufixo verbal (cf. (7b)).

- (7) Turco  
 a. (ben) bugiün [is-e **degil**] mac-a git-ti-m. [Y Neg]  
 eu hoje trabalho-DAT NEG.COP partida-DAT ir-PAST-1SG  
 ‘Eu não fui ao trabalho hoje, (mas) ao jogo’

- b. Hasan kitab-i oku **-ma**-di. [V Neg]  
 H. livro-ACC ler-NEG-PASS  
 ‘Hasan não leu o livro’

(KORNFILT, 1997, p. 126, 123; glosas e tradução minhas)

Também em marati (língua da Índia centro-ocidental), a negação sentencial apresenta a estrutura [VP Neg] (cf. (8a)). A negação de constituinte tem um comportamento semelhante, com a forma [Y Neg] (cf. (8b)).

- (8) Marati  
 a. Te kal badzarat gele **nahit.** [VP/IP Neg]  
 eles ontem mercado-LOC ir-PST-3MPL NEG-PL  
 ‘Eles não foram ao mercado ontem’  
 b. Te [kal **nahi**] badzarat gele. [Y Neg]  
 eles ontem NEG mercado-LOC ir-PST-3MPL  
 ‘Eles não foram ao mercado ONTEM. (Foram outro dia)’.

(PANDHARIPANDE, 1997, apud BHATT, 2003, s/p.; glosas e tradução minhas)

O padrão [Neg Y Neg] também é encontrado. Em africâner, a negação sentencial é expressa majoritariamente através de [Neg VP Neg] (cf. (9a)), com um uso reduzido de [Neg VP]. Na negação de constituinte, o africâner simula o padrão sentencial com o uso obrigatório da configuração [Neg Y Neg] (cf. (9b)).

- (9) Africâner  
 a. Hy het **nie** die huis gekoop **nie.** [Neg VP Neg]  
 ele AUX NEG a casa comprar NEG  
 ‘Ele não comprou a casa’

- b. **Nie die geld nie**, maar die tyd pla hom. [Neg Y Neg]  
 NEG o dinheiro NEG mas o tempo preocupa ele  
 ‘Não (é) o dinheiro, mas o tempo (que) o preocupa’  
 (BIBERAUER; CYRINO, 2009, p. 1, 4; glosas e tradução minhas)

Esse padrão [Neg Y Neg] também é documentado em hausa, língua do oeste africano. A negação sentencial é expressa majoritariamente por [Neg VP Neg], com a coocorrência dos marcadores *bàa* (em posição pré-I°) e *bá* (em posição final) (cf. (10a)), com um uso menos frequente de [Neg VP] em contextos específicos (cf. ZIEGELMEYER, 2009; CRYSMANN, 2010). A negação de constituintes menores também é realizada através da coocorrência de *bàa* e *ba*, com o padrão [Neg Y Neg] (cf. (10b)), como aponta Ziegelmeyer (2009).

- (10) Hausa  
 a. Mâlâmai **bà** sù ji kome **ba**. [Neg VP Neg]  
 professores NEG 3PL-COP ouvir algo NEG  
 ‘Os professores não ouviram nada anything.’  
 (CRYSMANN, 2010, p. 270; glosas e tradução minhas)
- b. Audu yaa tafi kaasuwa (ammaa) **bàa dá saafe ba**. [Neg Y Neg]  
 A. 3M.COMP ir mercado (mas) NEG em manhã NEG  
 ‘Audu foi ao mercado (mas) não de manhã’  
 (ZIEGELMEYER, 2009, p. 9; glosas e tradução minhas)

Em resumo, o inglês, cuja negação sentencial é **pré-VP** (embora pós-I°), apresenta o padrão **pré-Y** na negação de constituinte. Em turco, cuja negação sentencial se manifesta como afixo à direita do verbo, em um tipo de padrão **pós-V°/VP**, a negação de constituinte é **pós-Y**. Em marati, cuja negação sentencial é **pós-VP/IP**, a negação de constituinte é **pós-Y**. Já o africâner e o hausa, cuja negação sentencial é [Neg IP/VP Neg], apresentam justamente um padrão simultaneamente **pré-e-pós-Y** (i.e. [Neg Y Neg]) na negação de constituinte.

Parece haver uma relação entre o padrão de negação sentencial e o padrão de negação de constituinte que a língua exibe, com uma tendência para o uso, no domínio não-sentencial, do mesmo padrão do domínio oracional (ou, ao menos, um subconjunto desses padrões).<sup>3</sup> Na seção seguinte, examinarei vários contextos de negação de constituintes no PB (e outras línguas), para descrever os padrões que ocorrem nesse domínio, em comparação aos padrões sentenciais. A descrição realizada servirá de base para a proposta apresentada na seção 4.

### 3. DISTRIBUIÇÃO DA NEGAÇÃO NÃO-ORACIONAL NO PB

Para identificar os padrões de negação de constituinte, examinarei seis contextos distintos. A hipótese *default* é que estes reflitam os padrões do nível sentencial. Esperar-se-ia, então, que o PB apresentasse os três padrões: [Neg Y], [Y Neg] e [Neg Y Neg]. Não é o que ocorre. Apenas dois deles são encontrados, mas estes não se distribuem igualmente por todos os contextos. Este trabalho tentará responder por que a situação é esta.

<sup>3</sup> Não é objetivo deste texto a realização de uma extensiva descrição tipológica de modo a confirmar esta generalização, que pode ter muitas exceções.

### 3.1. Negação de itens lexicais (NIL)

Os exemplos de Vitral (1999) repetidos em (11) mostram que, no PB, a negação pode negar itens lexicais simples (NIL), como N, A, Adv e Q. Nestes casos, o padrão é [Neg Y].

- (11) a. A **não** demonstração do teorema (...)  
b. José considera o caseiro **não condizente** com o emprego.  
c. Os alunos fizeram **não muitos** trabalhos.

Os padrões [Y Neg] e [Neg Y Neg] são inaceitáveis no PB, conforme (12)-(13).

- (12) Inaceitabilidade de [Y Neg] em NIL  
a. \*A [ demonstração **não**] do teorema...  
b. \*A [ organização **não**] do congresso...  
c. \*O tratado de [proliferação **não**] de armas nucleares...  
d. \*Uma conduta [condizente **não**] com o emprego...  
e. \*Os alunos fizeram [muitos **não**] trabalhos.
- (13) Inaceitabilidade de [Neg Y Neg] em NIL  
a. \*A [**não** demonstração **não**] do teorema...  
b. \*A [**não** organização **não**] do congresso...  
c. \*O tratado de [**não** proliferação **não**] de armas nucleares...  
d. \*Uma conduta [**não** condizente **não**] com o emprego...  
e. \*Os alunos fizeram [**não** muitos **não**] trabalhos.

Em inglês, os casos de NIL comportam-se de modo semelhante. Apenas [Neg Y] é possível, mas o item negativo utilizado com nomes e adjetivos não é *not*, mas o elemento quase-afixal *non*; com quantificadores e advérbios, ocorre o marcador *not* (cf. (14)).<sup>4</sup>

- (14) a. The **non**-demonstration of the theorem.  
b. Treaty on the **non**-proliferation of Nuclear Weapons.  
c. The **non**-consensual sex.  
d. The **non**-derivational approaches.  
e. **Not** many students.  
f. **Not** clearly (cf. *unclearly*)

As ordens [Y Neg] e [Neg Y Neg] são inaceitáveis, seja com *not* seja com *non* ou *no*.

<sup>4</sup> Um parecerista anônimo sugere que o uso de *non* com nomes e adjetivos e de *not* com quantificadores advérbios indica que *non* age sobre o domínio nominal e que *not* atua sobre o domínio oracional, uma vez que os advérbios seria modificadores de categoriais funcionais da projeção estendida do verbo (cf. CINQUE, 1999). Adicionalmente, ele levanta a questão de que, nos casos de negação de quantificadores e de advérbios, o XP introduzido por *not* poderia se juntar ao NegP sentencial no curso da derivação.

Quanto ao primeiro ponto, essa conclusão não me parece clara, pois o quantificador "many" não parece estar relacionado à projeção estendida do VP, mas a uma possível projeção estendida do NP. O caso do advérbio "clearly" é diferente, pois é um modificador verbal ou sentencial, entretanto advérbios modificadores do domínio nominal também podem ser introduzidos por *not*, como "a not so rare disease", "a not so good example". Quanto ao segundo ponto, a possibilidade de movimento do XP negado para o NegP sentencial, trata-se de uma proposta plausível, que encontra eco na literatura em análises de derivação da concordância negativa pelo movimento de quantificadores negativos (ex.: ninguém, nada etc) para Spec, NegP em LF. Entretanto, não me parece claro que essa derivação seja sensível apenas a constituintes introduzidos por *not*, mas não a itens introduzidos por *non* ou outros marcadores.

- (15) a. \* The [demonstration **non/no(t)**] of the theorem.  
 b. \*Treaty on the [proliferation **non/no(t)**] of Nuclear Weapons.  
 c. \*[Many **not/no(t)**] students. (≠ few students)  
 d. \*Clearly **not/no(t)**. (≠ *unclearly*)<sup>5</sup>
- (16) a. \* The [**non/no(t)** demonstration **non/no(t)**] of the theorem.  
 b. \* Treaty on the [**non/no(t)** proliferation **non/no(t)**] of Nuclear Weapons.  
 c. \*[**Not/no(t)** many **not/no(t)**] students.  
 d. \*[**Not/no(t)** clearly **not/no(t)**]

### 3.2. Slogans negativos

Outro contexto em que a negação de constituintes é produtiva são os casos de fragmentos de sentenças usados em *slogans* de campanhas sociais que expressam rejeição a um tema ou atitude, aos quais me referirei como *slogans negativos*. No PB, são possíveis, nesses *slogans*, as formas [Neg Y] e [Y Neg]. Parece haver uma variação na preferência dos falantes pelas duas estruturas.

- (17) a. **Não** à CPMF/ao preconceito/ao aborto/ao racismo!  
 b. CPMF / Preconceito / Aborto / Racismo **não!** /

Já a estrutura [Neg Y Neg] é completamente inaceitável nesse tipo de dado.

- (18) a. \***Não** à CPMF / ao preconceito / ao aborto /ao racismo **não!**  
 b. \***Não** CPMF / preconceito / aborto / racismo **não!**

A comparação com os dados equivalentes em inglês apresenta resultados distintos. A única configuração produtiva em inglês é a de [Neg X] e apenas o marcador *no* pode ser usado nesse contexto. [Y Neg] é inaceitável.

- (19) a. **No** war / new taxes / racism / abortion / ObamaCare!  
 b. \***Not** war / new taxes / racism / abortion / ObamaCare!  
 c. \*War/new taxes/racism/abortion/ObamaCare **no(t)!**

Mas o inglês se comporta como o PB em não aceitar a estrutura [Neg Y Neg], também independentemente do uso do marcador negativo *no* ou *not*.

- (20) \***No(t)** war/abortion/racism **no(t)!**

Os casos do PB em (17a), entretanto, não equivalem aos casos do inglês em (19a), pois não envolvem a negação direta do constituinte, mas requerem a presença de uma estrutura [Neg [P XP]], em que P corresponde à preposição *a*. A fórmula se assemelha a uma versão resumida da expressão “*diga ‘não’ a X*”, em que a parte “*não a X*” apresenta uma estrutura de tipo dativo, indicando uma forma de

<sup>5</sup> Note o leitor que (16c) e (16d) são aceitáveis com outra interpretação. (16c) pode ter uma em que **not** modifica *students* ao invés de *many*, com a interpretação ‘muitas pessoas que não são estudantes’, mas não de ‘poucas pessoas que são estudantes’. Em (16d), *clearly* é que toma escopo sobre a negação, criando a leitura de que a negação é algo evidente.

transferência verbal (cf. (21)).

(21) a. Diga **não** à CPMF / ao preconceito / ao aborto / ao racismo!

Na ausência da preposição, a estrutura [Neg Y] parece inaceitável ou marginal neste contexto, como em (22).<sup>66</sup> Assumo que o padrão preposicionado em (17a) é qualitativamente distinto dos demais casos de [Neg Y] analisados aqui, por envolver uma estrutura dativa. Assim, concluo que apenas [Y Neg] é produtiva em *slogans*; [Neg Y] é inaceitável ou marginal.

(22) \***Não** CPMF/preconceito/aborto/racismo!

Em resumo, os *slogans* negativos ocorrem com [Neg Y] em inglês (seguindo o padrão sentencial), mas com [Y Neg] no PB. Os *slogans* diferem dos casos de NIL nos seguintes aspectos: (i) no PB, aplicam-se padrões opostos: [Y Neg] nos *slogans* e [Neg Y] em NIL; (ii) no PB e em inglês, os *slogans* não devem ser gerados por afixação, pois não há requerimento de adjacência do marcador ao núcleo do elemento negado: a negação recai sobre um sintagma completo (cf. (23)); (iii) em inglês, sempre ocorre o item *no* ao invés do prefixo *non*.

(23) a. Privatização da Petrobrás **não!** / Álcool e direção **não!** / Inflação de novo **não!**  
b. **No** new taxes! / **No** socialized medicine! (*versus* “**Non**-socialized medicine”)

Nas próximas seções, tratarei de quatro casos em que o PB permite a alternância entre dois padrões. Eles têm em comum o fato de serem tipos de negação contrastiva.

### 3.3. Negação contrastiva (I): fragmentos negativos em réplicas

McCawley (1991, p. 189) aponta que a negação contrastiva “*simply contrasts two ways of filling a syntactic position*”, sendo um desses modos incorreto (i.e. conduz à falsidade da sentença) e o outro modo, correto (i.e. conduz a uma sentença verdadeira). A negação contrastiva pode ser considerada um (sub)tipo de foco contrastivo, que, segundo Zubizarreta (1998, p. 6), tem o efeito (i) de negar um valor atribuído a uma variável e (ii) de introduzir um valor alternativo para a variável. O primeiro tipo examinado aqui é o caso de fragmentos negativos em réplicas. Em inglês, apenas [Neg Y] é possível nesses casos; e o marcador utilizado é necessariamente *not*.

(24) A: Who can play the guitar?  
a. B: (**Not**) John. (MERCHANT, 2009)  
b. B: \*John **not**. / \***No** John. / \*John **no**.

Já no PB, ambas as ordens [Neg Y] e [Y Neg] são aceitáveis, mas o segundo tipo soa muito mais natural do que o primeiro (cf. (25)).

<sup>66</sup> Um parecerista anônimo discorda da impossibilidade de [Neg Y] no contexto de *slogans* negativos, afirmando que há muitas ocorrências com esse padrão. Em meus próprios julgamentos, os casos de [Neg Y] soam como arcaicos ou como instâncias de negação de itens lexicais, falhando como *slogans* públicos. Note-se que a versão [Neg Y] de *slogans* mais complexos também soa ruim.

(i) \***Não** Privatização da Petrobrás! / \***Não** álcool e direção! / \***Não** inflação de novo!

- (25) A: Você encontrou João na festa ontem?  
 a. B: João **não**. / Na festa **não**. / Ontem **não**. / Eu **não**.  
 b. B: %**Não** João. / %**Não** na festa. / B: %**Não** ontem. / B: %**Não** eu.<sup>7</sup>

No espanhol, temos uma situação semelhante à do PB, mas sem diferenças de aceitabilidade (cf. (26)). Vicente (2006), entretanto, afirma que [Y Neg] soa como uma forma não-marcada, que apenas retira o YP “(con) Clara” da lista de respostas possíveis, enquanto [Neg Y] soa como estrutura corretiva, em que se nega um pressuposto ou asserção prévia de que o falante iria com Clara.

- (26) A: Who did you go to the movies with?  
 a. B: Con Clara **no**. (espanhol)  
 b. B: **No** con Clara. (espanhol)

(VICENTE, 2006, p. 199)

Mas nas três línguas a estrutura com dois marcadores [Neg Y Neg] é inaceitável.

Os fragmentos negativos diferem dos *slogans* por dependerem de um contexto discursivo imediato para serem adequados<sup>8</sup>, mas são igualmente difíceis de analisar, por não apresentarem estrutura sintática adicional visível. São ambíguos entre (i) uma estrutura sintaticamente reduzida, constituída apenas da negação e do elemento negado; e (ii) a parte visível de uma estrutura maior que sofreu algum tipo de redução sintática ou fonológica. A segunda opção é defendida por Merchant (2004, 2009) (e outros autores), que aponta que os fragmentos exibem efeitos de conectividade. Em línguas com morfologia de caso, eles recebem a terminação equivalente à que receberiam na sentença completa.

- (27) A: Pjos idhe tin Maria? (grego)  
 quem.NOM viu a Maria  
 ‘Quem viu Maria?’  
 B: O Giannis. / \*Ton Gianni.  
 o Giannis.NOM / o Giannis.ACUS

- (28) A: Pjon idhe i Maria?  
 quem.ACUS viu a Maria  
 ‘Quem Maria viu?’  
 B: \*O Giannis. / Ton Gianni.  
 o Giannis.NOM / o Giannis.ACUS

(MERCHANT, 2004, p. 676; glosas e tradução minhas)

Merchant (2004, p. 678- 680) mostra que os fragmentos negativos também obedecem aos princípios de vinculação (cf. (29)).

<sup>7</sup> Jairo Nunes (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que respostas como “Não João” são pragmaticamente mais marcadas do que “João não”, pois o primeiro tipo requer necessariamente algum tipo de continuação (“Não João, foi Pedro!”), enquanto o segundo tipo parece dispensar essa continuação, embora o aceitem também. Trata-se do mesmo tipo de diferença pragmática apontada por Vicente (2006) para os fragmentos do espanhol, como apontado adiante no texto.

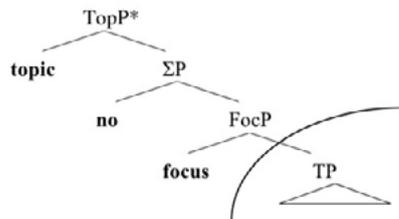
<sup>8</sup> Os *slogans* também dependem de um contexto, mas este não é imediato. Eles funcionam dentro do pano de fundo mais amplo de uma discussão social, política ou cultural existente na sociedade.

- (29) A: Where is he<sub>2</sub> staying?  
 a. B: \*In John<sub>2</sub>'s apartment.  
 b. B: \*He<sub>2</sub> is staying in *John*<sub>2</sub>'s apartment.
- (30) A: Who did John<sub>1</sub> try to shave?  
 a. B: \*Him<sub>1</sub>.  
 b. B: \*John<sub>1</sub> tried to shave *him*<sub>1</sub>.
- (31) A: Who does John like?  
 a. B: Himself.  
 b. John likes *himself*.

Merchant não aplica os testes aos dados de fragmentos negativos, mas, como estes funcionam como suas contrapartes positivas, assume que a mesma análise deve valer, embora não apresente uma representação para eles nem discuta a origem do marcador na derivação.

Analisando casos do espanhol como os citados em (26), Vicente (2006) trata os fragmentos negativos como resultantes de movimento do remanescente para a periferia esquerda e apagamento do IP/TP (conforme MERCHANT, 2004, 2009; e DEPIANTE, 2000). As diferentes ordens são resultado de diferentes posições de pouso em relação do NegP/ΣP. Em [Y Neg] o remanescente seria movido para TopP, acima de ΣP (no sentido de LAKA, 1990), resultando na negação posposta; e em [Neg Y], para FocP, abaixo de ΣP (cf. (32)).

- (32) Fragmentos negativos segundo Vicente (2006)



Segundo o autor, isso explicaria a diferença nas leituras de (26a) e (26b), apresentadas acima: a leitura não-marcada em [Y Neg] e a leitura corretiva em [Neg Y]. Nesse sistema, NegP/ΣP seria gerado bem acima de IP em espanhol<sup>9</sup> e sobreviveria à elipse. [Y Neg] seria proibido em inglês, pois a negação, abaixo de IP, sofreria apagamento.

Discutirei os problemas dessa análise posteriormente. A seguir, trato do segundo caso de negação contrastiva: *stripping* (ou *bare argument ellipsis*).

9 Um parecerista indaga que evidências haveria para considerar que ΣP é gerado entre TopP e FocP. Vicente (2006) apenas aponta que assume, sem maior discussão ("without discussion or argument"), que o marcador negativo é gerado diretamente nesta posição no Σ<sup>o</sup>, sem ser movido para lá a partir de uma posição mais baixa. Admite, entretanto, que as evidências quanto ao escopo entre a negação e quantificadores como *muchos* e *todos* e entre a negação e o verbo modal *deber* são contraditórias.

Pela leitura do artigo, o que se percebe que a maior motivação para se alocar ΣP entre TopP e FocP é a necessidade de relacionar [Neg Y] a uma leitura de foco contrastivo. Entretanto, análises como a de Depiante (2000), discutidas adiante no texto, conseguem fazer isso sem essa postulação.

### 3.3. Negação contrastiva (II): *stripping* e *pseudo-stripping*

O segundo tipo de negação contrastiva é *stripping*, em que há uma coordenação em que o primeiro conjunto é uma sentença completa e o segundo corresponde superficialmente a um argumento ou adjunto verbal acompanhado por um elemento adverbial como *too*, *as well* (cf. (33)). O *stripping* também pode ocorrer com negação. Em inglês, apenas [Neg Y] é aceitável nesses casos. [Y Neg] e [Neg Y Neg] são inaceitáveis.

(33) a. John can play the guitar, and *Mary too / as well*. (MERCHANT, 2009)

- (34) a. *John* read El Quijote but **not** *Mary / not Hamlet*.  
b. *John* has been to California but **not** *to Colorado*.  
c. \**John* read El Quijote (but) *Mary not / Hamlet not*.  
d. \**John* has been to California (but) *to Colorado not*.

(DEPIANTE, 2000, p. 101-104)

Mas, em espanhol e no PB, são possíveis tanto [Neg Y] quanto [Y Neg]. O segundo tipo, com a negação seguindo o remanescente, é chamado de *pseudo-stripping*.

- (35) a. Juan leyó El Quijote, pero **no** *María / no Hamlet*.  
b. Juan ha estado en California, pero **no** *en Colorado*.  
c. Juan leyó El Quijote, pero *María no / Hamlet no*.  
d. Juan ha estado en California, pero *en Colorado no*.

(DEPIANTE, 2000, p. 101-106)

- (36) a. João leu D. Quixote, (mas) **não** *Maria / não Hamlet*.<sup>10</sup>  
b. João viajou para Salvador, (mas) **não** *para Recife*.  
c. João leu D. Quixote, (mas) *Maria não / Hamlet não*.  
d. João viajou para Salvador, (mas) *para Recife não*.

Merchant (2004, 2009) e Vicente (2006) apontam a similaridade entre o *stripping* e os de fragmentos: apenas um constituinte correspondente a um argumento/adjunto (mais um item adverbial) ocorre em lugar de toda uma sentença.

Os casos de *stripping* podem ser vistos como: (i) coordenação de sentenças com um tipo de elipse (cf. (37a)); ou (ii) coordenação de elementos menores do que sentenças sem estrutura sintática adicional (cf. (37b)).

10 Um parecerista anônimo aponta que, em seus julgamentos, há uma assimetria entre remanescente sujeitos e não-sujeitos nos casos de *stripping*. Como indicado em (i) abaixo, a realização do sujeito no segundo conjunto elíptico é consideravelmente pior do que a realização do complemento.

(i) João leu D. Quixote, (mas) <sup>??/</sup>não Maria / <sup>0k</sup>não Hamlet.

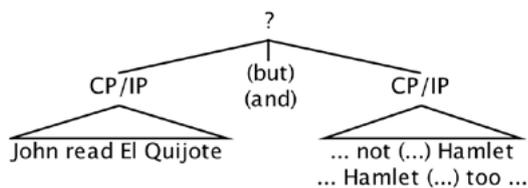
Essa assimetria, na verdade, não é surpreendente e provavelmente não está restrita ao seu dialeto. Deve estar relacionada à diferença de status informacional do sujeito não-marcado. Como a construção envolve um contraste entre o remanescente do segundo conjunto e o elemento com a mesma função sintática no primeiro conjunto, os dados com um remanescente sujeito requerem algum tipo de foco sobre o sujeito do primeiro conjunto. Os dados em (ii) e (iii) devem ser considerados bem mais aceitáveis do que (i).

(ii) João que leu D. Quixote, (mas) não Maria.

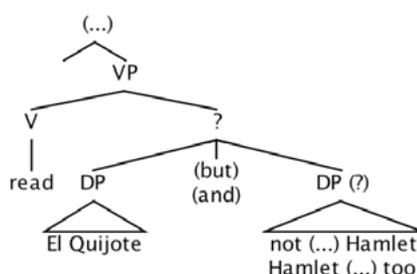
(iii) JOÃO leu D. Quixote, (mas) não Maria.

Esta assimetria, inclusive, favorece as análises que associam [Neg Y] em *stripping* (e em fragmentos) a um movimento do remanescente para uma categoria de FocP.

(37) a.



b.



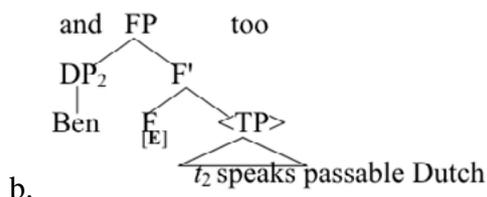
As sentenças em que o XP negado corresponde ao último elemento no primeiro conjunto são ambíguas entre as duas estruturas, mas os casos em que o XP negado contrasta com um elemento medial no primeiro conjunto (cf. (38)) favorecem uma análise de coordenação de elementos oracionais com elipse.

(38) The man stole [ *the car* ] after midnight, [ but [ **not the diamonds** ] ].

(MERCHANT, 2009)

Para o caso geral de *stripping* sem o marcador negativo, Merchant (2003) oferece a mesma análise proposta para os fragmentos negativos: movimento do remanescente para uma categoria de foco (FP) da periferia esquerda, seguido pelo apagamento do TP.

(39) a. Abby speaks passable Dutch, *and Ben, too*.



(MERCHANT, 2003)

E quanto aos casos de *stripping* com negação e os casos de fragmentos negativos?

A negação não poderia ser o núcleo de NegP, pois este seria apagado pela elipse de IP. E mesmo que não fosse apagado, não ocorreria à esquerda do remanescente movido, mas à direita.

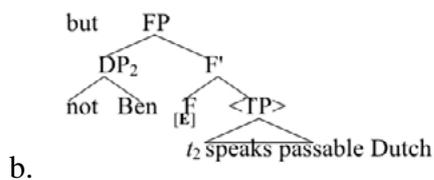
Depiante (2000) propõe que, no *stripping*, a negação é gerada como um modificador direto do remanescente (como adjunto), formando um constituinte único, que seria movido para uma posição na periferia esquerda como FocP ou TopP.

- (40) a. John read El Quijote but [<sub>FP</sub> [not Mary]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> [not Mary]<sub>+</sub> read El Quijote ] ] ]  
 b. John read El Quijote but [<sub>FP</sub> [not Hamlet]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> John read [not Hamlet]<sub>+</sub> ] ] ]  
 c. Juan leyó El Quijote pero [<sub>FP</sub> [no María]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> [no María]<sub>+</sub> leyó El Quijote ] ] ]  
 d. Juan leyó El Quijote pero [<sub>FP</sub> [no Hamlet]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> Juan leyó [no Hamlet]<sub>+</sub> ] ] ]

(DEPIANTE, 2000, p. 133-134)

Merchant (2003) lista três possibilidades de análise. A primeira seria uma estrutura de negação de constituintes (cf. (41)), conforme Depiante (2000). A esta, ele objeta apenas o problema de o fenômeno de negação de constituintes ser pouco estudado e muito pouco compreendido. A segunda opção é que a negação pode ser gerada como adjunto da própria categoria FP para a qual o remanescente é movido.

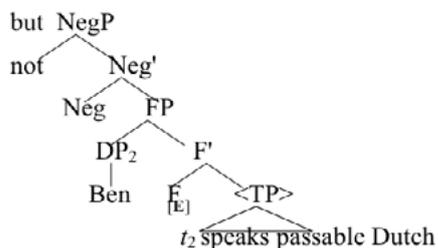
(41) a. *Abby speaks passable Dutch, (but) not Ben.*



(MERCHANT, 2003)

A terceira opção é considerar a negação como o especificador de uma categoria (adicional) de negação sentencial NegP<sub>2</sub> gerada acima de FP (cf. (42)).

(42)



(MERCHANT, 2003)

A idéia é baseada nos casos de inversão negativa de dialetos sub-*standard* do inglês (cf. (43)). Foreman (1999) rejeita a análise de Labov et al (1968) segundo a qual esses dados envolveriam o movimento do auxiliar para C<sup>o</sup> e propõe, então, a existência de um NegP<sub>2</sub> gerado entre CP e AgrP/IP. Assim, a negação e o auxiliar se moveriam das posições em que são gerados (Neg<sup>o</sup> e Agr<sup>o</sup>, respectivamente) para o núcleo de NegP<sub>2</sub>.

(43) a. **Ain't** nobody complainin' but you, man.

b. **Ain't** nobody doin' nothin' wrong.

c. [<sub>NegP</sub> [<sub>Neg</sub> **Ain't**<sub>1</sub>] [<sub>AgrP</sub> nobody t<sub>1</sub> [<sub>NegP</sub> [<sub>Neg</sub> t<sub>1</sub>] [<sub>VP</sub> do that ] ] ] ]

O problema dessa análise diz respeito à natureza desta segunda projeção negativa. Na proposta, a projeção adicional tem a mesma função que a projeção mais baixa, de negação sentencial, com escopo sobre toda a sentença, o que deveria não apenas afetar a interpretação da sentença elíptica, mas até mesmo interferir na condição de identidade entre os dois conjuntos que é uma pré-condição para a elipse.

Vicente (2006) também assume que os fragmentos negativos e os *strippings* possuem a mesma estrutura. Assim, para ele, *stripping* do espanhol teria também a estrutura em (32), com o remanescente sendo movido para o Spec da categoria de FocP, gerada abaixo da projeção de negação sentencial.

As propostas de Depiante (2000) e de Vicente (2006) para [Neg X] em fragmentos/*stripping* diferem em dois aspectos. Primeiro, Depiante (2000) assume uma estrutura de negação de constituintes; Vicente (2006), uma estrutura de negação sentencial. Segundo, Vicente (2006) precisa gerar o NegP/ΣP do espanhol no meio do CP (abaixo de TopP e acima de FocP) para permitir que a negação apareça à esquerda do remanescente no Spec de FocP. O autor não trata especificamente dos casos de [Neg X] em inglês, mas a sua análise teria que assumir o mesmo para esta língua para dar conta de casos equivalentes. Esse sistema vai contra o que é amplamente assumido pela literatura sobre o inglês (cf. POLLOCK, 1989; LAKA, 1990), em que NegP ocorreria abaixo de IP. Também contrariaria o que se assume para o espanhol, em que NegP é gerado imediatamente acima de IP, não no sistema CP (cf. BOSQUE 1984; RIVERO 1994; HAN 1999, 2001; ZAGONA 2002; ALERS 2009; DI TULLIO 2008).

A análise de Depiante (2000) tem a vantagem de não precisa alocar NegP/ΣP acima do CP/FinP/FocP nem em inglês nem em espanhol. Sendo um caso de negação de constituinte, é possível até assumir que ΣP/NegP está ausente ou inativo em tais sentenças, o que permite a identidade entre os dois conjuntos do *stripping* para licenciar a elipse. Assim, assumo a análise de Depiante (2000) para os casos de *stripping* negativo e de fragmentos negativos com a ordem [Neg Y], estendendo-a para o PB (cf. (44)).

- (44) Aplicando a proposta de Depiante (2000) aos casos de *stripping* no PB
- João leu D. Quixote mas [<sub>FP</sub> **não** Maria]<sub>1</sub> [<sub>TP</sub> ~~não~~ Maria]<sub>+</sub> leu D. Quixote ] ]
  - João leu D. Quixote mas [<sub>FP</sub> **não** Hamlet]<sub>1</sub> [<sub>TP</sub> João leu ~~não~~ Hamlet]<sub>+</sub> ] ]

E quanto aos casos de pseudo-*stripping* e de fragmentos negativos com [Y Neg]? Depiante (2000) assume que o Neg/ΣP é gerado acima de IP (mas abaixo de CP) em espanhol e, portanto, sobrevive à elipse do IP (cf. (45)). É uma análise semelhante à de Vicente (2006) para os fragmentos negativos, mas que tem a vantagem de não precisar colocar NegP no sistema CP. A geração de NegP entre CP e IP é, como apontado antes, *standard* na literatura sobre o espanhol.

- (45) a. Ana leyo El Quijote pero [<sub>FP</sub> **Maria**]<sub>1</sub> [<sub>ΣP</sub> **no** [<sub>TP</sub> Maria]<sub>+</sub> leyo El Quijote ] ]
- b. Ana leyo El Quijote pero [<sub>FP</sub> **Hamlet**]<sub>1</sub> [<sub>ΣP</sub> **no** [<sub>TP</sub> Ana leyo Hamlet]<sub>+</sub> ] ]

Assim, no sistema de Depiante (2000), *stripping* envolve negação de constituinte e pseudo-*stripping* envolve negação sentencial. Para os fragmentos com [Neg Y] e [Y Neg], teríamos a mesma diferença.

Esta análise também poderia, em princípio, ser aplicada aos casos de pseudo-*stripping* e de fragmentos negativos do PB. O marcador negativo pré-VP do português tem características semelhantes às do espanhol, por ser imediatamente pré-I<sup>o</sup>. Seria possível assumir que o NegP do PB é gerado acima de TP, como no espanhol, sobrevivendo à elipse, como em Miotto (1992), Martins (1994), E. Martins (1997), Fonseca (2004) e Namiuti (2008). Entretanto, não assumirei aqui a análise de Depiante (2000) para pseudo-*stripping*, por motivos que ficarão claros depois.

Na próxima subseção, tratarei dos tópicos negativos.

### 3.4. Negação contrastiva (III): tópicos negativos

O que denomino de *tópicos negativos* é um fenômeno que se assemelha aos casos de *bare argument ellipsis* e aos dos fragmentos negativos. Envolve a negação de constituintes em posição pré-sentencial, como nos exemplos abaixo.

- (46) A: Mary told me you bought a car yesterday.  
B: *Not a car*, he bought *a motorcycle*.  
B': \**A car not/no*, he bought *a motorcycle*.
- (47) A: Why did you said that he is incompetent?  
B: *Not incompetent*, he is *lazy*.  
B': \**Incompetent not/no*, he is *lazy*.

Em inglês, os tópicos negativos só podem manifestar o padrão [Neg X]. O padrão [Y Neg] é inaceitável (com *not* ou *no*, assim como nos demais casos do inglês vistos antes). No PB, tanto [Neg Y] quanto [Y Neg] são aceitáveis nesse contexto (cf. (48)). Novamente, para alguns falantes, as formas com [Y Neg] soam mais naturais do que as com [Neg Y].

- (48) a. *Não um carro*, ele comprou uma moto.  
b. *Não incompetente*, (eu disse que) ele é preguiçoso.  
c. *Um carro não*, ele comprou uma moto.  
d. *Incompetente não*, (eu disse que) ele é preguiçoso.

A ordem [Neg Y Neg], com dois marcadores, é completamente inaceitável (cf. (49)). É o mesmo comportamento que o PB mostra para os fragmentos negativos e para os casos de *stripping* (mas não exatamente o que ocorre em NIL e em *slogans* negativos).

- (49) a. \**Não um carro não*, ele comprou uma moto.  
b. \**Não incompetente não*, (eu disse que) ele é preguiçoso.

Assim como fragmentos negativos, os tópicos negativos precisam de um contexto discursivo: devem ocorrer como uma espécie de réplica a algo presente no discurso anterior, como a fala de um interlocutor. Por outro lado, eles são semelhantes aos casos de *stripping* quanto à estrutura, pois ocorrem junto com uma sentença completa, com a qual contrastam.

Assim, eles poderiam ser reduzidos ou a casos de fragmentos sentenciais ou a casos de *bare argument ellipsis*. Na primeira hipótese, seriam fragmentos de sentenças que ocorrem, no discurso, em posição adjacente a uma sentença completa, mas sem estabelecer com ela uma relação sintática (nem de coordenação). Na segunda hipótese, seriam uma imagem espelhada dos casos de *bare argument ellipsis*, envolvendo a coordenação de duas estruturas sentenciais, mas com a sentença completa (não-elíptica) aparecendo no segundo conjunto e com a sentença elíptica no primeiro. Nos dois casos, podemos adotar, para os tópicos **com estrutura [Neg Y]**, a proposta de Depiante (cf. (50)). A diferença estaria apenas na questão de a sentença seguinte estar, de fato, coordenada à sentença elíptica ou não.

- (50) Tópicos negativos com [Neg Y] como elipse  
a. [<sub>FP</sub> **[not a car]**]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> he bought **[not a car]**]<sub>+</sub> ], he bought...

- b. [<sub>FP</sub> **not** incompetent]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> he is [**not** incompetent]<sub>+</sub> ], he is lazy.
- c. [<sub>FP</sub> **não** um carro]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> ele comprou [**não** uma carro]<sub>+</sub> ], ele comprou... moto
- d. [<sub>FP</sub> **não** incompetente]<sub>1</sub> [<sub>IP</sub> ele é [**não** incompetente]<sub>+</sub> ], ele é...

Uma terceira opção consideraria os tópicos negativos, de fato, como um tipo de tópico, na periferia da sentença que antecede. Discutirei essa hipótese depois.

E quanto aos casos de tópicos negativos com a estrutura [Y Neg]? As hipóteses de análise e os problemas são os mesmos identificados para os casos semelhantes de fragmentos negativos e de pseudo-*stripping*. Voltaremos a eles na seção 4.

### 3.5. Negação contrastiva (IV): coordenações corretivas

O último caso é das *coordenações corretivas*. Esse fenômeno difere dos anteriores, pois (i) pode envolver posições mediais da sentença; (ii) são, de fato, casos de coordenação de estruturas menores do que uma sentença; (iii) e o contraste negativo não se estabelece em relação a formas presentes em outra sentença ou no contexto, mas dentro da mesma sentença.

As coordenações corretivas podem ocorrer em duas configurações, a depender de o item negado aparecer no primeiro (cf. (51)) ou no segundo conjunto (cf. (52)).

- (51) Negação do primeiro conjunto: [Neg XP, Conj YP]
  - a. João deu **não** um livro, mas um DVD para Maria.
  - b. Eu viajei **não** para Salvador, mas para Recife nas férias.
  - c. Ele chegou **não** depois, mas junto com o concorrente.
  - d. A empresa deve se expandir **não** nacional(mente), mas internacionalmente para sobreviver.
  - e. Essa substância é **não** (só) prejudicial, mas mortal para as plantas.
  - f. Eu viajei **não** de, mas para São Paulo.
- (52) Negação do segundo conjunto: [XP, Neg YP]
  - a. João deu um livro, **não** um DVD para Maria.
  - b. Eu viajei para Salvador, **não** para Recife nas férias.
  - c. Ele chegou depois, **não** junto com o concorrente.
  - d. A empresa deve se expandir nacional(mente), **não** internacionalmente para sobreviver.
  - e. Essa substância é prejudicial, mas **não** mortal para as plantas.
  - f. Eu viajei de, **não** para São Paulo.

Seja na negação do primeiro ou do segundo conjunto, temos algo diferente do que ocorre com os fragmentos negativos, os tópicos e os (pseudo-)strippings: apenas [Neg Y] é aceitável (assim como nos casos de NIL) (cf. (53)). [Y Neg] e [Neg Y Neg] são inaceitáveis.

- (53) [Y Neg] no primeiro conjunto da coordenação
  - a. \*João deu um livro **não**, mas um DVD para Maria.
  - b. \*Eu viajei para Salvador **não**, mas para Recife nas férias.
  - c. \*Ele chegou depois **não**, mas junto com o concorrente.
  - d. \*A empresa deve se expandir nacional(mente) **não**, mas internacionalmente para sobreviver.

- e. \*Essa substância é *prejudicial não, mas mortal* para as plantas.
- f. \*Eu viajei *de não, mas para* São Paulo.

- (54) [Y Neg] no segundo conjunto da coordenação
- a. \*João deu *um livro, um DVD não* para Maria.
  - b. \*Eu viajei *para Salvador, para Recife não* nas férias.
  - c. \*Ele chegou *depois, junto com não* o concorrente.
  - d. \*A empresa deve se expandir *nacional(mente), internacionalmente não* para sobreviver.
  - e. \*Essa substância é *prejudicial, mas mortal não* para as plantas.
  - f. \*Eu viajei *de, para não* São Paulo.

Esse fenômeno não permite apenas a coordenação de constituintes como DPs, APs e PP, mas até mesmo a coordenação de itens lexicais, inclusive de preposições, como mostram os exemplos (c) e (f), aproximando-se dos casos de NIL em mais um aspecto.

### 3.6. Resumo dos padrões de negação de constituintes do PB

Dos seis contextos de negação de constituintes no PB, em dois deles (negação de itens lexicais e coordenações corretivas), apenas o padrão [Neg Y] é aceitável. Em um deles (*slogans* negativos), apenas [Y Neg] é aceitável<sup>11</sup>. Nos outros três contextos (fragmentos, *stripping* e tópicos negativos), os dois padrões são aceitáveis, conforme quadro abaixo. Essencialmente, [Y Neg] só é possível em posições extra-sentenciais e/ou elípticas, nunca em posições mediais. [Neg Y] é possível em posições mediais, seja com XPs ou com núcleos.

Contextos	[Neg Y]	[Y Neg]	[Neg Y Neg]
Negação de itens lexicais	OK	—	—
<i>Slogans</i> negativos	—	OK	—
Fragmentos de sentença	OK	OK	—
<i>Bare argument ellipsis</i>	OK	OK	—
Tópicos negativos	OK	OK	—
Coordenações corretivas	OK	—	—

Quadro 1: Distribuição dos padrões de negação de constituinte no PB

## 4. ANÁLISE PARA OS DADOS

### 4.1. Negação preposta de constituintes

Os dados de negação de itens lexicais e os de coordenações corretivas são os únicos em que apenas a negação preposta é aceitável, refletindo o principal padrão de negação sentencial. São, por isso, os casos mais simples de se analisar. Assumo para eles o que já está estabelecido na literatura em outros autores.

Para os casos de NIL, teríamos o marcador negativo funcionando como um item afixal ou quase afixal, modificando diretamente o núcleo sobre o qual age (cf. ALVES, 1992; CAMPOS, 2004; PEREIRA,

<sup>11</sup> O leitor deve estar atento que, nos *slogans* negativos, a negação preposta não pode modificar diretamente o constituinte, mas a estrutura dativa, com uma preposição obrigatória, é possível, como em [Não à CPMF]. Considero estes casos como estruturalmente distintos de [Neg Y].

2006). Essa situação é possível devido à ambiguidade essencial do marcador negativo núcleo de NegP, que funciona como um elemento clítico mesmo na negação sentencial. O fato de que dados semelhantes em inglês ocorrem necessariamente com o item quase-afixal *non* fortalece essa hipótese.

Para as coordenações corretivas, a negação adjunge-se à esquerda do XP negado, como assumido por Depiante (2000) e outros autores. Isso explica por que [Neg Y] ocorre livremente em posições mediais e não-mediais da sentença: a adjunção da negação ao item negado não é restringida pela posição sintática.

Mas por que [Y Neg] seria bloqueado em contextos? Veremos, adiante, como [Y Neg] é gerado no PB.

#### 4.2. Negação posposta de constituintes

A idéia básica é que os casos de negação de constituinte refletem a mesma assimetria que existe, no nível sentencial, entre um marcador negativo medial (associado ao VP e ao sistema IP) e um marcador negativo periférico (associado ao sistema CP).

Em Cavalcante (2007, 2012), propus que a negação sentencial com um marcador negativo em posição final não é gerada por adjunção à direita do VP nem por uma categoria funcional negativa extra ligada ao IP. Ao invés disso, deriva do movimento de toda a sentença para uma categoria responsável por negação (e afirmação/confirmação) anafórica gerada no sistema CP.

Esta categoria difere do NegP de Pollock (1989), do  $\Sigma$ P de Laka (1990) e do PolP de Zanuttini (1995) e Fonseca (2004) (cf. também MARTINS, 1994; e OLIVEIRA, 1996) por não codificar a negação sentencial nem a checagem da polaridade da sentença<sup>12</sup>. Trata-se da categoria que codifica a negação anafórica, pré- e extra-sentencial (cf. (55)), onde se realizam as partículas assertivas do tipo sim/não (do português), yes/no (inglês), sí/no (espanhol) etc. Daí, a denominação AstP (relacionado a “Assertive”).

- (55) a. A: Você fez o trabalho? / Você não fez o trabalho!  
 b. B: É/sim, eu fiz.  
 c. B': Não, eu não fiz.  
 d. B'': Não, eu fiz.  
 e. B''': É/sim, eu não fiz.  
 f. [<sub>AstP</sub> é/sim/não [<sub>CP</sub> [<sub>IP</sub> eu<sub>1</sub> não<sub>2</sub>+fiz<sub>3</sub> [<sub>NegP</sub> [<sub>Neg</sub> (...) [<sub>VP</sub> (...) ]]]]]]]

A polaridade das partículas assertivas pode ser diferente da polaridade das sentenças que introduzem (cf. (55d,e)), pois sua função não é afirmar ou negar a própria sentença, mas um tópico nulo que retoma uma sentença anterior ou uma inferência contextual. Os casos de negação sentencial com [Neg VP neg] e [VP Neg] derivam do movimento da sentença para o especificador de AstP, que aloja as partículas assertivas.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> A categoria AstP não corresponde ao  $\Sigma$ P de Laka (1990) ou ao PolP de Zanuttini (1995), mas é similar ao PolP de Farkas (2010), que é responsável pela chamada negação externa (*outer polarity*) e não pela polaridade interna (*inner polarity*), codificada por um  $\Sigma$ P.

<sup>13</sup> A alocação de AstP no sistema CP tem várias motivações. Em primeiro lugar, este elemento não exerce escopo sobre o seu complemento, sob comando, como as categorias funcionais do sistema CP. Ao invés disso, funciona como as categoriais periféricas como TopP e FocP, agindo sobre seu especificador. Em segundo lugar, isso explica porque os marcadores finais, não apenas do PB, mas de outras línguas como o são-tomense, o palenquero etc, não apresentam sensibilidade a propriedades flexionais típicas do IP, mas a propriedades ligadas ao CP. Como o leitor pode verificar em Cavalcante (2012), [Neg VP Neg] e [VP Neg] ocorrem em sentenças declarativas matrizes, imperativas e interrogativas polares, mas não

- (56) a. Eu não gosto disso não.  
 b. [<sub>AstP</sub> [<sub>IP</sub> eu não gosto disso] [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>IP</sub> ~~eu não gosto disso~~] ]]]  
 c. Gosto disso não.  
 d. [<sub>AstP</sub> [<sub>IP</sub> *pro* gosto disso] [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>IP</sub> ~~*pro* gosto disso~~] ]]]

Para dar conta da negação posposta de constituintes no PB, proponho que o marcador que ocorre neles não é o núcleo de NegP, mas a partícula assertiva gerada em AstP, na periferia esquerda da sentença. Isto não significa que AstP tenha a liberdade de se colocar em outras posições das sentenças, mas sim que o constituinte negado deve se mover para o especificar dessa categoria.

Isso explica por que a negação de constituinte com o formato [Y Neg] ocorre apenas em posições pré-sentenciais ou elípticas, sendo inaceitável em posições mediais: ela envolve o movimento do item negado para o Spec de AstP, da mesma forma que são gerados os casos de negações sentencial pós-verbal.

Nessa perspectiva, translingüísticamente, o Spec de AstP pode aceitar: (i) um argumento (proposicional) nulo; (ii) um constituinte sentencial pleno, foneticamente realizado; (iii) um constituinte não-oracional.

Em línguas como o inglês, apenas argumentos nulos podem ocorrer nesta posição. Em línguas como o espanhol, podem ocorrer no Spec de AstP argumentos nulos e constituintes não-oracionais. E no PB, podem ocorrer os três tipos de argumentos: nulos, não-oracionais e sentenciais.

Por essa proposta, os **fragmentos negativos** com [Y Neg] também são derivados por movimento do remanescente para o Spec de AstP e elipse sentencial (cf. (57)).

- (57) Contexto: “Você encontrou João na festa ontem?”  
 a. João **não**.  
 b. [<sub>AstP</sub> [<sub>DP</sub> João]<sub>i</sub> [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> ~~eu encontrei~~ [<sub>VP</sub> ... [<sub>DP</sub> João]<sub>i</sub> ontem na festa]] ]]]  
 c. Na festa **não**.  
 d. [<sub>AstP</sub> [<sub>PP</sub> na festa]<sub>i</sub> [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> ~~eu encontrei~~ [<sub>VP</sub> ... João ontem [<sub>PP</sub> na festa]<sub>i</sub>]] ]]]

Os casos de pseudo-*stripping* são derivados da mesma maneira, com a diferença de que esta sentença ocorre em coordenação à outra.

- (58) a. João leu D. Quixote, (mas) *Maria não*.  
 b. ... mas [<sub>AstP</sub> [<sub>DP</sub> Maria]<sub>i</sub> [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> Maria] leu [<sub>VP</sub> ... D. Quixote ]]] ]]]  
 c. João leu D. Quixote, (mas) *Hamlet não*.  
 d. ... mas [<sub>AstP</sub> [<sub>DP</sub> Hamlet]<sub>i</sub> [<sub>Ast'</sub> não [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> João leu [<sub>VP</sub> ... [<sub>DP</sub> Hamlet ]]] ]]]<sup>14</sup>

em interrogativas QU; também são bloqueadas em sentenças encaixadas de todos os tipos, com uma exceção: apenas [Neg VP Neg] é aceitável em encaixadas completivas. No português europeu, as restrições são ainda maiores. O marcador final ocorre apenas em declarativas matizes, sendo totalmente excluído em imperativas, interrogativas polares ou QU e em encaixadas. Outras restrições semelhantes (mas não idênticas) ocorrem nos marcadores finais de outras línguas.

14 Um parecerista anônimo pergunta se o DP sujeito não imporia um efeito de intervenção sobre o movimento do DP complemento para o Spec de AstP, desencadeando o movimento do primeiro ao invés do segundo. Em resposta a isso, aponto que o movimento do DP complemento para o Spec de AstP por sobre o DP sujeito, qualquer que seja sua motivação, ocorre de modo semelhante a uma topicalização ou focalização de um objeto por sobre um sujeito. A gramática permite isso de modo independente, o que é compatível com a análise, pois a alocação de AstP no sistema CP tem como uma de suas motivações o fato de esta categoria funcionar de modo semelhante às outras projeções do CP, por não ter escopo sobre seu complemento, sob c-comando, mas sobre o seu especificador.



Os casos de tópicos negativos aceitam perfeitamente o *nada* enfático no lugar da negação posposta. Em posição preposta, porém, o *nada* enfático é inaceitável.

- (62) a. *Um carro* {não/**nada**}, ele comprou uma moto.  
b. *Incompetente* {não/**nada**}, ele é preguiçoso.  
c. {Não/\***nada**} *um carro*, ele comprou uma moto.  
d. {Não/\***nada**} *incompetente*, ele é preguiçoso.

Comportamento semelhante ocorre nos fragmentos negativos: o *nada* posposto é consideravelmente melhor do que o preposto.

- (63) A: Você encontrou João na festa ontem?  
B: João {não/?**nada**}! Na festa {não/?**nada**}! / Ontem {não/?**nada**}!  
B': {Não/\***nada**} João! / {Não/\***nada**} na festa! {Não/\***nada**} ontem!

Nos casos de pseudo-*stripping*, a aceitabilidade do *nada* enfático é menor, provavelmente devido a um requerimento adicional de que esse marcador deve ocorrer como réplica, condição que não pode ser cumprida no segundo conjunto da coordenação. Mas [X nada], ainda que marginal, é bem melhor do que [nada X] (cf. (64)).

- (64) a. Ele comprou uma moto, *um carro* {não/?**nada**}.  
b. Ele é preguiçoso, *incompetente* {não /?**nada**}.  
c. Ele comprou uma moto, {não/\***nada**} *um carro*.  
d. Ele é preguiçoso, {não/\***nada**} *incompetente*.

O segundo argumento vem de línguas em que o marcador anafórico (equivalente a *yes/no*) e o marcador sentencial (equivalente a *not*) correspondem a itens lexicais diferentes e em que, adicionalmente, há alternância entre os padrões [Neg Y] e [Y Neg]. Em francês, *stripping* é realizado através de *pas*, que é o marcador sentencial associado ao sistema IP; já em pseudo-*stripping*, ocorre o marcador *non* (que é a partícula assertiva) ao invés de *pas* (cf. (65)).

- (65) a. Jean aime le chocolat, mais **pas** Marie.  
'Jean gosta de chocolate, mas não Maria'  
b. Jean aime le chocolat, mais Marie **non**.  
'Jean gosta de chocolate, mas Maria não'

(MORRIS, 2008, p. 1; tradução minha)

Nos casos de fragmentos negativos, apenas o padrão [Y Neg] é permitido em francês. E o marcador usado é, novamente, *non* ao invés de *pas* (cf. (66)).

- (66) A: Jean aime le chocolat.  
B: Marie **non**. / \***Pas** Marie.

Também em casos de tópicos negativos com o formato [Y Neg], o marcador negativo usado deve ser *non* ao invés de *pas* (cf. (67)).

- (67) *Marie non*, elle n'aime pas le chocolat.

De modo semelhante, em italiano, os casos equivalentes a pseudo-*stripping* ocorrem necessariamente com o marcador *no* (equivalente ao *no* do inglês) e são inaceitáveis com o marcador *non* (equivalente ao *not* do inglês).

(68) Anna é partite, ma Ben {**no**/\*non}.

(MERCHANT, 2001; apud HAGEMEIJER, 2007, p. 195)

O terceiro argumento vem de línguas que têm o padrão [Neg VP Neg] na negação sentencial, mas em que os marcadores pré- e o pós-VP não são idênticos nem etimologicamente relacionados. É o caso do são-tomense, que apresenta alternância entre [Neg VP] e [Neg VP neg]: o marcador pré-VP/I° é *na*, e o pós-VP é *fa*. Hagemeyer (2007) aponta que, em *bare argument ellipsis*, apenas *fa* é aceitável, justamente em posição posposta; *na* e suas variações são excluídos (cf. (69)).

(69) Zon be, maji (\***na**/\*naxi/\*nantan) Maya **fa**.

Zon vai mas NEG Maya NEG

‘Zon foi, mas Maya não’

(HAGEMEIJER, 2007, p. 193; glosas e tradução minhas)

Esses três argumentos mostram que os itens de valores assertivo, utilizados em réplicas, e/ou associados à negação pós-VP, apresentam uma relação mais próxima com os casos de fragmentos negativos, de *stripping* e de tópicos negativos do que os marcadores negativos mediais, ligados ao I° (em posição imediatamente pré-I° ou imediatamente pós-I°).

## 5. CONCLUSÕES: POR UMA TIPOLOGIA DO PREENCHIMENTO DE SPEC,ASTP

Os dados de negação de constituinte discutidos neste artigo podem contribuir para a compreensão do desenvolvimento da negação sentencial pós-verbal. A pergunta a ser levantada é: Por que o PB possui negação posposta sentencial e não-sentencial, mas o espanhol possui apenas a versão não-sentencial? A introdução de fatos sobre o francês e o italiano traz luz sobre essa questão. É possível relacionar a disponibilidade de [(Neg) VP Neg] à natureza de um traço do tipo EPP responsável pelo preenchimento da posição de especificador de AstP. É possível identificar um padrão tipológico claro.

A princípio, todas as línguas que têm partículas responsivas do tipo *yes* e *no* podem usar esses elementos para replicar a uma proposição apresentada anteriormente, sem a necessidade de repeti-la. Ou seja, todas elas podem ter Spec,AstP preenchido por um tópico nulo. Para algumas línguas, como o inglês, essa é a única opção disponível para o preenchimento de AstP.

Já línguas como o francês e o espanhol permitem que Spec,AstP seja preenchido por um tópico nulo ou por um constituinte não-oracional. Por último, línguas como o PB vão um passo além do francês e do espanhol e generalizam as possibilidades de preenchimento para permitir qualquer tipo de constituinte, inclusive os oracionais. O quadro 2 sintetiza essa proposta tipológica.

Tipo de preenchimento	Inglês	Espanhol	Francês	Português
Argumentos nulos	sim	sim	Sim	sim
Constituintes não-oracionais	—	sim	sim	sim
Constituintes oracionais	—	—	—	sim

**Quadro 3.2: Formas de preenchimento do especificador de AstP**

Essa variação paramétrica pode ser vista como um padrão direcional com relação à mudança linguística. Assim, uma língua como o inglês não pode mudar diretamente para um padrão como o do português (com o *yes* e *no* passando a marcar negação/confirmação sentencial em posição final) sem passar por uma fase intermediária como a do espanhol e do francês (com *yes* e *no* marcando negação/confirmação não-oracionais).

Nessa perspectiva, a existência de [Y Neg], mas não de [(Neg) VP Neg], em espanhol não é um fato acidental, mas resultado previsto pela tipologia das partículas assertivas. Isso também dá conta de certos dialetos do espanhol no continente americano, que permitem o padrão [Neg VP Neg], com o marcador *no* co-ocorrendo em posição final de sentença.

Mas essa hipótese tipológica não diz respeito a todas as línguas que possuem negação de constituintes com o formato [Y Neg] e/ou [Neg Y Neg], pois línguas como o turco, o marati, o africâner e o hausa podem apresentar esse tipo de negação por outros processos, especialmente quando este for a única forma de negação de constituintes disponível na língua.

## REFERÊNCIAS

- ALERS, Hilton. (2009). Some remarks on Spanish sentential negation. *Cuadernos de Linguística / U.P.R. Working Papers*, vol. 2, n.1.
- ALVES, Ieda Maria. (1992). Prefixos negativos do português falado. In: ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do português falado*: vol. II. Campinas: UNICAMP. p. 101-109.
- BHATT, Rakesh Mohan. (2003). *Topics in the Syntax of the Modern Indo-Aryan Languages*: Negation and Negative Polarity. Material de aula, 9 de maio de 2003.
- BIBERAUER, Theresa; CYRINO, Sonia. (2009). Negative developments in Afrikaans and Brazilian Portuguese. *19th Colloquium on Generative Grammar*, 1 a 3 de abril de 2009, Universidade do País Basco, Espanha.
- BOSQUE, Ignacio. (1984). Negacion y elipsis. *Estudios de Linguística* 2: 171-199.
- CAMPOS, Lucas Santos. (2004). O desempenho do não como prefixo. In: COSTA, Sônia Bastos

- Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- CAVALCANTE, R. (2007). *A negação pos-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.
- CAVALCANTE, R. (2012). *Negação anafórica no português brasileiro: negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CHOI, Kiyong. (2004). The Structure of Constituent Negation in English. In: *Studies in Generative Grammar*, v. 14, n. 2, p. 187-197.
- CRYSMANN, Berthold. (2010). Discontinuous negation in Hausa. In: *Proceedings of the 17th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar (HPSG 2010)*. CSLI Publications. p. 269–287.
- DEPIANTE, M. (2000). *The Syntax of Deep and Surface Anaphora: a study of null complement anaphora and stripping/bare argument ellipsis*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Connecticut.
- DI TULLIO, Angela L. *Palabras negativas en contexto enfático: nada, ningún*. [impresso]
- FONSECA, H. D. C. (2004). Marcador negativo final no português brasileiro. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, v. 46, n. 1, 5-19.
- HAGEMEIJER, Tjerk. (2007). *Clause Structure in Santome*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa.
- HAN, Chung-Hye. (1999). Cross-linguistic variation in the compatibility of negation and imperatives. *Proceedings of the 17th West Coast Conference on Formal Linguistics*. CSLI, Stanford, 265-279.
- HAN, Chung-Hye. (2001). Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review*, v. 18, p. 289-325.
- KORNFILT, Jaklin. (1997). *Turkish*. London & New York: Routledge.
- LAKA, I. (1990) *Negation in syntax: on the nature of functional categories and Projections..* Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Boston.
- MARTINS, Ana M. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado em Letras) -

Universidade de Lisboa, Lisboa.

MARTINS, Ana Maria. (2012). Minicurso *The portuguese answering system: affirmation, negation and denial*, ministrado no Castilho – II Congresso Internacional de Linguística Histórica, na Universidade de São Paulo, de 8 a 10 de fevereiro de 2012.

MARTINS, Eneida E. (1997). *Sentential negation in spoken Brazilian Portuguese*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Georgetown University, Washington.

MCCAWLEY, James D. (1991). Contrastive Negation and Metalinguistic Negation. *The proceedings of the 27th Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society (CLS 27)*, p. 189-206.

MERCHANT, Jason. (2001). *The Syntax of Silence: Sluicing, Islands, and the Theory of Ellipsis*, Oxford University Press, Oxford.

MERCHANT, Jason. (2003). *Remarks on Stripping*. University of Chicago. Mimeografado.

MERCHANT, Jason. (2004). Fragments and ellipsis. *Linguistics and Philosophy*, v. 27, n. 6, p. 661-738.

MERCHANT, Jason. (2009). Ellipsis. In: ALEXIADOU, Artemis; KISS, Tibor; BUTT, Miriam. (ed.) *Handbook of Contemporary Syntax*. 2 ed. Berlin: Walter de Gruyter.

MIOTO, Carlos. (1992). *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MORRIS, Amanda. (2008). *Polarity Ellipsis and Negative Stripping*. Manuscrito não-publicado. <http://babel.ucsc.edu/~hank/PolarityEllipsisandNegStripping.pdf>.

NAMIUTI, C. Negação sentencial na diacronia do português: variação com estabilidade. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 193-239, 2008.

OLIVEIRA, Marilza. (1996). *Respostas assertivas e sua variação nas línguas românicas: o seu papel na aquisição*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PANDHARIPANDE, R. V. (1997) *Marathi: a descriptive grammar*. London: Routledge. Descriptive Grammars Series.

PEREIRA, Pamella Alves. (2006). *Para uma distinção entre radical e prefixo: será não composto um composto ou um derivado?* Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- PINTO, Clara. (2010). *Negação Metalinguística e Estruturas com nada no Português Europeu*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa.
- PINTO, Clara. (2010). *Negação Metalinguística e Estruturas com nada no Português Europeu*. Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- POLLOCK, J-Y. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 20, p. 365-424.
- TEIXEIRA DE SOUSA, Lilian. (2008a). *Doubled items and focus in BP: negation doubling*. Comunicação apresentada no Workshop Interfaces. Universidade Estadual de Campinas, 5 de junho de 2008.
- TEIXEIRA DE SOUSA, Lilian. (2008b). *Negation doubling in Brazilian Portuguese* Comunicação apresentada no VII Workshop On Formal Linguistics. Universidade Federal do Paraná, 28 e 29 de agosto de 2008.
- VICENTE, Luis. (2006). Short negative replies in Spanish. *Linguistics in the Netherlands*, v. 23, n.1, p. 199–211.
- VITRAL, Lorenzo. (1999). A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. 1.
- ZAGONA, Karen. (2002). *The Syntax of Spanish*. Cambridge University Press.
- ZANUTTINI, Raffaella. (1995). *Reflexes of clausal structures in the syntax of negation: a comparative study of Romance languages*. Tese (Doutorado em Linguística) – Georgetown University.
- ZIEGELMEYER, George. (2009). Negation of non-indicative mood in Hausa, Fulfulde and Kanuri. In: CYFFER, Norbert; EBERMANN, Erwin; ZIEGELMEYER, Georg. (ed.). *Negation Patterns in West African Languages*. Amsterdam: John Benjamins. Typological Studies in Language, 87.
- ZUBIZARRETA, Maria Luisa (1998). *Prosody, focus, and word order*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

## A PALAVRA *TUDO* COMO MODIFICADOR DE GRAU NO PB COLOQUIAL

(*THE WORD TUDO (BP) AS A DEGREE MODIFIER IN COLLOQUIAL  
BP*)

Arion de Souza Cruz (UnB), Helena Guerra Vicente (UnB)

### RESUMO:

Neste artigo, procuramos fornecer a sintaxe para as ocorrências bastante produtivas de “tudo” coloquial em PB, em sentenças com leitura quantificacional. Mostramos que “tudo” coloquial apresenta propriedades sintáticas e semânticas semelhantes às dos itens da série “todo-*all*”, e, por isso, estendemos a proposta de Vicente & Quadros Gomes (2013) a “tudo”, tratando-o como um modificador de grau – não como um quantificador –, cuja função é ajustar relações de predicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** tudo; modificador de grau; flutuação; maximalização; PB coloquial

### ABSTRACT:

*In this paper, we seek to provide the syntax for the very productive occurrences of colloquial tudo (BP) in Brazilian Portuguese in sentences with quantificational reading. We show that colloquial tudo exhibits syntactic and semantic properties similar to the items of todo (all) series, and therefore we extend Vicente & Quadros Gomes' (2013) proposal to tudo, treating it as a degree modifier – not as a quantifier –, whose function is to adjust predication relations.*

**KEYWORDS:** “tudo”; degree modifier; Q-float; maximalization; colloquial Brazilian Portuguese

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, analisamos um uso específico de “tudo” no português brasileiro (doravante PB) coloquial, muito produtivo em ambientes informais de fala, capaz de gerar sentenças com leitura quantificacional (CANÇADO, 2006; VICENTE, 2006; SEDRINS, 2011; LACERDA, 2012), como exemplificado em (1). Nosso objetivo é fornecer uma análise preliminar para a sintaxe de “tudo” coloquial, assumindo a argumentação de que esse item funciona como um modificador de grau (QUADROS GOMES, 2009; VICENTE & QUADROS GOMES, 2013), ou seja, nas sentenças em que ocorre, tal item opera semanticamente sobre uma relação de predicação (predicado + argumento), elevando ao grau máximo a participação do argumento no evento. Essa operação de “maximalização” (BRISSON, 1998; LIMA, 2013) (ou “maximização” (QUADROS GOMES, 2009)), é captada na sintaxe pelo estabelecimento de *Agree* entre um núcleo de grau, Deg (do inglês, *Degree*) – que projeta um sintagma de grau (DegP), em domínio A', sobre VP (no caso de a relação de predicação ajustada ao grau máximo ser o complexo [predicado e seu argumento interno]) ou vP (em se tratando do complexo [predicado e seu argumento externo]) – e “tudo” – que é selecionado para a numeração portando um traço de grau com valor máximo,  $\forall$ , capaz de valorar o traço de grau não-interpretável presente em Deg (VICENTE, QUADROS GOMES & LUNGUINHO, 2016).

- (1)           a. Os cara tudo assiste o programa.  
              b. Ele fala as coisa tudo assim.

(Cançado, 2006<sup>1</sup>, p. 160)

Orientados pelos pressupostos do modelo teórico de Princípios & Parâmetros, em seu estágio mais atual, o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1993 e trabalhos subsequentes), analisaremos sentenças em que “tudo” se apresenta associado a um sintagma nominal que exerce a função sintática de sujeito (ver (1a)) ou de objeto (ver (1b)) da sentença.

A partir da constatação, pela literatura do PB, de que o uso de “tudo” coloquial se assemelha ao uso dos itens da série de “todo-*all*”<sup>2</sup>, podendo, inclusive, “flutuar”, assumiremos, embasados em Shlonsky (1991), Vicente (2006) e Lacerda (2012), que “tudo” é um núcleo funcional que seleciona um DP como complemento; adotaremos, para a análise dos dados, o espírito da análise clássica de Sportiche (1988) para o fenômeno de *Q-float*, qual seja: “tudo” é gerado na base junto ao DP que modifica, formando com ele um constituinte que pode se separar em algum estágio da derivação. Todavia, contrariamente a Sportiche (1988), assumiremos, com Lacerda (2012) e Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016), que “tudo” pode mover-se de modo independente do DP a ele associado.

1            Ao citar Cançado (2006), estaremos indiretamente mencionando Godoy (2005), de cuja pesquisa foi extraído e adaptado o artigo de Cançado (2006). No *corpus* coletado por Godoy (2005) e Cançado (2006), composto de cerca de setenta ocorrências de “tudo”, os DPs modificados por “tudo” só apresentam flexão de número no determinante (o nome nunca aparece flexionado em número). Cançado (2006) também salienta a opcionalidade de o verbo estar (ou não) flexionado em número.

2            Os itens a que estamos chamando de “série de todo-*all*” são “todo” e suas flexões (“toda”, “todos”, “todas”). O termo “todo-*all*” será usado para diferenciar o uso de “todo” significando *all* (nosso objeto de interesse), do uso de “todo” significando *every*.

Também pela constatação das semelhanças (e diferenças) com os itens da série “todo-*all*”, argumentaremos que a forma “tudo”, que aparece obrigatoriamente na ordem [DP+tudo], embora morfologicamente invariável, possui traços- $\phi$  de número. Embora não expliquemos, neste artigo, a questão do movimento do DP da posição final para a posição inicial do sintagma nominal, nossa hipótese, ainda preliminar, é que a obrigatoriedade da ordem [DP+tudo] parece ter relação com a defectividade de traços- $\phi$  de “tudo”, pois um item dessa natureza só pode figurar à esquerda do DP, em PB, se exprime concordância “forte” para com ele, isto é, se exprime concordância de gênero e número com o nominal associado.

O artigo se encontra estruturado da seguinte forma: na seção 1, analisamos as ocorrências de “tudo” coloquial em PB, diferenciando-as do uso tradicional de “tudo” previsto pela tradição gramatical de cunho normativo; na seção 2, analisamos a literatura sobre o fenômeno de *Q-float*, assumindo, para nossa análise, a vertente com enalhe (SPORTICHE, 1998), e buscando respaldo teórico para tratar “tudo” como um núcleo funcional – o qual rotularemos como Q, embora o estejamos tratando não como um quantificador universal, mas como um modificador de grau (VICENTE & QUADROS GOMES, 2013) – que projeta um QP, selecionando/subcategorizando um DP como complemento; na seção 3, discutimos a questão dos traços- $\phi$  de “tudo” e analisamos como se estabelecem as relações de concordância entre “tudo” e o nominal a ele associado; na seção 4, discutimos o efeito maximalizador de “todo-*all*” e como esse efeito semântico é captado sintaticamente na teoria de graus proposta por Vicente & Quadros Gomes (2013), estendendo-a a “tudo”; na seção 5, propomos, finalmente, a sintaxe das sentenças episódicas em que “tudo” ocorre, e propomos um tratamento sintático uniforme para “tudo” e “todo” nas sentenças de leitura genérica, em que esses itens ocorrem com nomes nus; na seção 6, apresentamos, finalmente, nossas conclusões/considerações.

## 1 OCORRÊNCIAS DE “TUDO” COLOQUIAL

Como Cançado (2006) já havia observado, algumas variedades do PB apresentam, em contextos informais de fala, um uso produtivo da palavra “tudo” (como em (2)), diferente de seu uso de prestígio previsto pela tradição gramatical de orientação normativa (como em (3)).

(2) Comi as maçã tudo (que havia no prato).

(3) Comi tudo (que havia no prato).

(adaptado de Cançado, 2006, p. 157)

Segundo Cançado (2006), a ocorrência “conservadora” de “tudo” em (3) tem o valor de um DP pleno, o que seria evidenciado se parafraseássemos “tudo”, nessa sentença, pelo sintagma nominal pleno “todas as coisas”<sup>3</sup>, ao passo que a mesma paráfrase para “tudo” em (2) geraria uma sentença agramatical; por outro lado, a paráfrase de “tudo” em (2) por “todas” seria perfeita, enquanto não

<sup>3</sup> A autora relata que a paráfrase não é semanticamente perfeita pelo fato de “tudo” ser massivo, isto é, não dar visibilidade às partes que compõem sua restrição inerente de quantificação, ao passo que “todas as coisas” é contável. Porém, assegura a boa compatibilidade da paráfrase.

seria possível essa mesma paráfrase (em contextos *out of the blue*) para “tudo” em (3). De acordo com a autora, pelo uso de “tudo” em (2), estamos lidando com um “quantificador” nu, que toma como restrição um sintagma nominal externo a ele.

Conforme observamos nos exemplos a seguir, de (4) a (6), “tudo” pode ocorrer com DP sintaticamente plural (em (4)), com DP sintaticamente singular que denote um conjunto atômico de entidades (em (5)) ou mesmo com nomes nus (em (6)):

- (4) Enviaram os diário tudo ontem.
- (5) O pessoal tudo chegando atrasado, e eu vou ficar calado?
- (6) Político é tudo corrupto.

As ocorrências de “tudo” de (4) a (6) apresentam similaridade com as ocorrências dos itens da série “todo-*all*” (CANÇADO, 2006), conforme evidenciado pelas sentenças em (7):

- (7) a. Enviaram os diários todos ontem.
- b. O pessoal todo chegando atrasado...
- c. Todo político é corrupto.

Além disso, como observado por Cançado (2006), “tudo”, assim como “todo-*all*”, pode aparecer em outras posições sintáticas além da posição adjacente ao DP modificado; esse fenômeno tem sido chamado na literatura de *Q-float*, isto é, “flutuação de Q(quantificador)”, em virtude do fato de que, mesmo em uma posição distante à direita da sentença, um item dessa natureza tem escopo sobre um DP que está mais alto na estrutura, conforme mostrado em (8):

- (8) a. (\*Tudo) os documento (tudo) foi/foram (tudo) enviado (tudo).
- b. (Todos) os documentos (todos) foram (todos) enviados (todos).

Em qualquer uma das posições possíveis para ocorrência de “tudo/todos” nas sentenças em (8), há a modificação do DP “os documento(s)”. Apesar de “tudo” possuir distribuição semelhante à de “todo-*all*”, há restrições que impossibilitam que “tudo” de apareça à esquerda do DP que modifica, encabeçando o sintagma nominal, o que não acontece com “todo-*all*”.

Cançado (2006) aponta que tal restrição pode estar relacionada à queda das marcações de plural em registros coloquiais do PB: quando há queda da concordância no DP, apenas o elemento mais à

esquerda é que carrega a flexão morfológica de número, conforme ilustrado em (9).

- (9)
- a. As menina branquela feliz
  - b. \*A meninas branquela feliz
  - c. \*A menina branquelas feliz
  - d. \*A menina branquela felizes

(Cançado, 2006, p. 165)

De acordo com Cançado (2006), já que esse uso de “tudo” é coloquial e que “tudo” é um item invariável morfológicamente em gênero e número, espera-se que ele não possa encabeçar um DP, como (9) parece evidenciar. Já Lacerda (2012), para explicar a agramaticalidade de tudo+DP, levanta a hipótese de que “tudo” não possui traços- $\phi$ , sendo “incapaz de estabelecer a concordância com a flexão verbal em T<sup>0</sup>” (LACERDA, 2012, p. 52). Em (10), por exemplo, nem a morfologia *default* de singular é capaz de salvar a sentença, que, segundo Lacerda (2012), estará fadada a não convergir pela ausência da concordância:

(10)

- a. \*Tudo os alunos fez a prova.
- b. \*[<sub>TP</sub> T <sub>$\phi$</sub> +fazer [<sub>VP</sub> [QP tudo<sub>[ $\phi$ -]</sub>] [<sub>DP</sub> os alunos]] [<sub>VP</sub> a prova]]]
- └── \*Agree ───┘

(Lacerda, 2012, p. 53)

Em relação à obrigatoriedade da ordem DP+tudo, embora deixemos a questão em aberto para estudos futuros, nossa hipótese, a qual não exploraremos no presente artigo, é de que há uma relação entre esse fenômeno e a defectividade de traços- $\phi$  de “tudo”. O fato de “tudo” não poder figurar em ordem tudo+DP não necessariamente evidencia que ele não tenha traços- $\phi$ , mas pode evidenciar, conforme acreditamos, que o conjunto de traços que ele porta não é suficiente para valorar todos os traços não-interpretáveis da sonda em T<sup>0</sup>.

Antes de prosseguir a argumentação, faz-se necessário analisar brevemente a literatura em relação ao fenômeno de *Q-float*, para que possamos fundamentar teoricamente nossa análise.

## 2 “TUDO” É PROJETADO COMO UM QP

As duas principais vertentes de análise para *Q-float* na literatura são: (i) a vertente de análise adverbial para os quantificadores flutuantes (ou *adverbial view*, segundo Bobaljik (1995)), em que Qs são considerados como advérbios (BOBALJIK, 1995, 2001; BALTIN, 1995; BRISSON, 1998; entre outros); e (ii) a vertente de análise com encaixe (ou *trace view*), em que ambos, Q e DP, formam um constituinte a partir do qual o DP se movimenta, deixando Q encaixado (SPORTICHE, 1988; SHLONSKY, 1991; BOŠKOVIĆ, 2004; CIRILLO, 2009; entre outros).

Vamos assumir a vertente com encaixe, a partir das propostas de Vicente (2006) e Lacerda (2012) para o PB, assim como a de Shlonsky (1991) para o hebraico, de que Q é um núcleo funcional que seleciona como complemento um DP.

Ao analisar os dados do hebraico moderno, Shlonsky (1991) constatou que eles parecem sustentar fortemente o *insight* fundamental da proposta de Sportiche (1988), isto é, de que *Q-float* consiste no movimento à esquerda de um DP sujeito a partir de uma posição interna ao VP, deixando para trás o “quantificador” gerado adjacente a ele.

O primeiro passo de Shlonsky (1991) rumo à análise do fenômeno foi constatar que, no hebraico, um quantificador obrigatoriamente carrega consigo um clítico que deve concordar em gênero, número e pessoa com o DP associado, quando este aparece à esquerda de Q. Logo, Q é um elemento X<sup>0</sup>, isto é, um núcleo, não um especificador (contra ABNEY, 1987 apud SHLONSKY, 1991) ou um adjunto (contra SPORTICHE, 1988). Tal afirmação decorre simplesmente do fato de que no hebraico apenas núcleos, exceto adjetivos, podem hospedar pronomes clíticos.

Para o autor, construções com Q-final ([DP Q]) e com Q-inicial ([Q DP]) são, ambas, expressões de uma mesma categoria e de um mesmo nível na representação sintagmática, pois ambas podem aparecer nas mesmas posições. A validade dessa afirmação (e, conseqüentemente, da representação desse constituinte) pode ser atestada por testes de constituintes, como clivagem (11a-a’), pseudoclivagem (11b-b’), topicalização (11c-c’) e coordenação de constituintes (11d-d’):

### (11) *Clivagem*

a. Ze hayu kol ha-yeladim še-zarku ?avanim.

isso foram todas as-crianças que-jogaram pedras

‘Foram todas as crianças que jogaram pedras.’

a’. Ze hayu ha-yeladim kul-am še-zarku ?avanim.

isso foram as-crianças todas-[3MPL] que-jogaram pedras

‘Foram as crianças todas que jogaram pedras.’

### *Pseudoclivagem*

b. Mi-še zorek ?avanim ze kol ha-yeladim.

quem-que joga pedras isso todas as-crianças

‘Quem joga pedras são todas as crianças.’

b’. Mi-še zorek ?avanim ze ha-yeladim kul-am.

quem-que joga pedras isso as-crianças todas-[3MPL]

‘Quem joga pedras são as crianças todas.’

### *Topicalização*

c. Kol ha-yeladim, ?ani batu?ax še-zorkim ?avanim.

todas as-crianças, eu convicto que-jogam pedras

‘Todas as crianças, eu estou convicto de que jogam pedras.’

c’. Ha-yeladim kul-am, ?ani batu?ax še-zorkim ?avanim.

as-crianças todas-[3MPL], eu convicto que-jogam pedras

‘As crianças todas, eu estou convicto de que jogam pedras.’

### *Coordenação de constituintes*

d. ??etmol zarku štei banot ve-kol ha-banim ?avanim ?al ha-mora.

ontem jogaram duas garotas e-todos os-garotos pedras em o-professor.

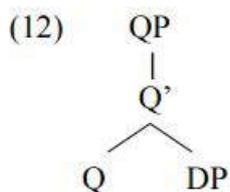
‘Ontem, duas garotas e todos os garotos jogaram pedras no professor.’

d'. ?etmol zarku štei banot ve-ha-banim kul-am ?avanim ?al  
ontem jogaram duas garotas e-os-garotos todos-[3MPL] pedras em  
ha-mora.  
o-professor.

‘Ontem, duas garotas e os garotos todos jogaram pedras no professor.’

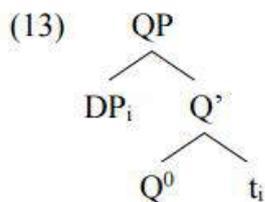
(Shlonsky, 1991, p. 163-164)

Pelas evidências em (11), Shlonsky (1991) assume que Q, em hebraico, é um núcleo funcional que seleciona/subcategoriza um DP encabeçado por um determinante definido, representando o constituinte sintático QP na ordem *default* [Q DP], como em (12):



(Shlonsky, 1991, p. 163)

Segundo Shlonsky (1991, p. 164, tradução nossa) “[devem-se] tomar as expressões com Q final como sendo derivadas daquelas com Q inicial por uma aplicação de *Move-α*, que põe o DP complemento de Q na posição de especificador de Q”<sup>4</sup>. Assim, na proposta do autor, a mesma estrutura subjacente se aplica às construções com Q final, ou seja, as construções com Q final derivam das construções com Q inicial por meio do movimento do DP para SpecQP.



(adaptado de Vicente, 2006, p. 106)

Vicente (2006), ao comparar o comportamento do item “todos” no DP do PB ao comportamento de *all* no inglês, chega à conclusão de que a estrutura [Q DP] no português envolve complementação (e

<sup>4</sup> No original: *Let us, then, take the Q-final expressions to be derived from the Q-initial ones by an application of Move-α, which preposes the DP complement of Q into the specifier position of Q.*

não, adjunção). Sua proposta para o PB, assim como a de Shlonsky (1991) para o hebraico, é a de que o “quantificador” é um núcleo,  $Q^0$ , que toma um DP como seu complemento, e esse DP pode mover-se para SpecQP caso Q porte, na numeração, um traço-EPP não-interpretável, que precisa ser checado/valorado antes de *Spell-out*.

Pela aplicação de testes de constituintes, como respostas a perguntas com extrações de sujeito e de objeto (14a-b), coordenação (14c-d) e deslocamento de constituinte à esquerda (topicalização) (14e), a autora constata que as sequências [Q DP] e [DP Q] são gramaticais em PB. Na verdade, não só esses, mas todos os testes aplicados para o hebraico por Shlonsky (1991) apresentam os mesmos resultados no PB.

(14) a. *Perguntas e respostas com extração de sujeito*

A: Quem odeia a Maria?

B: (Todas) as mulheres (todas).

b. *Perguntas e respostas com extração de objeto*

A: Quem a Maria odeia?

B: (Todos) os alunos (todos).

c. *Coordenação com DP lexical em posição de sujeito*

(Todos) os alunos (todos) e a Maria foram ao cinema.

d. *Coordenação com DP lexical em posição de objeto*

Ontem nós vimos (todos) os alunos (todos) e a Maria no cinema.

e. *Deslocamento para a esquerda*

(?Todos) os alunos (??todos), eu vi.

(Vicente, 2006, p. 85)

Os dados em (14) evidenciam, para Vicente (2006), a hipótese de que Q e DP no PB formam um constituinte sintático. Dessa forma, analogamente a Shlonsky (1991), Vicente (2006) considera que a configuração [DP Q] é obtida por meio de movimento do elemento nominal associado a Q para SpecQP, como ilustra (15):

(15) [os alunos]<sub>i</sub> todos  $t_i$

(Vicente, 2006, p. 98)

A possibilidade de ocorrência de Q-inicial e de Q-final mostram que tal constituinte pode reorganizar-se internamente a seu domínio no que diz respeito a seu ordenamento linear. Porém, conforme Sedrins (2011) e Lacerda (2012) argumentam, há problemas de minimalidade envolvidos nas propostas de Shlonsky (1991) e Vicente (2006) no que diz respeito ao movimento muito local do DP para SpecQP (internamente a QP), pois o movimento interno do DP da posição de complemento para a posição de especificador fere a Hipótese de Antilocalidade (GROHMANN, 2003, 2011 apud LACERDA, 2012), que proíbe que o movimento seja muito local; em outras palavras, é banido o movimento que não cruze pelo menos uma projeção máxima, como ilustra (16), abaixo.

(16) *Proibição de movimento de complemento para especificador*

\*[<sub>XP</sub> YP<sub>i</sub> [<sub>X'</sub> X<sup>0</sup> ~~YP<sub>i</sub>~~]]

(Grohmann, 2011 apud Lacerda, 2012, p.85)

Esse problema (somado a outros fatores) leva Sedrins (2011) a propor que a ordem [DP Q] seja obtida por adjunção de Q a DP, assim como leva Lacerda (2012) a propor que o sintagma nominal do PB apresenta camadas informacionais periféricas (de tópico e foco) acima do QP projetado por “todos/tudo”, para as quais o DP pode se movimentar. Essas propostas de Sedrins (2011) e Lacerda (2012) não serão contempladas em nossa análise.

Na verdade, objetivou-se explorar as análises de *Q-float* para o PB visando ao fornecimento do suporte teórico necessário para o tratamento de “tudo” como núcleo funcional no PB<sup>5</sup>. Assumindo o espírito da proposta em Sportiche (1988), argumentamos a favor de que Q e DP formam um único constituinte no momento inicial da derivação; com Shlonsky (1991), Vicente (2006) e Lacerda (2012), argumentamos que um item do tipo de “tudo/todo-*all*” projeta um QP, selecionando/subcategorizando um DP como complemento, conforme a representação em (12).

### 3 AS RELAÇÕES DE CONCORDÂNCIA INTERNAS AO SINTAGMA NOMINAL

Vejamos novamente o comportamento de “tudo” em relação aos itens que seleciona para compor o sintagma nominal. Conforme já mostramos pelos exemplos de (4) a (6), “tudo” seleciona normalmente um DP plural como sua restrição (como em (17)), podendo ainda selecionar um DP sintaticamente singular que denote um conjunto atômico (como em (18)) ou nomes nus (como em (19)).

5 Vale ressaltar que, em nossa proposta, “tudo” não se trata simplesmente de um quantificador universal, mas de um modificador de grau. Por isso, os rótulos Q e QP que usamos em nossa análise atendem a nosso objetivo, que é lidar com sentenças em que “tudo” tem leitura quantitativa. Para uma discussão sobre a possibilidade de “tudo” gerar leitura de intensidade, encaminhamos o leitor a Cruz (2016).

- (17) a. Os diário tudo  
 b. \*O diário tudo (por exemplo, \**Enviaram o diário tudo hoje.*)
- (18) a. O pessoal tudo  
 b. \*A criança tudo (por exemplo, \**Ele molhou a criança tudo*)
- (19) a. Político é tudo corrupto.  
 b. \*O político é tudo corrupto.

Ainda que “tudo” possa ocorrer com DPs singulares, vemos que não se trata de qualquer DP singular (como evidenciado pela agramaticalidade de (17b), (18b) e (19b)): “tudo” impõe certas restrições semânticas a esse DP, o qual deve necessariamente denotar um conjunto de entidades. Uma vez que a noção de pluralidade é essencial para a restrição de “tudo”, firmamos como hipótese que “tudo” tem traços não-interpretáveis de número que precisam ser checados/valorados com o DP via *Concord*<sup>6</sup>, embora essa marcação não seja morfológicamente marcada, por motivos que desconhecemos.

O contrário se pode afirmar a respeito de traços de gênero, sabendo que “tudo” é uma forma não marcada morfológicamente também para gênero. Como mostram os dados em (20), não há restrição à seleção do DP em relação a gênero:

- (20) a. Os cachorro tudo  
 b. As menina tudo  
 c. Isso tudo

Observa-se, em (20), a possibilidade de ocorrência de “tudo” com o pronome neutro, cuja ocorrência não é possível com “todo-*all*” marcado morfológicamente para gênero masculino ou feminino, conforme ilustrado em (21):

- (21) a. esses / essas / isso tudo  
 b. esses / \*isso todo(s)  
 c. essas / \*isso toda(s)

<sup>6</sup> *Concord*, a grosso modo, trata-se do estabelecimento de concordância nominal por meio de checagem/valoração *in situ* de traços- $\phi$  dos elementos nominais.

A priori, parece-nos que os dados em (20) e (21) constituem evidência para afirmarmos a defectividade de “tudo” em relação a traços de gênero<sup>7</sup>.

Também especulamos que “tudo” pode ser defectivo em relação a traços de pessoa, dada a impossibilidade de ocorrência da ordem [tudo+DP] em posição de sujeito, o que é evidenciado pela sua incapacidade, de acordo com Lacerda (2012), de concordar com a flexão verbal (conforme mostramos em (10)). Em virtude dessas observações superficiais, que merecem melhor atenção em estudos posteriores, podemos firmar como hipótese que “tudo” é defectivo em relação aos traços-φ normalmente esperados para uma forma nominal. Dessa forma, propomos que “tudo” se comporta de modo “peculiar” em relação à concordância nominal: só valora seu traço-φ de número, o único traço-φ que possui. A seguir, apresentamos, especificamente, como a concordância se estabelece no sintagma nominal por meio de *Concord*.

Seguiremos Magalhães (2004) ao assumir que, em PB, (i) D porta traços interpretável de número e não-interpretável de gênero; (ii) N porta traços não-interpretável de número e interpretável de gênero; (iii) ambos portam traço não-valorado de Caso.<sup>8</sup> Assumiremos, também, de modo análogo a Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016) em relação a “todo-*all*”, que “tudo” entra na derivação portando traço não-interpretável de número, traço não-valorado de Caso, e o traço de grau,  $\forall$ , com valor “máximo” (relevante para Deg). Assim, *Concord* ocorre conforme ilustrado em (22):

- (22) a.  $[_{DP} [_D, as_{\{PIN; uG; uCaso\}}] [_{NP} [_N, pizza_{\{uN; FemG; uCaso\}}]]]]$   
 b.  $[_{DP} [_D, as_{\{PIN; FemG; uCaso\}}] [_{NP} [_N, pizza_{\{PIN; FemG; uCaso\}}]]]]$   
 c.  $[_{QP} [_Q, tudo_{\{uN; \forall DEG; uCaso\}}] [_{DP} [_D, as_{\{PIN; FemG; uCaso\}}] [_{NP} [_N, pizza_{\{PIN; FemG; uCaso\}}]]]]]]$   
 d.  $[_{XP} [_{DP} as_{\{PIN; FemG; uCaso\}}] pizzas_{\{PIN; FemG; uCaso\}}] [_{QP} [_Q, tudo_{\{PIN; \forall DEG; uCaso\}}] t_i]]$

7 Foram-nos reportados dois dados de escrita (em (i) e (ii)), em que “tudo” apresenta marcação morfológica de gênero. Os dados foram coletados na internet, em contextos que envolviam certo tom debochado, jocoso. É interessante perceber que, embora “tudo” normalmente não tenha traços de gênero, o falante prevê, pela regularidade do sistema, que um item de valor nominal possa realizar concordância morfológica de gênero com os demais itens que compõem o sintagma nominal. É interessante notar, também, que, ainda nesses casos, “tuda” aparece posposto ao DP:

- (i) Segura umas pra mim, senão o pessoal vai comer as pamonha tuda.  
 (ii) ... pras mina tuda

8 De acordo com Magalhães (2004), postular que os traços de número são interpretáveis no determinante – contrariamente a Chomsky (1995-2001), que afirma que os traços de número são interpretáveis no nome – pode explicar o motivo de, em dialetos coloquiais do PB, a concordância de número aparecer explícita apenas no determinante.

A autora assume com Abney (1987) que a relação selecional entre D e N se dá de modo semanticamente semelhante entre I e o DP sujeito; ou seja, N funciona para D da mesma forma que Infl para o sujeito. “Na sentença, os traços de número são interpretáveis no sujeito (argumento) e não-interpretáveis no verbo (predicado). O mesmo acontece no DP: traços de número são interpretáveis no D (argumento de N) e não-interpretáveis em N (predicado)” (MAGALHÃES, 2004, p. 161). Assim, em termos de concordância entre predicado/argumento, a autora traça um paralelo entre o nível da sentença e o nível do DP, mostrando que a concordância tende a desaparecer no predicado (que possui traços não-interpretáveis), mas manter-se no argumento (que possui traços interpretáveis):

- (i) a. Nós vai.  
 b. As menina.

Seguindo o raciocínio de Magalhães (2004), se a tendência no enfraquecimento da concordância é que os argumentos, que possuem traços interpretáveis, mantenham seus traços morfológicos de número, pode-se dizer que o mesmo se dá dentro do sintagma nominal: a realização morfológica de número se mantém no item que possui traços interpretáveis.

O passo a passo em (22) é o seguinte: em (22a), ocorre *merge* entre D e o NP, sendo que D tem traço interpretável de número [plural] e N tem traço interpretável de gênero [feminino]; em (22b), o traço não-interpretável de gênero de D é valorado como [feminino], enquanto o traço não-interpretável de número de N é valorado como [plural]; em (22c), Q é *merged* portando seu traço de número não-interpretável (e os demais supracitados); em (22d), ocorrem a valoração do traço de número de “tudo” como [plural] e, então, o movimento do DP internamente ao sintagma nominal para uma posição mais alta que QP.

Conforme demonstramos, o movimento do DP para uma posição mais alta que Q é obrigatória, porém, ainda não sabemos necessariamente o que o motiva. Dessa forma, adiaremos para estudos futuros uma investigação mais profunda.

#### 4 O EFEITO MAXIMALIZADOR DE “TUDO” CAPTADO PELA TEORIA DAS EXPRESSÕES DE GRAU

Em sua abordagem para o inglês, Brisson (1998) encara *all* como uma espécie de operador semântico que atua na semântica dos sintagmas nominais plurais e na estrutura do evento, causando um efeito de “fortalecimento” no domínio de distribuição do evento sobre uma pluralidade atômica denotada pelo sintagma nominal plural que a autora chama de *maximalização*. Por exemplo, ao comparar as sentenças *The boys are hungry* e *The boys are all hungry*, vemos que a primeira possibilita não-maximalidade (ou enfraquecimento pragmático), isto é, seu valor de verdade se mantém se, de um vasto conjunto de garotos denotado por *the boys*, nem todos os garotos estejam com fome, enquanto a segunda exclui a possibilidade haver garotos que não estejam com fome. A autora assume a análise de Schwarzschild (1992, 1994, 1996 apud BRISSON, 1998), chamada de “distributividade generalizada”, que propõe que há predicados que podem ser verdadeiros em uma leitura a que podemos chamar “distributividade intermediária” (BRISSON, 1998) – em que a distributividade é aplicada a subpluralidades de um sujeito plural, mas não a todos os seus átomos, e as subpluralidades relevantes serão crucialmente determinadas pelo discurso. “A distribuição generalizada que Brisson assume permite a livre formação de células (*covers*) contendo livres associações entre objetos salientes no universo do discurso” (QUADROS GOMES, 2009, p. 20).

Os *covers* são um meio formal para fazer com que um operador de distributividade encoberto, “D”, cuja função é introduzir quantificação universal sobre os átomos do conjunto denotado pelo DP, se estenda não somente sobre os átomos de uma pluralidade, mas sobre subpluralidades de uma pluralidade; assim, um operador D sempre é acompanhado de uma variável que seleciona um domínio de acordo com o contexto, *Cov*, cujo valor sempre forma um *cover* do universo do discurso. De acordo com Brisson (1998), Schwarzschild argumenta que o *cover* relevante, sobre o qual o operador D se estenderá, é determinado em larga medida pelo contexto de enunciação: ou seja, as “células” do *cover* serão compostas por quaisquer que sejam as subpluralidades pragmaticamente salientes. Vejamos um exemplo de como esse ferramental funciona para interpretar uma sentença como em (23), *The boys ate a sandwich*, captando o enfraquecimento pragmático (ou não-maximalidade):

(23) The boys ate a sandwich.

a.  $({}^D(\text{Cov}_i)(\text{ate.a.sandwich}'))(\text{the.boys}')$

b.  $\forall x[x \in \llbracket \text{Cov}_i \rrbracket \ \& \ x \subseteq \llbracket \text{the.boys}' \rrbracket \rightarrow x \in \llbracket \text{ate.a.sandwich}' \rrbracket]$

c.  $U = \{a, b, c, s, t, \{a,b\}, \{a,c\}, \{a,s\}, \{a,t\}, \{a,s,t\} \dots\}$

$\llbracket \text{the.boys}' \rrbracket = \{a,b,c\}$

$I = \{\{a\}, \{b\}, \{c\}, \{s,t\}\}$

$J = \{\{a\}, \{c\}, \{b,s,t\}\}$

$K = \{\{a,b,c\}, \{s,t\}\}$

$L = \{\{a,b\}, \{c,s,t\}\}$

(Brisson, 1998, p. 79)

Em (23b), temos a interpretação da sentença: para ser verdadeira,  $x$  precisa ser subconjunto da descrição definida *the boys* e, simultaneamente, precisa fazer parte do *cover* que equivale ao valor atribuído à variável *Cov*. Em (23c), representaram-se (i)  $U$  como o universo do discurso, que contém quaisquer elementos que estejam contextualmente salientes para o falante (tanto garotos ( $a$ ,  $b$ , e  $c$ ) quanto outros objetos/seres ( $s$  e  $t$ ), por exemplo), (ii) a extensão da descrição definida *the boys*, e, (iii) de  $I$  a  $L$ , possíveis *covers* que poderiam ser formados por livre associação a partir de  $U$ . Se o valor atribuído a *Cov* fosse  $I$ , haveria a leitura distributiva da sentença. Já se o valor de *Cov* fosse  $K$ , haveria a leitura coletiva<sup>9</sup>.

Se atribuíssemos os valores  $J$  ou  $L$  a *Cov*, observaríamos que alguns elementos estranhos à denotação do DP estariam “presos” em uma célula desses *covers* com um elemento pertencente à sua denotação. Por isso, essas “células fora da medida”, nos termos de Quadros Gomes (2009), (chamadas por Brisson de *ill-fitting covers*) não serviriam ao domínio de distribuição da predicação, sendo descartadas, mesmo contendo um indivíduo pertencente à extensão do DP. Se *all* fosse inserido na sentença, serviria como uma espécie de filtro que interagiria com *Cov*, eliminando a possibilidade de existência de células fora da medida (*ill-fitting covers*), ajustando, segundo Quadros Gomes (2009), o domínio de distribuição do predicado, de modo que todas as células do *cover* fossem formadas unicamente pelas entidades pertencentes à extensão do DP e somente elas.

<sup>9</sup> A autora menciona o fato de ser problemática a atribuição da quantificação universal por parte do operador  $D$  a um domínio singular, mas afirma que assumir tal possibilidade é desejável, já que captura a ocorrência de *enfraquecimento pragmático* em predicados coletivos e a possibilidade de *all* ocorrer com alguns desses predicados. Portanto, no fim das contas, a autora propõe que ambos os predicados, coletivos e distributivos, contenham um operador  $D$ .

Por meio de evidências coletadas a partir da comparação entre “cada” e “todos” em estudos experimentais, Lima (2013) evidencia, fundamentada pela análise de Brisson (1998, 2003 apud LIMA, 2013), que “todos”, em PB, associado a um DP plural, acarreta efeito de maximalidade, da mesma forma que *all*, no inglês. A autora também assume com Brisson (1998) que “todos” não afeta as condições de verdade da sentença; dito de outra forma, a denotação de um DP sem “todos” é a mesma de um DP com “todos”. “Todos” apenas não permite não-maximalidade, conforme os resultados dos experimentos de Lima (2013) atestam.

Em relação à classificação de “todo-*all*”, segundo Vicente & Quadros Gomes (2013), não raro a literatura tem dispensado dois tratamentos para esse item, classificando-o ora como um quantificador-D, ora como um quantificador-A (pelo fato de “todo-*all*” poder gerar, também, leituras de intensidade). Vicente & Quadros Gomes (2013, p. 113) consideram equivocado tal tratamento, pois “a classificação em quantificador ou intensificador não só não cabe, como a divisão em classes não ajuda em nada a análise sintática e semântica das línguas naturais”.

As autoras propõem que o item lexical “todo” seja encarado como um único operador semântico, cuja função é sempre saturar ao grau máximo a relação entre um argumento e seu predicador. Em outras palavras, “todo” eleva ao grau máximo a participação de um argumento no evento. Assumiremos tal proposta em nossa análise, considerando que rotular “tudo” (na qualidade de item pertencente à série “todo-*all*”) como quantificador é inadequado se pretendemos abarcar, também, essa análise unificada; portanto, utilizaremos o rótulo “modificador de grau”, proposto por Vicente & Quadros Gomes (2013).

Ao assumir tal proposta, estaremos pressupondo a análise de grau que as autoras estendem a “todo-*all*”.<sup>10</sup> Vicente & Quadros Gomes (2013) mostram que adjetivos de grau projetam na sintaxe uma camada funcional de grau, DegP, (i) que tem por núcleo um grau (*degree*), e (ii) que é capaz de alocar modificadores de grau; além de mostrar que adjetivos de grau são considerados semanticamente como “relacionais”, isto é, relacionam dois graus – um grau de parâmetro definido pelo contexto e outro aplicado ao DP pelo adjetivo de grau. Além disso, as autoras adotam a proposta de Kennedy & McNally (2005), que postula a existência de variedades de configuração lógica das escalas dimensionadas pelos adjetivos de grau; isso quer dizer que cada adjetivo de grau projeta um tipo de escala. “Basicamente, a escala pode ser aberta, fechada apenas no grau mínimo, apenas no grau máximo ou em ambos. Assumindo essa variação, os autores mostraram que cada M[odificador de] G[rau] seleciona um tipo de escala” (VICENTE & QUADROS GOMES, 2013, p. 119).

Conforme evidenciam os dados, extraídos de Vicente & Quadros Gomes (2013), em (24), o modificador de grau “todo”, de acordo com as autoras, seleciona uma escala fechada no grau mínimo e a satura ao grau máximo, retornando uma escala fechada e preenchida de modo contínuo (em todo o intervalo entre os graus mínimo e máximo).

---

10 Para uma discussão detalhada, remetemos o leitor às considerações de Vicente & Quadros Gomes (2013) e Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016).

(24) a. A montanha é *muito/\*toda* alta. (ALTURA: escala aberta)

b. Meu bolso está *bastante/\*todo* vazio. (OCUPAÇÃO: escala fechada tanto no grau máximo quanto no mínimo)

c. Essa colher está *muito/toda* suja. (LIMPEZA: escala fechada apenas no grau mínimo)

(Vicente & Quadros Gomes, 2013, p. 120)

Em relação a (24), pode-se dizer que uma colher está suja desde que ela esteja minimamente suja e, assim, será possível sujá-la ainda mais. Porém, uma colher *toda suja* possui um grau máximo de sujeira, de modo que é impossível sujá-la ainda mais. De acordo com as autoras, o mesmo pode ser dito em relação a “adjetivos psicológicos”, que sempre aceitam modificação por “todo”.

(25) a. Ele foi *muito/todo* fofo comigo.

b. Essa menina é *muito/toda* sedutora.

c. Pedro é *muito/todo* saudável.

(Vicente & Quadros Gomes, 2013, p. 121)

Os adjetivos de grau das sentenças em (25) também representam escalas fechadas em grau mínimo: segundo Vicente & Quadros Gomes (2013), se alguém foi sutil e minimamente fofo para comigo, pode-se dizer que esse alguém foi fofo; e se esse alguém foi “todo fofo”, o foi num grau máximo, sem que possa ter sido ainda mais fofo em outra situação.

Seguindo o raciocínio desenvolvido em Vicente & Quadros Gomes (2013), poder-se-ia, também, analisar as relações de predicação sentencial como escalas que medem o grau de participação dos componentes da extensão do argumento no evento, numa escala de zero a cem por cento. Vamos tomar como exemplo as sentenças em (26):

(26) a. Os menino comeu a pizza.

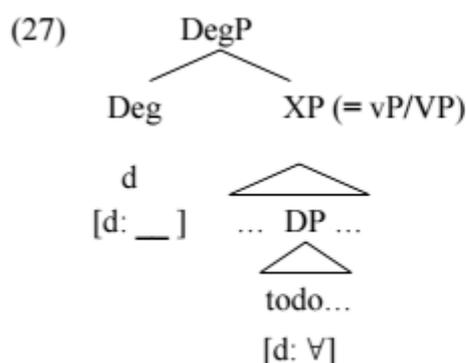
b. Os menino tudo comeu a pizza.

Em (26a), por exemplo, as condições de verdade da sentença requerem a aplicação da predicação sobre uma mínima parte da extensão do argumento externo, ou seja, de um grande grupo de garotos, somente uma quantidade mínima (em relação a um parâmetro estabelecido contextualmente) precisa

ter comido a pizza para que a sentença seja verdadeira: por analogia, tal evento é uma escala fechada em grau mínimo. Dessa forma, conseguimos captar numa análise de graus o que Brisson (1998) descreveu como não-maximalidade no domínio de distribuição do predicado. Já a sentença em (26b) mostra o efeito semântico de maximalização que a presença do modificador de grau opera sobre a extensão do DP argumental ao qual a predicação é aplicada: todos os componentes integrantes da extensão do DP participaram do evento de comer a pizza. Assim, “tudo”, como modificador de grau, eleva ao grau máximo o valor da escala, retornando a ideia de que cem por cento da extensão do DP participou do evento. Em outras palavras, “tudo” (assim como “todo-*all*”) sempre opera sobre escalas, modificando o grau de participação dos componentes da extensão de um DP no evento denotado pelo verbo para máximo.

## 5 PROPONDO A SINTAXE DE “TUDO”

Assumir que “tudo” tenha escopo sobre as relações de predicação requer que esse modificador de grau, na sintaxe, c-comande a projeção em que ocorre *merge* entre o evento e seu argumento, a fim de gerar leitura quantificacional. No modelo proposto por Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016) (o qual assumimos para a derivação de sentenças com “tudo”), “todo-*all*”, considerado um elemento com propriedades A', entra na derivação sempre portando um traço de grau (*degree feature*),  $\forall$ , com valor “máximo”, relevante para o núcleo d do sintagma de grau DegP, conforme ilustrado em (27):



(Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho, 2016, s. n.)

Os autores também assumem que DegP é uma projeção funcional periférica, que figura em domínio A' (invisível ao DP ou à sonda- $\Phi$  de T, portanto), cujo núcleo deve entrar em relação de *Agree* com o modificador de grau “todo-*all*”, a fim de valorar seu traço de grau para o valor “máximo”. Tal operação ocorre paralelamente à de *Concord* entre Q e DP (para lidar com isso, os autores adotam em sua análise a proposta de “cisão de traços” de Obata & Epstein (2011 apud VICENTE, QUADROS GOMES & LUNGUINHO, 2016). Nas sentenças com leitura quantificacional, conforme dissemos, DegP pode ser projetado sobre as relações de predicação sentencial primárias: ou seja, sobre vP (lugar em que o argumento externo é gerado na base) ou VP (lugar em que o argumento interno é gerado na base), como ilustra (28):

(28)  $[_{DegP} [_{Deg'} deg [_{vP} [_{v'} v [_{DegP} [_{Deg'} deg [_{VP} [_{V'} V]]]]]]]]]]]$

(Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho, 2016, s. n.)

A representação acima, em (28), mostra que, em sentenças em que o grau de participação do argumento interno no evento é modificado pelo modificador de grau, DegP é projetado sobre VP, ao passo que, quando o grau de participação do argumento externo no evento é modificado, DegP é projetado sobre vP. A projeção de DegP na sintaxe sobre uma relação predicativa primária ocorrerá se (e somente se) houver mapeamento do grau de participação do DP no evento; ou seja, a projeção se dará somente sobre a relação predicativa ajustada pelo modificador de grau. Os exemplos a seguir, em (29), constituem as etapas iniciais na derivação de sentenças com leitura quantificacional.

(29) a. Os menino gastou as moeda tudo. (argumento interno)

$[_{DegP} [_{Deg'} d [_{VP} [_{V'} gastar [[as moeda]_i tudo t_i]]]]]$

b. Os menino tudo gastou as moeda. (argumento externo)

$[_{DegP} [_{Deg'} d [_{VP} [[Os menino]_i tudo t_i] [_{v'} v [_{VP} [_{V'} gastar [as moeda]]]]]]]]]$

Havendo a inserção de DegP na derivação, há a valoração do traço não-interpretável de grau do núcleo *d* via *Agree* com “tudo”, que porta o traço  $\forall$ , que, de acordo com os autores, fornece a interpretação de maximalização, em que o grau de participação da extensão do DP no evento é total. Se o núcleo *d* for selecionado para a numeração com um traço [+EPP], a valoração dos traços do núcleo desencadeará movimento do modificador de grau para Deg, e, conseqüentemente, haverá *Q-float* (ver (30c)); do contrário, na ausência de um traço EPP em *d*, a valoração ocorre *in situ*, podendo o modificador de grau e o nominal a ele associado permanecer na posição de origem (ver (30a)<sup>11</sup>) ou se deslocar por *pied-piping* para SpecTP (ver (30b)).

(30) a. Os menino gastou as moeda tudo.

$[_{TP} [_{DP} Os menino]_k [_{T'} gastou]_j [_{VP} t_k [_{v'} t_j [_{DegP} [_{Deg'} d_{[-EPP]} [_{VP} [_{V'} t_j [_{DP}^{12} [as moeda]_i [tudo t_i]]]]]]]]]]]]]$

b. Os menino tudo gastou as moeda. (*d* [-EPP]  $\Rightarrow$  *Agree in situ*)

11 Agradecemos aos pareceristas anônimos da revista por nos ter apontado a problemática, em nossa análise, de um núcleo de grau portar um traço [+EPP] em sentenças como (30a), em que o DP argumento interno é modificado por “tudo”; pois, nesses casos, “tudo” se superficializaria à esquerda do DP. Embora nossos dados não mostrem a ocorrência de “tudo” anteposto ao DP modificado por ele, fato que nos levou à generalização de que “tudo” não pode ocorrer à esquerda do DP modificado, alguns autores – a exemplo de Lacerda (2012) – atestam a suposta gramaticalidade de dados como “Dei TUDO os livro ontem pra Maria.” (LACERDA, 2012, p. 53), em que “tudo” é focalizado e figura à esquerda do DP.

12 O rótulo “DP” foi usado para ressaltar que o DP se movimenta, inicialmente, para uma projeção interna ao sintagma nominal, acima de QP (conforme vimos na seção 3).

$[_{TP}[_{DP}[\text{os menino}]_k [_{\text{tudo}}]_q] [_T \text{gastou}]_j [_{\text{DegP}}[_{\text{Deg}} d_{[-EPP]}] [_{vP}[_{t_k} [t_q t_k]]] [_{v'} t_j [_{vP}[_{v'} t_j] [_{DP} \text{as moeda}]]]]]]]]]$

c. Os menino<sub>i</sub> gastou tudo<sub>i</sub> as moeda. ( $d [+EPP] \Rightarrow Q\text{-float}$ )

$[_{TP}[_{DP} \text{Os menino}]_k [_T \text{gastou}]_j [_{\text{DegP}}[_{\text{Deg}} [\text{tudo}_q + d_{[+EPP]}] [_{vP}[_{t_k} [t_q t_k]]] [_{v'} t_j [_{vP}[_{v'} t_j] [_{DP} \text{as moeda}]]]]]]]]]$

Em relação a sentenças em que “tudo” ocorre com nomes nus, argumentamos que as ocorrências de  $[N_{nu} \dots + \text{tudo}]$  e  $[\text{todo} + N_{nu}]$  poderiam ser acomodadas uniformemente pelo modelo derivacional proposto. Vale lembrar que os nomes nus têm sido analisados pela literatura como predicados (+pred) (CHIERCHIA, 1998; LONGOBARDI, 1994, 2001).

Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016) atentam para o fato de que tais estruturas têm somente leitura quantificacional – em (31), por exemplo, “todo” relaciona dois conjuntos (o conjunto dos humanos e o conjunto dos mortais), garantindo que todos os elementos do conjunto denotado pelo nome nu sejam também membros do conjunto denotado pelo predicador. Duas outras observações que os autores fazem, cruciais para a análise que propõem, é que, nos casos de combinação entre “todo” e nome nu, (i) não é possível a flutuação de Q, (ii) tampouco o reordenamento dos dois constituintes internamente ao DP:

(31) a. Todo homem é mortal. ( $[\text{todo} + N_{nu}] \checkmark OK$ )

b. \*Homem é todo mortal. ( $*Q\text{-float}$ )

c. \*Homem todo é mortal. ( $*[N_{nu} + \text{todo}]$ )

(Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho, 2016, s. n.)

Partindo dessas observações, os autores levantam a hipótese de a impossibilidade de reordenamento interno ao DP poder ser consequência da estrutura funcional de nomes nus, aparentemente menos articulada que a de DPs plenos (que permitem reordenamento). Ao postular a projeção de um DegP nessas sentenças, os autores indicam que DegP toma em seu escopo tanto o sujeito e o predicado de *individual-level* (o adjetivo “mortal”) quanto o tempo verbal (o verbo copulativo, *ser*, que, de acordo com os autores, tem papel fundamental em determinar o estatuto do predicado como *individual-level*), portanto, o ponto de inserção de DegP na sentença, de acordo com a proposta dos autores, seria sobre TP.

Se compararmos as sentenças em (31) com as sentenças em (32), que mostram que “tudo” também seleciona nomes nus, vemos que há diferenças nas posições em que esses modificadores de grau podem se superficializar:

(32) a. \*Tudo cachorro é bonzinho. ( $*[\text{tudo} + N_{nu}]$ )

b. \*Cachorro tudo é bonzinho. ( $*[N_{nu} + \text{tudo}]$ )

c. Cachorro é tudo bonzinho. (Q-float ✓OK)

Dessa forma, vemos que parece ser plausível a hipótese de que a estrutura funcional dos nomes nus pode ser menos rica que a de um DP pleno, o que impossibilita o rearranjo interno dos dois constituintes.

Ademais, os dados em (32) também mostram que só é possível, nessas estruturas, “tudo” flutuado. Se aceitássemos a hipótese de Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016) – de que DegP seria projetado sobre TP –, seria impossível captar as ocorrências de “tudo” em estruturas com nomes nus. Dessa forma, defendemos que o ponto em que DegP é projetado em sentenças com nomes nus e verbos copulativos não é sobre TP, como sugerem os autores, pois, uma vez que “tudo” é um elemento da série “todo-*all*”, não há motivos para que DegP seja projetado em pontos diferentes da sentença para cada um desses itens. Por isso, acreditamos, que o ponto de inserção de DegP em sentenças como (31a) e (32c) é sobre VP<sup>13</sup>.

Adotamos, seguindo Mateus *et al.* (2005), que o verbo copulativo, embora seja funcional (ou seja, embora fundamentalmente porte noções gramaticais, como tempo, modo e aspecto, e não tenha grade temática), é projetado na base em VP, sobre a *Small Clause* (cf. BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2015). Consequentemente, estamos assumindo que, embora o predicador por excelência nessas construções seja o adjetivo, o local de projeção da cópula também estabelece relações de predicação – de acordo com Vicente, Quadros Gomes & Lunguinho (2016), o verbo funcional tem papel fundamental em determinar o estatuto do predicado como *individual-level* (ou *stage-level*).

Parece-nos que, em (32c), envolvendo “tudo”, o núcleo Deg precisa portar, para a convergência da derivação, um traço [+EPP], que obrigará o movimento de “tudo” para d, ocasionando sua flutuação. Já nas sentenças envolvendo “todo”, como em (31a), o núcleo Deg precisa portar, para a convergência da derivação, traço [-EPP], que fará com que a expressão [todo + N<sub>nu</sub>] se desloque para SpecTP, passando por sobre DegP, que está em um domínio A', e, portanto, invisível ao nome nu, conforme ilustra (33)<sup>14</sup>, simplificadamente:

(33) a. Cachorro é tudo bonzinho.

$[_{TP} [Cachorro]_i [_{TP} \acute{e}_j [_{DegP} [_{Deg} tudo_q +d_{+EPP} [_{VP} [_{V'} t_j [_{Small\ Clause} [t_q t_i] [bonzinho]]]]]]]]]$

b. Todo homem é mortal.

13 Vimos que, conforme ilustrado em (28), DegP é projetado sobre VP quando o argumento interno é modificado pelo modificador de grau. Nas sentenças com verbos copulativos, também argumentamos que o ponto de inserção de DegP é sobre VP. Tal afirmação não é contraditória ou um “remendo” ao sistema que vinha sendo proposto, visto que, em sentenças com esse tipo de verbo, vP não é projetado.

Em sentenças com nomes nus e outros tipos de verbos, como transitivos (i) e inergativos (ii), DegP é projetado sobre vP, de acordo com o modelo que propomos.

(i) Cavalo come tudo capim. / Todo cavalo come capim.

(ii) Político mente tudo igual. / Todo político mente igual.

14 Surge em nossa proposta um problema fundamental, para o qual ainda não temos resposta: se não há, no modelo minimalista, condição de boa formação da numeração, nada deveria impedir a seleção aleatória de Deg na numeração com ou sem EPP; com isso, deveríamos esperar a gramaticalidade das sentenças em (31b) e (32a), com o valor do EPP de Deg inverso ao que apresentamos em (33), o que não ocorre. Assim, levado às últimas consequências, o modelo que propomos prevê a sobregeração de sentenças com nomes nus. Por outro lado, poderíamos dizer que um Deg pode ser aleatoriamente selecionado para a numeração, com ou sem EPP, mas que, por critérios sintáticos independentes, a escolha de um Deg com ou sem EPP leva a derivação ao fracasso. Agradecemos, mais uma vez, aos pareceristas anônimos da revista pelo apontamento dessas observações, enriquecedoras para nossa análise.



Institute of Technology, Massachusetts.

\_\_\_\_\_. Floating quantifiers: handle with care. (2001). In: Cheng, L. & Sybesma, R. (eds.). *The Second Glot International State-of-the-article Book*. Berlin: Mouton. pp. 107-148. Disponível em: <<http://bobaljic.uconn.edu/papers/FQII.pdf>> (pp. 1-50).

Bošković, Ž. (2004). Be careful where you float your quantifiers. *Natural Language & Linguistic Theory*, n. 22. pp. 681-742.

Brisson, C. M. (1998). *Distributivity, maximality, and floating quantifiers*. PhD Dissertation – Rutgers University, New Brunswick, NJ.

Cançado, M. (2006). O quantificador *tudo* no PB. *Letras*, Curitiba, n. 70, set/dez. pp. 157-182.

Chierchia, G. (1998). Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, n. 6. pp. 339-405.

Chomsky, N. (1995). *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.

Cirillo, R. (2009). *The syntax of floating quantifiers: stranding revisited*. PhD Dissertation. Universiteit van Amsterdam.

Cruz, A. S. (2016). “Os ‘quantificador’ tá *tudo flutuando*”: uma análise de “tudo” como modificador de grau no Português Brasileiro. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Godoy, L. A. G. (2005). *A palavra tudo como quantificador universal puro no Português Brasileiro*. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Lacerda, R. (2012). *Quantificadores flutuantes no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Lima, S. (2013). Maximality and distributivity in Brazilian Portuguese. *Linguística*, v. 9, n. 1. pp. 133-157

Longobardi, G. (1994). Reference and Proper Names. *Linguistic Inquiry* 25(4). pp. 609-665.

\_\_\_\_\_. (2001). How comparative is Semantics? A unified parametric theory of bare nouns and proper names. *Natural Language Semantics*, n. 9. pp. 335-369.

Magalhães, T. M. V. (2004). A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, 20:1. pp.

149-170.

Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M.; Villalva, A. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho.

Quadros Gomes, A. P. (2004). “*Todo*”, “*cada*” e “*qualquer*”: exigências sobre a denotação nominal e verbal. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2009). *O efeito grau máximo sobre os domínios: como todo modifica a relação argumento-predicado*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sedrins, A. P. (2011). O quantificador *todos* no português brasileiro: ordem e padrões de concordância. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40:1, jan-abril. pp. 207-219.

Shlonsky, U. (1991). Quantifiers as functional heads: a study of Quantifier Float in Hebrew. *Lingua*, 84. pp. 159-180.

Sportiche, D. (1988). A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry*, 19.3. pp. 425-449.

Vicente, H. S. G. (2006). *O quantificador flutuante todos no português brasileiro e no inglês: uma abordagem gerativa*. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

Vicente, H. S. G.; Quadros Gomes, A. P. (2013). Um tratamento unificado de grau para o quantificador flutuante e o intensificador ‘todo’. *Linguística*, v. 9, n. 1. pp. 112-132.

Vicente, H. S. G.; Quadros Gomes, A. P.; Lunguinho, M. V. (2016). Uma análise sintático-semântica de grau para todo-all no português brasileiro. Ms.

# A SINTAXE E A MORFOLOGIA DAS NOMINALIZAÇÕES NA LÍNGUA TENETEHÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)<sup>1</sup>

*Quesler Fagundes Camargos (UNIR)<sup>2</sup>*

## **ABSTRACT:**

This paper aims to examine agentive, eventive and resultative nominalizations in the Tenetehára Language. According to Marantz (1997), Alexiadou (2001) and Borer (2003, 2005), resultative nominalizations are formed from categorically neutral roots. Nonetheless, resultative and eventive nominalizations in Tenetehára are productively derived by morphological complex verbal stems, allowing for the possibility of containing VP-adverbs, applicative and causative affixes, voice markers and agent-oriented adverbs. On the other hand, they cannot display verbal negation and expression of aspect and tense. In addition, agentive nominalizations also exhibit a complex verbal structure. The evidence comes from agentive nominalized verbs that display causative and applicative morphologies and VP-adverbs, but they cannot contain voice markers, agent-oriented adverbs, verbal negation or expression of aspect and tense. Therefore, Tenetehára seems to present counterexample to Baker & Vinokurova's (2009) approach, according to which true agentive nominalization must combine directly with VP.

**KEYWORDS:** Syntax. Morphology. Nominalizations. Tenetehára. Tupí-Guaraní.

---

1 Este artigo é o resultado dos trabalhos desenvolvidos no projeto de pesquisa "Descrição e análise de línguas indígenas amazônicas", no âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (PROPesq/UNIR) e do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA), dentro da linha de pesquisa "Estudos da Linguagem Intercultural". Quero registrar meus agradecimentos ao povo indígena Tenetehára que foi essencial no levantamento dos dados linguísticos que compõem esta pesquisa, em especial aos indígenas Cíntia Maria Santana da Silva Guajajára, Pedro Guajajára, Raimundo Guajajára e Trajano Guajajára.

2 Professor Assistente do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (DEINTER/UNIR). Doutorando e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação da Amazônia (GPEA), Grupo de Pesquisa em Geografia Socioambiental (GPGSA), Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC/UNIR) e Laboratório de Línguas Indígenas (LALI/UFMG). E-mail: [queslerc@gmail.com](mailto:queslerc@gmail.com). Website: [www.qfcamargos.unir.br](http://www.qfcamargos.unir.br).

## RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo examinar as nominalizações agentivas, eventivas e resultativas na língua Tenetehára. Apesar de Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2003, 2005) afirmarem que as nominalizações resultativas são construídas a partir de raízes, vou mostrar, com base nas construções causativas, que em Tenetehára essas estruturas são morfologicamente complexas e assim podem sofrer decomposição. Paralelamente, as nominalizações agentivas também exibem uma estrutura verbal complexa. Nosso principal argumento se fundamenta no fato de essa construção combinar-se com morfologia causativa e aplicativa, por exemplo. Veja que essa proposta opõe-se parcialmente a Baker & Vinokurova (2009), visto que esses autores assumem que verdadeiros nominalizadores agentivos devem se juntar a VPs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe. Morfologia. Nominalizações. Tenetehára. Tupí-Guaraní.

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito da linguística teórica, as construções que envolvem nominalizadores, tais como o sufixo {-ing} em inglês, têm sido utilizadas como argumentos favoráveis e contrários à proposição de um módulo separado para a morfologia. Esse debate tem proporcionado condições para o aperfeiçoamento de propostas teóricas que abordam a nominalização, tais como: a Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ 1997) ou ainda a Gramática Léxico-Funcional (KAPLAN; BRESNAN, 1982; SHIEBER 1986), por exemplo. Com base neste debate, este trabalho tem por objetivo examinar os nominalizadores {-har}, que denota agente, e {-haw}, que indica evento e resultado, na língua indígena Tenetehára, a qual, de acordo com Rodrigues (1985), pertence ao ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní. Mostrarei que as nominalizações que denotam um agente nessa língua apresentam uma estrutura verbal mais complexa do que um simples VP, o que é contrário a Baker & Vinokurova (2009). Além disso, as nominalizações resultativas, nos termos de Grimshaw (1990), também são morfologicamente complexas e assim podem sofrer decomposição. Proponho que a língua Tenetehára tem um comportamento muito semelhante ao da língua Ojibwe (MATHIEU, 2013, 2014), uma vez que essas construções nessas duas línguas envolvem a nominalização de predicados verbais sem argumento externo, apesar de haver evidência morfológica da realização de vP, por meio, por exemplo, da morfologia causativa.

Este artigo está dividido em cinco seções. Na seção 2, apresento um resumo do trabalho de Baker & Vinokurova (2009). Na seção 3, examino a nominalização agentiva em Tenetehára. Na seção 4, investigo a nominalização que denota evento e resultado em Tenetehára. Na seção 5, encerro com as considerações finais.

## 2. A SINTAXE E A MORFOLOGIA DAS NOMINALIZAÇÕES

De acordo com Baker & Vinokurova (2009), as derivações morfológicas que criam nomes deverbais que denotam um evento ou um agente são estruturas comuns em uma perspectiva interlinguística. Os

autores ilustram esses dois processos derivacionais com os exemplos do inglês. Veja que, em (1b) e (1c), os nomes *finding* “o encontro” e *finder* “aquele que encontra” contêm, conforme Baker & Vinokurova (2009), uma raiz verbal e um sufixo nominalizador.

- (1) a. *Chris found my wallet in the stairwell*  
b. *The **finding** of the wallet took all afternoon*  
c. *The **finder** of the wallet returned it to the front desk*

Conforme Baker & Vinokurova (2009), os dois nomes deverbais acima apresentam características comuns, a saber: (i) ocupam a posição sintática de sujeito de uma oração finita, função típica de NPs; (ii) recebem o artigo definido *the*; e, por fim, (iii) possuem um objeto “genitivo” marcado com a preposição *of* “de”.

Baker & Vinokurova (2009) mostram ainda que o gerúndio em inglês, além ocupar posições típicas de DPs, contêm o mesmo afixo {-ing} visto em (1b), conforme o exemplo abaixo.

- (2) *Finding the wallet (so quickly) was a big relief*

No entanto, note que, ao contrário da nominalização em (1b), a estrutura de gerúndio em inglês, como em (2), contêm propriedades mais verbais do que nominais. Baker & Vinokurova (2009) apresentam, como evidência, o fato de (i) não haver nenhum determinante e (ii) o objeto não ser marcado pela preposição *of* “de”, mas sim se realizar como NP pleno com Caso acusativo.

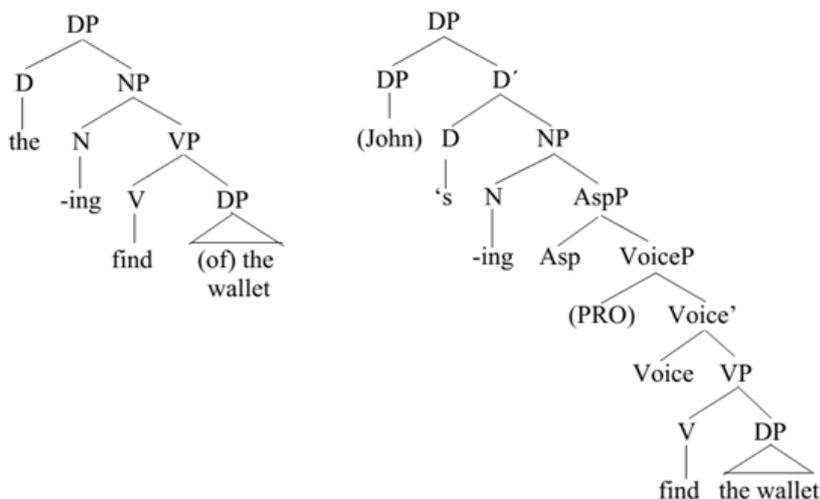
Apesar de o gerúndio em (2) apresentar propriedades nominais e verbais, as duas construções que envolvem o sufixo {-ing} não podem combinar as propriedades um do outro arbitrariamente. Note que as duas sentenças abaixo são agramaticais porque, em (3a), o artigo definido está presente e o objeto recebe Caso acusativo e, em (3b), o artigo definido não está presente e o objeto é marcado pela preposição *of* “de”.

- (3) a. *\*The **finding** the wallet*  
b. *\***Finding** of the wallet*

Em uma perspectiva teórica, Baker & Vinokurova (2009) propõem que a nominalização em (1b) envolve um afixo nominal {-ing} que é adicionado em um nível inferior na estrutura configuracional. Assim, o sintagma como um todo apresenta mais propriedades nominais. A sentença em (2), por sua vez, envolve um afixo {-ing} que se junta em uma posição mais alta na estrutura configuracional. Dessa maneira, apesar de haver propriedades nominais, há mais funções verbais presentes na sentença.

Baker & Vinokurova (2009, p. 3) propõem as configurações em (4) para dar conta dessa distinção no uso do afixo nominalizador {-ing} em inglês:

- (4) a. nome de ação                      b. nome de gerúndio



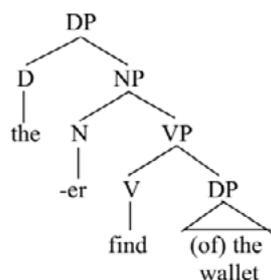
Os autores assumem que o objeto *the wallet* “a carteira” só tem o Caso acusativo em (2) e (4b), uma vez que o Caso acusativo é licenciado pelo núcleo de VoiceP. Por essa razão, em (1b) e (4a), esse objeto recebe a preposição *of* “de”, a qual tem a função de satisfazer o Caso do objeto. Outro fato interessante é que advérbios de modo como *quickly* “rapidamente” são gerados acima de VP (CINQUE, 1999). Logo, apenas estruturas como (4b) permitem a realização desses modificadores, como mostra a sentença (2).

Consoante Baker & Vinokurova (2009), ao contrário de algumas nominalizações que denotam evento, as nominalizações de agente em inglês (i) não podem ter um objeto acusativo, (ii) não podem se realizar sem um determinante e (iii) não podem ser modificadas por um advérbio, conforme os respectivos exemplos a seguir:

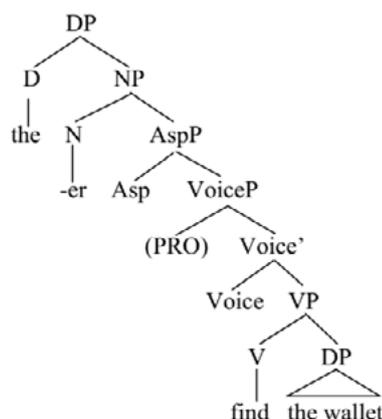
- (5) a.        \**The finder the wallet (so quickly) returned it to the front desk*  
 b.        \**Finder the wallet returned it to the front desk*  
 c.        \**The finder of the wallet quickly returned it to the front desk*

De fato, para Baker & Vinokurova (2009), nominalizações de agente não apresentam nenhuma estrutura verbal, além do fato de que contêm uma raiz verbal e um argumento interno do verbo. Diante disso, Baker & Vinokurova (2009, p. 5) propõem as duas construções abaixo, em que a configuração em (6a) é atestada em inglês, paralelamente à estrutura (4a). A estrutura (6b), apesar de ser paralela à configuração em (4b), não é atestada, como as agramaticalidades em (5) evidenciam.

## (6) a. nominalizações agentivas



## b. estrutura não atestada



Um dos objetivos de Baker & Vinokurova (2009) é mostrar que a ausência de (6b) em inglês não é uma lacuna acidental, mas sim um fenômeno que perpassa as línguas naturais, uma vez que esse contraste pode ser essencialmente observado em outras línguas. Com base nesse debate, os autores investigam a nominalização de agente em uma perspectiva interlinguística a fim de mostrar como esse processo se diferencia da nominalização que denota evento. Neste artigo, no entanto, mostrarei que a língua Tenetehára figura como um contraexemplo para esses autores.

Na próxima seção, analisarei as propriedades presentes em nominalizações que denotam agente na língua Tenetehára. O objetivo será investigar a estrutura interna dessas nominalizações.

### 3. NOMINALIZAÇÃO AGENTIVA EM TENETEHÁRA

Nesta seção, mostrarei que a língua Tenetehára<sup>3</sup> exibe um comportamento gramatical bem interessante quanto ao processo de nominalização de agente, o qual se apresenta como um contraexemplo para Baker & Vinokurova (2009). Veremos que nomes deverbais que denotam agente apresentam uma estrutura verbal mais complexa do que um simples VP, conforme a configuração (6a). Em termos descritivos, verbos transitivos podem ser nominalizados por meio do sufixo {-har}. O resultado será um nome deverbal que denota o agente do evento introduzido pelo verbo, conforme o exemplo<sup>4</sup> abaixo:

3 A língua Tenetehára, assim como as demais línguas da família linguística Tupí-Guaraní, apresenta uma estrutura morfológica rica nos núcleos sintáticos, podendo, assim, ser classificada como uma língua com propriedades aglutinantes. Dessa forma, a estrutura morfológica do verbo é constituída por prefixos e por sufixos. Estes afixos têm a função, de modo geral, de realizar a concordância com o sujeito e/ou com o objeto, aumentar e diminuir a valência verbal, codificar aspecto, realizar a incorporação nominal, marcar a negação, entre outras funções. Com base na ordem linear dos afixos verbais, proponho que eles se enquadrem, mas não se limitem, no seguinte paradigma: Negação + Concordância + Reflexivo + Causativo + Nome Incorporado + RAIZ + Aspecto + Causativo + Aspecto + Negação. Quanto ao sistema de concordância, os sintagmas nominais em Tenetehára não recebem desinências de caso morfológico para distinguir os sintagmas nominais nas funções sintáticas de sujeito e de objeto. Essas funções são, na verdade, codificadas por meio dos paradigmas de concordância. Em termos descritivos, há três paradigmas. O primeiro paradigma corresponde aos prefixos de concordância que referenciam os argumentos externos, a saber: a- [1sg]; uru- ~ oro- [1excl]; xi- ~ za- [1incl]; re- [2sg]; pe- [2pl]; u- ~ o- ~ w- [3]. O segundo paradigma corresponde aos prefixos de concordância que referenciam os argumentos internos, a saber: he- [1sg]; ure- [1excl]; zane- [1incl]; ne- [2sg]; pe- [2pl]; i- ~ h- [3]. Por fim, o terceiro paradigma corresponde aos prefixos de concordância *portmanteau* que referenciam os argumentos externos e internos simultaneamente, a saber: uru- [1 2sg]; apu- [1sg 2pl]; urupu- [1excl 2pl]. Em termos sintáticos, o Tenetehára é uma língua que exibe a ordem básica VSO. Alguns fatores gramaticais, no entanto, permitem que a ordem se altere, tais como topicalização, interrogação, entre outros. Quanto aos mecanismos de ajuste de valência verbal (estrutura causativa, reflexiva, anti-passiva, entre outras) e demais propriedades gramaticais diretamente relacionadas à estrutura verbal, direciono o leitor aos trabalhos de Harrison (1986, 1995), Duarte (1997, 2003, 2007, 2012), Castro (2007), Silva (2010), Camargos (2013ab, 2014), Camargos & Castro (2013, 2015), entre outros.

4 Os exemplos da língua Tenetehára apresentados neste trabalho pertencem à variedade dialetal falada na Terra Indígena Araribóia, sobretudo das aldeias Lagoa Quieta, Zutiwa e Barreirinha. As abreviaturas utilizadas neste artigo são: 1: primeira pessoa; 2: segunda pessoa; 3: terceira pessoa; APPL: morfema aplicativo; C: prefixo de contiguidade; CAUS: morfema causativo; CORR: correferencial; EXCL: exclusivo; FUT: futuro; INCL: inclusivo; INTENS: intenção; NC: prefixo de não contiguidade; NEG: morfema de negação; NOML: morfema nominalizador; PASS: passado; PERF: perfectivo; PL: plural; REFL: morfema reflexivo; SG: singular.

- (7) a. *u-zuka*      *awa*      *zàwàruhu*      *a'e*  
 3-matar      homem      onça      ele  
 “O homem matou a onça”
- b. *o-ho*   *zàwàruhu*      *i-zuka-har*      *ka'a*   *pe*      *a'e*  
 3-ir   onça      3-matar-NOML      mata   para      ele  
 “O matador de onça foi para a mata”

Note que o nominalizador {-har} se junta ao verbo transitivo *zuka* “matar”, a fim de denotar o agente do evento de matar. O objeto *zàwàruhu* “onça”, por sua vez, ocupa a posição de complemento do nome deverbal, o qual engatilha o prefixo<sup>5</sup> de terceira pessoa {-i-}. Vale ressaltar que essa posição de complemento também pode ser ocupada por um possuidor, conforme os exemplos abaixo:

- (8) a. *he=∅-àkàg*  
 1sg=C-cabeça  
 “Minha cabeça”
- b. *ne=∅-takihe*  
 2sg=C-faca  
 “Sua faca”

Nas próximas seções, mostrarei que o nominalizador {-har} é capaz de selecionar estruturas mais complexas do que um VP.

### 3.1. Morfologia causativa

Vimos no exemplo (7) que o morfema {-har} se junta a verbos transitivos a fim de gerar nomes que denotam um agente. Os exemplos (9) e (10), por sua vez, mostram que verbos transitivos morfologicamente causativizados também podem ser nominalizados pelo sufixo {-har}.

- (9) a. *u-mu-zahak*      *kuzà*      *kwarer*      *a'e*  
 3-CAUS-banhar      mulher      menino      ela  
 “A mulher deu banho no menino”
- b. *o-ho*   *kwarer*      *i-mu-zahak-har*      *ka'a*   *pe*      *a'e*  
 3-ir   menino      3-CAUS-banhar-NOML      mata   para      ela  
 “Aquele que banha o menino foi para a mata”

5 No âmbito dos estudos descritivos das línguas indígenas da família linguística Tupí-Guaraní, prefixos relacionais têm a função de marcar a contiguidade ou não contiguidade entre um termo dependente e o termo do qual este depende. Nos nomes, por exemplo, o núcleo do sintagma nominal engatilha os prefixos {∅- ~ r-} para indicar que o seu complemento está adjacente, ao passo que os prefixos {-i- ~h-} são engatilhados para indicar que o complemento não está adjacente ao núcleo do sintagma nominal. A língua Tenetehára exhibe, no entanto, um sistema mais refinado, quanto ao uso dos prefixos {-i- ~h-}. Além de marcar a não adjacência do complemento nominal, esses prefixos também podem ocorrer em predicados nominais com aparente adjacência de seu argumento, a fim de codificar o traço de terceira pessoa. Estes dois mecanismos permitem que as construções possessivas, como em (i), sejam diferenciadas das predicções nominais, como em (ii). Note que o prefixo {-h-} em (ii) não tem a função de codificar a não adjacência de *awa* “homem”, mas sim marcar o traço de 3ª pessoa.

(i) *awa*      *r-àpuz*  
 homem      c-casa  
 “A casa do homem”

(ii) *awa*      *h-àpuz*  
 homem      3-casa  
 “O homem tem casa”

- (10) a. *u-mu-aku*                      *kuzà*                      *kwarer*                      *a'e*  
 3-CAUS-quente                      mulher                      menino                      ela  
 “A mulher esquentou (/bateu em) o menino”
- b. *o-ho kwarer*                      *i-mu-aku-har*                      *ka'a pe*                      *a'e*  
 3-ir menino                      3-CAUS-quente-NOML mata para ela  
 “Aquele que sempre esquenta (/bate em) o menino foi para a mata”

Note que, nos exemplos acima, o nominalizador {-har} é capaz de se afixar a uma estrutura verbal que projeta  $\nu P_{\text{CAUSE}}$ , cujo núcleo é instanciado pelo morfema causativo {mu-}. A consequência desses dados é que a configuração em (6a), em que o nominalizador seleciona um VP como complemento, não é atestada em Tenetehára, uma vez que o nominalizador seleciona como complemento uma estrutura verbal mais complexa do que um simples VP.

### 3.2. Morfologia de aplicativo alto

Outra evidência de que o nominalizador {-har} seleciona uma estrutura verbal mais desenvolvida do que aquela configuração proposta por Baker & Vinokurova (2009) vem das construções que envolvem o morfema aplicativo alto {eru-}, conforme os exemplos abaixo:

- (11) a. *w-eru-wewe*                      *awa*                      *àwiàw*                      *a'e*  
 3-APPL-voar homem                      avião                      ele  
 “O homem voa com o avião”
- b. *u-hem*                      *àwiàw*                      *h-eru-wewe-har*                      *kwez*                      *he=r-uwake*                      *a'e*  
 3-*vir*                      avião                      3-APPL-voar-NOML                      PERF                      1SG=C-perto                      ele  
 “Aquele que voa com o avião (=piloto) chegou perto de mim”
- (12) a. *w-eru-zàn*                      *awa*                      *tukuruhu*                      *a'e*  
 3-APPL-correr                      homem                      gafanhoto                      ele  
 “O homem corre com a moto”
- b. *u-hem*                      *tukuruhu*                      *h-eru-zàn-har*                      *kwez*                      *he=r-uwake*                      *a'e*  
 3-*vir*                      gafanhoto                      3-APPL-correr-NOML                      PERF                      1SG=C-perto                      ele  
 “Aquele que corre com a moto (=piloto) chegou perto de mim”

Nos exemplos acima, vemos que o nominalizador {-har} se afixa a uma estrutura verbal que projeta  $\text{AppP}_{\text{HIGH}}$ , cujo núcleo é instanciado pelo morfema aplicativo alto {eru-}. Exemplos como esses corroboram a assunção de que a estrutura interna das nominalizações que denotam agente em Tenetehára é mais complexa do que a configuração proposta por Baker & Vinokurova (2009), na qual o nominalizador seleciona apenas o VP.

### 3.3. Advérbios de modo

Como vimos na seção anterior, os advérbios de modo, tais como *rapidamente* e *lentamente*, são projetados acima de VP (CINQUE, 1999). Assim, pode-se afirmar que esses advérbios possuem escopo sobre vP. É por esse motivo que nominalizações que denotam agente em inglês não aceitam esse tipo de advérbio (BAKER; VINOKUROVA, 2009). No entanto, espera-se que esses tipos de advérbios<sup>6</sup> possam ocorrer em nominalizações de agente em Tenetehára, uma vez que o sufixo {-har} seleciona como complemento vP<sub>CAUSE</sub>. De fato, é isso o que ocorre nas sentenças abaixo:

- (13) a. *mewekatu*    *u-kixi*            *awa*            *ywyrapew*    *a'e*  
 lentamente    3-cortar            homem            madeira            ele  
 “O homem cortou lentamente a madeira”
- b. *o-ho*    *ywyrapew*    *mewekatu*    *i-kixi-har*            *ka'a*    *pe*    *a'e*  
 3-ir    madeira            lentamente    3-cortar-NOML    mata            para    ele  
 “Aquele que corta lentamente madeira foi para a mata”
- (14) a. *na'aritykahy*    *u-kixi*            *awa*            *ywyrapew*    *a'e*  
 rapidamente    3-cortar            homem            madeira            ele  
 “O homem cortou rapidamente a madeira”
- b. *o-ho*    *ywyrapew*    *na'aritykahy*    *i-kixi-har*            *ka'a*    *pe*    *a'e*  
 3-ir    madeira            rapidamente    3-cortar-NOML    mata            para    ele  
 “Aquele que corta rapidamente madeira foi para a mata”

Nos exemplos acima, observe que os advérbios de modo, os quais ocorrem no domínio do nome verbal, têm escopo sintático sobre o evento descrito pelo verbo que foi nominalizado. Isso só é possível porque o nominalizador {-har} seleciona como complemento uma estrutura verbal que inclui vP. Conforme Baker & Vinokurova (2009), esse tipo de advérbio não pode ocorrer em nominalizações agentivas em inglês, uma vez que o nominalizador só pode selecionar um VP.

### 3.4. Morfologia de VoiceP

A língua Tenetehára não instancia morfologicamente o núcleo de VoiceP em contexto de construções ativas<sup>7</sup>. Contudo, esse núcleo pode ser realizado em construções reflexivas, as quais são marcadas

6 Os advérbios de modo em Tenetehára, tais como *mewekatu* “lentamente” e *na'aritykahy* “rapidamente”, podem ocupar, a princípio, qualquer posição na sentença, conforme os exemplos abaixo:

- (i) (*mewekatu*)    *u-kixi*    (*mewekatu*)            *awa*    (*mewekatu*)            *ywyrapew* (*mewekatu*)  
 lentamente    3-cortar    lentamente            homem    lentamente            madeira    lentamente  
 “O homem cortou a madeira lentamente”
- (ii) (*na'aritykahy*)    *u-kixi*    (*na'aritykahy*)            *awa*    (*na'aritykahy*)            *ywyrapew* (*na'aritykahy*)  
 rapidamente    3-cortar    rapidamente            homem    rapidamente            madeira    rapidamente  
 “O homem cortou a madeira rapidamente”

7 A partir das propostas teóricas de Kratzer (1996), Schafer (2008), entre outros, assumo a hipótese de que VoiceP pode entrar na derivação sintática na língua Tenetehára com traços formais que exibem, pelo menos, os seguintes valores: voz ativa, voz reflexiva e voz antipassiva. Nas construções reflexivas, o núcleo de VoiceP é realizado pelo morfema prefixal {ze-} e, nas construções antipassivas, o núcleo de VoiceP é instanciado pelo morfema {puru-}.

morfologicamente no verbo, conforme os exemplos abaixo:

- (15) a. *w-exak*      *awa*      *kwarer*      *a'e*  
 3-ver      homem      menino      ele  
 “O homem viu o menino”
- b. *u-ze-xak*      *awa*      *a'e*  
 3-REFL-ver      homem      ele  
 “O homem se viu”
- (16) a. *u-mim*      *kwarer*      *takihe*      *a'e*  
 3-esconder      menino      faca      ele  
 “O menino escondeu a faca”
- b. *u-ze-mim*      *kwarer*      *a'e*  
 3-REFL-esconder      menino      ele  
 “O menino se escondeu”

Diferentemente do que ocorre nas línguas românicas, a língua Tenetehára não faz uso de pronomes reflexivos. Na verdade, a construção reflexiva é realizada por meio do morfema verbal {ze-}, o qual, conforme a hipótese que assumo neste trabalho, instancia o núcleo de VoiceP. Veja que a morfologia reflexiva é simplesmente uma escolha diferente do núcleo de VoiceP, assim como ocorre também com a passiva (KRATZER, 1996).

O curioso é que o morfema {-har}, apesar de nominalizar verbos com morfologia causativa e aplicativa, não pode se juntar a verbos que tenham recebido morfemas que realizem o núcleo de VoiceP, conforme as sentenças agramaticais abaixo:

- (17) a. *\*i-ze-xak-har*      “aquele que se vê”  
 b. *\*i-ze-mim-har*      “aquele que se esconde”  
 c. *\*i-ze-àkyràg-har*      “aquele que se balança”  
 d. *\*i-ze-kixi-har*      “aquele que se corta”  
 e. *\*i-ze-hyw-har*      “aquele que se enxuga”

O que os dados revelam até agora é que o morfema {-har} pode se juntar apenas a  $vP_{\text{CAUSE}}$  e a  $\text{ApplP}_{\text{HIGH}}$ . Contudo, esse morfema não pode selecionar como complemento a projeção VoiceP. Veja que adoto a hipótese de Pykkänen (2008), segundo a qual em algumas línguas VoiceP e  $vP_{\text{CAUSE}}$  são projetados de forma cindida<sup>8</sup>. Por esse motivo, é possível que o morfema {-har} selecione apenas  $vP_{\text{CAUSE}}$ .

Um ponto que merece destaque é que o morfema {-har} é um nominalizador necessariamente agentivo. Assim, ele não é um nominalizador que denota meramente uma entidade ou um sujeito. Isso pode ser fundamentado com o fato de que esse nominalizador pode se combinar produtivamente com o mesmo conjunto de verbos com que a morfologia reflexiva também pode se combinar. Veja

<sup>8</sup> Em trabalhos anteriores (cf. CAMARGOS, 2013, 2014, 2015, entre outros), propus que a língua Tenetehára projeta os núcleos de VoiceP e de  $vP_{\text{CAUSE}}$  de forma cindida. Para mais detalhes, convido o leitor a ler esses trabalhos.

que o nominalizador {-har} pode se juntar, em (18), a verbos transitivos agentivos, mas não pode nominalizar verbos intransitivos, conforme os exemplos agramaticais em (19).

- (18) a. *i-zuka-har* “o matador”  
b. *h-eru-wewe-har* “o piloto (de avião)”  
c. *i-mu-kixi-har* “aquele que corta”
- (19) a. \**i-zozok-har* “aquele que soluça”  
b. \**i-kàzim-har* “aquele que desaparece (fica perdido)”  
c. \**i-màno-har* “aquele que morre”

O nominalizador {-har} parece se diferenciar substancialmente do sufixo nominalizador {-ma'e}, uma vez que este último pode ocorrer com verbos intransitivos inativos (20), verbos intransitivos ativos (21) e verbos com morfologia reflexiva (22).

- (20) a. *i-zozok-ma'e* “aquele que soluça”  
b. *i-kàzim-ma'e* “aquele que desaparece (fica perdido)”  
c. *i-katu-ma'e* “aquele que é bom”
- (21) a. *u-zàn-ma'e* “o corredor”  
b. *u-'ytaw-ma'e* “o nadador”  
c. *u-zahak-ma'e* “aquele que toma banho”
- (22) a. *i-ze-xak-ma'e* “aquele que se vê”  
b. *i-ze-mim-ma'e* “aquele que se esconde”  
c. *i-ze-àkyràg-ma'e* “aquele que se balança”

De fato, o morfema {-har} é um nominalizador que contém uma propriedade inerentemente agentiva, assim como o VoiceP ativo (KRATZER, 1996) e o VoiceP reflexivo. Por essa razão, esse morfema não é um nominalizador que denota meramente uma entidade ou um sujeito, como faz o morfema {-ma'e}.

### 3.5. Advérbios de agente

A língua Tenetehára lamentavelmente não exhibe advérbios orientados para agente. Esta função, no entanto, é exercida por meio de sintagmas posposicionais. Vale ressaltar ainda que estes sintagmas posposicionais, assim como os advérbios de modo, podem, a princípio ocupar qualquer posição na sentença. Tendo em vista que os advérbios orientados para agente, incluem aqui os sintagmas posposicionais em Tenetehára, têm escopo sobre VoiceP, cujo núcleo é responsável pelo licenciamento do argumento externo com a propriedade semântica de agente (KRATZER, 1996), espera-se que esses tipos de posposições não possam ocorrer em nominalizações de agente em Tenetehára, uma vez que o sufixo {-har} não é capaz de selecionar como complemento VoiceP, como foi mostrado na seção anterior. De fato, é isso o que ocorre nas sentenças abaixo:

- (23) a. *katu'ymaw* *r-upi* *u-petek* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
 maldade C-por 3-bater homem onça ele  
 “O homem bateu na onça por maldade”
- b. \**o-ho zàwàruhu* *katu'ymaw* *r-upi* *i-petek-har* *ka'a* *pe* *a'e*  
 3-ir onça maldade C-por 3-bater-NOML mata para ele  
 “Aquele que bate por maldade na onça foi para a mata”
- (24) a. *w-emi-mutar* *r-upi* *u-petek* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
 3-NOML-desejar C-por 3-bater homem onça ele  
 “O homem bateu na onça por vontade”
- b. \**o-ho zàwàruhu* *w-emi-mutar* *r-upi* *i-petek-har* *ka'a* *pe* *a'e*  
 3-ir onça 3-NOML-desejar C-por 3-bater-NOML mata para ele  
 “O homem que bate por vontade na onça foi para a mata”

Pode-se afirmar que, nos exemplos acima, os adjuntos adverbiais orientados para agente não podem ocorrer entre o nome deverbal e o seu complemento. Este tipo de construção não é possível na língua, porque o morfema {-har} é incapaz de selecionar como complemento a projeção VoiceP, a qual receberia o escopo desses elementos adverbiais.

Portanto, a impossibilidade de (i) os adjuntos adverbiais orientados para agente e (ii) a morfologia de VoiceP ocorrerem em contexto de nominalização de agente mostra que o morfema {-har}, de fato, não seleciona como complemento a projeção VoiceP.

Nas próximas seções, mostrarei que o morfema {-har}, além de ser incapaz de selecionar VoiceP, também não pode se juntar a projeções funcionais, tais como NegP e TP. Estas duas próximas evidências são essenciais para mostrar que as construções com {-har} em Tenetehára também não podem ser comparadas a orações relativas, uma vez que estas últimas geralmente exibem mecanismos verbais de negação e de tempo em várias línguas.

### 3.6. Negação verbal

A negação verbal em Tenetehára se realiza por meio do circunfixo {*n-...-kwaw*}. Em uma perspectiva minimalista, a negação tem sido tratada como a instanciação da projeção NegP, a qual se realiza acima de VoiceP. Veja nos exemplos abaixo que um verbo com morfologia de negação não pode ser nominalizado.

- (25) a. *n-u-zuka-kwaw* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
 NEG-3-matar-NEG homem onça ele  
 “O homem não matou a onça”
- b. \**zàwàruhu* *n-u-zuka-kwaw-har*  
 onça NEG-3-matar-NEG-NOML  
 “Aquele que não mata onça”

- c. \**zawaruhu na-i-zuka-kwaw-har*  
 onça NEG-3-matar-NEG-NOML  
 “Aquele que não mata onça”

### 3.7. Morfologia de tempo

A marcação temporal em Tenetahára normalmente se manifesta por meio de partículas separadas do verbo. A marca de futuro é aparentemente uma exceção, uma vez que se realiza por meio do sufixo  $\{- (pu)tar\}$ , a qual se afixa ao final do verbo. Veja nos exemplos abaixo que um verbo com morfologia temporal de futuro não pode ser nominalizado.

- (26) a. *u-pyhyk-putar awa pira a'e nehe*  
 3-pegar-FUT homem peixe ele INTENS  
 “O homem pegará o peixe”
- b. \**pira i-pyhyk-putar-har (nehe)*  
 peixe 3-pegar-FUT-NOML INTENS  
 “Aquele que vai pegar o peixe”

É necessário ressaltar que as nominalizações, como (27), e os nomes, como (28), nas línguas Tupí-Guaraní, podem receber marcas de tempo, a saber:  $\{-ram\}$  para futuro e  $\{-kwer\}$  para passado. No entanto, essa marcação é exclusiva de nomes e não ocorre com predicados verbais. Portanto, uma alternativa gramatical da sentença (26b) pode ser vista em (27).

- (27) *pira i-pyhyk-har-ràm*  
 peixe 3-pegar-NOML-FUT  
 “Aquele que vai pegar o peixe”

- (28) *u-zapo-putar awa he=r-àpuz-ràm a'e*  
 3-fazer-FUT homem 1SG=C-casa-FUT ele  
 “O homem fará minha futura casa”

### 3.8. Síntese

Vimos nesta seção que o nominalizador de agente  $\{-har\}$  não pode conter marcadores de Voice (reflexivo), marcas de tempo verbal, morfologia de negação e adjuntos adverbiais de agente. No entanto, é possível que haja, entre o nominalizador e a raiz, morfologia causativa e aplicativa. Além do mais, essa nominalização permite a ocorrência de advérbios de modo. Em suma, a nominalização com o morfema  $\{-har\}$  apresenta um comportamento distinto das nominalizações com o sufixo  $\{-er\}$  em inglês (BAKER; VINOKUROVA, 2009) e das orações relativas (JOHANSSON, 2012). Veja o quadro abaixo que mostra a distinção desses três tipos de construções:

Propriedades/ Tes-tes	Nominalização de agente (BAKER; VINOKUROVA, 2009)	Nominalização de agente em Tenetehára	Oração relativa que denota agente (JOHANSSON, 2012)
Morfologia causativa	(Não)	Sim	Sim
Morfologia aplicativa	(Não)	Sim	Sim
Advérbios de modo	Não	Sim	Sim
Morfologia de VoiceP	(Não)	Não	Sim
Advérbios de agente	Não	Não	Sim
Morfologia de negação	(Não)	Não	Sim
Morfologia de tempo	(Não)	Não	Sim

**Quadro 1:** Propriedades de nominalizações de agente e orações relativas

O que esta seção mostrou é que as nominalizações de agente em Tenetehára não atestam a configuração em (6a), uma vez que o morfema nominalizador  $\{-har\}$  apresenta internamente uma estrutura verbal mais complexa do que um simples VP. Além disso, a estrutura em (6b), típica de orações relativas, também não é verificada neste contexto, visto que as construções com esse morfema, além de não aceitarem advérbios de agente, não permitem marcadores de voz (reflexivo), de tempo verbal e de morfologia de negação.

Apesar de a nominalização de agente em Tenetehára ser internamente mais estruturada do que a nominalização de agente em inglês, essa construção, nas duas línguas, apresenta como característica comum o fato de não projetar VoiceP. A este respeito, Baker & Vinokurova (2009) consideram que o argumento externo agente, por não ser um argumento verdadeiro do verbo, é projetado por um núcleo distinto acima de VP. Assim, os autores propõem que a nominalização de agente deve ser formada exatamente neste ponto: essa nominalização é o resultado do uso de um núcleo nominal na posição ocupada pelo núcleo de VoiceP. Dessa forma, o núcleo da projeção nominal está em distribuição complementar com o núcleo de VoiceP. Por esse motivo, o nominalizador  $\{-har\}$  é capaz de selecionar como complemento o mesmo tipo de verbo que a marca de voz reflexiva seleciona.

Na próxima seção, investigarei qual é a estrutura interna de nomes deverbais que denotam evento e resultado.

#### 4. NOMINALIZAÇÃO DE RESULTADO E DE EVENTO

Nesta seção, veremos que as nominalizações de evento e de resultado em Tenetehára utilizam a mesma morfologia nominalizadora, a saber: o sufixo  $\{-haw\}$ . De acordo com Grimshaw (1990), Marantz (1997) e Borer (2003), a nominalização de resultado denota o resultado de um evento ou simplesmente nomeia uma entidade no mundo, ao passo que a nominalização de evento envolve o processo de um evento. Estes dois tipos de nominalização podem ainda se subdividir em nominalização simples e complexa. Chamo de nominalização complexa aquela construção que exibe um argumento na função de complemento do sintagma nominal, o qual engatilha no nome deverbal os prefixos  $\{i- \sim h-\}$  e  $\{\emptyset- \sim r-\}$ .

Em (29a), há um exemplo de nominalização simples de resultado. Em (29b), por sua vez, existe uma nominalização complexa de resultado. Note que apenas (29b) introduz um argumento extra, o qual engatilha no nome deverbal o prefixo de terceira pessoa {i-}. Nos exemplos em (30), a nominalização denota um evento que é descrito pelo verbo. Em (30a), a nominalização é simples, ao passo que, em (30b), é complexa. Note que, no último exemplo, o nome derivado possui um argumento extra que engatilha o prefixo {i-}.

- (29) a. *w-exak*      *kwarer*      **yryk-aw**      *a'e*  
 3-ver      menino      fluir-NOML      ele  
 “O menino viu o riacho”
- b. *zàwàruhu*      **i-zuka-haw**      *w-in*      *tenaw*      *r-ehe*      *a'e*  
 onça      3-matar-NOML      3-estar      cadeira      C-em      ele  
 “O instrumento de matar onça está na cadeira”
- (30) a. *i-akatuawahy*      *karaiw*      **men-haw**      *r-ehe*      *a'e*      *wà*  
 3-gostar      não.indígena      ter.marido-NOML      C-de      ele      PL  
 “Os não indígenas gostam de casamento”
- b. *u-zapo*      *awa*      *u-kypy'yr*      **i-men-haw**      *a'e*      *no*  
 3-fazer      homem      CORR-filha      3-ter.marido-NOML      ele      também  
 “O homem fez o casamento da filha mais nova”

Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2003, 2005) afirmam que as nominalizações de evento são formadas a partir de estruturas verbais, ao passo que nomes deverbais não eventivos (aqui se incluem as nominalizações de resultado) são construídas a partir de raiz. Nesta seção, no entanto, mostrarei que em Tenetehára tanto as nominalizações de evento quanto as de resultado apresentam internamente propriedades verbais. Logo, a língua Tenetehára pertence ao conjunto de línguas em que nominalização de resultado não é formada somente a partir de raiz, mas também a partir de verbos.

#### 4.1. Nomes deverbais que denotam resultado

Nesta seção, examino os nomes deverbais simples em Tenetehára, principalmente os que denotam instrumentos, produtos e lugares. Para fins ilustrativos, em (31), temos uma série de nomes que denotam instrumentos. Em (32), há nomes de vários tipos de produtos. Em (33), por fim, estão presentes nomes de lugares.

##### Instrumento

- (31) a. *pyhykaw*      “armadilha”  
 b. *ikixihaw*      “serrote”  
 c. *myràmyràgaw*      “escada”  
 d. *muku'ihaw*      “moedor”  
 e. *imuatahaw*      “motor”  
 f. *muwewehaw*      “paineira”

## Produtos

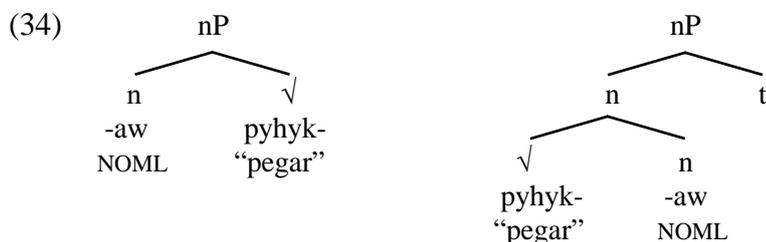
- (32)
- |    |                    |                       |
|----|--------------------|-----------------------|
| a. | <i>zegarhaw</i>    | “canção”              |
| b. | <i>kyhaw</i>       | “rede”                |
| d. | <i>i'awpupehaw</i> | “trança (de cabelo)”  |
| e. | <i>'y'uhaw</i>     | “caneco”              |
| f. | <i>mai'uhaw</i>    | “prato”               |
| g. | <i>mynykaw</i>     | “festa (de dança)”    |
| h. | <i>wyra'uhaw</i>   | “festa (de moqueado)” |
| i. | <i>izemaraztaw</i> | “brinquedo, jogos”    |

## Lugares

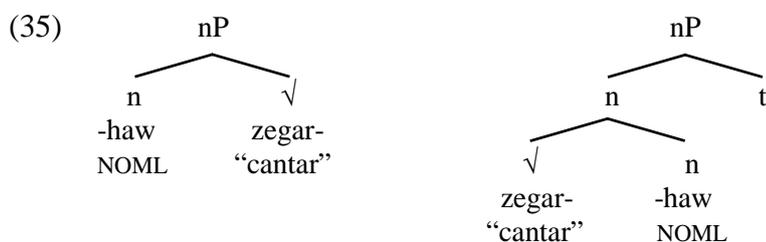
- (33)
- |    |                  |                                    |
|----|------------------|------------------------------------|
| a. | <i>henaw</i>     | “cadeira”                          |
| b. | <i>ikerhaw</i>   | “cama”                             |
| b. | <i>zegarhaw</i>  | “lugar de cantar”                  |
| d. | <i>hekohaw</i>   | “a morada”                         |
| e. | <i>imai'uhaw</i> | “lugar de comer”                   |
| f. | <i>zahakaw</i>   | “lugar de banhar, banheiro, fonte” |

Com base na tradução para o português, todos esses nomes se apresentam aparentemente como nomes simples, com nenhuma estrutura interna. Evidência em favor dessa hipótese vem do fato de que todos esses nomes podem receber um argumento possuidor e podem ser pluralizados. É necessário ressaltar que, de acordo com Grimshaw (1990), nomes eventivos complexos não podem ser pluralizados.

Observe que os nomes de (31) a (33), os quais indicam resultado, introduzem nomes de instrumentos, produtos e lugares. De fato, alguns desses nomes acima são definitivamente nomes simples em Tenetehára. Por exemplo, em (31a) *pyhykaw* “armadilha”, (32a) *zegarhaw* “canção” e (33a) *henaw* “cadeira”, não há nenhuma evidência de morfologia verbal. Esses três exemplos são formados por meio da concatenação de uma raiz com o nominalizador {-haw}. Em (34), apresento a estrutura para *pyhykaw* “armadilha”. Veja que a raiz alça para o nominalizador.



Em (35), há a estrutura para o exemplo de (32a), a saber: o nome *zegarhaw* “canção”. Note que a raiz move-se para o nominalizador.



Se analisarmos os nomes tais como *muku'ihaw* “moedor”, o qual está em (31d), veremos que essa estrutura nominalizada é um pouco mais complexa. Esse nome deverbal deriva da raiz *ku'i* “moer”, a qual recebe o morfema {*mu-*} que instancia o núcleo da projeção causativa. O resultado é um verbo transitivo causativo que, posteriormente, é nominalizado por meio do sufixo {-*haw*}. A interpretação mais literal do nome deverbal *muku'ihaw* talvez seja “instrumento que mói”.

Baseando-se principalmente na ideia de que a morfologia é transparente e de que o morfema é um nó terminal na estrutura de uma palavra ou na estrutura de uma sentença (HARLEY, 2009), nota-se que os nós verbais, nas nominalizações com {-*haw*}, são capazes de introduzir argumento interno. Veja nos exemplos abaixo que os nomes deverbais apresentam um argumento interno.

- (36) a. *wyràmiri*      *i-pyhyk-aw*  
 passarinho      3-pegar-NOML  
 “Armadilha de pegar passarinho”
- b. *awaxi*      *i-mu-ku'i*  
 milho      3-CAUS-moer  
 “Instrumento de moer milho”

Um argumento adicional a favor da proposta de que o morfema {-*haw*} é responsável pelo processo de nominalização vem do fato de que, de acordo com Jonansson (2009), as orações relativas não são orações nominalizadas. O autor se justifica no fato de que tais orações não podem introduzir um argumento possuidor e não são modificadas por um adjetivo. Os nomes, inclusive as nominalizações, podem ser pluralizados, ao passo que essa propriedade está ausente nas orações relativas.

Se essas características realmente estão corretas, as construções que envolvem a realização do morfema {-*haw*} de fato se constituem como nominalização, uma vez que podem introduzir um argumento possuidor e podem ainda ser pluralizadas. Note nos exemplos abaixo que os nomes deverbais estão acompanhados do numeral *mokoz* “dois”.

- (37) *mokoz*      *i-kair-haw*      *w-in*      *tenaw*      *r-ehe*      *a'e*      *wà*  
 dois      3-escrever-NOML      3-estar      cadeira      C-em      ela      PL  
 “Duas canetas estão sobre a cadeira”

- (38) *u-zapo*      *kuzà*      *mokoz*      *i-zemaráz-taw*      *a'e*  
 3-fazer      mulher      dois      3-brincar-NOML      ela  
 “A mulher fez dois brinquedos”

- (39) *w-exak*      'àg    *kuzà*      *mokoz*      *i-ker-haw*      *a'e*  
 3-ver      esta    mulher      dois      3-dormir-NOML      ela  
 “Esta mulher viu duas camas”

Além de receber o numeral *mokoz* “dois”, os nomes deverbais que denotam resultado podem ainda ser possuídos, conforme exemplos abaixo:

- (40) *a-monopyai*    *he=ø-mu-wewe-haw*      *ihe*  
 1-emprestar    1SG=C-CAUS-voar-NOML      eu  
 “Eu emprestei minha paineira”

- (41) *u-zapo*      *awa*      *he=ø-zemaráz-taw*    *a'e*  
 3-fazer      homem      1SG=C-brincar-NOML    ele  
 “O homem fez meu brinquedo”

- (42) *w-ityk*      *karaiw*      *he=r-eko-haw*      *a'e*  
 3-destruir      não.indígena      1SG=C-estar-NOML      ele  
 “O não indígena destruiu minha morada”

Na próxima seção, o objetivo é verificar a estrutura interna dos nomes deverbais que denotam evento, a qual também é desencadeada pela realização do morfema {-haw}.

## 4.2. Nomes deverbais que denotam evento

Como vimos anteriormente, os nomes deverbais que denotam evento também são gerados por meio do nominalizador {-haw}. Além disso, essas construções apresentam uma estrutura verbal mais complexa do que um VP e o resultado será um nome deverbal que denota o evento introduzido pelo verbo, conforme o exemplo abaixo:

- (43) a.    *u-zuka*      *awa*      *zàwàruhu*      *a'e*  
 3-matar      homem      onça      ele  
 “O homem matou a onça”
- b.    *u-paw*      *zàwàruhu*      *i-zuka-haw*    *na'aritykahy*    *a'e*  
 3-cessar      onça      3-matar-NOML    rapidamente    ela  
 “A matança da onça acabou rapidamente”

Note que o nominalizador {-haw} se junta ao verbo transitivo *zuka* “matar”, a fim de denotar o evento de matar. O objeto, *zàwàruhu* “onça”, por sua vez, ocupa a posição de complemento do nome deverbal, o qual engatilha no nome o prefixo de terceira pessoa {-i-}.

Nas próximas subseções, examinarei quais projeções podem estar presentes em nominalizações que envolvem o sufixo {-haw}.

### 4.2.1. Morfologia causativa

Vimos no exemplo acima que o morfema {-haw} se junta a verbos a fim de gerar nomes que denotam um evento. Os exemplos (44) e (45), por sua vez, mostram que verbos transitivos morfologicamente causativizados também podem ser submetidos ao processo de nominalização por meio da afixação do morfema {-haw}.

(44) *u-paw*      *kwarer*      *i-mu-zahak-haw*      *na'aritykahy*      *a'e*  
3-cessar      menino      3-CAUS-banhar-NOML      rapidamente      ele  
“O evento de banhar a criança acabou rapidamente”

(45) *u-paw*      *kwarer*      *i-mu-aku-haw*      *na'aritykahy*      *a'e*  
3-cessar      menino      3-CAUS-quente-NOML      rapidamente      ele  
“O evento de esquentar a criança acabou”

Pode-se afirmar que, nos exemplos acima, o nominalizador {-haw} é capaz de se afixar a uma estrutura verbal que projeta  $vP_{\text{CAUSE}}$ , cujo núcleo é instanciado pelo morfema causativo {*mu-*}.

### 4.2.2. Morfologia de aplicativo alto

Outra evidência de que o nominalizador {-haw} seleciona uma estrutura verbal mais desenvolvida vem das construções que envolvem o aplicativo alto {*eru-*}, conforme os exemplos abaixo:

(46) *u-paw*      *àwiàw* *h-eru-wewe-haw*      *na'aritykahy*      *a'e*  
3-cessar      avião      3-APPL-VOAR-NOML      rapidamente      ele  
“O voo com o avião terminou rapidamente”

(47) *u-paw*      *kàmiàw*      *h-eru-zàn-haw*      *na'aritykahy*      *a'e*  
3-cessar      carro      3-APPL-correr-NOML      rapidamente      ele  
“A corrida/viagem com o carro acabou rapidamente”

Nos exemplos acima, vemos que o nominalizador {-haw} se afixa a uma estrutura verbal que projeta  $\text{App}P_{\text{HIGH}}$ , cujo núcleo é instanciado pelo aplicativo alto {*eru-*}.

### 4.2.3. Advérbios de modo

Como vimos na seção anterior, os advérbios de modo, tais como *rapidamente* e *lentamente*, são projetados acima de VP. Espera-se que esses tipos de advérbios possam ocorrer em nominalizações de agente em Tenetehára, uma vez que o sufixo o {-haw} seleciona como complemento  $vP_{\text{CAUSE}}$ . De fato, é isso o que ocorre nas sentenças abaixo:

(48) a.      *mewekatu*      *u-kixi*      *awa*      *zàwàruhu*      *a'e*  
lentamente      3-cortar      homem      onça      ele  
“O homem cortou lentamente na onça”

b. *u-paw zàwàruhu mewekatu i-petek-haw a'e*  
 3-cessar onça lentamente 3-cortar-NOML ele  
 “O evento de cortar lentamente na onça acabou”

(49) a. *na'aritykahy u-kixi awa zàwàruhu a'e*  
 rapidamente 3-cortar homem onça ele  
 “O homem cortou a onça rapidamente”

b. *u-paw zàwàruhu na'aritykahy i-petek-haw a'e*  
 3-cessar onça rapidamente 3-cortar-NOML ele  
 “O evento de cortar rapidamente na onça acabou”

Nos exemplos acima, observe que os advérbios de modo têm escopo sintático sobre o evento descrito pelo verbo que foi nominalizado. Isso só é possível porque o sufixo nominalizador {-haw} seleciona como complemento uma estrutura verbal que inclui vP.

#### 4.2.4. Morfologia de VoiceP

Diferentemente do que ocorre nas nominalizações agentivas, o morfema {-haw} pode se juntar a estruturas que tenham projetado VoiceP. Isso é particularmente evidenciado em contexto de voz reflexiva, em que o núcleo de VoiceP é realizado pelo prefixo verbal {ze-}, conforme as sentenças abaixo:

(50) a. *u-ze-xak awa a'e*  
 3-REFL-ver homem ele  
 “O homem se viu”

b. *u-paw i-ze-xak-haw a'e*  
 3-cessar 3-REFL-ver-NOML ele  
 “O evento de se olhar terminou”

(51) a. *u-ze-mim kwarer a'e*  
 3-REFL-esconder menino ele  
 “O menino se escondeu”

b. *u-paw i-ze-mim-haw a'e*  
 3-cessar 3-REFL-esconder-NOML ele  
 “(Brincar de) se esconder acabou”

Note que, nos exemplos acima, o morfema {-haw} pode nominalizar verbos que projetam VoiceP, uma vez que o núcleo dessa projeção é instanciado pelo reflexivo {ze-}. Neste aspecto, o morfema {-har} exibe um comportamento morfossintático distinto do nominalizador de evento {-haw}, uma vez que o nominalizador de agente é incapaz de selecionar como complemento a projeção VoiceP.

#### 4.2.5. Advérbios de agente

Os advérbios de agente tem escopo sobre VoiceP, cujo núcleo é responsável pelo licenciamento do argumento externo com a propriedade semântica de agente (KRATZER, 1996). Portanto, espera-se que esses tipos de advérbios possam ocorrer em nominalizações de evento em Tenetehára, uma vez que o sufixo {-haw} é capaz de selecionar como complemento VoiceP, como foi mostrado na seção anterior. De fato, é isso o que ocorre nas sentenças abaixo:

- (52) a. *katu'ymaw* *r-upi* *u-petek* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
maldade C-por 3-bater homem onça ele  
“O homem bateu na onça por maldade”
- b. *u-paw* *zàwàruhu* *katu'ymaw* *r-upi* *i-petek-haw* *a'e*  
3-cessar onça maldade C-por 3-bater-NOML ele  
“O evento de bater na onça por maldade terminou”
- (53) a. *w-emi-mutar* *r-upi* *u-petek* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
3-NOML-desejar C-por 3-bater homem onça ele  
“Por desejo, o homem bateu na onça”
- b. *u-paw* *zàwàruhu* *w-emi-mutar* *r-upi* *i-petek-haw* *a'e*  
3-cessar onça 3-NOML-desejar C-por 3-bater-NOML ele  
“O evento de bater na onça por querer terminou”

Veja que, nos exemplos acima, os adjuntos adverbiais orientados para agente podem ocorrer no domínio do nome deverbal. Este tipo de construção é possível, porque o morfema {-haw} é capaz de selecionar como complemento a projeção VoiceP, a qual recebe o escopo desses elementos adverbiais. Portanto, a possibilidade de (i) os adjuntos adverbiais de agente e (ii) a morfologia de VoiceP ocorrerem em contexto de nominalização de evento mostra que o morfema {-haw}, de fato, seleciona como complemento a projeção VoiceP.

Nas próximas seções, mostrarei que o morfema {-haw}, apesar de ser capaz de selecionar VoiceP, não pode se juntar a projeções funcionais mais altas, tais como NegP e TP.

#### 4.2.6. Negação verbal

A negação verbal em Tenetehára se manifesta por meio do circunfixo {n...-kwaw}. Assumo que essa morfologia é a instanciação do núcleo da projeção NegP, a qual se realiza acima de VoiceP. Veja nos exemplos abaixo que um verbo com morfologia de negação não pode ser nominalizado.

- (54) a. *n-u-zuka-kwaw* *awa* *zàwàruhu* *a'e*  
NEG-3-matar-NEG homem onça ele  
“O homem não matou a onça”

- b. \*zàwàruhu    n-u-zuka-kwaw-haw  
 onça            NEG-3-matar-NEG-noml  
 “A não matança da onça”
- c. \*zawaruhu    na-i-zuka-kwaw-haw  
 onça            NEG-3-matar-NEG-NOML  
 “A não matança da onça”

Na próxima subseção, apresentarei dados que mostram que verbos com morfologia de tempo também não podem ser nominalizados por meio do nominalizador de evento.

#### 4.2.7. Morfologia de tempo

Com base nos exemplos abaixo, pode-se afirmar que uma estrutura que projeta TP é incapaz de receber o nominalizador de evento {-haw}.

- (55) a.    u-pyhyk-putar            awa            pira    a'e    nehe  
           3-pegar-FUT            homem       peixe    ele     INTENS  
           “O homem pegará o peixe”
- b.    \*pira    i-pyhyk-putar-haw    (nehe)  
           peixe    3-pegar-FUT-NOML    INTENS  
           “O futuro evento de pegar o peixe”

É necessário ressaltar que as nominalizações nas línguas Tupi-Guaraní podem receber marcas de tempo, a saber: {-ram} para futuro e {-kwer} para passado. No entanto, essa marcação é exclusiva de nomes. Veja os exemplos em (56).

- (56) a.    pira    i-pyhyk-haw-ràm  
           peixe    3-pegar-NOML-FUT  
           “O futuro evento de pegar o peixe”
- b.    pira    i-pyhyk-haw-kwer  
           peixe    3-pegar-NOML-PASS  
           “O evento passado de pegar o peixe”

Na seção seguinte, exponho a síntese dos argumentos apresentados que evidenciaram a proposta segundo a qual as nominalizações de resultado e evento em Tenetehára apresentam uma estrutura verbal mais complexa, contrariando Alexiadou (2001), Borer (2003, 2005) e Baker & Vinokurova (2009).

#### 4.3. Síntese

Vimos nesta seção que o nominalizador de resultado e de evento {-haw} não pode conter marcadores de tempo verbal e morfologia de negação, o que mostra que essas construções não são um tipo de oração relativa. No entanto, é possível que haja, entre o nominalizador e a raiz, morfologia causativa, aplicativa e reflexiva. Além do mais, essa nominalização permite a ocorrência de advérbios de modo e adjuntos adverbiais de

agente. Em suma, a nominalização de evento com o morfema {-haw} exibe um comportamento muito semelhante às nominalizações com o sufixo {-ing} em inglês (BAKER; VINOKUROVA 2009). Veja o quadro abaixo que mostra as distinções e semelhanças desses três tipos de construções:

Propriedades/ Testes	Nominalização de resultado (ALEXIADOU, 2001; BORER, 2003, 2005)	Nominalização de resultado em Tenetehára	Nominaliza- ção de evento (BAKER; VI- NOKUROVA 2009)	Nominalização de evento em Tene- tehára
Morfologia cau- sativa	(Não)	Sim	(Sim)	Sim
Morfologia apli- cativa	(Não)	Sim	(Sim)	Sim
Advérbios de modo	Não	-	Sim	Sim
Morfologia de VoiceP (Refl)	(Não)	Sim	(Sim)	Sim
Advérbios de agente	Não	-	Sim	Sim
Morfologia de negação	Não	Não	(Não)	Não
Morfologia de tempo	(Não)	Não	(Não)	Não

**Quadro 2:** Propriedades de nominalizações de resultado e de evento

O que esta seção mostrou é que as nominalizações de resultado em Tenetehára apresentam internamente um conjunto de propriedades de sintagma verbal. Isso evidencia que o nominalizador pode selecionar como complemento uma estrutura verbal complexa e não uma raiz, como preconiza Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2003, 2005). As nominalizações de evento, no entanto, apresentam um comportamento muito semelhante aos nomes de gerúndio em inglês, uma vez que essas nominalizações contêm mais propriedades verbais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi examinar as nominalizações agentivas {-har} e não agentivas {-haw} na língua Tenetehára (Tupí-Guaraní). Pode-se afirmar que nessa língua as nominalizações resultativas são morfologicamente complexas e assim podem sofrer decomposição. Veja que essa evidência contrasta com Marantz (1997), Alexiadou (2001) e Borer (2003, 2005), uma vez que esses autores assumem que nominalizações deverbais não eventivas são construídas a partir de raízes. Como vimos, essas construções envolvem a nominalização de predicados verbais, uma vez que há evidências morfológicas da realização de vP, por meio da morfologia causativa, e a instanciação do núcleo de VoiceP, por meio da morfologia reflexiva. Demonstrei também que as nominalizações agentivas apresentam uma estrutura

verbal tão complexa quanto as nominalizações resultativas. O principal argumento foi o fato de a nominalização com o morfema {-har} poder combinar-se com vP (causativo) e ApplP (aplicativo alto). Veja que essa proposta opõe-se parcialmente a Baker & Vinokurova (2009), uma vez que esses autores assumem que verdadeiros nominalizadores agentivos devem se combinar diretamente com VP.

## REFERÊNCIAS

Alexiadou, Artemis. 2001. *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins.

Baker, Mark C. & Vinokurova, Nadya. 2009. On agent nominalizations and why they are not like event nominalizations. *Language* 85, 517-556.

Borer, H. 2003. The grammar machine. In *The Unaccusativity Pyzzle*, eds. Alexiadou, A.; Anagnostopoulou, E. & Everaert, M., 288-331. Oxford: Oxford University Press.

Borer, H. 2005. *Structuring Sense II: The Normal Course of Events*. Oxford: Oxford University Press.

Camargos, Quesler Fagundes. 2013a. *Estruturas causativas em Tenetehára: uma abordagem minimalista*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

Camargos, Quesler Fagundes. 2013b. Causativização morfológica na língua Tenetehára: análise à luz da estrutura bipartida do VP. *Revista Virtual dos Estudantes de Letras* 6: 1-28.

Camargos, Quesler Fagundes. 2014. Estatuto gramatical do morfema causativo {-kar} na língua Tenetehára (Tupí-guaraní). *Revista Linguística* 10: 199-217.

Camargos, Quesler Fagundes. 2015. O parâmetro 'Agregação de Voice' e as funções de v-zinho em quatro línguas indígenas brasileiras. *Revista Linguística* 31(2): 111-129.

Camargos, Quesler Fagundes & Castro, Ricardo Campos. 2013. Paralelismo entre DP e CP a partir das nominalizações na língua Tenetehára. *Revista da ANPOLL* 34: 393-434.

Camargos, Quesler Fagundes & Castro, Ricardo Campos. 2015. Propriedades verbais em estruturas nominais e nominalizadas na língua Tenetehára (Família Tupí-Guaraní). *Revista LIAMES* 15: 47-67.

Castro, Ricardo Campos. 2007. *Interface morfologia e sintaxe em Tenetehára*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- Cinque, Guglielmo. 1999. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford.
- Duarte, Fábio Bonfim. 1997. *Análise gramatical das orações da Língua Tembé*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- Duarte, Fábio Bonfim. 2003. *Ordem dos constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG.
- Duarte, Fábio Bonfim. 2007. *Estudos de morfossintaxe Tenetehára*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- Duarte, Fábio Bonfim. 2012. Tenetehára: A predicate-fronting language. *The Canadian Journal of Linguistics / La revue canadienne de linguistique* 57: 359-386.
- Grimshaw, Jane B. 1990. *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Hale, Ken & Keyser, Samuel J. 1993. *On argument structure and the lexical expression of syntactic relations*. In *The View from Building 20*, eds. Hale, Ken & Keyser, Samuel J., 53-109. Cambridge, MA: MIT Press.
- Halle, Morris & Marantz, Alec. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In *The View from Building 20*, ed. Hale, Kenneth & Keyser, S. Jay, 111-176. Cambridge: MIT Press.
- Harrison, Carl. 1986. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. In: *Handbook of Amazonian Languages*, eds. Derbyshire, D. C. & Pullum, G. K., 407-439. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Harrison, Carl. 1995. The interplay of causative and desiderative in Guajajára. *Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras UFPA* 4: 83-113.
- Johansson, Sara. 2012. Relative clauses, or clause-sized nominalizations? A consideration of Blackfoot. In *Working Papers of the Linguistics Circle* 21(2): 1-15.
- Kaplan, R. M. & Bresnan, J. 1982. Lexical-Functional Grammar: A Formal System for Grammatical Representation. In *The Mental Representation of Grammatical Relations*, ed. Bresnan, Joan, 173-281. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Kratzer, Angelika. 1996. Severing the external argument from its verb. In *Phrase structure and the lexicon*, eds. Rooryck, Johan & Zaring, Laurie, 109-138. Dordrecht: Kluwer.

Marantz, Alec. 1997. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, eds. Dimitriadis, A. & Siegel, L. & Surek-Clark C. & Williams, A., 201-225. Philadelphia: Penn Linguistics Club.

Mathieu, Eric. 2013. Denominal verbs in Ojibwe. *International Journal of American Linguistics* 79: 97-132.

Mathieu, Eric. 2014. Nominalizations in Ojibwe. In *Cross-linguistic Investigations of Nominalization Patterns*, ed. Paul, Ileana, 3-24. Amsterdam: John Benjamins Publishing.

Pykkänen, Liina. 2008. *Introducing arguments*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1985. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28: 33-53.

Schäfer, F. 2008. *The Syntax of (Anti-)Causatives*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.

Shieber, S. M. 1986. *An Introduction to Unification-Based Approaches to Grammar*, Center for the Study of Language and Information, Lecture Notes No. 4.

Silva, Tabita Fernandes. 2010. *História da língua Tenetehára: contribuições aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família Tupí-Guaraní do tronco Tupí*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB.

# AS CATEGORIAS TEMPO E ASPECTO E SUA RELAÇÃO COM MARCADORES NA LÍNGUA TÉTUM-PRAÇA

*Arabie Bezri Hermont (PUC-MG)<sup>1</sup>, Jean Santos Otoni (PUC-MG)<sup>2</sup>*

## RESUMO:

Esta pesquisa teve como objetivo estudar as categorias tempo e aspecto na língua tétum-praça. Sob enfoque da Teoria Gerativa e inspirados na proposta de Cinque (1999), procedeu-se a uma análise descritiva acerca de tais categorias e sua relação com marcadores em tétum-praça. Foi observado que o verbo na língua em questão ocorre na forma não flexionada e que marcadores atribuem noções de tempo e de aspecto em alguns casos. A pesquisa proporcionou uma maior compreensão das projeções funcionais no tétum-praça e do papel que têm os marcadores de natureza temporal e aspectual.

**PALAVRAS-CHAVE:** tétum-praça; teoria gerativa; tempo; aspecto; marcadores.

## ABSTRACT:

The research aimed to study the tense and aspect categories of Tetum-Praca. Under the perspective of Generative Theory and inspired by Cinque (1999)'s proposals, a descriptive analysis of those categories and their relations to markers and adverbs in Tetum-Praca was undertaken. It was observed that, in the language under analysis, verbs are not inflected, and markers attribute the notions of tense and aspect in some cases. The research provided a better comprehension of functional projections of Tetum-Praca and the role that tense and aspect markers perform.

**KEYWORDS:** Tetum-Praca; Generative Theory; tense; aspect; markers.

---

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2 Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (FAPEMIG)

## INTRODUÇÃO

A história da nação timorense é marcada por ocupações que se iniciam no século XVI com a chegada dos portugueses. Os colonizadores portugueses permaneceram por mais de quatrocentos anos em Timor-Leste. Assim, a língua portuguesa passa a fazer parte da cultura local e disputa espaço com as línguas nativas. Nesse contexto, configura-se uma nova língua, o tétum-praça, que estabelece relações de poder e domínio em detrimento das línguas locais.

Timor-Leste é uma nação do sudoeste asiático que apresenta uma complexa situação linguística, a qual ainda não foi alvo de muitos estudos. Trabalhos sobre as línguas lá faladas podem contribuir significativamente para a compreensão da linguagem de um modo geral e da língua tétum-praça mais especificamente. Nesta perspectiva, este trabalho visa a estudar alguns fenômenos linguísticos de tal língua à luz da teoria gerativa.

Nesse viés, delineou-se o objeto da pesquisa ora proposta, qual seja: as categorias funcionais tempo e aspecto no tétum-praça. Assim, o objetivo geral deste artigo é demonstrar como estão representadas, sob o enfoque da teoria gerativa, as categorias tempo e aspecto da língua tétum-praça. Importante dizer que, na língua em estudo, a marcação de tempo e de aspecto, além de outras formas, se dá por meio de advérbios e de marcadores. Ou seja, em tétum-praça, o verbo é não flexionado e advérbios e marcadores (que são lexemas gramaticalizados em posição pré-verbal e pós-verbal para marcar as categorias tempo, modo e aspecto, de acordo com Albuquerque (2014, p. 115)), é que atribuem as noções ora tratadas neste artigo. Neste contexto, estalecem-se os objetivos específicos deste trabalho: apresentar (a) uma descrição das categorias tempo e aspecto da língua tétum-praça; (b) uma descrição da relação de marcadores em tétum-praça com as categorias tempo e aspecto; (c) uma proposta para a localização dos marcadores temporais e aspectuais da língua tétum-praça, à luz da teoria gerativa e da proposta de Cinque (1999).

Uma justificativa para a busca da melhor compreensão acerca das categorias de tempo e de aspecto em tétum-praça se deve ao fato de não estarem claros quais são os marcadores de tempo e de aspecto na língua e qual é a relação de tempo e aspecto com eles. Autores, como Hull e Eccles (2001), afirmam que, no tétum-praça, não há marcador de tempo e, sim, de aspecto. Isso nos motivou a pesquisar tais categorias nessa língua, cujos trabalhos de natureza gramatical ainda são poucos.

O quadro teórico adotado para esta discussão é a Teoria Gerativa e, em certa medida, tenta aproximar-se da proposta de Cinque (1999). Este autor demonstra que projeções verbais, de um modo geral, trazem traços gramaticais nas diversas línguas naturais, os quais são em número bastante limitado e que apresentam uma ordem mais ou menos rígida entre as línguas estudadas no mundo. Cinque fez um amplo estudo, relacionando várias classes de advérbios com núcleos funcionais, dentre eles, modo, tempo e aspecto, e verificou que vários tipos de advérbios em línguas distintas estão dispostos em uma sequência rigidamente ordenada. Assim, o autor adota uma “hierarquia dos núcleos funcionais”, em que parece haver uma relação estreita entre advérbios e nódulos temporais e aspectuais, dentre

outros. Neste trabalho, não verificaremos exatamente a hierarquia dos núcleos funcionais de tempo e aspecto na língua tétum-praça, uma vez que não encontramos, numa mesma sentença, diversos marcadores e advérbios ao lado de um verbo, o que nos auxiliaria na proposição de uma hierarquia de tais constituintes. Entretanto, adotaremos a noção de que marcadores (tal como advérbios) parecem ter estreita relação com determinados núcleos funcionais e ocupam a posição de especificador da projeção máxima de um núcleo funcional, tema também central na proposta de Cinque.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentaremos um breve quadro da situação linguística complexa de Timor-Leste, onde é falado o tétum-praça. Em seguida, trataremos uma abordagem geral sobre tempo e aspecto. Depois, será feita uma exposição dessas noções em tétum-praça e sua relação com os marcadores. Na seção seguinte, abordaremos os pressupostos teóricos da Teoria Gerativa e trataremos a proposta de Cinque (1999) que adota a hipótese de localização de um sintagma adverbial na posição de especificador de núcleos funcionais, dentre eles o de tempo e o de aspecto. Após isso, apresentaremos a metodologia empregada em nosso trabalho, que foi baseada em dois trechos de falas de discursos televisionados em ambiente formal por parte de pessoas do primeiro escalão do governo timorense. Em seguida, faremos a descrição dos dados pesquisados, atendo-nos aos marcadores que propiciam a expressão de tempo e de aspecto na língua em estudo. Por último, virão as considerações finais.

## 1 TIMOR-LESTE E TÉTUM-PRAÇA

Timor-Leste, embora tenha uma extensão geográfica pequena, apresenta uma grande variedade linguístico-cultural, decorrente de seu processo histórico, no qual houve um grande fluxo de diferentes povos em seu território. Grande parte desses grupos é de origem austronésia e papua e eles se organizaram em Timor-Leste de maneira que se dividiu a ilha em dois territórios distintos: Timor Oriental e Timor Ocidental.

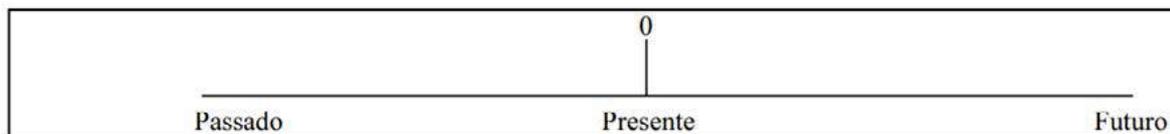
No ano de 2010, o Ministério das Finanças de Timor-Leste realizou o segundo censo do país que indicou que há pelo menos dezoito línguas diferentes pertencentes às duas grandes famílias linguísticas, austronésia e papua. Neste universo é que se encontra o tétum-praça. Diante dessa complexa situação de multilinguismo, o tétum-praça surgiu como língua franca entre os diferentes grupos etnolinguísticos que habitavam a parte leste da ilha de Timor. Vale dizer que, quando mencionamos a língua tétum, nos referimos à variedade do tétum de Díli, também reconhecida como tétum-praça. Tal como aponta Hull (2005), o Instituto Nacional de Linguística: “(...) reconhece o tétum-praça (o dialeto tétum de Díli, agora considerado segunda língua em todo Timor-Leste) como a base da língua literária nacional, hoje em dia apelidado tétun nasional.” (Hull, 2005, p. 15). Vale dizer que a língua tétum-praça, de acordo com o Censo realizado em 2010 pelo Ministério das Finanças, tem 36,6% de falantes do país.

Esta seção teve, como objetivo, apresentar, de forma breve, o quadro linguístico e histórico do Timor-Leste. Conforme já dito na introdução deste artigo, o estudo ora implementado tem como foco as categorias gramaticais tempo e aspecto e sua relação com advérbios e marcadores na língua em questão. Desta forma, na próxima seção, serão apresentados conceitos gerais das categorias tempo e aspecto.

## 2. AS CATEGORIAS TEMPO E ASPECTO

Pode-se definir tempo linguístico como tempo da situação referida a algum outro tempo, normalmente, o momento da fala. O tempo não é marcado de forma explícita, pois o tempo verbal é tomado como indicação de um determinado tempo em relação ao presente. Podemos verificar esse raciocínio no esquema a seguir:

Figura 1: Representação de tempo segundo Comrie (1985)



Fonte: Comrie (1985, p. 2).

Nessa figura, podemos observar que o tempo é apresentado como uma linha reta na qual o passado se encontra à esquerda e o futuro, à direita do ponto (0), sendo que esse ponto zero representa o presente.

Sabe-se que, em muitas línguas, há a incorporação da categoria temporal ao verbo. Na língua tétum-praça, entretanto, não é o verbo que carrega a noção de tempo. Isso ocorre devido a questões pragmáticas, anafóricas e por meio do uso de advérbios ou de marcadores.

Segundo Travaglia (2006, p. 39), a categoria de tempo situa o momento de ocorrência da situação a que nos referimos em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) e posterior (futuro). É considerada uma categoria dêitica pelo autor, pois serve para expressar distinções que dizem respeito ao tempo em que ocorre o ato de fala.

Para o autor, tempo é uma categoria dêitica porque estabelece a localização no tempo, e aspecto é uma categoria não dêitica, pois seu significado não remete ao momento da enunciação. Na mesma linha de raciocínio, Comrie (1976) indica uma diferenciação entre tempo e aspecto ao enunciar que a expressão “constituição temporal interna” trata-se de uma compreensão em termos da oposição proposta entre “tempo interno da situação”, que diz respeito a aspecto, e “tempo externo da situação”, que se refere a tempo.

A noção de aspecto pode ser tratada pelo menos de dois pontos de vista: o lexical e o gramatical.

O aspecto lexical, ou *aktionsart*, de um verbo consiste no modo como se encontra em uma estrutura e como tal verbo expressa evento, estado, processo ou ação. O aspecto lexical se distingue do aspecto gramatical porque o aspecto lexical é uma propriedade inerente de uma eventualidade, já o aspecto gramatical seria uma propriedade de uma realização sintática ou morfológica. O primeiro é invariável e o segundo é dependente da necessidade do falante.

Um dos autores que trouxe uma importante discussão a respeito do aspecto lexical é Vendler (1967), o qual propõe uma classificação para as classes acionais. Segundo o autor, existem quatro classes,

quais sejam: (a) os verbos estativos, que seriam os verbos em que se observa um evento sem final evidente, mas com certa duração, como “amar” por exemplo; (b) os verbos de atividade, que seriam aqueles com final arbitrário atingindo apenas por meio de intervenção externa, tal como “caminhar”; (c) os verbos *accomplishments*, que seriam os verbos que demonstram duração marcada por fases sucessivas até que o fim seja alcançado, como em “pintar uma casa”; (d) os verbos *achievements*, que são aqueles em que se observa apenas o desfecho final da ação, alcançado de forma instantânea, como, por exemplo, “nascer”.

Outros autores chamam a atenção para a importância do complemento verbal e do papel do advérbio na determinação do aspecto lexical, tal como Arad (1996). Podemos observar duas orações como “*Luíza corre*” e “*Luíza corre até a praia*”. Na primeira sentença, não percebemos a finitude do evento, ao passo que, na segunda sentença, o percebemos. Notadamente, a diferença entre as duas orações ancora-se na natureza do SP “até a praia”. Na primeira sentença, teríamos, associado ao SV, o traço de atelicidade. Na segunda, o traço de telicidade. Essas noções constituiriam o que denominamos de aspecto lexical.

Além disso, teríamos outra forma de classificarmos o aspecto, que é denominado aspecto gramatical. Ou seja, ao vislumbrarmos frases como “*Eu estudei a matéria*” e “*Eu estudava a matéria todos os dias*”, percebemos que as duas têm, como tempo, o passado. A diferença entre elas reside na noção aspectual. Isto é, na primeira frase, a ideia é de que o evento é findado e, na segunda, há ideia de progressão. Essas noções de eventos acabados e não acabados estão ligadas a aspecto gramatical e estão reveladas por morfemas. Nos dois casos, respectivamente, temos: –Ø– no pretérito perfeito (estude–Ø–i), em que –Ø– é um morfema zero que indica tempo passado e aspecto perfectivo. Já em “*estudava*”, temos o morfema –va–, no pretérito imperfeito (estuda –va– Ø), indicando que o tempo está no passado e o aspecto está no imperfectivo.

Na língua tétum-praça, como já explicitado, não há morfemas aspectuais ligados aos verbos. São os marcadores que informam o tipo de aspecto que é expresso na sentença.

Nesta seção, foram apresentadas as noções de tempo e aspecto de um modo geral. A seguir, traremos tais noções na língua tétum-praça.

### 3. CATEGORIAS TEMPO E ASPECTO NO TÉTUM-PRAÇA

Vejamos o tratamento de Tempo e Aspecto em tétum-praça partindo dos exemplos a seguir:

- (1) **Reza**                    **barak.**  
Rezar                    ADVÉRBIO (INTENSIDADE)  
*Rezei muito.*

- (2) **Hafoin sira nain-rua hahú ona kuda batar.**  
 Então PLURAL dois começar INCEPTIVO plantar milho  
*Então os dois começaram a plantar milho.* (Hull e Eccles, 2001, p. 124<sup>3</sup>)

A tradução do exemplo (1) só é possível se for ancorada no discurso, ou seja, só se pode fazer a tradução de tal sentença da forma como foi feita se já tiver sido colocado no discurso um marcador de passado. Assim sendo, o evento *rezar* recebe um tratamento ancorado na dêixis, e o falante vai designar, para a ação descrita, o tempo pretérito.

Já no exemplo (2), há uma referência ao tempo em que a ação *rezar* ocorreu em relação ao momento da fala (expressão da categoria de Tempo), mas também se faz referência ao desenvolvimento da ação. No exemplo (2), para expressar as noções explicitadas, foi necessário o uso do marcador *ona*.

Assim, pode-se verificar que tempo e aspecto são categorias que se manifestam de forma diferente da forma como se dão, por exemplo, na língua portuguesa. Dos dois exemplos dados em tétum-praça, pode-se constatar que (a) as categorias de tempo e de aspecto não ocorrem sob a forma de morfemas, tal como ocorrem em português; (b) as categorias de tempo e de aspecto podem se manifestar, em tétum-praça, como marcadores; (c) a categoria tempo pode ser retomada dêitica e anaforicamente.

Dito isso, passemos a explicar sobre as categorias tempo e aspecto no tétum-praça. Inicialmente, vamos apresentar como se dá a noção de tempo em tétum-praça e, depois, demonstraremos como se dá especificamente a marcação de aspecto.

O tempo em tétum está representado por advérbios, locuções adverbiais ou o que as gramáticas da língua denominam de “marcadores”, que, conforme já assinalamos, são partículas ou lexemas que designam funções gramaticais, tais como modo, tempo e aspecto. Vamos apresentar, inicialmente, como podem ser representadas as formas no passado. Em seguida, mostraremos as formas no presente e, depois, aquelas referentes ao futuro.

Para demonstrar algumas possibilidades de ocorrência de tempo passado, lembremos, inicialmente, do exemplo (2), em que *ona* codifica uma noção de tempo pretérito, mas também faz referência a uma noção de desenvolvimento de uma ação, no caso em específico, indica que a ação acabou de ser iniciada. Ao lado de *ona*, podemos ter também o marcador *tiha ona* e o advérbio *uluk*<sup>4</sup>, como denotadores de passado.

Vejamos uma sentença com *tiha ona*:

- (3) **Jean han tiha ona dose.**  
 Jean comer PASSADO doce  
 PERFECTIVO  
*Jean comeu o doce.*

3 São de Hull e Eccles (2001), os exemplos apresentados em 2, 8, 9, 10, 14, 15, 16 e 17. São de Costa (2015) os exemplos 11, 12 e 13. Importante salientar que os exemplos foram retirados das obras citadas, mas os autores deste artigo é que realizaram as glosas, fazendo, portanto, as especificações lexicais e gramaticais.

4 De acordo com Costa (2015, p. 79), “uluk” é um advérbio de tempo, que significa “antes”.

Nota-se que o marcador *tiha ona* significa que a ação descrita pelo verbo está no passado e que tem traços de aspecto de perfectivo. Outro exemplo de sentença em tétum-praça, no passado, seria determinado pelo advérbio *uluk*:

(4) **Jean uluk han dose.**  
Jean ADVÉRBIO comer doce  
PASSADO comer doce.  
IMPERFECTIVO  
*Jean comia doce.*

Pode-se observar, neste exemplo, que a partícula *uluk* dá a marcação de tempo passado e também de aspecto imperfectivo.

Importante destacar que os marcadores *ona* e *tiha ona* e o advérbio *uluk* parecem codificar tanto a categoria tempo quanto a de aspecto. Entretanto, podemos assinalar que todos os constituintes codificam o tempo passado, mas *ona* e *tiha ona*, de um lado, e *uluk*, de outro lado, expressam aspectos gramaticais diferentes. Os primeiros expressam perfectividade e o último, imperfectividade. Vale ainda notar, ao compararmos os dois exemplos em que temos a expressão do tempo passado, que *ona* e *tiha ona* são localizados à direita do verbo e *uluk*, à esquerda do verbo.

Ainda em tétum-praça, temos a seguinte sentença com uma leitura de tempo no presente:

(5) **Jean han dose.**  
Jean comer doce  
*Jean come o doce.*

Pode-se constatar que, neste caso, não há presença de marcador expressando o tempo presente, mas poderíamos ter um marcador em sentenças que são compreendidas com a caracterização de tempo no presente, conforme apresentamos a seguir:

(6) **Jean han daudaun<sup>5</sup> dose.**  
Jean comer MARCADOR/ doce  
ADVÉRBIO  
PROGRESSIVO  
*Jean está comendo doce.*

Neste exemplo, verifica-se que a sentença está no tempo presente e que *daudaun* dá a noção de progressão, continuidade, desenvolvimento do processo.

Desses exemplos com sentenças com tempo presente, verificamos que, na primeira (5), não há nenhum marcador e nenhum advérbio, já no exemplo (6), temos *daudaun* localizado à direita do verbo, denotando desenvolvimento da ação.

5 De acordo com Hull e Eccles, “**Dadaun** (ou **dadauk**) é um marcador gressivo. Pode ocorrer quer como palavra independente, quer como marcador pós-verbal” (Hull e Eccles, 2001, p. 127). Entretanto, em Costa, a partícula *dadaun* é considerada advérbio, conforme verificamos no trecho seguinte: “**Presente** – Emprega-se o verbo na forma simples ou o verbo com um advérbio ou expressão adverbial de tempo presente, que se estendem ao momento em que falamos. Advérbios que indicam o presente: oras ne’e (agora), ohin (hoje), loron ohin (neste dia), *dadaun* (presente progressivo).” (Costa, 2015, p. 68, grifo nosso).



Verificamos, neste excerto, uma tomada de decisão por parte dos autores, indicando que os marcadores denotam noções aspectuais e não de tempo. Interessante ainda assinalar que Hull e Eccles (2001, p. 120-121) colocam que os ditos marcadores “estão fortemente restritos na sua posição em relação ao verbo”. Essa noção vai ao encontro do que preconiza Cinque (1999), que diz haver relação forte entre advérbios e núcleos funcionais. Ou seja, os marcadores, que são lexemas que denotam traços gramaticais, estariam fortemente atrelados aos núcleos funcionais, tal como os advérbios na teoria de Cinque.

Vejamos um excerto de outra obra, que adota outra noção em relação à categoria tempo e os marcadores. Como afirma Costa,

Em tétum, os verbos são palavras invariáveis, isto é, não flexionadas. Todas as formas verbais são reduzidas ao infinitivo e servem para designar o presente, o pretérito e o futuro, bem como os modos e as diferentes pessoas e números. As marcas de pessoa, número, tempo e aspecto são expressas através de palavras que ocorrem na frase (advérbios, locuções adverbiais, locuções verbais, etc.).

O tempo é expresso, em tétum, por palavras, advérbios ou locuções adverbiais de tempo que marcam o presente, o passado ou o futuro e o modo é expresso pelo contexto ou pela própria entonação da voz. (COSTA, 2015, p. 67)

Neste excerto de Costa (2015), há a assunção que há palavras na frase que denotam tempo e aspecto, no caso, advérbios. Costa organiza sua seção sobre tempo em tétum da seguinte maneira:

### **Presente**

Emprega-se o verbo na forma simples ou o verbo com um advérbio ou expressão adverbial de tempo presente, que se estendem ao momento em que falamos. Advérbios que indicam o presente: *oras ne'e* (agora), *ohin* (hoje), *loron ohin* (neste dia), *dadaun* (presente progressivo). (...)

### **Pretérito**

1. Para indicar factos anteriores ao momento em que falamos. Usa-se o verbo seguido da partícula *ona* ou o verbo com advérbios de tempo passado, com ou sem a partícula *ona* (pretérito perfeito). Advérbios do tempo passado: *hori uluk* (outrora), *hori sehk* (ontem), *hori kalan* (esta noite), *hori sehk kalan* (ontem à noite), *ohin dadér* (esta manhã), *semana liu ba* (semana passada), *tiha* (já).

2. Para indicar o pretérito imperfeito antepõe-se a partícula *uluk* ao verbo.

(...)

### **Futuro**

Para indicar o futuro antepõe-se a partícula *sei* ao verbo ou usa-se o verbo com a marca de tempo, com ou sem a partícula *sei*. Advérbios de futuro: *aban* (amanhã), *semana mai* (semana que vem), *tinan oin* (próximo ano) (...) (COSTA, 2015, p. 68)

Então, Costa se distancia de Hull e Eccles à medida que afirma que, em tétum-praça, há palavras na frase que denotam tempo e aspecto. Inicialmente, Costa fala de advérbios, mas nas subseções, que têm, como títulos, os tempos verbais (presente, pretérito e futuro), o autor indica marcadores (*ona* e *sei*, por exemplo), ao lado de advérbios (como *dadaun*), como designadores de tempo verbal.

Pode-se dizer que, diante do que apresentamos, os tempos em tétum-praça se realizam da seguinte forma: o presente é realizado com verbo somente ou acompanhado de advérbio de tempo presente; o pretérito, com o verbo acompanhado dos marcadores *tihona*, *ona* ou antecedido do advérbio *uluk*; e o futuro é marcado com o *sei* seguido do verbo.

A ideia, até o momento, era a de demonstrar como a noção de tempo ocorre em tétum-praça. Entretanto, vimos que noções aspectuais (além de outras) estão implicadas na discussão. A seguir, vamos expor a categoria aspectual na língua em questão.

Vejamos o seguinte quadro de alguns marcadores verbais com suas respectivas funções aspectuais apontadas por Hull e Eccles (2001, p. 121).

**Quadro 1: Alguns marcadores aspectuais em tétum-praça**

<b>Marcador</b>	<b>Posição</b>	<b>Função aspectual</b>
<i>Tiha</i>	<b>após</b> o verbo	<b>Perfectiva:</b> indica que o processo verbal está completo.
<i>Ona</i>	<b>após</b> o verbo	<b>Inceptiva:</b> indica que começou um processo ou que surgiu uma situação.
<i>Sei</i>	<b>antes</b> do verbo	<b>Prospectiva:</b> indica que ainda não foi atingido o ponto final do processo.

**Fonte:** Extraído de Hull & Eccles (2001, p. 121).

A seguir, apresentamos, de forma mais detalhada, cada noção exposta no quadro anterior:

### **Marcador *tihona***

De acordo com Hull e Eccles (2001, p. 121-124), *tihona* segue o verbo e marca o processo verbal como tendo sido completado num ponto determinado; isto é, algo aconteceu e depois terminou. Os autores apresentam quatro contextos em que *tihona* ocorre: (a) ação acabada no passado, (b) ação não acabada no passado, (c) omissão de objetos pronominais após *tihona* e (d) *tihona* como marcador de uma ação

de fundo. Vamos apresentar, neste texto, os itens (a) e (d), que, para nós, estão mais relacionadas às questões aspectuais. O item (b), na obra mencionada, parece-nos, mais ligado à questão de modo, modalidade e modalização<sup>8</sup> e (c) não se aplica ao assunto ora tratado.

Para exemplificar a ação acabada no passado, os autores trazem o seguinte exemplo:

**(8) Komandante bá tiha Hudilaran.**

Comandante ir MARCADOR Hudilaran  
PASSADO  
PERFECTIVIDADE

*O comandante foi a Hudilaran.* (HULL E ECCLES, 2001, p. 122)

E, para demonstrar o *tiha* como marcador de uma ação de fundo, Hull e Eccles (2001, p. 123) trazem a seguinte explicação e exemplo:

**Tiha** pode indicar que o processo do verbo que marca acabou antes do início do processo do verbo da oração seguinte. Por outras palavras, a realização do primeiro processo é uma situação que forma uma cena de fundo para o segundo processo:

**Prenxe tiha formuláriu, haú fó kedas ba sekretária.**

Tendo preenchido o formulário, dei-o imediatamente à secretária”  
(HULL E ECCLES, 2001, p. 123)

Costa (2015), ao tratar de particularidades de partículas na frase, discorre o seguinte sobre *tiha*:

Colocada depois de verbos indica fim de uma oração já concretizada, formando passado, mas subentende-se sempre o elemento ‘ona’. Exs.: Berek la’o tiha (ona) – O Berek foi-se; Tetik bá tiha (ona) uma – O Tetik foi a casa.

1.1. Ocorre ainda a expressão “*tiha ona*” e nunca “*ona tiha*” como meio de reforçar o aspeto<sup>9</sup> do perfeito do tempo pretérito. Ex.: Nia han tiha ona – Ele já comeu. (COSTA, 2015, p. 73)

Costa ainda traz o carácter qualificativo que *tiha* pode proporcionar à frase e a possibilidade de exprimir

<sup>8</sup> Este item (b) está assim escrito no texto: “**Acção** não acabada no passado – Os exemplos que se seguem demonstram que o equivalente de um verbo marcado com **tiha** não é necessariamente um pretérito perfeito simples. A realização do processo pode dar-se no futuro: **Halai tiha hosi ne’e!** Foge daqui!, **Janela ne’e e fo’er; tenke hamoos tiha.** Esta janela está suja; é preciso limpá-la. **Imi bele hasai fatuk boot ne’e?** Podeis remover esta grande pedra?, **Uma sira ne’e sei sunu tiha.** Estas casas serão incendiadas.”. Para nós, neste item, temos exemplos de uso de *tiha* para além da questão temporal e aspectual. Baseando-nos no trecho de Castilho & Castilho (2002, p. 201), “A Gramática Tradicional reconhece dois grandes componentes na sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (=dictum), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante (=modus). Esse julgamento se expressa de dois modos: 1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); 2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.”. No primeiro caso, parece tratar-se de modo ou modalidade e, no segundo caso, de modo ou modalização. Acreditamos que, nos exemplos trazidos por Hull e Eccles para o item (b), há casos de modalidade e modalização, além, é claro, da noção de futuro proporcionada pelo marcador ‘sei’ no último exemplo. As noções de modo, modalidade e modalização não serão objeto de estudo deste artigo.

<sup>9</sup> O texto original é escrito no português europeu, daí a grafia “aspeto”.

ordem ou desejo<sup>10</sup>.

De forma a resumir nossa discussão sobre os usos do *tiha* para os fins deste trabalho, apresentamos os esquemas a seguir com base em Hull e Eccles (2001) e Costa (2015):

Verbo + TIHA → esta estrutura denota ideia de perfectivo.

Fonte: Hull e Eccles (2001, p. 123- 124).

Verbo + TIHA ona → esta estrutura denota a ideia de passado e de perfectividade em uma oração.

Fonte: Costa (2015, p. 73).

Assim sendo, vemos que Costa admite a partícula *tiha*, seguida de *ona*, como expressão de tempo e de aspecto. Já Hull e Eccles não admitem a marcação de tempo por parte de *tiha* (seguido ou não de *ona*), que decodificaria somente aspecto perfectivo. Vejamos, a seguir, a explanação acerca do marcador *ona*.

### Marcador *ona*

O marcador *ona* é colocado posposto ao verbo e dá início a uma nova situação. Ele pode indicar, conforme nos dizem Hull e Eccles (2001, p. 124), (a) que uma ação está começando ou já começou. Ou seja, tem uma noção de aspecto inceptivo. (b) Também pode demonstrar que uma nova situação resulta de uma ação, ou (c) até mesmo que uma nova situação, enfatizada por um adjetivo, acabou de surgir.

No que diz respeito ao item (a), Hull e Eccles explicitam o seguinte: “o **ona** pode ser aproximadamente o equivalente de *agora começa a* e pode até ser associado a **hahú começar**”. (Hull e Eccles, 2001, p. 124). Vejamos o exemplo dado pelos autores, já apresentado como (2) e reapresentado aqui como (9):

(9) **Hafoin sira na'in-rua hahú ona kuda batar.**

*Então* PLURAL NUMERAL [DOIS] começar INCEPTIVO plantar milho

*Então os dois começaram a plantar milho.*

Em relação ao item (b), os autores dizem que se pode também utilizar o *ona* para marcar o fato que fez aparecer uma nova situação por meio de uma ação. Assemelha-se, muitas vezes, de acordo com Hull e Eccles (2001, p. 125), ao significado de *já* ou (*por*) *agora*. Vejamos um exemplo dado pelos autores (*op. cit.*, 125):

(10) **Nia ba ona Atsabe.**

3sg MASC. ir INCEPTIVO Atsabe

*Ele já partiu para Atsabe.*

Hull e Eccles ainda trazem o uso de *ona* como marcadores de adjetivos (para indicar que uma nova situação teve início) e o uso de *ona* com negativos (que normalmente indica já não)<sup>11</sup>.

10 Exemplo de ordem dado por Costa (2015, p. 73): *Soe tiha livru ne'e* – Deite fora este livro. Esse é um exemplo claro de *tiha* funcionando como marca de modo imperativo.

11 Ao final do item (a), “**Acção que se inicia ou já iniciada**”, Hull e Eccles discorrem sobre o uso de *ona* como marcador de verbo utilizado

Costa (2015, p. 72) apresenta o seguinte para o uso do *ona*: “(a partícula *ona*) posposta ao verbo indica o passado”. O exemplo abaixo é do autor:

**(11) Kehi mate ona**

Kehi morrer MARCADOR  
PASSADO

*O Kehi morreu.*

O autor ainda traz, para a elucidação do uso de *ona*: “Depois de uma palavra que não seja verbo, numa oração composta, indica uma ação recentemente concretizada”. Costa dá o seguinte exemplo (Costa, 2015, p. 72):

**(12) Kehi moras, maibé di’ak ona**

Kehi doença mas bem MARCADOR  
PERFECTIVO

O Kehi esteve doente, mas já está melhor.”.

Ainda ligado à questão aspectual, pode-se trazer a explicitação de Costa: “Usa-se ainda a expressão *tiha ona* para indicar um facto já concretizado”. Vejamos um exemplo dado pelo autor (Costa, 2015, p. 72):

**(13) Haú la bá tan bá tiha ona hori sehik**

1sg não ir mais ir MARCADOR ADVÉRBIO  
PERFECTIVO ONTEM

Eu não vou porque já fui ontem.

O autor ainda traz outros usos do *ona*, que não se aplicam neste estudo, inclusive um que é mais ligado a modo<sup>12</sup>.

De forma a resumir a exposição sobre os usos do *ona* para fins deste trabalho, apresentamos os esquemas a seguir com base em Hull e Eccles (2001) e Costa (2015):

VERBO + ONA → ideia de aspecto inceptivo, indica que um processo já começou. Pode equivaler a: “agora começa”, “já” e “agora”.

Fonte: Hull e Eccles (2001, p. 124 -125).

Verbo + ONA → tempo passado, aspecto perfectivo.

*Ona* acompanhando *tiha*:

Verbo + *tiha ona* → tempo passado, aspecto perfectivo.

Fonte: Costa (2015, p. 72).

No que diz respeito ao uso do *ona*, verificamos novamente que Hull e Eccles adotam somente a noção de aspecto para tal constituinte. Já Costa, explicitamente, nos aponta para a noção de passado. A seguir, vejamos o tratamento dado à partícula *sei*.

no imperativo: **Hala ona!** *Faz isso já!* (Hull e Eccles, 2001, p. 125). Conforme já dito, a noção de modo não será tratada neste artigo.

12 Nas palavras de Costa (2015, p. 72): (*Ona*) Usada também na forma de convite. Ex.: *Mai tia han ona!* – Vamos comer!

## Marcador *sei*

Segundo HULL e ECCLES:

*Sei*, que precede imediatamente um verbo, funciona de dois modos para modificar o processo verbal: (1) pode indicar que o processo, tendo começado, não está acabado, e é deste modo equivalente a *ainda*; (2) pode indicar que o processo ainda está por começar e por acabar, referindo-se assim ao futuro. Em qualquer dos casos, indica que a conclusão do processo ainda não foi atingida, e nós chamaremos a este marcador “prospectivo”. (HULL & ECCLES, 2001, p. 133).

Para os autores, *sei* terá sua função *prospectiva durativa* quando marcar um processo já iniciado (ainda) e terá função *prospectiva futura* quando tratar de um processo que ainda não começou. Vejamos o exemplo de Hull e Eccles (2001, p. 133):

(14) **Se há’u seidauk kaben, há’u sei klosan, sira sei fó osan ba**  
Se 1sg MARCADOR casado 1sg MARCADOR solteiro, 3pl MARCADOR dar dinheiro ir  
AINDA NÃO AINDA

**há’u atu kaben**

1sg para casar

*Se eu ainda não fosse casado, e ainda fosse solteiro, eles dar-me-iam dinheiro para casar.*

Para os autores, nesse exemplo, há as duas noções mencionadas - a de “ainda” para o primeiro *sei* e a ideia de futuro para o segundo *sei*. Já no exemplo a seguir, Hull e Eccles (2001, p. 134) admitem que *sei* acolhe as duas noções anteriormente explicitadas:

(15) **Sei iha buat barak tan.**  
MARCADOR *haverá coisa muito mais.*  
PROSPECTIVO  
(AINDA)  
FUTURO  
*Ainda haverá muito mais coisas.*

Nas palavras dos autores, o exemplo acima expressa “a lista de coisas, tendo começado, ainda não acabou; e, ao mesmo tempo, novas coisas vão aparecer no futuro.”.

Também para Hull e Eccles (2001, p. 134), *sei* pode ter a noção prospectiva-durativa, como em:

(16) **Júlia Alves sei serbisu iha xanselaria.**  
Júlia Alves MARCADOR serviço na chancelaria  
DURATIVO  
AINDA

*A Júlia Alves ainda está a trabalhar na chancelaria*

E também pode ter a noção de prospecção e futuro, tal como em:

(17) **Aban Tia Lola sei bá Dare.**  
Amanhã Tia Lola MARCADOR ir Dare.  
PROSPECTIVO

*Amanhã a Tia Lola irá a Dare.*

Costa (2015) traz algumas particularidades de *sei*:

- a) Antes do verbo transitivo ou marca do tempo futuro, indica futuro. Ex.: *Ha'u sei fera ai maran* (ou *Aban ha'u sei fera ai maran*) – Eu hei de rachar a lenha (ou Amanhã recharei a lenha).
- b) Antes do verbo intransitivo, indica uma ação que se prolonga no tempo presente. Ex.: *Miguel seu harís* – O Miguel está a tomar banho. (COSTA, 2015, p. 72)

O autor ainda traz outros usos de *sei*, que não são escopo deste artigo<sup>13</sup>.

Ainda que Hull e Eccles tenham declarado que marcadores não codificam noção de tempo, de alguma forma, os autores acreditam que o marcador *sei* expressa noção de futuro. Assim sendo, podemos resumir as ideias das duas obras consultadas da seguinte forma:

SEI + verbo → processo começado e não acabado = equivale a ‘ainda’.  
SEI + verbo → processo que está por começar e por acabar = equivale a noção de futuro.  
Ambas as noções têm caráter prospectivo (a conclusão do processo não foi atingida).

Fonte: Hull e Eccles (2001, p. 133-135)

SEI + Verbo Transitivo → noção de futuro.  
SEI + Verbo Intransitivo → ação que se prolonga no tempo.

Fonte: Costa (2015, p. 72).

O tempo e o aspecto, em tétum-praça, podem ser determinados também por advérbios, mas, como não é foco neste trabalho, não traremos aqui uma abordagem sobre o assunto. Todavia, é importante dizer que os marcadores exercem, na marcação de tempo e de aspecto, papéis muito semelhantes aos dos advérbios apresentados no trabalho de Cinque (1999). Por isso, neste trabalho, usamos a ideia do autor para o tratamento e localização dos marcadores de tempo e de aspecto do tétum-praça.

A seguir, apresentaremos alguns pressupostos da Teoria Gerativa e a proposta de Cinque (1999).

#### 4. TEORIA GERATIVA E A HIPÓTESE DO SINTAGMA ADVERBIAL NA POSIÇÃO DE ESPECIFICADOR DE UM NÓDULO FUNCIONAL

Como já indicado na Introdução, este artigo ancora-se nos pressupostos da Teoria Gerativa e, nessa perspectiva, existiria uma faculdade da linguagem que incorporaria princípios gramaticais universais e um conjunto de parâmetros que imporiam várias restrições entre as estruturas sentenciais permitidas nas línguas naturais. Dessa forma, à medida que os parâmetros são fixados, uma gramática é estabelecida.

<sup>13</sup> Costa (2015, p. 72) traz *sei* como marca de obrigatoriedade da ação. Ex.: *O sei hemu aimoruk atu bele dí'ak* – Deves tomar remédio para te curares.

Diante do exposto, pode-se verificar a ligação da teoria dos Princípios e Parâmetros e a melhor compreensão das categorias funcionais<sup>14</sup>. De acordo com Borer (1984), a noção dos parâmetros está ligada às categorias funcionais. Nessa perspectiva, as categorias funcionais (por exemplo, complementizadores, categoria de tempo e determinantes) ou os elementos morfológicos ligados a elas são os “responsáveis pela diferença de fixação de parâmetro”. Dessa maneira, percebe-se a importância que as categorias funcionais assumem na dimensão estrutural, estabelecendo relações entre palavras e orações. Essa concepção é interessante para nossa pesquisa, uma vez que estamos em busca do entendimento das categorias funcionais tempo e aspecto e sua relação com marcadores temporais e aspectuais na língua tétum-praça.

A Teoria Gerativa, à luz do Programa Minimalista (Chomsky 1995, 1998, 1999, 2001), propõe que a linguagem deve ser considerada um sistema perfeito com um *design* ótimo, pois as gramáticas de uma língua natural criam estruturas que são enviadas à interface, ou seja, aos sistemas da fala e do pensamento.

Uma gramática de uma língua compreende alguns níveis. Um componente da gramática é o léxico, o qual corresponde à lista de todas as palavras de uma língua e suas propriedades linguísticas. Tais palavras são escolhidas e combinadas por uma série de computações sintáticas realizadas no componente computacional, formando uma estrutura sintática, que é enviada para *Spell-out* e serve de *input* para dois outros componentes da gramática: o componente semântico, que gera uma representação semântica dessa estrutura sintática, e o fonológico, que gera uma representação fonológica de estrutura sintática. A representação semântica faz interface com o sistema do pensamento ou sistema conceptual-intencional e a representação fonológica faz interface com o sistema da fala ou o sistema articulatório-perceptual.

Do léxico, são retirados os itens linguísticos de forma aleatória para formar a Numeração, que vem a ser um conjunto de itens lexicais. Tais itens, quando entram na Numeração, têm um conjunto de traços fonológicos, traços semânticos e um complexo de traços formais. Os itens lexicais entram, então, no componente computacional e esse trabalha com duas operações: *merge* (em português, concatenar) e *move* (em português, mover). A primeira operação agrega elementos linguísticos e, portanto, forma objetos sintáticos. A segunda operação é mais complexa que aquela, pois movimenta um determinado elemento linguístico, gerando uma cópia, que, por sua vez, está em uma cadeia e é idêntica ao elemento movimentado, só que em posição distinta da posição deste na estrutura sintática.

A operação *merge* ocorre sempre de forma binária, pois une dois constituintes de cada vez. Toda projeção máxima, que, em suma, é um sintagma, teria o núcleo unido ao complemento e este produto seria, em seguida, concatenado ao elemento que está na posição de especificador (Esp). Depois que o sintagma verbal, por exemplo, está formado, o verbo se movimenta até o núcleo do Sintagma de Tempo para ter os traços de tempo valorados. Assim que se dão as duas operações, a

<sup>14</sup> Ao lado das categorias funcionais, teríamos as categorias lexicais, que, nos moldes da teoria gerativa, seriam os nomes, os verbos, os adjetivos e as preposições.

estrutura é submetida a *Spell-out*, que, por sua vez, alimenta os sistemas conceptual-intencional e articulatório-perceptual.

Dito tudo isso, podemos depreender que é a morfologia de uma dada língua que desencadeia o movimento de elementos categoriais ou os traços para valoração de suas propriedades. Além disso, pode-se dizer que cada língua estaria encaixada em sistemas de desempenho que permitiriam que as suas expressões fossem usadas para articular, interpretar, referir, perguntar etc.

Neste contexto, é que apresentamos um importante estudo acerca da relação entre categorias funcionais e determinados advérbios, trabalho este realizado por Cinque (1999). O autor propõe que as noções de modalidade, modo, tempo e aspecto são relacionadas a advérbios da mesma natureza em várias línguas naturais.

Cinque (1999) sugere que há sintagmas adverbiais na posição de especificador de um sintagma de categoria funcional e cada lugar ocupado pelo advérbio resguardaria, na sintaxe, uma relação rígida com um respectivo núcleo funcional. A ideia é que o advérbio corresponda semanticamente ao núcleo funcional daquela projeção. O posicionamento do advérbio em um dado especificador de um sintagma flexional seria licenciado em razão da checagem de traços entre o advérbio e o núcleo de mesma natureza, dominados pela mesma projeção máxima, em uma ordenação rígida, definida pela Gramática Universal (GU).

O modelo de Cinque (1999) é assim proposto:

[*francamente* **Modo**<sub>ato de fala</sub>] [*felizmente* **Modo**<sub>avaliativo</sub>] [*evidentemente* **Modo**<sub>evidencial</sub>] [*provavelmente* **Modalização**<sub>epistêmica</sub>] [*uma vez* **T (Passado)**] [*então* **T (Futuro)**] [*talvez* **Modo**<sub>irrealis</sub>] [*necessariamente* **Modalização**<sub>necessidade</sub>] [*possivelmente* **Modalização**<sub>possibilidade</sub>] [*normalmente/geralmente* **Asp**<sub>habitual</sub>] [*novamente* **Asp**<sub>repetitivo(I)</sub>] [*frequentemente* **Asp**<sub>frequentativo</sub>] [*intencionalmente* **Modalização**<sub>volitiva</sub>] [*rapidamente* **Asp**<sub>celerativo</sub>] [*já* **T (Anterior)**] [*não mais* **Asp**<sub>terminativo</sub>] [*ainda* **Asp**<sub>continuativo</sub>] [*sempre* **Asp**<sub>perfectivo(?)</sub>] [*só* **Asp**<sub>retrospectivo</sub>] [*brevemente* **Asp**<sub>proximativo</sub>] [*brevemente* **Asp**<sub>durativo</sub>] [*caracteristicamente(?)* **Asp**<sub>genérico/progressivo</sub>] [*completamente* **Asp**<sub>completivo(I)</sub>] [*tudo* **Asp**<sub>completivo</sub>] [*bem Voz*] [*rápido/cedo* **Asp**<sub>celerativo(II)</sub>] [*de novo* **Asp**<sub>repetitivo(II)</sub>] [*frequentemente* **Asp**<sub>frequentativo(II)</sub>] [*completamente* **Asp**<sub>completivo(II)</sub>]

FONTE: Cinque (1999, p. 106), tradução feita por nós.

Cada item em negrito corresponderia a uma projeção máxima e cada advérbio à esquerda estaria na posição do especificador de tal projeção máxima.

Cinque considera que é raro um advérbio ocupar diversas posições e coloca que, se isso ocorre, é que os advérbios podem ser gerados independentemente nas duas posições ou que elas são associadas a movimentos. O autor sugere que a hierarquia de advérbios e núcleos funcionais é uma propriedade primitiva dos componentes computacionais, ainda que as posições hierárquicas não sejam sempre usadas, pois os núcleos necessariamente viriam com um valor marcado ou um valor *default*.

Desse modo, todas as sentenças utilizariam toda a estrutura funcional, mas haveria uma escolha da combinação de marcado ou *default*. De acordo com Cinque (*op.cit.*, p. 128-130), “marcado” seria o membro com aplicação mais restrita. É menos frequente, mais complexo conceptualmente e é expresso por uma morfologia explícita. O membro não marcado tem uma aplicação mais ampla, mais frequente, mais básica conceptualmente e, de um modo geral, é expresso por um morfema zero.

No que diz respeito ao tempo passado e aos aspectos por nós estudados, Cinque assinala o seguinte: o caso em que os pontos de tempo são coincidentes, ou seja, em que o tempo de fala, de referência e de tempo de evento são coincidentes, o valor é *default*. Quando não há coincidência entre os tempos referidos, o valor é marcado. Portanto, o presente é *default* (não marcado) e o passado tem valor marcado. No que diz respeito aos núcleos aspectuais, Cinque (*op. cit.*) considera a presença do traço relevante (que é tipicamente associado à morfologia explícita) para representar o valor marcado do núcleo e sua ausência para representar o valor *default*.

Decorre da aceção anterior a afirmativa que, em todas as línguas naturais, haveria um arranjo com todas as projeções funcionais disponíveis, pois os núcleos funcionais estariam lá, com seus valores marcados e não marcados. Portanto, uma sentença como *Prices rise* teria a mesma estrutura funcional que uma sentença aparentemente mais complexa, como *Prices must not have been raised*. Isto porque, no caso da segunda sentença, os valores seriam marcados e, no caso da primeira sentença, o valor é não marcado, sendo que todas as categorias funcionais estariam presentes na estrutura sintática.

Nesta perspectiva, passamos a investigar o papel dos marcadores em língua tétum-praça (que, em nossa opinião, desempenham papel similar a de advérbios) e sua relação com os núcleos funcionais de tempo e de aspecto. A seguir, passaremos à explicitação da metodologia adotada nesta pesquisa.

## 5. METODOLOGIA

Esta seção visa a explicitar a forma como foi realizada a análise das categorias tempo e aspecto em tétum-praça.

O *corpus* deste trabalho constituiu-se de trechos de falas de discursos televisionados pela TVTL (Televisão de Timor-Leste) e RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) em ambiente formal por parte de pessoas do primeiro escalão do governo timorense. O debate oral analisado está disponibilizado no *youtube*<sup>15</sup> cujo tema central era ‘Xanana Gusmão *versus* Mauk Moruk’. O objetivo da nossa pesquisa é estudar o uso real da língua tétum-praça. Portanto, as sentenças analisadas não foram editadas. As falas são de dois membros do governo e líderes de partidos políticos. São eles: Taur Matan Ruak, atual Presidente da República Democrática de Timor-Leste, e Mari Alkatiri, Presidente da FRETILIN (partido político de grande extensão em Timor-Leste) e ex-Primeiro Ministro.

No trecho transcrito e selecionado para este trabalho, havia 32 sentenças com verbos e, ao estudá-las, localizamos o verbo e o marcador de tempo e aspecto. Em seguida, verificamos a relação sintático-

15 Acesso em <https://www.youtube.com/watch?v=aFV9iqzrvul>, no dia 01/11/2016.

semântica estabelecida entre marcador e o verbo.

A seguir, apresentaremos os dados de nossa pesquisa e a análise feita.

## 6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, faremos a apresentação dos dados observados nesta pesquisa e uma reflexão a respeito das categorias tempo e aspecto, relacionadas a marcadores e sua ligação com os verbos na língua tétum-praça. Importante dizer que os elementos que marcam tempo e aspecto encontrados nos discursos analisados não foram muito numerosos.

No trecho a seguir,

**ba ita tanba ita bele halibur na iha ne'e**

para 1pl porque 1pl pode reunir pessoa aqui

*para nós, porque as pessoas podem reunir aqui*

Fonte: Otoni, 2016, p. 100.

Não há marcador nem advérbio e a leitura que se faz é de tempo presente. Essa é uma observação importante porque, em muitos outros contextos, temos um verbo e nenhum outro marcador ou advérbio de tempo presente, e a leitura do evento ou da situação é sempre feita no presente pragmaticamente.

Também verificamos frases com advérbio, sem verbo. Apesar de não haver nenhum verbo no trecho a seguir, percebemos que há um marcador de tempo, expresso pelo advérbio *ohin* (hoje). Esse parece ser um marcador de todo o discurso.

**Konvidadu tomak ohin loron importante tebes ba Timor**

Convidado PLURAL ADVÉRBIO dia importante ADVÉRBIO para Timor

HOJE

INTENSIDADE

*Convidados, hoje é um dia muito importante para Timor.*

Fonte: Otoni, 2016, p. 100.

Ainda temos outra situação: o advérbio *iha ne'e* (aqui), no trecho abaixo, tradicionalmente advérbio de espaço, parece funcionar, nesta sentença, como advérbio<sup>16</sup> de tempo no presente:

16 Esta decisão de tomarmos, neste contexto, o advérbio de espaço *iha ne'e* (aqui) como um advérbio de tempo não é aleatória. Sabe-se, por meio de muitos estudos (não necessariamente do quadro teórico gerativista), que processos de gramaticalização são naturais. Ou seja, elementos lexicais passam, por diversos motivos, a assumir funções gramaticais e determinadas formas gramaticalizadas passam, com o decorrer do tempo, a assumir novas funções gramaticais. Isso vai ao encontro, por exemplo, do que preconiza a hipótese de Heine *et al.* (1991), em que se prevê um movimento de gramaticalização obedecendo à seguinte ordem: pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade, para corpo > objeto > mente. É neste contexto que consideramos que o advérbio de lugar (espaço), no caso, *iha ne'e* (aqui), passa a assumir uma função de expressão de tempo. Para falantes nativos do tétum-praça, é comum usar esse advérbio de lugar para determinar o tempo. Logo, tal advérbio pode estar passando a expressar também outra função gramatical: a de tempo presente, obedecendo à ordem do paradigma proposto por Heine *et al.* (*op. cit.*).

<b>Iha ne'e</b> ADVÉRBIO	<b>hau nia</b>	<b>maun L7</b>	<b>aman</b>	<b>maun</b>	<b>ba</b>	<b>Mauk Moruk</b>
AQUI	meu	irmão L7	pai	homem	para	Mauk Moruk
<i>Aqui presente um homem “meu irmão L7”, pai para Mauk Moruk</i>						

Fonte: Otoni, 2016, p. 107.

No trecho a seguir, temos o verbo *rona* (ouvir), precedido de um marcador de tempo futuro.

<b>Ne'e duni</b>	<b>polémika</b>	<b>ida ne'e</b>	<b>or-sida</b>	<b>ita</b>	<b>sei</b>	<b>rona</b>	<b>liu</b>	<b>tan</b>	<b>tuir</b>
Por-tanto	polêmica	esta	logo	1pl	MARCADOR FUTURO	ouvir	mais	muito	concordar
<i>Portanto, esta polêmica logo ouviremos muito mais e concordarão</i>									

Fonte: Otoni, 2016, p. 115.

O marcador *sei* dá a noção de futuro ao verbo *rona*. Pode-se dizer que *sei* também dará a noção de futuro para o verbo *tuir* (concordar).

No trecho a seguir, temos o verbo *hatete* (dizer), seguido do marcador *tiha ona*. Esse marcador reforça o aspecto perfectivo do tempo pretérito. Ainda neste exemplo, temos o verbo *ko'alia* (falar) com o marcador de tempo futuro *sei* anteposto.

<b>señor</b>	<b>hatete</b>	<b>tiha ona</b>	<b>ita</b>	<b>mós</b>	<b>sei</b>	<b>ko'alia</b>
senhor	Dizer	MARCADOR PASSADO PERFECTIVO	nós	também	MARCADOR FUTURO	falar
<i>(com que o) senhor disse e também falaremos</i>						

Fonte: Otoni, 2016, p. 115.

No trecho abaixo, temos o verbo *mate* (morrer) seguido do marcador perfectivo *ona*.

<b>Hanesan</b>	<b>ita</b>	<b>mas</b>	<b>mate</b>	<b>hotu</b>	<b>ona</b>	<b>hodi</b>	<b>fila</b>
Mesmo	1pl	mas	mor-rer	todo	MARCA-DOR PASSADO PERFECTIVO	para	voltar
<i>mesmo de nós, mas morreram para voltar</i>							

Fonte: Otoni, 2016, p. 102.

Baseando-nos na observação dos dados encontrados em nossa pesquisa, podemos partir para as reflexões. Em relação aos marcadores/advérbios expressando a categoria tempo, podemos notar que o presente não necessariamente precisa de um marcador ou advérbio. Quando há marcação, esta apresenta-se como ênfase para o que é dito.

O tempo presente parece ser um tempo *default*, ou seja, não marcado. Por isso, em não se colocando nenhum outro marcador de tempo, que, geralmente, é de passado ou de futuro, o tempo é considerado presente. Essa noção parece ser ainda marcada uma primeira vez no início do discurso e, então, é retomada anaforicamente.

Outra observação interessante que se pode fazer é que o advérbio designador de lugar (espaço) pode acabar caracterizando o tempo presente, na língua tétum-praça, como vimos anteriormente.

O tempo futuro ocorre com a presença do marcador *sei* e é encontrado à esquerda do verbo. O tempo passado e aspecto perfectivo, em nosso *corpus*, ocorrem com a presença do marcador *tiha (ona)* e o tempo passado e aspecto inceptivo/perfectivo ocorrem com o *ona*. *Tiha ona* e *ona* são encontrados à direita do verbo.

Isto posto, apresentamos a configuração dos marcadores de tempo e de aspecto encontrados em nosso *corpus*:

**Quadro 2: configuração estrutural e semântica dos marcadores encontrados em nosso *corpus***

Verbo → expressa noção de tempo presente.

**SEI** + verbo → expressa noção de tempo futuro.

Verbo + **TIHA ONA** → expressa noção de tempo passado e de aspecto perfectivo.

Verbo + **ONA** → expressa noção de tempo passado, de aspecto inceptivo/perfectivo.

**Fonte:** elaborado pelos autores desse artigo.

Promovendo uma articulação com a teoria trazida em nosso trabalho, podemos nos remeter à gramática de Hull e Eccles (2001), os quais assinalam que tempo verbal não é marcado de forma explícita na língua tétum-praça e que os marcadores denotam noções de modo e aspecto. Já Costa (2015), explicitamente, nos diz que determinados marcadores aqui estudados, como *tiha ona*, *ona* e *sei*, expressam noções temporais e aspectuais.

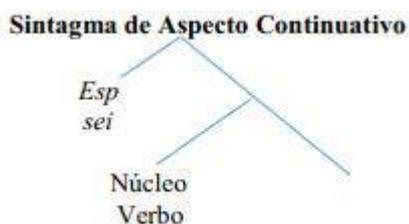
A fim de discutir o papel de tais marcadores e articulando-os ao quadro teórico eleito para este trabalho, vamos apresentar as nossas análises a partir do estudo feito do *corpus* eleito para esta pesquisa. Começemos a explanação com o marcador *sei*.

Sabe-se que o marcador *sei* pode funcionar como partícula designadora de futuro e de aspecto prospectivo. Isso é trazido por Hull e Eccles (2001) e também por Costa (2015). Entretanto, este último autor refina a explicação, dizendo que a ideia de tempo futuro se dá com o verbo transitivo e a ideia de prospectividade ocorre com o verbo intransitivo. Em nosso *corpus*, o *sei* surgiu expressando tempo futuro e é anteposto ao verbo transitivo, ainda que os objetos tenham sido nulos, sendo,

portanto, retomados anaforicamente. Assim sendo, sugerimos que o marcador *sei* ocupe o lugar de especificador de um núcleo funcional de tempo futuro, tal como Cinque (1999, p. 106) propõe em seu diagrama. A projeção máxima de (ou sintagma de) Tempo Futuro seria assim constituída:



Apesar de em nosso *corpus* não ter surgido o *sei* com noção de aspecto prospectivo, sugerimos que ele deva ocorrer na posição de especificador da projeção máxima, denominada por Cinque (1999), como Sintagma de Aspecto Continuativo. Na proposta do autor, o advérbio *still* (ainda) ocupa a posição de especificador de tal projeção. A projeção a ser ocupada pelo *sei* com a semântica em questão seria:

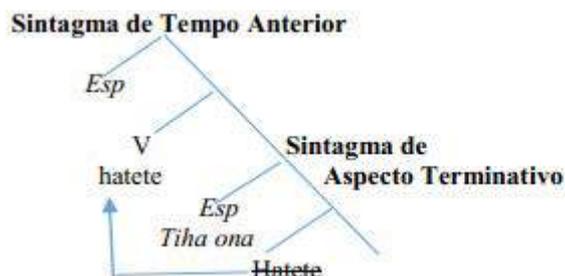


Vale dizer que, na proposta de Cinque, há previsão de uma projeção máxima de Aspecto Prospectivo, com o sintagma adverbial *almost* (quase) na posição de especificador. Em função da ideia de “prospectividade durativa”, usando as palavras de Hull e Eccles (2001, p. 133), e até mesmo a colocação dos autores sobre o *sei* prospectivo, o qual “pode indicar que o processo, tendo começado, não está acabado, e é deste modo equivalente a ainda”, sugerimos que *sei*, com tal semântica, esteja na projeção máxima de Aspecto Continuativo e, não, de Aspecto Prospectivo.

Passemos à articulação dos marcadores *tihā ona* e *ona* à teoria proposta neste artigo. Para Hull e Eccles (2001, p. 123-124), o marcador *tihā* denota a ideia de perfectividade. Costa (2015, p. 73) indica que *tihā* (que pode ser seguido de *ona*) denota a ideia de passado e de perfectividade em uma oração. Para Hull e Eccles, o marcador *ona* dá início a uma nova situação ou indica uma ação que já começou. Para os autores, o marcador *ona* pode equivaler ao “agora começa a” ou a “já”. Por outro lado, Costa (2015, p. 72) afirma que o marcador *ona* indica passado, além de expressar uma ação recentemente concretizada. Então, *tihā ona* e *ona* parecem acumular funções gramaticais, dentre elas, a de tempo e a de aspecto, pelo menos é o que sugere Costa (2015).

Contudo, podemos pensar também que a perfectividade é um traço aspectual estreitamente ligado ao tempo pretérito, embora sejam noções distintas, conforme foi delineado no início deste artigo. Mas o fato é que eventos perfectivos, de um modo geral, mapeam a noção temporal passado e é essa a postura que adotaremos aqui para propor a inclusão de *tihā ona* e *ona* à teoria de Cinque.

Ao sugerirmos a incorporação de *tiha* na árvore de Cinque, verificamos que ela, somada ou não a *ona* (*tiha* ou *tiha ona*), encontra-se à direita do verbo. Dessa forma, a sugestão é que o *tiha* (*ona*) encontra-se na posição de especificador da projeção máxima Aspecto Terminativo (em cuja posição de especificador, de acordo com Cinque (1999), teríamos um sintagma adverbial *no longer* (não mais)). A projeção acima desta seria Tempo Anterior, cujo núcleo hospedaria, depois de um movimento, o verbo inicialmente concatenado a *tiha* (*ona*). Podemos demonstrar o que sugerimos aqui no diagrama abaixo para o sintagma verbal *hatete tiha ona* (disse).



Desta forma, temos uma explicação para a localização do marcador *tiha ona* à direita do verbo, para a relação entre *tiha ona* na posição de especificador do Sintagma Aspectual Terminativo e para a ligação aparente de traços de tempo passado relacionada à tal partícula.

Um raciocínio similar pode ser realizado com o marcador inceptivo *ona*. Ele indica uma ação que já começou e, de acordo com Hull e Eccles, pode ser traduzido por *já, acabou de*. Verificando em Cinque (1999, p. 96), na explicitação do que viria a ser o aspecto retrospectivo, o autor chega a trazer um exemplo do português, língua que usa uma perífrase para exprimir tal noção aspectual, que seria “acabei de”. Na árvore proposta por Cinque, na posição de especificador da projeção máxima de Aspecto Retrospectivo, temos um sintagma adverbial, *just* (que pode ser traduzido por “acabou de”). A nossa proposta é que o marcador *ona* esteja nesta posição, quando seria concatenado ao verbo (e seu complemento, se houver). Depois, o verbo se movimentaria para o núcleo da projeção mais alta, a de Tempo Anterior, onde teria os traços de tempo passado valorados. Pode-se exemplificar o sintagma verbal (sublinhado) de “Kehi mate ona” (O Kehi morreu) no diagrama a seguir:



Assim sendo, apresentamos uma explicação para a localização do marcador *ona* à direita do verbo, para a relação entre *ona* na posição de especificador do Sintagma Aspectual Retrospectivo e para a ligação aparente de traços de tempo passado relacionada à tal partícula.

Esta seção apresentou, a partir do estudo do *corpus* eleito para esta pesquisa, como as categorias tempo,

além das noções aspectuais são representados em língua tétum-praça. Foi também demonstrado que os marcadores *sei*, *tiha ona* e *ona*, a exemplo de determinados advérbios, podem ser localizados na posição de especificador de um núcleo funcional semanticamente ligado a eles, incrementando, em alguma medida, a proposta de Cinque (1999).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o propósito de demonstrar resultados de um estudo sobre tempo e aspecto na língua tétum-praça, à luz da teoria gerativa. Para tal, foi realizado um trabalho descritivo acerca das categorias tempo e aspecto de um modo geral e da língua tétum-praça, em específico. Foram ainda apontados alguns pressupostos do Programa Minimalista, versão atual da Teoria Gerativa, e demonstrada a proposta realizada por Cinque (1999) em que se sugere que advérbios são constituintes alocados em posição de especificador de sintagmas de núcleos funcionais.

Estudamos dois discursos proferidos por pessoas que falam tétum-praça e procedemos a uma análise qualitativa. Analisamos item por item, verificando a relação verbo e marcador de tempo e de aspecto. Verificamos que o tempo presente, de um modo geral, é realizado com a presença de um verbo e ausência de marcador ou advérbio. Assim, sugerimos que o tempo presente é *default*, ou seja, um tempo não marcado, ao contrário dos tempos passado e futuro, que devem ter a presença de um marcador.

Em nosso *corpus*, encontramos os seguintes marcadores: *sei*, *tiha ona* e *ona*. Verificamos que o marcador *sei* encontra-se à esquerda do verbo e *tiha ona* e *ona* estão localizados à direita do verbo. Portanto, parece haver uma restrição na localização sintática de tais marcadores.

Adotando a concepção de Cinque (1999) para a localização de alguns advérbios de tempo e de aspecto na posição de especificador de uma projeção máxima, propusemos que o mesmo ocorre com os marcadores de tempo e de aspecto na língua tétum. Conforme explicitado desde o início deste artigo, a ideia não era verificar a hierarquia dos núcleos funcionais e seus respectivos advérbios, mas, sim, verificar a relação dos núcleos funcionais propostos por Cinque e os marcadores de tempo e de aspecto da língua tétum. Desta forma, sugerimos que o *sei* deve ocupar a posição de especificador do Sintagma de Tempo Futuro quando o verbo for transitivo e a mesma posição no Sintagma de Aspecto Continuativo, quando se tratar de um verbo intransitivo e a semântica agregada à tal partícula for de prospectividade. *Tiha ona* ocuparia a posição de especificador do Sintagma Terminativo e *ona* a mesma posição no Sintagma Aspecto Retrospectivo. Os verbos ligados a estes dois últimos marcadores seriam movidos para o núcleo do Sintagma de Tempo Anterior para terem os traços de tempo valorados. Assim, cada projeção teria uma interpretação semântica específica.

Com as explicações dadas, esperamos ter dado luz ao impasse desencadeado no confronto entre as duas gramáticas estudadas neste artigo no tocante à concepção de marcadores de tempo e de aspecto. Para Hull e Eccles (2001), os marcadores não expressam tempo. A mesma concepção não é compartilhada por Costa (2015). Parece que, ao demonstrarmos as duas possibilidades de localização e de interpretação semântica atrelada à (in)transitividade verbal para *sei*, verificamos que tal marcador

pode ora representar tempo, ora aspecto. Usando as palavras de Cinque, os advérbios, no caso, os marcadores podem ser gerados independentemente nas duas posições. Ao sugerirmos que o verbo que antecede *tiha ona* e *ona* se movimenta para receber traços de tempo no Sintagma de Tempo Anterior, adotamos a proposta que tais marcadores expressam aspecto. Porém, o aspecto por eles codificado parece mapear o tempo passado de modo geral, daí o fato de Costa (2015) considerar que *tiha ona* e *ona* denotam ambas as noções de tempo e de aspecto.

Por fim, vale dizer que mais pesquisas sobre os marcadores aqui tratados são necessárias, haja vista as várias menções às noções de modo (que trouxemos em notas de rodapé) que tais partículas podem adquirir. Esse tema não era escopo do presente artigo, mas elucidações sobre a categoria modo são necessárias para a melhor compreensão dos marcadores em língua tétum-praça e, por conseguinte, das línguas naturais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. Influências das L1 nativas no português de Timor-Leste: um estudo dos marcadores verbais. *Signótica Especial*, jan./jul., p. 111-121, 2014.

BORER, Hagit. (1984) *Parametric syntax*. Dordrecht: Foris Publications.

CASTILHO, Ataliba T. de & CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II. Níveis de Análise Lingüística. 4ª ed. Rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Minimalism Inquiries: the framework*. Ms., 1998.

\_\_\_\_\_. *Derivation by phase*. 1999. MIT Occasional papers in Linguistics, n.18 (also published in M. Kenstowicz (ed.) (2001) *Ken Hale: a Life in Language*, MIT Press, Cambridge, Mas., pp. 1-52).

\_\_\_\_\_. *Beyond explanatory adequacy*, Ms. não publicado, MIT, 2001.

CINQUE, Guglielmo. (1999) *Adverbs and functional heads: a cross-linguistics perspective*. New York. Oxford University Press.

COMRIE, Bernard. (1976) *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1985) *Tense*. Cambridge University Press.

COSTA, Luís. *Língua Tétum: contributos para uma gramática*. (2015) Lisboa: Edições Colibri.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. 1991. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

HULL, Geoffrey. (2005) *Timor-Leste, Identidade, Língua e Política Educacional*. Instituto Camões, Lisboa.

HULL, Geoffrey & ECCLES, Lance. (2001) *Gramática da Língua Tétum*. Lisboa: Editora Lidel.

OTONI, Jean Santos. (2016) *O sistema flexional da língua tétum-praça: descrição das categorias tempo e aspecto e sua relação com marcadores e advérbios*, 2016. 138 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. (2006) *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 4.ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

## PROPRIEDADES FUNCIONAIS VERBAIS NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

*Ione Barbosa de Oliveira Silva (UESB)<sup>1</sup>, Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UESB)<sup>2</sup>*

### RESUMO:

Investigamos os traços funcionais indicadores de tempo e aspecto em Libras, analisando, com base na geometria de traços proposta por Cowper (2003), amostras de fala nessa língua, produzidas por surdos, transcritas via SEL (sistema de escrita para línguas de sinais), versão 2017<sup>3</sup>. Os resultados indicam que tempo em Libras toma como âncora a propriedade da dêixis. Assim, os operadores temporais articulados ocorrem, nessa língua, necessariamente marcando futuro; os outros tempos dividem-se em passado e presente marcados por operadores articulados e passado e presente não-marcados, a depender do aspecto verbal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aspecto; Geometria de Traços; Libras; Modo; Tempo.

### Verbal functional properties in Brazilian Sign Language

### ABSTRACT:

We investigate the functional features that indicate verbal tense and aspect in Libras, based on the feature-geometry proposed by Cowper (2003). We analyze samples of speech in that language, produced by deaf, transcribed by SEL (writing system for sign language), 2017 version. The results indicate that tense in Libras takes as anchor the deixis property. Thus, the articulated temporal operators occur in that language necessarily marking the future; the other tenses are divided into past and present marked by articulated operators and non-marked past and present, depending on the verbal aspect.

1 Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Letras- DCHL da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/ Campus de Jequié.

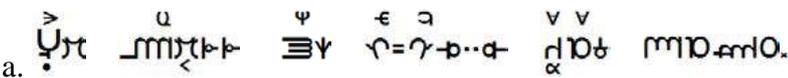
2 Professora Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/ Campus de Vitória da Conquista.

3 Para conhecimento desse sistema, em sua versão mais recente, consulte o blog “Escrita SEL” no endereço: [www.sel-libras.blogspot.com.br](http://www.sel-libras.blogspot.com.br).

**KEYWORDS:** Aspect; Features-Geometry; Libras; Mood; Tense.

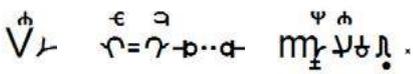
## INTRODUÇÃO

A identificação e a delimitação de categorias gramaticais e, conseqüentemente, de propriedades funcionais dessas categorias, não se dão com tranquilidade no caso das línguas de sinais. Não se observa nos sinais da Libras uma morfologia categorial articulatoriamente realizada. Em (1) abaixo, o sinal que se articula como  $\overset{\epsilon}{\gamma}=\overset{\alpha}{\gamma}\text{-p}\cdot\text{q}$  pode ser traduzido para o português como o verbo “casar” em (1a), mas também como o adjetivo “casados” em (1b) e o nome “casamento” em (1c).<sup>42</sup>

(1) a. 

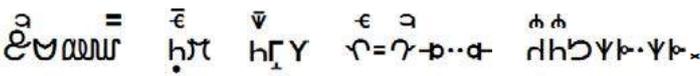
M[eu/inha] AMIG[o/a] QUER[er] CAS[ar] MÊS M-A-I-O

‘Minha amiga quer se casar no mês de maio.’

b. 

EL[e/a]S-DOIS CAS[ado/a/s] VERDAD[e/mente]

‘Eles dois são casados de verdade.’

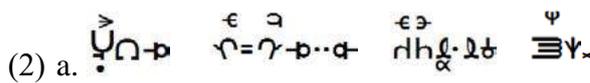
c. 

SÁBADO EU [ir] CAS[amento] PRIM[o/a]

‘Sábado eu vou ao casamento de meu primo.’

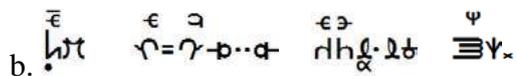
Não obstante, a não observação de uma morfologia explícita, que caracterize categorialmente os sinais em Libras, não significa dizer que os traços abstratos, que comumente se manifestam como morfemas funcionais nas línguas orais, não estejam presentes em línguas de sinais. Nas sentenças em (2) identificamos os tempos presente, passado e futuro, independentemente da presença de uma morfologia flexional verbal.

4 Utilizamos em nossas glosas as seguintes regras: (I) os sinais são sempre grafados em caixa alta; (II) a datilografia é grafada com hifens separando os caracteres, como por exemplo, C-O-N-Q-U-I-S-T-A; (III) os morfemas flexionais ou derivacionais são escritos com letras minúsculas e colocados entre colchetes sempre que interessar apontar algum tipo de oposição possível, por exemplo, TRABALH[o]/TRABALH[ar], CAS[ar]/CAS[amento] (definidos mais pela ortografia do que pela estrutura morfológica: FOR[te/ça]); (IV) Para não haver dificuldade com a grafia dos verbos irregulares, mantendo sempre a raiz, optamos por utilizar somente a forma infinitiva; (V) se houver dupla possibilidade de inclusão de um morfema, colocamos os dois entre colchetes separados por uma barra: EL[e/a]; (VI) a intensificação de um sinal por mudança de ritmo do movimento ou por expressão facial e a negação por sinal que já inclui essa propriedade são representadas pela escrita das palavras “muito” e “não”, em letras minúsculas sobrescrito, do lado direito do sinal: FOR[te/ça]<sup>muito</sup>, QUER[er]<sup>não</sup>; (VII) apontações por Localizadores (certos sinais de apontação analisados por Prado (2014) como itens pertencentes à categoria dos Determinantes) são grafadas, utilizando-se a abreviação Loc com o referente indicado pelo Localizador grafado logo em seguida com letra maiúscula: LocEU, LocMARIA; (VIII) apontações por verbos direcionais são grafadas, utilizando-se a abreviação Loc com sua indicação do referente subscritos:  $_{\text{LocVOCE}}$ AVIS[ar] $_{\text{LocEU}}$ ; (IX) o fenômeno da incorporação de argumentos (ou autossaturação) é indicado pela subscrição do argumento escrito em maiúsculas: BAT[er] $_{\text{A PORTA}}$ ; (X) categorias vazias são indicadas pelo símbolo  $\emptyset$ .

(2) a. 

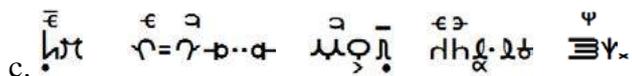
PESSOA[s] CAS[ar] PORQUE QUER[er]

‘As pessoas se casam porque querem.’

b. 

EU CAS[ar] PORQUE QUER[er]

‘Eu me casei porque eu quis.’

c. 

EU CAS[ar] AMANHÃ PORQUE QUER[er]

‘Eu me caso/casarei amanhã porque eu quero.’

Para verificar a marcação de propriedades funcionais na categoria de verbos da Libras, tomamos como base a hipótese da geometria de traços de Cowper (2003) para análise dos nossos dados, a qual adota como pressuposto a ideia de que a sintaxe e a semântica de *tempo*, *modo* e *aspecto* são baseadas em um pequeno conjunto de traços que se combinam para manifestar as formas temporais flexionais de uma dada língua.

O *corpus* da pesquisa se constitui de amostras de fala natural em Libras, coletadas de três informantes surdos adultos, falantes de Libras, estudantes do ensino superior. A coleta foi realizada via gravação em vídeo, em sessões com este fim, nas quais foi solicitado que os informantes contassem uma fábula e relatassem fatos de sua vida. Para a transcrição dos dados, utilizamos o *Sistema de Escrita para Língua de Sinais* – SEL, desenvolvido por Lessa-de-Oliveira (2012), versão 2017. Também transcrevemos os dados por meio de glosas e fizemos uma interpretação desses para a Língua Portuguesa, para melhor entendimento dos dados por não falantes da Libras.

Enfim, esse trabalho objetiva demonstrar que o sistema de marcação de tempo em Libras se baseia na relação com o aspecto verbal, conforme defende Finau (2004). Acrescentamos a essa análise, todavia, a identificação de um papel dessa relação aspectual no estabelecimento da oposição entre passado e presente.

## 1. A MARCAÇÃO DE TEMPO E ASPECTO EM LIBRAS

Conforme Finau (2004, p.51), que investiga a questão do tempo e aspecto em Libras por meio de uma descrição de base semântico-pragmática, existem duas grandes vertentes nas investigações de tempo/aspecto em línguas de sinais: uma que propõe a inexistência de flexão nessas línguas, para a qual a referência temporal se organiza, em determinadas línguas de sinais, com o emprego de elementos lexicais, principalmente os advérbios, e outra que propõe a existência de afixação sequencial, para a qual há a possibilidade de existirem afixos aspectuais marcados por características específicas dos movimentos que modificam a raiz dos sinais verbais.

Conforme a autora, em todas as análises de línguas de sinais, observa-se o emprego de uma linha temporal marcando presente, passado e futuro em relação à orientação corporal. Assim, autores como Amaral, Coutinho e Martins (1994), citados por Finau (2008), e também Zeshan (2003), entre outros, têm relacionado o tempo em língua de sinais a uma linha temporal, na qual o passado, o presente e o futuro são determinados pela produção de sinais temporais em diferentes localizações do espaço de sinalização, com base no corpo do sinalizador. Pereira (1993) afirma que muitos verbos podem formar seu futuro a partir de um movimento para frente, mas isso não constitui um fenômeno estendido a todo o paradigma verbal.

Conforme Finau (2004) e Pereira (1993), tem-se assumido, para descrever a Libras, um quadro de flexão muito parecido com o proposto para a Língua Americana de Sinais (ASL), como é feito, por exemplo, nos trabalhos de Quadros (1997, 1999) e Quadros e Quer (2010). Entretanto, tal análise não é unânime para a Libras. Um dos autores que apresenta análise divergente dessa é Ferreira (2010 [1995]), para quem não há marca de tempo nas formas verbais da Libras, pois, nessa língua, a referência temporal seria dada por itens lexicais como os sinais adverbiais. Conforme a análise dessa autora, a narrativa se inicia com uma marca lexical temporal e, enquanto não aparecer outro item ou sinal para mudar o tempo do discurso, o que prevalece é a proposição inicial. De modo geral, essa autora compreende que tempo é marcado em Libras por meio de advérbios, segundo ela:

O tempo é expresso através de locativos temporais manifestando entre si relações espaciais. O plano vertical imediatamente em frente ao corpo do locutor representa o presente (HOJE, AGORA). O futuro próximo é indicado por um movimento curto que se direciona para frente do locutor (AMANHÃ). O futuro distante é denotado por um movimento amplo que se afasta mais ainda do corpo do locutor para a frente (DAQUI A MUITO TEMPO). O passado é indicado por um movimento sobre o ombro até atingir o espaço imediatamente anterior ao ouvido (ONTEM). O passado distante é obtido por um movimento amplo que se estende além das costas (HÁ MUITO TEMPO) (FERREIRA BRITO, 1983 *apud* FERREIRA, 2010 [1995], p.48).

Também para Felipe (1998) as marcas de tempo ocorrem sintaticamente por meio dos advérbios, na linha temporal; além disso, por sua análise, podem ser encontradas noções temporais também na raiz semântica dos verbos.

Noutra perspectiva, Finau (2004) defende que o futuro tem uma estrutura estereotipada, precisando sempre de um operador temporal para ser denotado; o passado pode ter operador ou ser dado pelo aspecto perfectivo dos verbos, o presente é dado por *default*, justamente pela ausência de marcas para passado ou futuro. Com base nessa ideia a autora defende a hipótese de que as sentenças sem operadores na Libras podem ter a sua temporalidade denotada pela composição entre aspecto e fatores pragmáticos.

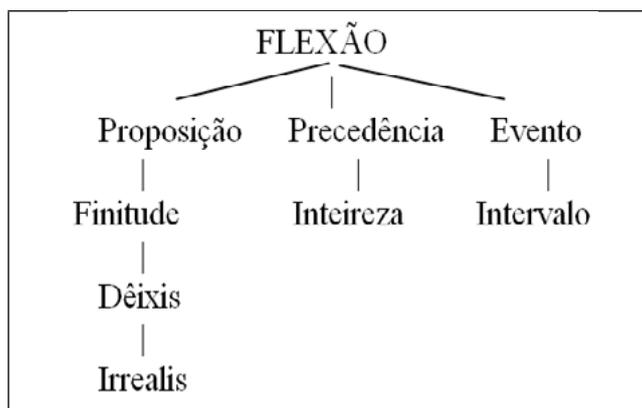
Quanto à propriedade de aspecto, algumas marcas aparecem nas línguas de sinais, conforme Finau (2004, p. 51), “para o aspecto durativo (denominado por diversas terminologias pelos diferentes autores). E entre essas marcas estão: repetição de sinais verbais, amplitude e intensidade do movimento e processos não manuais como expressão facial”. Na análise de Ferreira (2010 [1995]), o aspecto na Libras é marcado pelas modulações de movimento dos sinais, que resultam nos aspectos pontual, continuativo ou durativo e iterativo. A autora considera que, para aspecto, ocorre em Libras um fenômeno de afixação; ou seja, no caso do aspecto verbal, essa autora analisa que, na Libras, este seja marcado por afixação por meio da alteração do movimento, da configuração de mão e/ou do ponto de articulação do verbo, o qual seria considerado raiz ou radical. Também Felipe (1998) considera que haja na Libras processos flexionais para modo, aspecto distributivo e tempo (pontual, continuativo, gradual). Segundo a análise dessa autora, na Libras, os morfemas sempre estão presos a uma raiz verbal e a flexão de aspecto verbal se dá pela mudança na frequência ou na velocidade dos movimentos, ocorrendo diferenças entre marcas para os aspectos durativo, distributivo e contínuo.

## **2. A GEOMETRIA DE TRAÇOS NA CATEGORIA VERBAL**

Segundo Kato (2002), com a evolução da noção de parâmetro, verificou-se que uma propriedade singular de uma língua não constitui um parâmetro, mas a manifestação substantiva de alguma propriedade formal abstrata da qual decorrem outras propriedades substantivas na língua. Assim, mesmo uma língua que aparentemente não apresenta uma morfologia flexional constituída como paradigma bem estruturado, como a Libras, deve ser analisada, considerando-se que esta se estrutura sob propriedades funcionais abstratas comuns às línguas naturais. Com base nessa perspectiva, o estudo sobre a geometria de traços tem sido utilizado para explicar a flexão verbal existente nas línguas. Assim, tomamos como base essa teoria para tentar compreender a (não-) flexão verbal na Libras.

Para tanto, nos valem dos estudos de Cowper (2003), que utiliza o recurso da geometria de traços para uma análise da flexão verbal do Inglês com base na teoria da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993), e nos estudos de Freitag (2005), o qual se baseia nos estudos de Cowper (2003) para fazer a mesma análise na Língua Portuguesa. Como mencionamos, para Cowper (2003), a

marcação de *tempo*, *modo* e *aspecto* se baseia em um pequeno conjunto de traços de flexão fixados na GU, que, combinados entre si, codificam toda a diversidade de formas verbais de todas as línguas, conforme quadro a seguir adaptado por Freitag (2005, p. 422).



Quadro 1: Conjunto de traços de flexão de Cowper (2003)

Segundo Freitag (2005), as línguas dispõem de um conjunto de traços, e cada língua irá compor seu subconjunto a partir desse conjunto maior, o que contribuirá para a diversidade linguística. Portanto, o que pretendemos neste estudo é tentar descobrir qual o arranjo de traços que formam o subconjunto da Libras para as propriedades de *tempo*, *aspecto* e *modo*.

[Evento] e [Intervalo] referem-se, conforme o Cowper (2003), ao conteúdo aspectual; [Precedência] e [Inteireza] estão relacionados ao tempo, já [Proposição], [Finitude], [Dêixis] e [Irrealis] equivalem ao conteúdo modal. Para a autora, a distinção entre uma frase eventiva ou estativa está na presença ou ausência do traço [Evento] e esse traço não é licenciado por nenhum morfema particular.

Afirma Freitag (2005) que cada traço é responsável pela expressão de um significado específico, a autora define os traços citados acima da seguinte maneira:

O traço [Evento] distingue eventos de todo o tipo de estados. O traço [Intervalo] distingue eventos internamente subdivididos em fases (imperfectivos). O traço [Precedência] estabelece relação (que pode ser de simultaneidade ou inclusão) entre uma sentença e sua âncora temporal. O traço [Inteireza] requer a relação de precedência para estabelecer relação entre todos os momentos do evento e a âncora temporal. O traço [Proposição] distingue eventos e estados de suas manifestações cognitivas. O traço [Finitude], conteúdo puramente sintático, licencia caso para sujeito estrutural e concordância com os traços- $\phi$  com o verbo (FREITAG, 2005, p.422).

Como podemos perceber, cada traço mantém uma relação de dependência com os outros traços. De acordo com Freitag (2005, p.422), o traço [Intervalo] é dependente de [Evento], o traço [Inteireza] é dependente de [Precedência] e o traço [Irrealis] é dependente de [Dêixis]. A propriedade [Inteireza] refere-se à continuidade de uma ação, se foi concluída ou não. A propriedade [Precedência] tem a ver com o sistema temporal das línguas. O tempo passado é marcado com o traço [Precedência] e a ausência desse traço nos indica que a sentença pode estar no presente ou futuro. Já o traço [Finitude] apresenta tempo, modo e aspecto, e, em Língua Portuguesa, isso é marcado por uma morfologia. O traço [Irrealis] refere-se a uma ação não concreta, irreal. Esse traço estabelece relação com a proposição. Em Inglês, por exemplo, a relação [Irrealis] pode ser realizada com os verbos modais *will* e *must* e com *can* e *may*, conforme Freitag (2005). Em português esse traço está relacionado ao modo subjuntivo, em que a sentença é apresentada como uma incerteza, uma probabilidade. E o traço [Dêixis] se refere, ainda segundo Freitag (2005), ao conjunto de âncora temporal e/ou pessoal da sentença.

### 3. UMA POSSÍVEL GEOMETRIA DE TRAÇOS NA CATEGORIA VERBAL EM LIBRAS

Outros autores também se basearam no estudo da geometria de traços para explicar aspectos peculiares à estrutura gramatical da Libras, como, por exemplo, Prado (2014). A autora estudando um elemento de apontação (Localizadores – Locs) presente na Libras, e em línguas de sinais de modo geral, defendeu que esse elemento pertencia à categoria dos Determinantes, sendo portanto um núcleo D, e defendeu que a referencialidade nessa língua toma como base o traço [dêixis] presente nesse elemento. Assim, a autora assume que a Libras possui um traço de dêixis, além de um conjunto de outros traços, nos núcleos funcionais do nominal (D, Pos, Q), o qual deve ser obrigatoriamente checado para produzir leitura referencial.

A assunção da [dêixis] como uma propriedade presente na base dos Locs já havia sido assumida por Prado e Lessa-de-Oliveira (2012). Segundo as autoras, a dêixis refere-se à realização do elo entre a produção linguística do falante e o contexto situacional em que tal produção ocorre. Diferentemente de outros autores, como Pizzuto *et al* (2006), que definem os elementos Localizadores como recursos de coesão textual que permitem aos falantes ou sinalizantes introduzir referentes no discurso (dêixis) e referir-se a eles em momento posterior (anáfora), Prado e Lessa-de-Oliveira (2012) levantam a hipótese de que esses elementos têm uma natureza exclusivamente dêítica. As autoras afirmam que, mesmo nos contextos em que Pizzuto *et al* (2006) tratam esses elementos como anafóricos, esses marcam a referenciação de forma dêítica, uma vez que fazem sempre apontação direta dos referentes, em qualquer parte do discurso.

Assim, entendemos que a dêixis se dá na localização e na identificação de referentes no tempo da enunciação. Faremos além da análise das propriedades funcionais relacionadas ao verbo também uma observação do papel da dêixis, considerando que o traço [Dêixis] está no quadro dos traços verbais traçado por Cowper (2003), figurando como âncora temporal e/ou pessoal da sentença, algo já constatado no caso da categoria D, conforme o trabalho de Prado (2014).

### 3.1 A categoria aspectual em Libras

Segundo Castilho (1968, p. 14) o “aspecto é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. É, pois, a representação espacial do processo”. Finau (2008) explica que o aspecto é responsável pela interpretação de uma ação como concluída ou não, observada na sua duração ou repetição, pois o aspecto indica a duração do processo verbal.

Alguns sinais em Libras parecem fazer essa marcação aspectual com um alongamento do movimento como, por exemplo, o sinal CRESC[er], que é iniciado na linha da cintura e faz um movimento para cima próximo a direção do ombro. Realizado assim, esse sinal não faz nenhuma marcação específica para aspecto, porém se esse movimento seguir até o topo da cabeça, isto significa que se trata de uma ação contínua, um aspecto imperfectivo. Como vimos, autores como Ferreira (2010 [1995]) e Felipe (1998) consideram que o aspecto ocorre em Libras como um fenômeno de afixação por meio da alteração do movimento, da configuração de mão e/ou do ponto de articulação do verbo.

Para Finau (2008, p. 130), em Libras a categoria aspecto é marcada pela semântica do verbo e sua composicionalidade com os argumentos verbais e por flexões. Assim, conforme a autora, verifica-se nessa língua: (1) *aspecto imperfectivo*, realizado por valor lexical do verbo, denotando evento que dispensa desfecho e/ou alteração do parâmetro movimento (amplitude, duração, velocidade, direção), e por modificação do parâmetro expressão facial, sendo que o início ou o final do evento pode ser marcado por uma expressão ou operador temporal, ocorrendo imperfectivo: inceptivo (fase inicial do evento), cursivo (desenvolvimento do evento) ou terminativo (fase final do evento); (2) *aspecto iterativo*, realizado por valor lexical do verbo, denotando evento que tem seu desfecho no mesmo momento em que é iniciado e os mesmos parâmetros empregados para o imperfectivo; e (3) *aspecto perfectivo*, realizado por valor lexical perfectivo do verbo ou emprego de operadores temporais específicos para fechar um evento, verificando-se formação de sinais com movimentos abruptos e retos.

Entretanto, notamos outras formas diferentes das de alteração ou alongamento no movimento para determinar duração e término de um evento.<sup>5</sup> Observamos que, no caso do verbo CONSTRU[ir], por

5 Observamos um quadro afixional produtivo na categoria verbal em Libras marcando uma propriedade que normalmente não é indicada como aspecto. É a “intensidade”, comumente encontrada nas línguas na categoria adverbial. Em Libras, a intensidade é marcada por um realce dado, geralmente, ao movimento componente do sinal, que pode ser intensificado na sua rapidez ou lentidão ou ser acentuado em seus contornos. É o que vemos nos exemplos a seguir. O sistema SEL utiliza duas barrinhas (||) para indicar essa intensificação.

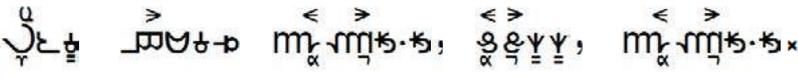
- (i) a.  QUERER  
'querer'
- b.  QUER[er]<sup>intensidade</sup>  
'querer muito'

Em (i.b), o movimento retilíneo para trás do sinal  (QUER[er]<sup>intensidade</sup>) é realizado com um contorno diferente, como se se colocasse mais força no braço ao puxar a mão para trás. A intensificação do movimento é acompanhada de uma expressão facial que sugere intensificação.

- (ii) a.  RÁPIDO  
'rápido'
- b.  RÁPIDO<sup>intensidade</sup>  
'muito rápido'

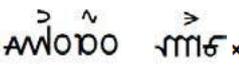
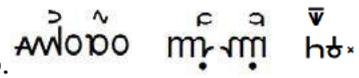
Essa intensificação pode ocorrer também com adjetivos. Em (ii.b) o sinal  (RÁPID[o/a]<sup>intensidade</sup>) o movimento retilíneo para a esquerda e para a direita realizado em frente da boca é acelerado para marcar a intensificação da rapidez.

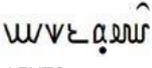
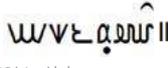
exemplo, o aspecto imperfectivo é marcado por reduplicação.<sup>64</sup> Vejamos um exemplo, encontrado em nosso *corpus*.

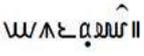
- (3) a. 
  
 HOMEM SACRIFÍC[io] CONSTRU[ir] CONSTRU[ir] CONSTRU[ir]
   
 ‘O homem continuou construindo com sacrifício.’

Em (3), o aspecto imperfectivo não acontece com o alongamento do movimento do sinal CONSTRU[ir], mas com a reduplicação desse sinal, alternando-se sua forma fonológica. Ou seja, o falante faz a sentença alternando o sinal CONSTRU[ir] entre duas formas, uma com a mão configurada em  (*mão espalmada*) e outra com a mão configurada em  (*esse*).

O que observamos ocorrer mais produtivamente em Libras é certa relação entre aspecto e tempo, algo comum entre as línguas. No caso da Libras, essa relação parece ter a ver com a atuação direta de operadores temporais. Nos exemplos a seguir verificamos que os aspectos pontual e durativo presentes semanticamente em CHEG[ar] e MOR[ar], respectivamente, determinam a marcação de um tempo perfectivo no caso do primeiro e imperfectivo no caso do último. Assim, traduzimos para o português o primeiro com verbo no pretérito perfeito e o segundo com verbo no presente.

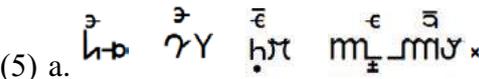
- (4) a. 
  
 J-O-Ã-O CHEG[ar]
   
 ‘João chegou.’
   
 b. 
  
 J-O-Ã-O MOR[ar] AQUI
   
 ‘João mora aqui.’

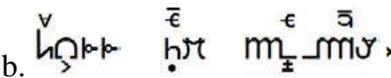
- (iii) a. 
  
 LENTO
   
 ‘lento’
   
 b. 
  
 LENTO<sup>intensidade</sup>
  
 ‘muito lento’

Já em (iii.b) a intensificação no sinal  (LENT[o/a]<sup>intensidade</sup>) é marcada pela desaceleração do movimento componente do sinal que é fechamento gradativo dos dedos indicador, médio, anelar e mínimo.

64 Essa reduplicação do verbo para expressar a continuidade é inclusive comum.

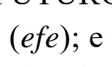
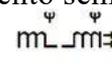
Também operadores como advérbios ou locuções adverbiais de tempo podem marcar o aspecto, em Libras, como em (5a) em que o aspecto inceptivo é garantido por SEMANA PRÓXIM[a] e, em (5b), em que o aspecto iterativo é garantido por TODO DIA.

(5) a.   
 SEMANA PRÓXIM[a] EU VIAJ[ar]  
 ‘Semana que vem eu viajo.’

b.   
 TOD[o] DIA EU VIAJ[ar]  
 ‘Todo dia eu viajo.’

### 3.2 A categoria temporal em Libras

Conforme mencionamos, a Libras apresenta três tempos: *presente*, *passado* e *futuro* com variações em passado próximo e distante; e futuro próximo e distante. Podemos dizer que, diferentemente da Língua Portuguesa, a Libras não apresenta morfemas afixados aos verbos para que essa marcação aconteça, mas se utiliza de outros recursos. Em outras palavras, pelo que verificamos nos dados, a hipótese de afixação não encontra um paradigma flexional consistente para se sustentar. Por outro lado, do ponto de vista gerativista, as propriedades de tempo e aspecto pertencem ao quadro funcional da estrutura linguística, sendo, por isso, certamente estabelecido por um sistema abstrato bem constituído.

Assim, assumimos a hipótese de que tempo e aspecto em Libras se manifestam por um conjunto de traços universais que estão disponíveis na GU e que são arranjados pela língua através de recursos não flexionais, cuja âncora é a propriedade da dêixis temporal. Verificamos, assim, que os tempos verbais de fato apresentam, em Libras, operadores temporais de forma articulada foneticamente: o sinal  (PASSADO), articulado com um movimento da mão para trás, colocada pouco acima do ombro; o sinal  (FUTURO), articulado com um movimento semicircular para frente com a mão configurada em **f** (*efe*); e os sinais  (HOJE) e  (AGORA), que se articulam com as mãos espalmadas com palmas para cima, que se movem uma em direção à outra, de maneira um pouco mais curtinha e rápida no caso de AGORA. Além de serem marcados por esses sinais, os três tempos podem ser marcados por outros sinais como AMANHÃ, ONTEM, PRÓXIMO ANO, SEMANA PASSADA etc.<sup>7</sup> Também encontramos, na marcação do futuro, um

<sup>7</sup> Além dos sinais articulados, expressões não manuais (ENM) que possam vir a substituir os sinais temporais, também são consideradas marcação articulada de tempo, ainda que suprasegmentais, dentro da perspectiva desta análise.

verbo auxiliar, que ocorre na forma dos sinais  $\overset{\bar{v}}{h\Gamma Y}$  (IR) ou  $\sqrt{D}\text{-am}$  (verbo IR articulado em forma de datilologia: V-A-I).

Esses sinais, todavia, não são obrigatórios na marcação dos tempos passado e presente em Libras. As nossas análises contrariam, em certa medida, as previsões de Finau (2004), de acordo com a qual, como vimos, o presente é dado por *default*, justamente pela ausência de marcas para passado ou futuro. Verificamos em nosso *corpus* sentenças que não apresentam sinais indicando nem passado nem futuro, mas não estão no presente. Verificamos que os surdos, ao contarem uma história de ficção ou os fatos de suas vidas, não marcaram tempo através desses operadores, como se pode observar nos exemplos a seguir.

(6) a.  $\overset{v}{M}$   $\overset{\bar{a}}{OZ}$   $\overset{v}{S}$ :  $\overset{N}{N}$   $\overset{\bar{h}}{L}$   $\overset{\bar{h}}{P}$   $\overset{\bar{h}}{R}$   $\overset{\bar{h}}{S}$ ,  $\overset{C}{C}$   $\overset{\bar{a}}{S}$   $\overset{\bar{a}}{O}$   $\overset{N}{M}$   $\overset{N}{L}$ ,  
 TRÊS PORC[o]S VIOLINO FLAUTA  
 $\overset{\bar{h}}{M}$   $\overset{\bar{h}}{L}$   $\overset{\bar{h}}{P}$   $\overset{\bar{h}}{R}$   $\overset{\bar{h}}{S}$   $\overset{N}{M}$   $\overset{N}{L}$  \*

PIANO

‘Havia três porcos: Violino, Flauta e Piano.’

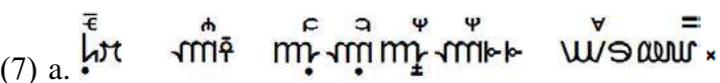
b.  $\overset{\bar{e}}{M}$   $\overset{\bar{a}}{L}$   $\overset{\bar{a}}{M}$   $\overset{\bar{a}}{N}$   $\overset{\bar{a}}{C}$   $\overset{\bar{a}}{E}$   $\overset{\bar{a}}{R}$   $\overset{\bar{a}}{J}$   $\overset{\bar{a}}{E}$   $\overset{\bar{a}}{Q}$   $\overset{\bar{a}}{U}$   $\overset{\bar{a}}{E}$   $\overset{\bar{a}}{M}$   $\overset{\bar{a}}{O}$   $\overset{\bar{a}}{R}$   $\overset{\bar{a}}{O}$   $\overset{\bar{a}}{A}$   $\overset{\bar{a}}{Q}$   $\overset{\bar{a}}{U}$   $\overset{\bar{a}}{I}$  \*

ø NASC[er] JEQUIÉ MOR[ar] AQUI

‘Nasci em Jequié e moro aqui.’

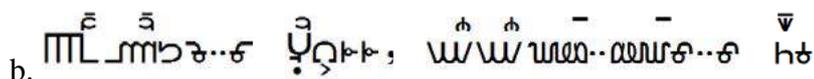
Em (6a), além de não termos uma marca de passado articulada, não temos nem mesmo o verbo existencial articulado. No entanto, compreende-se que se está apresentando os personagens da história, um evento passado, uma vez que uma narrativa, do tipo conto de fadas, está sempre no momento anterior ao ato da fala. O exemplo (6b) traz dois verbos sem nenhuma marca articulada de tempo, mas com traço de [Precedência] somente no primeiro verbo, NASC[er]. Pelo contexto e aspecto pontual desse verbo, a sentença só poderia admitir um evento ocorrido no passado, pois localiza a situação em um ‘ponto’, no intervalo de tempo. Por esse motivo, qualquer marca temporal é dispensada. Já o verbo MOR[ar], que não é de aspecto pontual, não marca [Precedência]. Assim ocorreu no decorrer de todas as histórias narradas por todos os informantes, ou seja, nenhum dos três marcou o tempo em suas narrativas.

Como vimos, Finau (2004) defende que sentenças sem operadores na Libras podem ter a sua temporalidade denotada pela composição entre aspecto e fatores pragmáticos. É o que observamos nas sentenças a seguir.

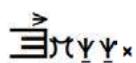
(7) a. 

EU CRESC[er] ESCOLA OUVINTE

‘Eu cresci em escola de ouvinte.’

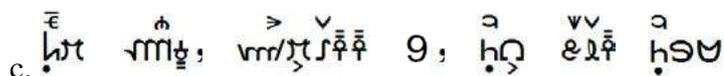
b. 

NASC[er] SÃO PAULO MUD[ar] AQUI



BAHIA

‘Eu nasci em São Paulo, depois mudei aqui para Bahia.’

c. 

EU CRIANÇA IDADE 9 PENS[ar] ÚNIC[o/a] SURD[o/a]



MUNDO

‘Quando eu era criança, aos nove anos de idade, pensava que eu era o único surdo do mundo.’

Notem que, assim como nas sentenças anteriores, em (7) também não há marca temporal, mas identificamos claramente que são situações ocorridas no passado, já que tanto para os verbos NASC[er], CRESC[er] e MUD[ar], que são pontuais, como para PENS[ar], que não é, parece ser possível a identificação da temporalidade pela completude do evento e pelo contexto pragmático. Como se trata de indivíduos adultos contando esses eventos de suas histórias pessoais, tais fatos apresentam completude via condição pragmática.

Assim, embora concordemos com Finau (2004) quanto à interferência do aspecto e de fatores pragmáticos na marcação do tempo em Libras, diferentemente do que prevê essa autora, verificamos que a não ocorrência de operadores de tempo não parece estar associada ao tempo presente apenas, que seria o *default*, na concepção da autora. A nossa análise para essa questão vai na seguinte direção. Partindo, em conformidade com Costa (1990), da ideia de que entidades localizadas na dimensão temporal são aquelas compostas pelos estados, processos e eventos, entendemos que, com base em *Âncora Temporal Lógica*, concretamente, os eventos e processos só existem no passado. No presente, os eventos e processos não estão completos e, quando se completam, tornam-se passado. O mesmo se pode dizer dos eventos e processos futuros, que não têm sua existência concretizada, a não ser quando estejam completamente no passado. Nessa perspectiva podemos considerar o traço [Precedência] dentro de certa *Âncora Temporal Lógica*, que se baseia na [Dêixis] temporal. Por lógica, o traço [Inteireza] se associa ao traço [Precedência], pois para ser verdadeiramente precedente o evento ou processo precisa estar inteiro, completo, concluído. Pelo quadro de Cowper (2003), o traço [Precedência] tem em sua dependência o traço [Inteireza].

Assim, por nossa análise, o sistema de marcação temporal que se estrutura na Libras parte de uma *Âncora Temporal Lógica*, que associa: o *passado marcado* (isto é, com a presença de operadores marcados) à presença do traço [Precedência] somente; o *passado não-marcado* à presença dos traços [Precedência]+[Inteireza]; o presente marcado à presença do traço [Inteireza] somente; e o presente não-marcado à ausência de qualquer desses traços.

Dessa forma, o *aspecto* marca a oposição entre presente e passado, em certos casos sem necessidade de operador morfofonológico de tempo. A respeito da relação tempo e aspecto, Finau argumenta que:

[...] na Libras, é possível interpretar sentenças como estando no presente quando a lexicalidade dos verbos e de seus complementos não estiver denotando um evento pontual, cujo tempo de referência pode ser interpretado como um todo ocorrido antes do momento de fala, pois, nesse caso, o tempo que se coloca é de passado. Então, o único tempo que necessariamente precisa ser marcado é o futuro, porque somente a semântica dos verbos e seus argumentos não é suficiente para expressá-lo (FINAU, 2008, p.270).

Corroborando o que Finau (2008) afirma, observamos que verbos com aspecto durativo sinalizam o presente sem marca morfofonológica (8a), diferentemente de verbos pontuais, que sinalizam o passado sem marca morfofonológica (9a).

(8) a.  $\begin{matrix} \bar{\epsilon} \\ \text{h} \end{matrix} \text{h} \text{t} \quad \begin{matrix} \text{f} & \text{a} \\ \text{m} & \text{m} \end{matrix} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{h} \end{matrix} \text{t} \text{x}$

EU MOR[ar] AQUI

‘Eu moro aqui.’

b.  $\begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{m} \end{matrix} \text{m} \text{m} \text{t} \text{x} \quad \begin{matrix} \bar{\epsilon} \\ \text{h} \end{matrix} \text{h} \text{t} \quad \begin{matrix} \text{f} & \text{a} \\ \text{m} & \text{m} \end{matrix} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{h} \end{matrix} \text{t} \text{x}$

PASSADO<sup>8</sup> EU MOR[ar] AQUI

‘Eu morava/morei aqui.’

c.  $\begin{matrix} \text{f} \\ \text{f} \end{matrix} \text{r} \quad \begin{matrix} \bar{\epsilon} \\ \text{h} \end{matrix} \text{h} \text{t} \quad \begin{matrix} \text{f} & \text{a} \\ \text{m} & \text{m} \end{matrix} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{h} \end{matrix} \text{t} \text{x}$

FUTURO EU MOR[ar] AQUI

‘Eu vou morar aqui’ ou ‘Eu morarei aqui.’

(9) a.  $\begin{matrix} \bar{\nu} & \bar{\nu} \\ \text{a} & \text{m} \end{matrix} \text{lo} \text{to} \text{to} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{m} \end{matrix} \text{t} \text{x}$

J-O-Ã-O CHEG[ar]

‘João chegou.’

b.  $\begin{matrix} \bar{\nu} & \bar{\nu} \\ \text{a} & \text{m} \end{matrix} \text{lo} \text{to} \text{to} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{m} \end{matrix} \text{t} \text{x} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} & \bar{\nu} \\ \text{m} & \text{m} \end{matrix} \text{t} \text{x} \text{x}$

J-O-Ã-O CHEG[ar] HOJE

‘João chegou/chegará hoje.’

c.  $\begin{matrix} \bar{\nu} & \bar{\nu} \\ \text{a} & \text{m} \end{matrix} \text{lo} \text{to} \text{to} \quad \begin{matrix} \bar{\nu} \\ \text{m} \end{matrix} \text{t} \text{x} \quad \begin{matrix} \text{a} & \bar{\nu} \\ \text{m} & \text{m} \end{matrix} \text{t} \text{x}$

J-O-Ã-O CHEG[ar] AMANHÃ

‘João chegará amanhã.’

8 Devemos considerar a possibilidade de a marcação de tempo passado ocorrer sem a presença desse sinal, nem de nenhum advérbio de tempo. Mas, como os sistemas de línguas naturais funcionam de maneira ótima, segundo a concepção chomskiana, algo terá que indicar a oposição com a forma não marcada verificada em verbos com aspecto durativo, sinalizando o presente. Essa marca pode se dar por ENM.

A ambiguidade que observamos em (9b) entre passado e futuro é curiosamente provocada pela presença do sinal HOJE. Como o evento CHEG[ar] é pontual, a sua ocorrência pode se dar em diferentes pontos do intervalo do dia em curso, tanto antes como depois do momento da fala. Como esse verbo não exige marca de passado para ser interpretado no passado, essa interpretação é gramatical; por outro lado, a presença de HOJE cria a possibilidade também da leitura de futuro, uma vez que é perfeitamente possível a ocorrência de um fato dentro do dia em curso, mas posterior ao momento da fala. Observemos que, em português, a frase “João chega hoje” apresenta uma leitura de futuro, isto é, ocorrência do fato após o momento da fala, não obstante a ausência de qualquer marca de futuro, seja como flexão verbal seja como advérbio. Já em (9c) a interpretação de futuro é garantida pelo fato de AMANHÃ representar um intervalo de tempo certamente depois do momento da fala.

Quanto à marcação de tempo passado pelo sinal  $\overline{\text{PASSADO}}$  (PASSADO), também se explica por características aspectuais, como aspecto inconcluso ou durativo (8b), ou pela necessidade de se marcar o passado distante (10c).

(10) a.  $\overline{\text{PASSADO}}$   $\overline{\text{MORR}}$   $\overline{\text{AQUI}}$

JOÃO MORR[er] AQUI

‘João morreu aqui.’

b.  $\overline{\text{PASSADO}}$   $\overline{\text{MUIT}}$   $\overline{\text{PESSOA}}$   $\overline{\text{MORR}}$   $\overline{\text{AQUI}}$

MUIT[as] PESSOA[s] MORR[er] AQUI

‘Muitas pessoas morrem/morreram aqui.’

c.  $\overline{\text{PASSADO}}$   $\overline{\text{PASSADO}}$   $\overline{\text{MUIT}}$   $\overline{\text{PESSOA}}$   $\overline{\text{MORR}}$   $\overline{\text{AQUI}}$

PASSADO MUIT[as] PESSOA[s] MORR[er] AQUI

‘No passado, muitas pessoas morreram/morriam aqui.’

Em (10a) temos um verbo de aspecto pontual. Assim, (10a) é uma sentença de passado não-marcado. Em (10b) notamos que o plural do sujeito modifica de certa forma a condição aspectual do verbo, agregando a este o aspecto iterativo, ou seja, o evento continua sendo pontual, mas estende-se por um intervalo de tempo maior porque se repete, uma vez que as mortes podem ocorrer em momentos

diferentes. Isso implica uma leitura de presente não-marcado. Por outro lado, essa sentença também admite uma leitura de passado não-marcado, perfectivo, uma vez que se admite também a leitura em que todas as pessoas morreram ao mesmo tempo, restringindo o evento ao aspecto pontual. Assim temos uma sentença ambígua.

Também em (10c) observamos uma sentença de interpretação ambígua, mas a ambiguidade aí se limita ao aspecto perfectivo ou imperfectivo, pois o tempo é o passado devido ao operador  $\bar{\Psi}$ . A leitura de passado imperfectivo se dá pelo mesmo motivo de (10b), o sujeito no plural amplia o intervalo de tempo do evento, tornando-o iterativo. E a leitura perfectiva ocorre, também igualmente a (10b), devido ao fato de se admitir também a leitura em que todas as pessoas morreram ao mesmo tempo, restringindo o evento ao aspecto pontual.

Quanto ao tempo futuro, de fato esse parece depender mais de operadores articulados foneticamente do que os dois outros tempos. Tanto com verbos durativos como MOR[ar], ESTUD[ar] ou NARR[ar], em (8c), (11b) e (11c), como com verbos pontuais como CHEG[ar], em (9c), o tempo futuro depende, em Libras, de operadores de futuro fonológicos, sendo um deles um verbo auxiliar, inclusive.

(11) a.  $\bar{h} \bar{t} \quad \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{M} \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{M} \bar{\Psi} \bar{\Psi}$   
 EU ESTUD[ar] UESB MATEMÁTICA  
 ‘Eu estudo Matemática na UESB.’

b.  $\bar{F} \bar{r} \quad \bar{h} \bar{t} \quad \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{M} \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{M} \bar{\Psi} \bar{\Psi}$   
 FUTURO EU ESTUD[ar] UESB MATEMÁTICA  
 ‘Eu vou estudar Matemática na UESB.’

c.  $\bar{V} \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \emptyset \quad \bar{\Psi} \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{\Psi} \bar{\Psi} \bar{\Psi} \quad \bar{M} \bar{\Psi} \bar{\Psi}$   
 [ir]<sub>LocEU</sub> NARRAR HISÓRIA LocLIVRO  
 ‘Vou narrar uma história daqui.’

Por fim, um operador fonológico do presente marcado também se verifica quando o verbo não é durativo, como CHEG[ar] em (12a). Nesse exemplo, o sinal TODO DIA traz para o evento um aspecto iterativo e habitual num intervalo de tempo presente. A ausência desse operador provoca uma leitura no passado (12b).

(12) a.  $\overset{v}{\text{h}}\overset{\bar{e}}{\text{h}}\overset{>}{\text{m}}\overset{c}{\text{m}}\overset{a}{\text{m}}\overset{v}{\text{t}}\text{x}$

TODO DIA EU CHEG[ar] MORA[dia] TARDE

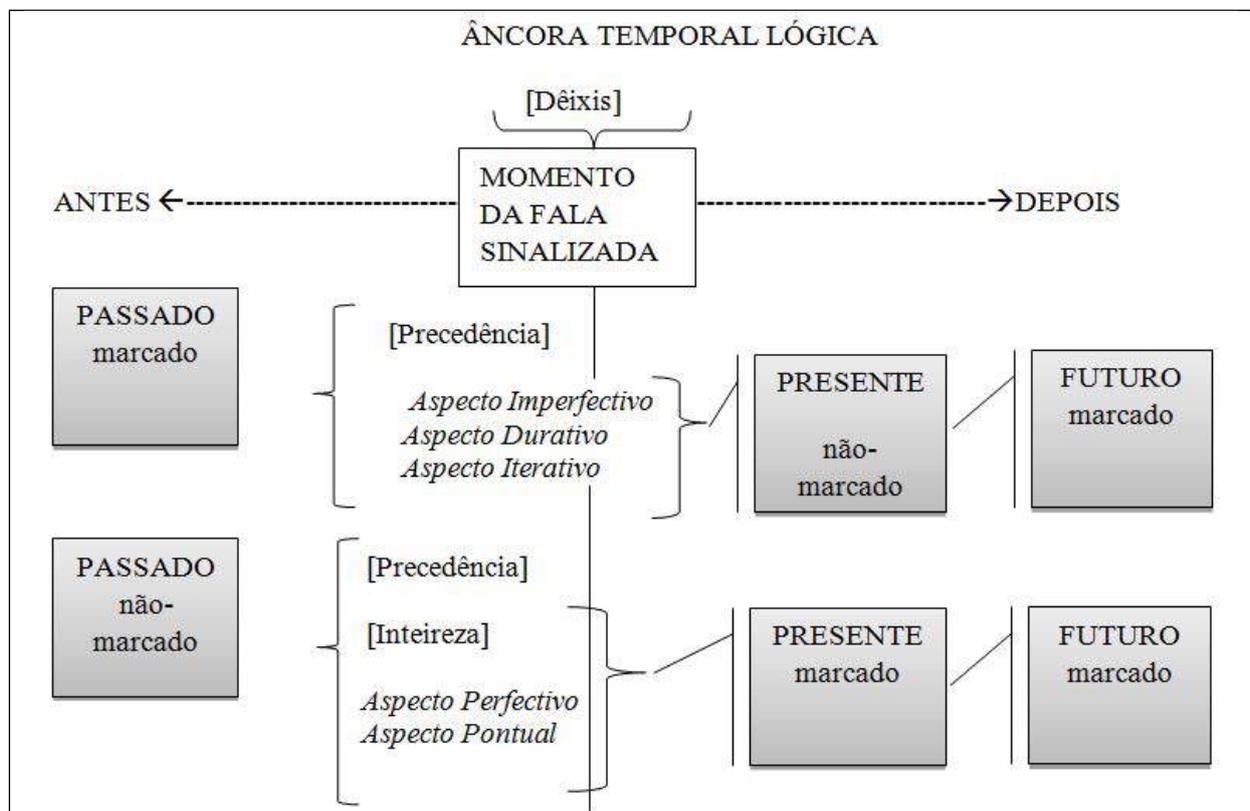
‘Todo dia eu chego em casa tarde.’

b.  $\overset{\bar{e}}{\text{h}}\overset{>}{\text{m}}\overset{c}{\text{m}}\overset{a}{\text{m}}\overset{v}{\text{t}}\text{x}$

EU CHEG[ar] MORA[dia] TARDE

‘Eu cheguei em casa tarde.’

Dessa forma, notamos que tanto o passado quanto o presente podem ser não-marcados, tendo a temporalidade identificada por uma associação ao aspecto, deixando a obrigatoriedade de marcação temporal para o tempo futuro. E, tanto o passado quanto o presente podem ser marcados com um operador temporal fonológico, caso o aspecto verbal não corresponda ao contexto dos tempos não-marcados. No quadro abaixo resumimos a nossa análise para tempo/aspecto em Libras:

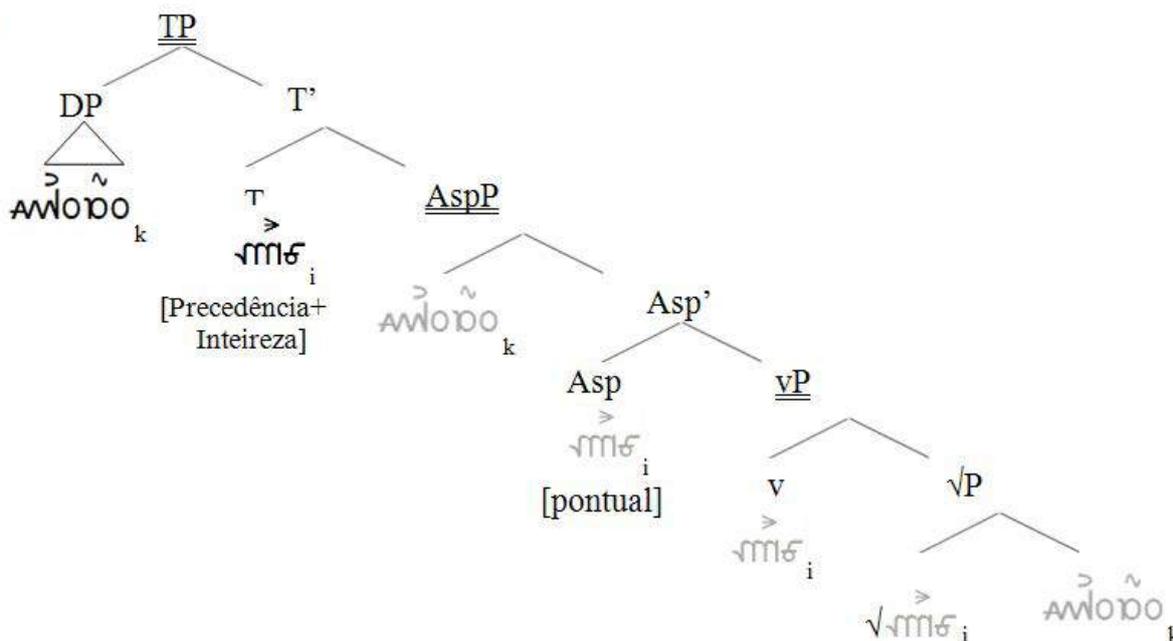


Quadro 2: Marcação de tempo em Libras

Em (13) vemos a estrutura em que a raiz CHEG[ar], que se concatena aos núcleos v e Asp, constitui-se como um verbo, o qual em T pode checar [Precedência+Inteireza], sem precisar de matriz fonológica para o morfema temporal devido a sua natureza aspectual pontual.

(13)  $\overset{>}{\sim} \overset{\sim}{\text{AWLODO}} \quad \overset{>}{\sim} \text{m}\epsilon \times$   
 J-O-Ã-O CHEG[ar]

‘João chegou.’



### 3.3 A categoria modal em Libras

Para definir os traços da categoria modal nas línguas, é preciso antes identificar e definir seus aspectos morfossintáticos, conforme Cowper (2003), e para isso é necessário fazer a distinção entre proposição e evento nu. Temos uma proposição quando a sentença é passível de valor de verdade, se não, temos um evento nu.

Segundo Freitag (2005, p. 424), as sentenças proposicionais podem ser divididas em duas subclasses: as que têm os traços [Finitude] e [Dêixis] e as que não os têm, podendo as sentenças finitas proposicionais ter o traço [Irrealis]. Ainda segundo a autora, o traço [Dêixis] é dependente do traço [Finitude]. Assim, sentenças finitas não-dêíticas são subjuntivas e sentenças finitas dêíticas são indicativas. Nesse interim, o modo verbal está relacionado ao grau de relações temporais existentes entre as sentenças, no centro dêítico da enunciação. O traço [Dêixis] pode estar relacionado tanto à dêixis de tempo [T-dêixis] como à de pessoa [P-dêixis].



✓ D em V-A-I, ou com itens lexicais como os sinais ONTEM, AMANHÃ, DOMINGO PRÓXIMO etc.; e (2) na raiz *semântica do próprio verbo* que associa aspecto a traços funcionais específicos que marcam se o evento é expresso como completo ou incompleto.

Assim, com base no arcabouço teórico da MD, assumimos a hipótese de que o sistema de marcação temporal que se estrutura em Libras parte de uma Âncora Temporal Lógica que associa: o *passado marcado* à presença do traço [Precedência] somente; o *passado não-marcado* à presença dos traços [Precedência]+[Inteireza]; o presente marcado à presença do traço [Inteireza] somente; e o presente não-marcado à ausência de qualquer desses traços.

Dessa forma, o tempo é indicado, levando em conta o centro dêitico temporal lógico, com base no qual se realiza o passado e o presente de forma não-marcada, se os verbos apresentam, respectivamente, os aspectos pontual, perfectivo, de um lado, e durativo, imperfectivo do outro. Por isso, nesses casos, não há necessidade de nenhum operador articulado, devendo ocorrer um operador fonológico apenas quando se quer marcar um evento não-concluso, no passado, e não-durativo e conclusivo, no presente. E, obrigatoriamente, os operadores articulados foneticamente só ocorrem marcando o futuro.

Verificamos também que o aspecto [durativo] pode ser marcado, em Libras, por um alongamento ou pela repetição do movimento na articulação do sinal. E a marcação do modo, nessa língua, definido pela presença/ausência dos traços [Finitude], [Dêixis] e [Irrealis] não necessita de flexão verbal morfofonológica, podendo esses traços ser identificados em subordinadas e em sentenças simples em contextos sintáticos apropriados aos mesmos; e também sinais como  (TALVEZ),  (SE), além das expressões faciais e/ou corporais, podem contribuir para marcação do traço [Irrealis].

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M; COUTINHO, A; MARTINS, M. Para uma gramática da língua gestual portuguesa. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

CASTILHO, A. T. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília: Faculdade de Filosofia, 1968.

COSTA, S. B. B. *O aspecto em português* – Coleção Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 1990.

COWPER, Elizabeth. *Tense, Mood and Aspect: A Feature-Geometric Approach*. 2003. Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~cowper/Cowper.TMA2003.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

FELIPE, Tanya. Relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na LIBRAS. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de Línguas de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010 [1995]. 273p.

FINAU, Rossana A. Os sinais de tempo e aspecto na libras. 233 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. As marcas linguísticas para as categorias e aspecto na libras. In: QUADROS, Ronice M. de. (Org.). *Estudos Surdos III*. Petrópolis: Arara Azul, 2008, p. 260-300.

FREITAG, Raquel M. K. Arranjo dos traços da flexão verbal no português. *Estudos Linguísticos XXXIV*, p. 421-426, Garopaba, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. “Distributed Morphology and the Pieces of Inflection”. In: *The View from Building 20*, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge: MIT Press, pp. 111-176, 1993.

KATO, Mary A. A evolução do conceito de “parâmetro”, *DELTA*, 309-337, 2002.

LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear. *ReVEL*, v. 10, n. 19, 2012. [www.revel.inf.br].

\_\_\_\_\_. *Estrita SEL – Sistema de Escrita para Língua de Sinais*. [Blog Internet]. Vitória da Conquista, Brasil. Disponível em: <<http://sel-libras.blogspot.com.br/>>. Acesso a partir de: 02 de abril de 2014.

PEREIRA, Paulo. Núcleos funcionais da sentença e categorias verbais: a interface sintaxe-semântica da linguagem. *Revista Tabuleiro de Letras, PPGEL – Salvador*, nº. 07, p. 64-86, dezembro de 2013.

PIZZUTO, Elena *et al.* Dêixis, anáfora e estruturas altamente icônicas: Evidências interlinguísticas nas Línguas de Sinais Americana (ASL), Francesa (LSF) e Italiana (LIS). In: QUADROS, Ronice; Vasconcellos, Maria Lúcia Barbosa (Org.). *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Ed. Arara Azul. Florianópolis, 2006.

PRADO, Lizandra C. Sintaxe dos determinantes na língua brasileira de sinais e aspectos de sua aquisição. 2014. 164fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

\_\_\_\_\_; LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S. C. Dêixis em elementos constitutivos da modalidade falada de línguas de sinais. *ReVEL*, v. 10, p. 38-57, 2012. [www.revel.inf.br].

QUADROS, Ronice M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Phrase Structure of Brazilian sign language*. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_; QUER, Josep. A caracterização da concordância nas línguas de sinais. In: LIMA-SALLES, Heloisa; NAVES, R. *Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de português (L2) por surdos*. Goiânia: Cênone, 2010.

ZESHAN, U. Indo-pakistani sign language grammar: a typological outline. *Sign language studies*. Washinton, D. C. :Gallaudet University Press, v. 3, n.2, Winter, 2003.

# **SOBRE A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: 30 ANOS EM MIRADA CRÍTICA**

*Eloisa Pilati (UnB)*

## **RESUMO**

O presente artigo faz uma retrospectiva de pesquisas sobre a ordem Verbo-Sujeito (VS) no português do Brasil (PB), tendo como referencial estudos gerativistas e variacionistas, sobre o tema e dados analisados sob perspectivas sincrônica e diacrônica. As principais conclusões da pesquisa são: a) a análise detalhada dos estudos diacrônicos revela um relativo consenso em relação às generalizações descritivas feitas sobre a ordem VS, o que permite classificá-las como inversões locativas, com foco identificacional e b) estudos diacrônicos revelam o surgimento das orações VS do PB como inversões locativas, desde o século 19.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ordem Verbo-Sujeito; Inversões locativas; Gramática do Português do Brasil.

## **ABSTRACT**

This paper presents a retrospective analysis on the verb-subject word order (VS) in Brazilian Portuguese (BP), with generative and variacionist researches and with data analyzed under synchronic and diachronic perspectives. The main conclusions of the research are: a) diachronic studies show a relative consensus on the descriptive generalizations made about the VS word order, which allows us to classify them as locative inversions, with identificational focus b) diachronic studies reveal the emergence of VS sentences as locative inversions, in Brazilian Portuguese, since the 19th century.

**KEYWORDS:** Verb-Subject word order; Locative inversion; Brazilian Portuguese.

## INTRODUÇÃO

Na década de 90 na introdução da obra *Tempos Linguísticos* Tarallo (1990) nos convidava a escavar o túnel do tempo da língua portuguesa para que pudéssemos observar as diferenças entre o português do Brasil do final do século 20 e do português dos séculos 18 e 19.

Como a comparação entre os sistemas linguísticos do PB e do PE era inevitável, Tarallo (1990) afirmava que as diversidades entre os falares do Brasil e de Portugal estavam fazendo “escorrer muita tinta” à época. Entre os temas incluídos nesse debate estavam as questões relativas à emergência das características sintáticas do português brasileiro.

Tarallo nos questionava se “seria a língua portuguesa falada no Brasil simplesmente uma continuação natural do túnel do latim vulgar”, ou seja, uma deriva do português europeu, “Ou, inversamente, seria o túnel brasileiro, dada a inquestionabilidade da história da colonização portuguesa em nosso território, um túnel rebelde que teria, a partir de determinado momento, configurado seu próprio rumo” (TARALLO, 1990, p. 81). Sem se comprometer com uma ou outra hipótese o autor afirmava que “muita pesquisa ainda precisa ser realizada para que possamos chegar a respostas convincentes a essas perguntas”.

Em um trabalho posterior, Tarallo (1993) sustenta que foi na passagem do século 19 para o século 20 que ocorreram as mudanças quantitativas mais dramáticas no PB, embora, conforme o próprio autor saliente, tais mudanças viessem se processando há mais tempo.

Tendo como pano de fundo, portanto, as mudanças linguísticas por que passou o PB, mais precisamente o período de “emergência” da gramática do PB tal como apontado por Tarallo (1993), o presente artigo investiga os estudos feitos sobre a ordem Verbo-Sujeito em busca de novas reflexões sobre a sintaxe do PB, tendo como ponto de partida os seguintes questionamentos:

- Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da sincronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?
- Como estudos sobre a ordem VS, desenvolvidos sob a ótica da diacronia, têm descrito e analisado este fenômeno nessas últimas três décadas?
- De que forma o estudo das características sintáticas e semânticas da ordem VS podem contribuir para a compreensão da emergência da gramática do PB?

A fim de responder às perguntas acima, o artigo está dividido em três seções: na primeira apresento estudos sobre a ordem VS elaborados sob a ótica variacionista; na segunda os estudos sobre a ordem VS sob perspectivas gerativistas e, na terceira seção, apresento estudos sobre VS, na perspectiva de estudos diacrônicos. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA ORDEM VERBO-SUJEITO: ESTUDOS VARIACIONISTAS

Ao se fazer um levantamento acerca de vários estudos sobre a ordem VS desenvolvidos sob a perspectiva variacionistas, pode-se observar que, de forma geral, não há grandes controvérsias em relação à ordem VS no PB. A presentaremos a seguir, alguns trabalhos sobre o tema: Lira (1986), Alberton (2001), entre outros, para mostrar como esses estudos têm analisado a ordem VS.

O trabalho de Lira (1986), que investigava o português falado no Rio de Janeiro, mostra que há três aspectos básico da ordem VS no PB: frequência, tipo de verbo e ocorrência em contextos sintáticos específicos:

- a) Em relação à frequência: ordem Sujeito-Verbo mais frequente que ordem Verbo-Sujeito;
- b) Em relação à influência do tipo de verbo: verbos intransitivos e existenciais facilitam VS;<sup>1</sup>
- c) Em relação à ocorrência em determinados contextos sintáticos: sujeitos pospostos introduzem informação nova.<sup>2</sup>

São exemplos da autora:

- (1) a. Saí eu e mais três colegas lá de cima.
- b. Quando deu oito horas, já tava tudo aí em baixo
- c. Aí começa a entrar abelhas, marimbondos, formigas, besouros, essas coisas todas.

As tabelas abaixo apresentam os resultados de Lira (1986):

---

1 \*Esse artigo foi desenvolvido dentro do âmbito do Projeto *O Centro-Oeste na História do Português Brasileiro*, financiado pelo CNPq, processo nº.460416/2014-6.

Nos anos 80, muitos estudos variacionistas e gerativistas não faziam distinção dos verbos intransitivos entre inergativos e inacusativos. Outra denominação atribuída aos verbos intransitivos era “verbos monoargumentais”.

2 A classificação do sujeito de VS como informação nova não é um consenso entre pesquisadores. Para Votre & Naro (1986), a ocorrência da ordem SV/VS é determinada pela propriedade discursiva da polaridade e não somente pelo estatuto de dado e novo: se a informação é central na comunicação, o SN é polar e tende a ser anteposto ao verbo; se é periférica, o SN é não-polar (de baixa polaridade) e tende a ser posposto.

<i>Posição do Sujeito</i>	<b>Ocorrências</b>		<b>%</b>
<b>Depois do verbo</b>	367		20
<b>Antes do verbo</b>	1469		80

Tabela 1: Frequência de SV e VS, adaptada de Lira (1986).

<i>Tipo de verbo</i>	<b>Posposto</b>	<b>Anteposto</b>	<b>% de pospostos</b>
<b>Intransitivo</b>	302	1129	21
<b>Transitivo</b>	5	641	0,8
<b>De ligação</b>	65	758	8,0

Tabela 2: Tipo de verbo e posição do sujeito, adaptada de Lira (1986).

As tabelas em (1) e (2) ilustram os três contextos que caracterizam a ordem VS no PB, conforme previsto por Lira (1986): o padrão VS menos frequente (20%), enquanto SV ocorre em 80% dos casos, a prevalência dos verbos intransitivos em VS (21% dos casos) e os contextos de ocorrência de VS, que não ocorrem, por exemplo, em casos de pergunta e resposta, mas sim em orações declarativas, como nos exemplos em (1).

Trabalhos posteriores aos de Lira (1986), como os de Pezzati (1993), Coelho (2000), Ziller (2000), Spano (2002) e Alberton (2001) corroboram as previsões de Lira.<sup>3</sup>

Vejamos também os dados de Alberton (2001, p. 70, 71), que investiga a ordem VS, usando dados do Varsul:

<i>Ordem</i>	<b>Ocorrência</b>	<b>%</b>
<b>SV</b>	422	54
<b>VS</b>	358	46
<b>Total</b>	780	100

Tabela 3: Tipo de verbo e posição do sujeito, adaptada de Alberton (2001, p. 94)

<sup>3</sup> Spano (2008), ao pesquisar o fenômeno da ordem VS em construções declarativas monoargumentais, com três amostras de fala culta (PB, décadas 79 de 70 e 90 e PE, década de 90) chega às seguintes conclusões em relação à ordem VS: há mais semelhanças do que diferenças entre o PB e o PE quanto ao comportamento da ordem VS. É interessante observar, no entanto, que a autora não analisa a ordem VS no PB como Inversão Locativa. Nossa interpretação dos dados da autora é que sob o ponto de vista quantitativo é possível que se argumente sobre uma semelhança entre as construções no PB e no PE, mas os contextos de ocorrência são distintos: em PE VS está relacionado à codificação de foco, é usada, por exemplo, em contexto de perguntas QU-, em PB, construções com ordem VS são usadas em contextos restritos em que configuram inversões locativas (para mais detalhes ver os exemplos da autora nas páginas 124 e 125).

<i>Tipo de verbo</i>	<b>Dados</b>	<b>VS</b>	<b>% de pospostos</b>
<b>Transitivo</b>	202	8	4
<b>Intransitivo</b>	415	290	70
<b>De ligação</b>	163	60	37
<b>Total</b>	780	358	46

Tabela 4: Tipo de verbo e posição do sujeito, adaptada de Alberton (2001, p. 69)

- (2) a. E faço eu mesma a roupa para meus filhos.
- b. Tirou o mundial esse médico, filho dela.
- c. E fica gostoso a maçã.
- d. Mas como eram burras essas pessoas.
- e. Hoje a noite, por exemplo, vem depois uma amiga minha.
- f. Sempre existem alguns probleminhas
- g. Morreu o pai e morreu a mãe junto.

Como se pode ver pelas tabelas de Alberton, a taxa de VS é relativamente alta, com 46% das ocorrências versus 54% de SV. No entanto, dos 358 verbos encontrados 290 são “intransitivos”, apenas 8 são transitivos.<sup>4</sup> Ou seja, a ordem VS com verbos diferentes dos intransitivos é pouco frequente. Quanto aos exemplos apresentados pela autora, vê-se que a ordem VS também não ocorre em contextos de respostas a perguntas QU-.

Talvez o maior debate ocorrido na década de 90 em relação aos contextos de ordem VS no PB tenha sido quanto ao tipo de verbo que licencia tais tipos de oração. As páginas da revista *Delta* registraram um interessante debate entre pesquisadores gerativistas e variacionistas sobre a existência da ordem VS em construções com verbos transitivos. Nascimento (1984) apresentava uma análise que partia do pressuposto de que a ordem VS era restrita a verbos inacusativos e inergativos. Votre & Naro (1989), por sua vez, rebatiam essa análise mostrando contextos em que a ordem VS era licenciada com verbos transitivos. Apesar de não negarem que tal ordem era menos produtiva com outros tipos de verbo, os autores afirmavam que não se podia fazer uma afirmação tão categórica. Os exemplos de Votre & Naro eram os seguintes:

<sup>4</sup> Conforme já observado na nota 1, à época não se fazia distinção entre verbos inacusativos e inergativos. Todos os autores, observavam também que, entre os intransitivos, eram mais frequentes verbos como *chegar, nascer, morrer, existir* – os inacusativos.

(3) a) Se você chegar em Pernambuco, ele não fala a mesma coisa que fala o baiano.

b) A nossa barraca, por exemplo, este ano faturou uma faixa de dez mil cruzeiros... Eu errei, cem mil cruzeiros faturou nossa barraca, certo?

Scherre & Cardoso (2007), em uma pesquisa sobre ordem e tipo de verbo, também citam alguns exemplos de uso de VS com verbos transitivos.

Em síntese, vimos nessa seção pesquisas sobre ordem feitas dentro do arcabouço das pesquisas variacionistas. Podemos afirmar que, de acordo com essas pesquisas, a ordem VS no PB é menos frequente que a ordem SV, ocorre principalmente com verbos inacusativos, apesar de poder ser licenciada com verbos transitivos e inergativos, dentro de contextos específicos, de baixa ocorrência. Passemos agora para as análises sobre a ordem VS desenvolvidas sob a ótica gerativista.

## 2. ORDEM VERBO-SUJEITO EM ESTUDOS GERATIVISTAS

Como visto na seção acima, desde a década de 80, pesquisas variacionistas atestavam o enrijecimento da ordem no PB, em direção à ordem SV, pesquisas gerativistas também se propuseram a investigar os fenômenos sintáticos relacionados à ordem VS.

Na década de oitenta, as pesquisas gerativistas se orientavam pela Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981). Chomsky (1981) afirmava que uma língua marcada positivamente para o parâmetro *pro-drop* licenciaria as seguintes estruturas: (i) sujeito nulo; (ii) inversão livre do sujeito; (iii) movimento longo do sujeito, a partir da ilha *Qu-*; (iv) pronome resumptivo vazio em orações encaixadas; e (v) aparente violação do filtro *that-trace*.<sup>5</sup> Na década de 1990, já era consensual a ideia de que o PB vinha apresentando um comportamento diverso em relação ao PE e às línguas positivamente marcadas em relação ao parâmetro *pro-drop*.<sup>6</sup>

5 Os exemplos (i) a (v), a seguir, extraídos de Rizzi (1982), revelam os contrastes entre uma língua [+ *pro-drop*], o italiano, e uma língua [- *pro-drop*], o inglês:

- Sujeito nulo:

- (i) a. Ha telefonato.  
b. \*Has phoned.  
(Telefonou.)

- Inversão livre do sujeito:

- (ii) a. Ha telefonato Gianni.  
b. \*Phoned John.  
(Telefonou João.)

- Movimento longo do sujeito, a partir da ilha *Qu-*:

- (iii) a. Il ragazzo<sub>i</sub> [che so [quando <sub>t<sub>i</sub></sub> era arrivato]].  
b. \*The guy<sub>i</sub> [that I know [when <sub>t<sub>i</sub></sub> arrived]].  
(O rapaz que sei quando chegou.)

- Pronome resumptivo vazio em orações encaixadas:

- (iv) a. Gianni<sub>i</sub> ha detto [che <sub>t<sub>i</sub></sub> ha telefonato].  
b. \*John<sub>i</sub> said [that has <sub>t<sub>i</sub></sub> phoned].  
(João disse que telefonou.)

- Aparente violação do filtro *that-trace*:

- (v) a. Chi<sub>i</sub> [Maria ha pensato [che <sub>t<sub>i</sub></sub> avia arrivato]]?  
b. \*Who<sub>i</sub> [Mary thought [that <sub>t<sub>i</sub></sub> has arrived]]?  
(Quem Maria pensou que chegou?)

6 Vide a importante obra *Português Brasileiro: uma abordagem diacrônica*, organizada por Roberts & Kato (1996).

Nascimento (1984), dando sequência aos estudos gerativistas, mas já sob a influência da Teoria de Princípios e Parâmetros, defende que ordem VS no PB não seria um caso de “inversão livre” e sua ocorrência estaria restrita a verbos inacusativos e inergativos. Para o autor VS no PB são orações apresentativas, que se assemelham às orações existenciais do PB do tipo *there be*.

(4) a. Viajou um professor de literatura.

b. Chegou petróleo ontem.

Para Nascimento (1984), orações com ordem VS recebem “interpretação de lista e a referência ao sujeito está relacionada a um grupo previamente especificado no contexto como em (6):

(5) a. Paulo viajou com fome.

b. \*Viajou Paulo com fome.

c. Dos meninos da quinta série, viajou o Paulo.

Lobato (1988) argumenta que a ordem VS no PB seria um tipo de *V-front* (movimento do verbo acima de VP), motivado pela presença de: a) algum operador em CP, b) verbo *dicendi* e c) contextos interrogativos e imperativos. Para a autora, *V-front* é um fenômeno estritamente sintático, e facultativo no PB. Seria limitado pela “interpretação semântica da construção” e não pelo tipo de verbo. São exemplos da autora:

(6) a. Onde moram os meninos. [V-front interagindo com elemento em Spec CP]

b. Considero ser a Maria inteligente. [V-front com verbo *dicendi*]

c. Complicaram **vocês** a questão [V-front contexto exclamativo com acento contrastivo]

Figueiredo e Silva (1996) considera que só ocorrem sujeitos pós-verbais no PB em orações com verbos inacusativos. São exemplos da autora:

(7) a. \*Comeu João o bolo.

b. \*Tossiu o João.

c. Desapareceu um livro.

Para explicar o licenciamento de sujeitos pós-verbais com verbos inacusativos, a autora adota a proposta de caso partitivo de Belletti (1988) segundo a qual verbos inacusativos, apesar de não serem capazes de atribuir caso acusativo, poderiam atribuir Caso partitivo.

Kato & Tarallo (1993) defendem que o licenciamento de VS com verbos inergativos e inacusativos também estaria relacionado a uma mesma operação sintática denominada *V-fronting*, desencadeada pelo movimento do verbo para uma posição à esquerda, devido à presença de algum elemento ocupando a posição inicial da sentença, tal como representado em (9):

(8) Ali moravam os meninos.

(9) [<sub>CP</sub> Ali<sub>a</sub> [<sub>IP</sub> [<sub>I</sub> moravam<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> os meninos [<sub>v</sub> <sub>ú</sub> <sub>ta</sub>]]]]]

O sujeito ficaria no Especificador de VP, o verbo se moveria para I, e o sujeito seria interpretado como parte do foco da oração.

Kato (1999), numa proposta elaborada dentro do Programa Minimalista de Chomsky (1995), defende que o que ocorreu no PB em comparação ao português clássico e ao PE foi a perda do caráter pronominal de seu afixo de concordância. Por causa dessa perda, tal afixo pessoal pode aparecer ligado ao verbo desde o léxico, não podendo ser inserido como um elemento independente, pronominal, na posição de argumento.<sup>7</sup> Devido à perda de autonomia dos afixos de concordância, pronomes livres ou sintagmas passaram a checar o nominativo e os traços de T.

Segundo Kato (2000), o contexto de licenciamento de VS no PB seria (10a), uma resposta a (10c):

(10) a. Telefonou O PEDRO.

b. O PEDRO telefonou.

c. “Quem telefonou?”

Kato (2000) afirma:

“a análise proposta é de que o PB é fundamentalmente como o francês. Essa proposta se baseia na constatação de que embora o PB tenha perdido o sujeito nulo referencial, ele mantém o nulo expletivo (Duarte 1995) como se vê nas sentenças abaixo:

7 Nas palavras de Kato (2000) sobre Kato (1999): “Para Kato (1999b) o que ocorreu no PB em comparação ao português clássico e ao PE se deve ao fato do PB ter perdido o caráter pronominal de seu afixo de concordância e, como consequência, este aparecer afixado ao verbo na numeração, não podendo ser inserido como argumento. Este deve ser um DP pleno ou um pronome livre, os quais exigem que o Spec de TP seja projetado para a checagem dos traços-D do T+V.”

- (52) a. Chove.
- b. Tem um gato embaixo da mesa.
- c. Parece que o Pedro está com fome.

A proposta de Kato (1999b) é que a terceira pessoa singular sem traços de gênero continua sendo um afixo pronominal nulo (-Ø), enquanto a terceira pessoa masculina e feminina são pronomes fracos (ele/ela). Nesse sentido, nosso sistema pronominal é mais parecido com o do inglês, que inclui um neutro *it*. Esse afixo nulo é inserido no Espec de TP e checa os traços do T em (52) a, b e c, da mesma maneira que o expletivo *il* do francês. Já os traços-φ que incluem informação de gênero, correspondentes aqui a [+humano, - feminino] e [+humano,+feminino] , deixaram de ser afixos pronominais para aparecerem sempre visíveis como pronomes livres.”

Pilati (2002) se propõe a fazer um estudo sobre as orações VS no PB tentando contribuir com o debate ocorrido no final da década de 90 sobre o tipo de verbo e o licenciamento de construções com ordem VS. As conclusões da autora são as de que as orações com verbos inacusativos são realmente as mais produtivas no PB, mas que também são geradas na língua orações com ordem VS com verbos inergativos e transitivos em contextos específicos. Os dados da autora são os seguintes:

- (11) a. Naquela cadeira senta a noiva, na outra o noivo. [*inversão locativa*]
- b. ..., defende o consultor. [*construções parentéticas*]
- c. Abre o placar o time do Palmeiras. [*inversão narrativa*]
- d. Só não gostaram do passeio os meninos pequenos.

[*inversão com operador de foco com escopo sobre o sujeito*]

Pilati (2002) classifica as orações com ordem VS do PB como orações apresentativo-descritivas, seguindo (Votre & Naro, 1999, Nascimento, 1984 e Guéron 1980).<sup>8</sup>

Pilati (2006), dando sequência à pesquisa de Pilati (2002), tenta explicar os fatores sintáticos e semânticos que estariam relacionados ao licenciamento das construções com ordem VS atestados por Pilati (2002).

8 Nas palavras da autora, “i) exercem função apresentativa; ii) são usadas em contextos descritivos não em contextos predicativos; iii) seus sujeitos recebem interpretação menos agentiva; iv) podem apresentar sujeitos definidos ou indefinitos; v) quando o sujeito for um NP definido deve ser um NP referencial tanto para o ouvinte quanto para o falante” (PILATI, 2002, p. 66)

Em relação à generalização descritiva, a autora defende que construções com ordem VS são inversões locativas (seguindo Bresnan & Kanerva (1989), Bresnan (1994) Pinto (1997) e Levin & Rappaport Hovav (1995) e é por esse motivo que:<sup>9</sup>

a) não são usadas em contextos de respostas a perguntas *Qu-* com foco estreito, ocorrendo, portanto, em contextos de foco largo:

(12) A: Quem dormiu / Quem comeu o bolo?

B<sub>1</sub>: Foi a Bruna (que dormiu / que comeu o bolo).

B<sub>2</sub>: A Bruna.

B<sub>3</sub>: \*Dormiu a Bruna / \*Comeu o bolo a Bruna.

b) são licenciadas com mais frequência com verbos inacusativos, como atesta a maioria dos estudos variacionistas (cf. Lira, 1986; Berlinck, 1989; Pezatti, 1993; Coelho, 2000; Alberton, 2001);

c) no entanto, podem ocorrer com verbos inergativos e transitivos, como defendido por Votre & Naro (1999) e atestado por Pilati (2002) e Scherre & Cardoso (2007):

(13) a. Toma posse o deputado.

b. Tem a palavra a Senadora Heloisa Helena.

c. Merece destaque a nova seção deste jornal. (Pilati, 2002)

A proposta de Pilati (2006) é que orações com ordem VS do PB são tipos de inversão locativa e apresentam um elemento de natureza locativa, em TP (se nulo, identificado como um *pro*<sub>LOC</sub>).

Entre os argumentos usados pela autora para pronomes locativos nulos ocuparem Spec de TP, estão os seguintes:

---

<sup>9</sup> A autora restringe sua análise a orações VS em orações declarativas e opta por não incluir em sua análise construções com ordem VS licenciadas com verbos *dicendi* e contextos de VS em orações no imperativo.

**i) Possibilidade de o pronome locativo controlar o elemento nulo da oração encaixada (10b):**

(14) a. As crianças<sub>i</sub> dormem aqui porque *e*<sub>i</sub> querem.

b. Aqui<sub>j</sub> dormem as crianças<sub>i</sub> porque *e*<sub>j</sub> é mais quente.<sup>10</sup>

**ii) Possibilidade de alçamento do locativo a partir de encaixada selecionada por *parecer* (Teste inspirado em L&R,(1995:262, ex. 83 e 85))**

(15) a. Ali parece que caíram as folhas.

b. Ali parece que tomou posse o Deputado.

c. Ali parece que morreu uma pessoa.

**iii) interpretação dêitica de orações com VS (dados extraídos de Pilati (2006, p. 199)):**

(16) a. Morreu Fellini. (Eu acabei de ouvir que Fellini morreu)

b. Fellini morreu. (Fellini morreu (há algum tempo))

A estrutura de uma oração com inversão locativa seria a seguinte:<sup>11</sup>

(17) [<sub>CP</sub> [<sub>IP</sub> Ali [<sub>I</sub> moravam<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> os meninos [<sub>v</sub> <sub>ti</sub> ]]]]]

Dando sequência à análise de Pilati (2006), Pilati & Naves (2011), Naves & Pilati (2013), Naves, Pilati & Salles (2014), defendem licenciamento de Inversão Locativa no PB está relacionado a um tipo específico de mudança no sistema pronominal do PB, o qual é denominado de “cisão do sistema pronominal”.<sup>12</sup>

10 Esse exemplo pretende mostrar que *As crianças* sujeito da oração matriz em (10a) é capaz de controlar o sujeito nulo da oração encaixada e que o mesmo tipo de controle pode ser feito pelo locativo, tal como em (10b),

11 Para Pilati (2006) o que explicaria a agramaticalidade de VOS no PB, com verbos transitivos, seria uma questão de atribuição de Caso. Numa oração como *\*Tomou água o novo ministro*, pelo fato de o DP água receber Caso Acusativo, ele bloquearia a relação de *probe-goal* entre T e Loc. O único elemento visível para T seria, portanto, o sujeito da sentença *O novo ministro*. Já numa oração como *Tomou posse o novo ministro*, a gramática da língua analisaria “tomar posse” como uma expressão idiomática e não haveria atribuição de Caso Acusativo para *posse*. T poderia estabelecer uma relação de *probe-goal* com o elemento locativo. Tal proposta é problemática porque a inclusão de um elemento locativo na grade temática de todos os tipos de verbo não é algo viável, dentro da teoria. Uma alternativa para resolver tal problema seria simplesmente admitir que por terem natureza apresentativa, inversões locativas têm em sua numeração um elemento expletivo, manifesto ou nulo, o qual ocuparia Spec de TP. Uma oração tal como *Pega a bola o juiz* e *O juiz pega a bola*, teriam, portanto, numerações diferentes, a primeira com um expletivo nulo do tipo *there* e a segunda sem tal elemento. Uma pergunta que poderia ser feita é por que verbos transitivos são licenciados na ordem VOS em línguas, como o PE e o espanhol. Nessas línguas, a ordem das palavras serve para codificar informações de Foco, daí a maior flexibilidade de ordem em tais línguas, diferentemente do PB, em que a ordem VS é restrita a inversões locativas tal como ocorre no inglês, por exemplo.

12 Pilati, Naves & Lunguinho (2014) fazem uma análise das propostas de Pinto (1997) e Corr (2012) para inversões locativas do PB, mostrando que análises para inversões locativas que se baseiam nos traços lexicais dos verbos e em suas propriedades de seleção argumental não se sustentam pelo menos para explicar o PB, tal trabalho não será discutido neste artigo.

Segundo as autoras, o licenciamento de inversões locativas está diretamente relacionado ao licenciamento de construções que vinham sendo analisadas como “inovadoras”:

- Construções tópico-sujeito: *Essas casas batem sol* (Pontes, 1986);
- Construções com sujeitos indefinidos: *Matou um cara no show* (Lunguinho & Medeiros, 2011);
- Construções com verbos meteorológicos: *As cidades da Amazônia chovem muito* (Kato & Duarte, 2008)
- Construções com verbos existenciais: *Brasília tem muitos prédios* (Kato & Duarte, 2008)
- Construções com inversões locativas: *Morreu Fellini* (Pilati, 2006).

As autoras afirmam ainda que é pelo fato de elementos locativos ou expletivos poderem ocupar a posição de SpecTP que construções com sujeitos nulos ou locativos recebem interpretação indefinida, como em (18-19), que elementos locativos bloqueiam a correfencialidade do sujeito em (20a) e que um pronome como *aqui* controla a referência da oração encaixada em (21b).

(18) a. \*Vende frutas. [out of the blue]

b. Aqui vende fruta.

(19) a. \*Trabalha muito.

b. Aqui trabalha muito.

c. Aqui precisa de socorro.

d. Aqui faz o melhor chocolate do Brasil.

(20) a. O João<sub>i</sub> disse que aqui<sub>j</sub> vende<sub>j/\*i</sub> fruta.

b. O João<sub>i</sub> disse que vende<sub>i</sub> fruta.

(21) a. As crianças<sub>i</sub> dormem aqui porque *e*<sub>i</sub> querem.

b. Aqui<sub>j</sub> dormem as crianças<sub>i</sub> porque *e*<sub>j</sub> é mais quente.

Em suma, para as autoras há uma relação direta entre a cisão no sistema pronominal do PB, o estatuto expletivo do pronome nulo de terceira pessoa e o fato de elementos locativos adverbiais (tanto argumentais quanto expletivos) poderem checar EPP nas inversões locativas do PB.<sup>13</sup>

No caso de verbos inergativos e transitivos, a ordem VS seria um tipo de inversão locativa (cf. Pilati, 2006) em que o pronome locativo nulo (*pro*<sub>LOC</sub>) ocuparia Spec de TP, assim como o pronome *there*, do inglês.

(i) *pro*<sub>LOC</sub> Morreu Fellini. / *pro*<sub>LOC</sub> Toma posse a primeira presidenta do Brasil.

De acordo com a proposta das autoras, estruturas das orações com inversão locativa no PB:

(22) a. [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> [<sub>TP</sub> *pro*<sub>expl.</sub> [<sub>T</sub> chegou<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> todo mundo t<sub>i</sub> ]]]]]

b. [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> [<sub>TP</sub> Ali [<sub>T</sub> moram<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> os meninos t<sub>i</sub> ]]]]]

c. [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> [<sub>TP</sub> *pro*<sub>expl.</sub> [<sub>T</sub> toma posse<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> a primeira presidenta do Brasil t<sub>i</sub> ]]]]]

### 3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante do quadro exposto até o momento, podem ser feitas algumas considerações sobre o licenciamento da ordem VS no PB.

A primeira reflexão a ser feita é sobre a relação entre o licenciamento entre a ordem VS e o Parâmetro do Sujeito nulo. Durante a efervescência das pesquisas sobre os princípios e parâmetros linguísticos, era natural que se estabelecesse uma correlação entre ordem VS e Parâmetro do Sujeito Nulo e conseqüentemente perda das características de língua pertencente a esse parâmetro e perda da ordem VS.

No entanto, os estudos variacionistas mostraram que apesar de ter frequência mais baixa, a ordem VS continuou sendo licenciada na língua e que, apesar de ser mais frequente com verbos inacusativos e existenciais, orações com verbos inergativos e transitivos podiam ser licenciadas dentro de contextos

13 No caso de verbos inacusativos biargumentais (cf. Munhoz & Naves, 2012), pronomes locativos ocupariam Spec de TP, por serem argumentos do verbo.

Naves, Pilati Salles (2014) defendem que são contextos de predicados biargumentais, orações como:

(ii) *quasi*-argumentos: As cidades da Amazônia chovem muito.

(iii) existenciais: Brasília tem muitos prédios.

(iv) tópico-sujeito: Essas casas batem sol.

especiais. Obviamente que tais contextos especiais não se assemelhavam aos contextos do PE e, sim, às inversões locativas, como podemos verificar atualmente.

Um fato que pode ser usado como argumento a favor de uma especialização de VS como inversão locativa é que tanto estudos gerativistas como estudos variacionistas sempre observaram que a presença de elementos adverbiais à esquerda era um fato relevante para o licenciamento da ordem VS.

Sob o ponto de vista das análises formais, a diferença está na posição do elemento locativo: para Kato e Tarallo (1993), o elemento locativo estaria em CP, mas para Pilati (2006) e posteriormente Pilati, Naves e Salles (2013), o pronome locativo estaria em TP.

A proposta de que pronomes nulos expletivos eram os únicos licenciados no PB já havia sido defendida por Duarte (1995) quando a autora afirmava que o PB havia perdido o sujeito nulo referencial, embora mantivesse o nulo expletivo. A diferença da proposta da autora para a proposta defendida por Pilati & Naves (2011) e trabalhos posteriores é a de que o PB realmente licencia sujeitos nulos expletivos, mas não do tipo *it*, e, sim, do tipo *there*.

Como vimos na introdução desse trabalho, há um relativo consenso em relação à emergência do PB como sistema distinto do PE datado do final do século 19 (cf. Tarallo, 1993). Portanto, se a correlação estabelecida acima estiver correta, a ordem VS configurada como inversão locativa deveria estar presente nos dados do PB desde, pelo menos, o século 18. Surge, portanto, um questionamento: Diante da hipótese de que orações com ordem VS no PB são casos de inversão locativa, a partir de qual período da história do PB tais orações surgiram? Para responder a essa pergunta, faremos uma revisão de estudos diacrônicos sobre a ordem VS.

### 3.1 A ordem VS nos estudos diacrônicos

Berlinck (1989) compôs três corpora que retratavam momentos históricos distintos do PB: séculos 18, 19 e 20. A autora constata que a frequência de da ordem SV diminui gradativamente à medida que se passava de um século a outro.

Tabela 5 - Frequência de V SN segundo os corpora analisado

<i>Corpus</i>	%	N
Século XVIII (1750)	42	203/486
Século XIX (1850)	31	144/469
Século XX (1987)	21	263/1262

Fonte: Berlinck (1989, p. 97).

A fim de encontrar respostas para explicar as motivações para a variação em cada um dos períodos históricos, a autora elenca os fatores envolvidos no licenciamento de VS:

**Tabela 6 - Princípios mais fortes, por ordem de importância, para cada momento**

Século XVIII	Século XIX	Século XX
1. Status informacional do SN	1. Tipo de predicador	1. Transitividade do verbo
2. Realização do SN	2. Realização do SN	2. Realização do SN
3. Distinção aspectual operação/resultado	3. Estatuto da oração	3. Animacidade do SN
4. Tipo de predicador		4. Distinção aspectual operação/resultado
		5. Concordância verbal

Fonte: Berlinck (1989, p. 97).

Os dados da tabela acima indicam que cada *corpus* apresentava uma estruturação própria, em que nem sempre os fatores importantes num período se mantinham no período seguinte. E mesmo quando havia coincidência, as relações de força existentes entre os fatores ganhavam um contorno particular a cada momento. Houve uma re-hierarquização dos princípios. O mais evidente é que a transitividade passa a ser o fator mais relevante, o que implica a maior força dos inacusativos e da cópula, segundo a autora, no licenciamento de VS.

Gravina (2014) também se dedica ao estudo da ordem sob o ponto de vista diacrônico. A autora baseou-se em textos jornalísticos que circularam no Brasil e em Portugal no século 19 e na primeira metade do século 20 e analisou seis periódicos, sendo três brasileiros – *O Recreador Mineiro* (1845 a 1848); *Jornal Mineiro* (1887 a 1900) e *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948) - e três jornais portugueses – *A Ilustração luso-brazileira* (1854 a 1858); *O Manuelinho d'Évora* (1888 a 1895) e *Notícias d'Évora* (1945 a 1948).

Em relação ao percentual de licenciamento de SV e VS, podemos perceber que não há grande diferença dos percentuais encontrados pela autora nos diferentes periódicos:

Jornais	Ordem SV	Ordem VS
Recreador Mineiro	24/58 – 41%	34/58 – 59%
Jornal Mineiro	29/74 – 40%	45/74 – 60%
Tribuna de Ouro Preto	51/ 92 – 56%	41/92- 44%

**Tabela 7 - Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PB.**

Jornais	Ordem SV	Ordem VS
Ilustração luso-brasileira	26/60- 44%	34/60 – 56%
Manuelinho de Évora	23/53 – 44%	30/53 – 56%
Notícias de Évora	27/66 – 40%	39/66 – 60%

**Tabela 8** - Ordem SV/VS com verbos inacusativos no PE.

Analisando os resultados quantitativos de Gravina (2015) não podemos verificar se as orações com ordem VS e SV no PB apresentam alguma distinção. A autora, no entanto, apresenta também um estudo sobre a relação entre elementos adverbiais e tipo de verbo:

	VS	XVS	VOS	XVOS	OVS	XOVS	VXS
Recreador Mineiro (1845 a 1848)	22/72 30%	28/72 39%	9/72 12%	1 0,5%	7/72 10%	4/72 5%	3/72 3,5%
Jornal Mineiro (1887 a 1900)	15/83 18%	43/83 52%	10/83 12,5%	2/83 2%	5/83 6%	8/83 9,5%	0/83 0%
Tribuna de Ouro Preto (1945 a 1948)	13/61 21%	20/61 33%	22/61 37%	3/61 4%	0/61 0%	1/61 1,5%	2/61 3,5

**Tabela 9**- Proporção de cada tipo de inversão no português brasileiro.

	VS	XVS	VOS	XVOS	OVS	XOVS	VXS
Ilustração luso-brasileira (1854 a 1858)	27/91 30,5%	8/91 9%	7/91 7,5%	10/91 11%	2/91 2%	34/91 37%	3/91 3%
Manuelinho de Évora (1888 a 1895)	24/100 24%	4/100 4%	6/100 6%	8/100 8%	4/100 4%	48/100 48%	6/100 6%
Notícias de Évora (1945 a 1948)	17/119 14,5%	3/116 2,5%	12/119 10%	13/119 11%	4/119 3%	63/119 53%	7/119 6%

**Tabela 10** - Proporção de cada tipo de inversão no português europeu.

Como podemos observar nas tabelas acima, há uma diferença qualitativa relativa aos contextos em que orações com ordem VS ocorrem em PE e em PB. Em PB são muito mais recorrentes contextos em que a ordem VS ocorre com um elemento adverbial, na configuração (X)VS. Já em PE, os contextos de maior ocorrência da ordem VS são em contextos de (X)OVS.

Vejamos os exemplos de ordem VS no PB e no PE, retirados de Gravina (2014, p. 217-218):

(23) Nas minerações de ouro, ‘a terra parece, que evapora tumultos: a agua exalla motins; o ouro foco desaforos: **destilam** Liberdades os ares: **vomitam** insolências as nuvens: **influyem** desordens os astros: o clima hé tumba da paz e berço da rebelliam: a natureza anda inquéta comsigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno: Bramão graves trovões continuamente, Donde se precipita o rayo ardente. . (Notícias de Évora, 1946, PE).

(24) Serão oradores nesta cidade os distintos homens públicos Doutor Mario de Albuquerque, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e deputado, e Engenheiro Sebastião Ramires, deputado e antigo Ministro e vogal da Comissão Executiva da União Nacional.

A sessão será presidida pelo Senhor Governador Civil *e pronunciará algumas palavras de apresentação o sr. Dr. Camarate de Campos*, ilustre presidente da Comissão Distrital da União Nacional. (Notícias de Évora, 1946, PE).

São exemplos de Gravina (2014) para o PB:

(25) a. Nasceu El-Rei Dom João II. (Tribuna de Ouro Preto, 1945)

b. Existem poucas propriedades de casas com vidraças. (Recreador, 1846)

c. 1º de abril chegou El rei à província. (Recreador, 1847)

[Gravina, 2014, pp. 205-206]

Furtado (2014) ao fazer uma análise quantitativa sobre a ordem VS no *corpus* escrito do *Jornal Matutina Meyapontense*, jornal publicado na Região Cento-Oeste do país, na década de 30, atesta que, já no século 19, as orações na ordem verbo-sujeito (VS) eram licenciadas principalmente quando havia elementos à esquerda do verbo, como se pode observar na Tabela 11:

	<i>Elemento que precede VS</i>			
	<i>Elemento manifesto</i> <i>(Adjunto adverbial)</i>	<i>Possível</i> <i>elemento nulo</i>	<i>Pronome</i> <i>relativo</i>	<i>Conjunção</i>
VS	10/16 62,50%	2/16 12,50%	2/16 12,50%	2/16 12,50%

**Tabela 11-** Número de orações na ordem VS com verbos inacusativos no *Jornal Matutina Meyapontense* (Século XIX – 1830), Furtado (2014).

Em suma, o que se deseja evidenciar por meio da apresentação das Tabelas 9 e 10, apresentadas por Gravina (2014), é que desde o século 18 podemos observar que os contextos de licenciamento da ordem VS no PB e no PE são distintos.

A Tabela 9, que traz os resultados na investigação dos Jornais publicados no Brasil, revela que o contexto de maior ocorrência da ordem VS é na ordem XVS, com 39% no *Recreador Mineiro* (1845 a 1848), 52% no *Jornal Mineiro* (1887 a 1900) e 33% na *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948). Essa mesma estrutura nos Jornais Portuguesas, tal como apresentado na Tabela 10, revela um comportamento totalmente distinto, apresentando os seguintes percentuais de ocorrência: 9% na *Ilustração luso-brasileira* (1854 a 1858), 4% de ocorrência na *Jornal Manuelinho de Évora* (1888 a 1895) e 2,5% em *Notícias de Évora* (1945 a 1948).

A ordem XOVS também apresenta comportamento bastante distinto nos Jornais do PE e do PB. É um contexto com grande ocorrência da ordem em PE: 37% na *Ilustração luso-brasileira* (1854 a 1858), 48% de ocorrência na *Jornal Manuelinho de Évora* (1888 a 1895) e 53% em *Notícias de Évora* (1945 a 1948). Mas é um contexto com baixíssima ocorrência no PB: com 5% no *Recreador Mineiro* (1845 a 1848), 9% no *Jornal Mineiro* (1887 a 1900) e 1,5% na *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948).

A ordem VS é a que apresenta maior equivalência em relação aos percentis de ocorrência no PE e no PB. Acreditamos que o estudo dessas construções ainda pode ser melhor detalhado, para verificar se são construções licenciadas nos mesmos contexto sintáticos ou não. Em PE, construções com ordem VS ocorrem: 30,5% na *Ilustração luso-brasileira* (1854 a 1858), 24% de ocorrência na *Jornal Manuelinho de Évora* (1888 a 1895) e 14,5% em *Notícias de Évora* (1945 a 1948). No PB as frequências são as seguintes: 30% no *Recreador Mineiro* (1845 a 1848), 18% no *Jornal Mineiro* (1887 a 1900) e 21% na *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948).

Vale ressaltar ainda que o estudo de Furtado (2014) também atesta a presença de elementos à esquerda do verbo, como fator de influência para o licenciamento de orações com ordem VS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este texto, retomando os questionamentos de Tarallo (1990, 1993) sobre as diferenças entre o PB e o PE. Ao se referir às diferenças entre o PB e PE, Tarallo afirma que a diversidade entre os falares do Brasil e de Portugal estava fazendo “escorrer muita tinta” à época. Hoje, quase 30 anos depois, o debate ainda se coloca.

Na releitura dos estudos sobre a ordem VS do PB tentamos juntar as peças encontradas em diferentes pesquisas. Nossa conclusão é a de que as orações com ordem VS mais produtivas no PB são do tipo inversões locativas, construções não vinculadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo.

Argumentamos a favor dessa hipótese, usando tanto dados da sincronia do PB quanto dados da diacronia. Em relação aos dados da diacronia, vimos que os vários estudos feitos sobre o tema defendem que orações com ordem VS no PB são mais frequentes com verbos inacusativos, mas em contextos específicos podem ocorrer com verbos transitivos e inergativos, e é recorrente a menção à presença de elementos locativos à esquerda e ao caráter “apresentativo” das sentenças. Todas essas características nos remetem às características apresentadas por Bresnan & Kanerva (1989), Bresnan (1994) Pinto (1997) e Levin & Rappaport Hovav (1995) para as inversões locativas de diferentes línguas.

Sob o ponto de vista da diacronia, é interessante notar o distanciamento das características sintáticas da ordem VS do PB em relação ao PE desde o século 19, como nos revelam os dados de Gravina (2014).

Por fim, ressaltamos a necessidade de dar prosseguimento a possível contribuição que o presente estudo pode dar no sentido de auxiliar as investigações sobre a emergência da gramática do PB, pois, caso a presente pesquisa esteja no caminho correto, já podemos observar a emergência da gramática do PB na passagem do século 18 para o século 19.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberton, C. (2001) *O Português Falado no Rio Grande do Sul: a ordem verbo-sujeito*. Passo Fundo: UFP.
- BelletTi, Adriana. (2001) “Inversion” as focalization. In: HULK, A. & POLLOCK, J-Y (eds.) *Inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- BERLINCK, R. et al. (2009) Predicação. In: KATO, M. & NASCIMENTO, M. do (orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Berlinck, Rosane A. (1989) A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: Tarallo, F. (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes Editores.
- Bresnan, J. & Kanerva, J. (1989) Locative inversion in Chichewa. *Linguistic Inquiry* 20 (1): 1-50.
- BRESNAN, J. (1994) Locative inversion and the architecture of universal grammar. *Language* 70 (1): 1-131.
- COELHO, I. (2000) *A ordem V SN em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- CORR (2012) *Subject inversion in Ibero Romance*. Dissertação de Mestrado. Cambridge, Universidade de Cambridge.
- COSTA, J. (2010). PB e PE: orientação para o discurso importa? *Estudos da Língua(gem)* 8 (1): 123-143.
- DUARTE, M. E. L. (1995) *A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A Posição Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GRAVINA, A. (2014) *Sujeito nulo e ordem VS no português brasileiro: um estudo diacrônico-comparativo baseado em corpus*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.

- KATO, M. & DUARTE, M.E.L. (2014) Restrições na distribuição de sujeitos nulos no português brasileiro. *Veredas* 18: 1-24.
- KATO, M. A. (2000) A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Linguístico* 2 (1): 97-127.
- KATO, M. A. (2000) Strong and weak pronominals and the null subject parameter PROBUS, 11,1: 1-38. \_\_\_\_\_ . (no prelo) The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: M.A.Kato & E.V.Negrão (orgs).
- KATO, M. A. & TARALLO, F. (1993) The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In: SCHLIEBEN LANGE, B; KOCH, I & JUNGBLUTH, K. (eds.) *Dialogue between Schools: sociolinguistics, conversational analysis and generative theory in Brazil*. Münster: Nodus Publicationen.
- KATO, M.; S. DUARTE, M.E.; CYRINO, S. & BERLINCK, R. (2006). “Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio” In Suzana Cardoso, Jacyra Mota e Rosa Virgínia Matto e Silva (orgs.) *Quinhentos anos de história lingüística no Brasil*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/ Funcultura/Governo da Bahia. Pp. 413-438.
- LEVIN, B. & Rappaport Hovav, M. (1995) *Unaccusativity: at the syntax-semantics interface*. Cambridge, MA: MIT Press.
- LIRA, S. (1986) Subject postposition in Portuguese. *DELTA* 2: 17-36.
- LOBATO, L. (1988) Sobre a regra de anteposição do verbo no português do Brasil. *DELTA* 4: 121-147.
- LUNGUINHO, M. V. & MEDEIROS Jr. P (2009) Inventou um tipo novo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *Interdisciplinar* 9: 7-21.
- MODESTO, M. (2007) Null subjects in Brazilian Portuguese and Finnish: they are not derived by movement. In: DAVIES, W. & DUBINSKY, S. (eds.) *New Horizons in the Analysis of Control and Raising*. Dordrecht: Springer.
- MUNHOZ, A. T. & NAVES, R. (2012) Construções de Tópico-Sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. *Signum. Estudos de Linguagem* 15 (1): 245-265.
- NARO, A. & VOTRE, S. (1999) Discourse motivations for linguistic regularities: verb/subject order

in spoken brazilian Portuguese. *Probus*, 11 (1): 76-100.

NASCIMENTO, M. do (1984) *Sur la posposition du sujet dans le portugais do Brésil*, Tese de doutorado. Paris: Universidade Paris VIII.

NAVES, R.; AUTOR, & SALLES, H. (2014) *As cidades da Amazônia chovem muito: non-thematic subjects and the properties of Infl in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada no Portuguese Linguistics in United States. Georgia: UGA.

PEZATTI, E. (1993) A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa* 37: 159-178.

PILATI, E. & NAVES, R. (2012). *Cisão da categoria pronominal, transferência de traços de C para T e a expressão do sujeito no português brasileiro*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Linguística Histórica. São Paulo: USP.

\_\_\_\_\_ & NAVES, R. (2013) Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. In: MOURA, D. & SIBALDO, M (orgs.) *Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática*. Maceió: EdUFAL.

\_\_\_\_\_ (2002) *Sobre a ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.

\_\_\_\_\_ (2006) *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB.

\_\_\_\_\_ NAVES, R. & LUNGUINHO, M. (2014) *Ordem Verbo-Sujeito, Inversão Locativa e o Estatuto Sintático dos Elementos Locativos: análises para o Português Brasileiro e para o Italiano*. *România Nova*, Buenos Aires.

PINTO, M. (1997) *Licensing and Interpretation of Inverted Subjects in Italian*. Tese de Doutorado. Utrecht: Universidade de Utrecht.

RODRIGUES, C. (2004) *Impoverished Morphology and A-movement out of Case-domains*. Tese de Doutorado. College Park: Universidade de Maryland.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. & CARDOSO, C. R. (2007) O papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. *DELTA* 23 (especial): 283-317.

SPANNO, Maria. *A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: um estudo sincrônico da*

*escrita padrão*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade

de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: Roberts, Ian & Kato, Mary (Ed.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 69-105.

ZILLES, Ana Maria Stahl. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: 2000. v. 35, n. 1. p. 75-96.

# AS ANÁFORAS SINTÁTICA E LOGOFÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA SINTAXE EXPERIMENTAL

Flávia Gonçalves Calaça de Souza (UFPB)<sup>1</sup>, Rosana Costa de Oliveira (UFPB)<sup>2</sup>

## RESUMO:

No âmbito teórico da sintaxe, Reinhart e Reuland (1993) apontam que as anáforas sintáticas são guiadas pelos fatores sintáticos de localidade e c-comando e as anáforas logofóricas são guiadas por informações extrassintáticas. Este estudo pretende observar a atuação da noção de c-comando no processamento da anáfora *a si mesmo* (*a*), bem como verificar a aceitabilidade da anáfora logofórica *ele mesmo*. Para tanto, realizamos dois experimentos os quais mostraram que há uma influência do c-comando durante a leitura da anáfora *a si mesmo* (*a*) e que as sentenças com anáfora logofórica *ele mesmo* são consideradas aceitas em português brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** anáfora; c-comando; Teoria da Ligação.

## ABSTRACT:

Reinhart and Reuland (1993) pointed out that syntactic anaphora is guided by c-command and locality syntactic factors and logophoric anaphora is guided by extra-syntactic information. This study aims to observe the influence of c-command in Brazilian Portuguese syntactic anaphora *a si mesmo* (*a*) processing, as well as verify the acceptability of the logophoric anaphora *ele mesmo*. In order to do this, we made two experiments that showed the influence of c-command during the reading of the anaphora *a si mesmo* (*a*) and that the sentences with logophoric anaphora *ele mesmo* are considered acceptable in Brazilian Portuguese.

**KEYWORDS:** anaphora; c-command; Binding Theory.

1 Aluna de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB.

2 Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## 1. INTRODUÇÃO

O uso de anáforas é corriqueiro nas línguas em geral. Esta é uma questão que tem motivado muitas pesquisas na área da Linguística, sendo comum encontrar diversos estudos que buscam compreender as questões estruturais envolvidas no processo de retomada de um termo antecedente.

A Teoria da Ligação de Chomsky (1981) descreve as restrições sintáticas que regem o licenciamento de antecedentes gramaticais das anáforas, pronomes e expressões referenciais na geração de sentenças. No entanto, existem abordagens conflitantes para os casos em que a anáfora parece não ser guiada por fatores sintáticos. Um desses casos é o da anáfora logofórica, que utiliza informações extrassintáticas (Reinhart e Reuland, 1993).

Entende-se como anáfora um constituinte que remete a outro citado anteriormente, como afirma Kenedy (2013):

Quando um novo constituinte de uma frase refere-se a (ou tem a mesma referência de) outro constituinte já citado na sentença ou no discurso, denominamos esse novo constituinte de anáfora. (KENEDY, 2013, p. 267).

As anáforas sintáticas são aquelas que obedecem às restrições da Teoria da Ligação, e as anáforas logofóricas são aquelas dependentes do discurso (FORAKER, 2003). Segundo Reinhart e Reuland (1993), anáforas que obedecem a restrições sintáticas, como localidade e c-comando, são guiadas pelas condições de ligação; já as anáforas logofóricas parecem não ser guiadas por restrições sintáticas ao utilizar-se de informações extrassintáticas.

Nos exemplos abaixo, desenvolvidos por Foraker (2003), são mostradas uma anáfora sintática e uma anáfora logofórica em (1) e (2), respectivamente:

(1) *Judy said that Bill<sub>i</sub> expressed himself<sub>i</sub> clearly.*

(2) *Bill<sub>i</sub> explained to Judy that writers like himself<sub>i</sub> were in short supply.*<sup>3</sup>

As sentenças exemplificadas acima contêm uma anáfora guiada pelas condições de ligação, a anáfora sintática, e uma anáfora que não está restrita por essas condições, a anáfora logofórica.

Em português brasileiro (PB), também é possível verificar esse tipo de estrutura em frases como (3) e (4). Em (3), a anáfora é sintática porque a expressão *ele mesmo* é coargumento do mesmo predicado ao qual o antecedente *Flávio* pertence. Já em (4), a anáfora é logofórica, pois sozinha não pode ser coargumento do seu antecedente. Vejamos:

<sup>3</sup> Judy disse que Bill se expressou claramente.

Bill explicou a Judy que escritores como ele mesmo estavam em falta.

(3) Flávio<sub>i</sub> elogiou ele mesmo<sub>i</sub> na festa ontem.

(4) Flávio<sub>i</sub> disse que Carla queria convidar a Maria e [ele mesmo]<sub>i</sub> para a festa ontem.

Ainda de acordo com Reinhart e Reuland (1993), a anáfora logofórica pode ser substituída por um pronome, como em (5):

(5) Flávio<sub>i</sub> disse que Carla queria convidar a Maria e ele<sub>i</sub> para a festa ontem.

Em (4) e (5), apesar de *ele mesmo* e *ele* serem intercambiáveis nessa posição, apenas o *ele* permite uma leitura ambígua (pode ser *Flávio* ou outro homem que faz parte do universo discursivo dos interlocutores). Com *ele mesmo*, a única leitura possível é *Flávio*, ainda que *Flávio* seja um antecedente que está posicionado fora do domínio de ligação.

Como podemos observar nos exemplos acima, a distinção de representação da anáfora sintática para a logofórica tem relação com o reflexivo ser coargumento do seu antecedente e poder ser interpretado sintaticamente sozinho. Quando o reflexivo não compartilha o mesmo predicado com seu antecedente, a sintaxe não é suficiente para a interpretação. Este último exige informação além da sintaxe para a criação do referente correto. Reinhart & Reuland (1993) sugerem que essa informação extrassintática deve ser entendida como um nível de representação. A anáfora sintática, como o próprio nome aponta, é guiada por fatores sintáticos como localidade e c-comando e a anáfora logofórica relaciona-se com os fatores discursivos.

A partir do exposto acima, esta pesquisa buscou apontar se a noção de c-comando é psicologicamente real, bem como verificar se estruturas com anáfora logofórica são aceitáveis em PB, corroborando a afirmação de Reinhart e Reuland (1993) de que esta é uma estrutura que deve ser considerada gramatical.

## 2. A NOÇÃO DE C-COMANDO DE CHOMSKY (1981)

No âmbito teórico da sintaxe, uma teoria que trata do domínio de vinculação é a Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). Ela tem sido relevante devido ao fato de seus princípios abordarem as propriedades estruturais de expressões linguísticas que possuem o potencial de referência, ou seja, essa teoria dedica-se ao fenômeno da ligação e abarca questões referentes às dependências referenciais.

Segundo Raposo (1992), pode-se dizer que uma expressão linguística tem potencial de referência quando pode designar entidades (pessoas, coisas, ideias e etc.) ou situações do universo discursivo. São chamadas de DPs<sup>4</sup> as entidades que possuem o potencial de referência. Desse modo, faz-se necessário estudar as relações entre DPs para compreender as relações de dependência referencial.

---

4 Sintagma determinante, do termo em inglês *Determiner Phrase*.

Por dependência referencial entende-se a situação linguística em que o valor referencial de um DP é adquirido indiretamente por meio do valor referencial de outro DP presente no discurso (RAPOSO, 1992). Essa dependência torna uma expressão indexada na outra, ou seja, ambas as expressões referem-se à mesma entidade do discurso. Vejamos abaixo exemplos de frases com coindexação:

(6) Maria<sub>i</sub> disse que ela<sub>i</sub> e Daniel comeram o sanduíche.

(7) Os irmãos<sub>i</sub> brigavam [uns com os outros]<sub>i</sub> ontem.

Em (6), o pronome *ela* tem como antecedente o DP *Maria* e, em (7), *uns com os outros* tem como antecedente o DP *os irmãos*. O antecedente de um DP *a* é um DP *b* com um índice idêntico (RAPOSO, 1992). Sendo assim, para esse autor, nesses casos há uma relação de dependência referencial porque ambos possuem o mesmo índice.

O estudo dos DPs envolve possibilidades e impossibilidades na distribuição dos índices de referência entre eles. A Teoria da Ligação estuda essas relações e apresenta três princípios que regem a distribuição das seguintes formas linguísticas: anáforas, pronomes e expressões referenciais. Essas são abarcadas pelos princípios A, B e C, respectivamente.

O princípio A impõe restrições para a resolução de anáforas e prediz que uma anáfora deve ter obrigatoriamente um antecedente que a c-comande. Além disso, as anáforas devem ser vinculadas a um antecedente local que possua o mesmo índice referencial. O princípio B, por sua vez, impõe restrições para o pronome ao afirmar que ele deve estar livre, não tendo como referente um antecedente em seu domínio local. Já o princípio C refere-se às expressões-R, as quais devem estar livres em qualquer contexto sintático. Os exemplos em (8-10) mostram esses princípios:

(8) José<sub>i</sub> cortou-se<sub>i</sub> hoje.

(9) José<sub>i</sub> falou para Carla que ele<sub>i</sub> já correu no parque hoje.

(10) Ela disse que Marta estava completamente bêbada.

Na frase (8), percebemos que a anáfora *se* deve estar ligada a *José* por ser o seu antecedente local além de ser c-comandada por ele. Em (9), o pronome *ele* não está no mesmo domínio do seu antecedente *José*. Já em (10), a expressão referencial *a Marta* não está vinculada.

De acordo com a Teoria da Ligação, as anáforas e os pronomes estão em distribuição complementar. Isto é, um elemento pode estar na sentença somente onde o outro não pode. Assim, para que a sentença seja considerada gramatical, esses elementos devem estar em ambientes opostos. Uma anáfora deve ser ligada e um pronome deve ser livre. Portanto, se uma anáfora possuir um antecedente dentro

da mesma oração que a inclui, a sentença é gramatical. Mas, se nessa mesma sentença houver um pronome em vez de uma anáfora, seria agramatical.

É primordial, antes, definir a noção de c-comando de Chomsky (1981), a qual segue abaixo:

### C-comando

A c-comanda B se e somente se:

- (i) A não domina B;
- (ii) B não domina A;
- (iii) O primeiro nó ramificado que domina A também domina B.

A relação estrutural de c-comando e não c-comando é exemplificada a seguir:

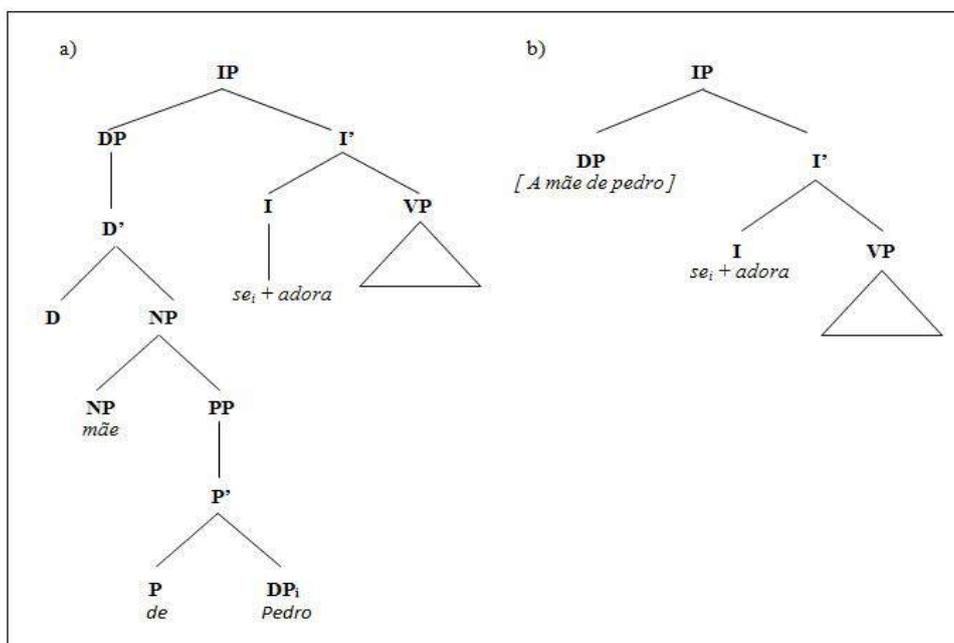


Figura 1 - Representação arbórea apresentada por Mioto et al. (2010) para c-comando (b) e não c-comando (a).  
Fonte: Mioto et al. (2010).

Em (a), temos um exemplo de um DP<sub>i</sub> (Pedro) que não c-comanda a anáfora *se*. Já em (b), essa anáfora é c-comandada pelo DP<sub>i</sub> (A mãe de Pedro). As restrições explicitadas acima são definidas entre os nós de uma árvore de acordo com o esquema da teoria x-barra. Esses nós possuem uma rigidez em suas relações, por isso obedecer às relações é fundamental para a sintaxe. A relação que é levada em consideração nessa teoria é a relação de ligação ou vinculação que está inserida no princípio A da Teoria da Ligação. O conceito de ligação é definido por Chomsky (1981) da seguinte forma:

## Ligação

Uma categoria A liga uma categoria B se:

- (i) A é co-indexado com B; e
- (ii) A c-comanda B.

A ligação dentro da Teoria da Ligação é tratada, portanto, a partir da posse dos índices referenciais e do c-comando. Quando dois elementos possuem o mesmo índice e um c-comanda o outro, eles são correferentes e estão ligados. Quando esses índices divergem, não existe uma relação de ligação e correferência.

### 3. A NOÇÃO DE LOGOFORICIDADE DE REINHART E REULAND (1993)

A Teoria da Reflexividade proposta por Reinhart e Reuland (1993) surge a partir da necessidade de uma reformulação na Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) justificada pelos muitos problemas empíricos que apresentaram os princípios A e B dessa teoria.

Os autores também demonstram que a distribuição complementar de anáforas e pronomes nem sempre é possível de se constatar, pois sentenças como (11) são consideradas gramaticais.

(11) Mateus<sub>i</sub> sabia que ninguém gosta de João e dele mesmo<sub>i</sub>/dele<sub>i</sub> por causa de suas personalidades.

A proposta de Reinhart e Reuland (1993) aponta que as anáforas como em (11) sejam observadas a partir da noção de argumentos e, caso não sejam coargumentos do mesmo predicado, permaneçam sendo consideradas gramaticais. A ideia fundamental é que a distribuição complementar não exista em sentenças como em (11), que contém uma anáfora logofórica.

Como exposto acima, na Teoria da Ligação de Chomsky (1981), uma anáfora observa condições sintáticas tais como localidade e c-comando. Essas condições, no entanto, são revistas por Reinhart e Reuland (1993), os quais dizem que as anáforas reflexivizam um predicado quando são coargumentos do mesmo predicado do seu antecedente. Assim, nos termos dos autores, elas são denominadas anáforas sintáticas. Portanto, a anáfora sintática está regida pela sintaxe. Vejamos:

(12) Luiza<sub>i</sub> machucou ela mesma<sub>i</sub> com a faca.

Em (12), a anáfora *ela mesma* é coargumento do mesmo predicado do seu antecedente *Luiza*, o que torna essa anáfora uma anáfora sintática.

Reinhart e Reuland (1993) também veem a distribuição dessas formas a partir da relação de correferência entre coargumentos de um predicado quando não há uma anáfora sintática. A relação de correferência nesse trabalho, assim como a relação de ligação, se dá pela Teoria da Reflexividade, a

qual amplia a distribuição dessas formas para além da sintaxe.

Os autores distinguem as relações de ligação das relações de correferência. Na interpretação deles, apenas há ligação quando há uma interpretação sintática da coindexação. Eles argumentam que a correferência não é diretamente governada pela sintaxe, mas, como muitos problemas da resolução anafórica, é governada pelo discurso. Assim, a coindexação é irrelevante para a correferência. Para os autores:

Technically, coreference can be obtained only when a pronoun or an anaphor is not coindexed with an antecedent (since when a pronoun or an anaphor is syntactically bound, the only permitted interpretation is that of variable binding).<sup>5</sup> (REINHART & REULAND, 1993 p. 674).

No exemplo abaixo, a interpretação correferencial só pode ser permitida se *Lucie* e *herself* não forem coindexados. Mas, dada a Condição A de sua teoria, é requerido que sejam coindexados.

(13) *Lucie*<sub>1</sub> *praised herself*<sub>1</sub><sup>6</sup>

Um caso bastante citado pelos autores para exemplificar os casos em que há correferência é aquele em que há um logóforo, pois a relação entre ele e o antecedente só pode ser de correferência<sup>7</sup>. Observe:

(14) *Luiza*<sub>1</sub> *machucou [Joana e ela mesma]*<sub>1</sub> *com a faca.*

A anáfora *ela mesma* em (14) está incluída no argumento, mas não é um argumento por si só, mas a expressão *Joana e ela mesma* é o argumento do verbo. Apesar de *ela mesma* não ser argumento sozinha, é permitida. Ela não está ligada, mas o traço de gênero permite uma leitura correferencial com o antecedente *Luiza*.

Aqui, Reinhart e Reuland (1993) assumem que a anáfora em coordenação não é argumento. A justificativa colocada por eles é que o *ele mesmo* sozinho não é argumento e, por isso, não reflexiviza o predicado. Sendo assim, deve ser considerado logofórico.<sup>8</sup>

Assim, os autores apontam que esse tipo de anáfora é logofórica e está isenta da Teoria da Ligação, uma vez que a relação é de correferência.

Logo, se o elemento for coindexado, ele é ligado e, se não for coindexado, a relação de correferência é permitida. Portanto, para os autores, é a coindexação que determina a ligação. Reinhart e Reuland (1993) ainda apontam que as anáforas logofóricas são intercambiáveis com os pronomes. Observe:

5 Tecnicamente, a correferência pode ser obtida apenas quando o pronome ou a anáfora não é coindexada com o antecedente (quando o pronome ou a anáfora é sintaticamente ligada, a interpretação permitida é apenas a de variável ligada).

6 *Lucie* elogiou *ela mesma*.

7 Em discordância com Reinhart e Reuland, Sells (1987) considera que os logóforos de perspectiva são ligados.

8 Conferir Reinhart e Reuland (1993, p. 675).

(15) Vítor<sub>i</sub> adora piadas sobre ele mesmo<sub>i</sub>.

(16) Vítor<sub>i</sub> adora piadas sobre ele<sub>i</sub>.

Os exemplos acima mostram que podem ser consideradas gramaticais sentenças em que há uma anáfora e um pronome ocorrendo na mesma posição, visto que a anáfora é logofórica.

Em resumo, uma anáfora sintática é um NP referencialmente dependente, observando as condições sintáticas. De acordo com Reinhart e Reuland (1993), uma anáfora logofórica, por sua vez, está livre das condições sintáticas, apesar de ser também referencialmente dependente.

A partir disso, é interessante observar como as restrições dos Princípios de Ligação propostos pela Teoria da Ligação atuam quando são processados pelos falantes. Além disso, uma questão pertinente é: os antecedentes que não são c-comandados são considerados no momento do processamento em tempo real?

#### **4. SINTAXE EXPERIMENTAL**

A sintaxe experimental dá subsídios ao pesquisador que deseja investigar as descrições e explicações apresentadas na teoria sintática. Dessa forma, além de analisar as sentenças de uma língua, é possível observar se seus falantes nativos julgam como aceitáveis as frases alvo, tornando realizável descobrir regularidades linguísticas em diversos tipos de sentenças que antes não poderiam ser detalhadas utilizando somente a intuição. Isso pode ser feito por meio de experimentos psicolinguísticos, em que o falante lê a frase de forma natural e o tempo de leitura (medida *on-line*) e/ou julgamento (medida *off-line*) são aferidos.

Embora o termo Sintaxe Experimental tenha sido usado pela primeira vez por Cowart (1997), essa prática já vem sendo aplicada desde a década de 1960 com trabalhos na subárea da Psicolinguística. Esta subárea, conhecida como Processamento de Frases, tenta demonstrar a realidade psicológica de construções gramaticais. Assim como na subárea de Processamento de Frases, a Sintaxe Experimental objetiva buscar uma relação entre a Linguística Teórica e a Psicolinguística Experimental.

#### **5. UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL PARA O C-COMANDO E PARA A LOGOFORICIDADE**

Há uma vasta literatura (ver Badecker & Straub (2002), Sturt (2003)) sobre anáforas que busca responder a diversas questões sobre a atuação dos Princípios de Ligação de Chomsky (1981). Esses estudos visualizam o processamento da correferência intrasentencial em dois estágios: no primeiro, os princípios guiam o processador no estabelecimento da correferência; e, no segundo, é possível que antecedentes indisponíveis de acordo com os princípios exerçam influência no processamento. Isso ocorre, por exemplo, quando há antecedentes indisponíveis compatíveis em gênero com a anáfora/pronome.

Alguns autores (Sturt (2003); Kuno (1975) e Reinhart (1993)) apresentam outras propostas na tentativa de explicar de forma mais completa a distribuição das formas anafóricas e focalizam não apenas as restrições estruturais envolvidas na resolução correferencial, mas, sobretudo, restrições de natureza semântico-discursiva. Esses autores afirmam que fatores discursivos e semânticos influenciam de maneira significativa em certos contextos.

Em um experimento feito com *eye tracking*, Sturt (2003) investigou o processamento da anáfora com antecedentes disponíveis e indisponíveis de acordo com os Princípios de Ligação, ou seja, informações tanto sintáticas quanto discursivas poderiam ser acessadas nas frases analisadas. Chamou-se de disponíveis os antecedentes que estavam no domínio de vinculação da anáfora e de indisponíveis aqueles que estavam fora do seu domínio de vinculação. O autor encontrou evidências de que a sintaxe influenciou, em um primeiro momento, o processamento da correferência, enquanto que o discurso teve uma influência tardia. Apesar desse resultado, Sturt (2003) não descarta que o discurso é ativado no momento do processamento.

Em português brasileiro, Oliveira, Leitão e Henrique (2012) investigaram como adultos processam a anáfora *a si mesmo* (*a*) em contextos nos quais os antecedentes estavam disponíveis e indisponíveis à anáfora, com o objetivo de averiguar se apenas os antecedentes disponíveis estruturalmente influenciam na resolução anafórica. Os resultados do experimento mostraram que os tempos de leitura do segmento crítico, quando o antecedente disponível combinava em gênero com a retomada, foram lidos mais rapidamente do que quando havia um antecedente indisponível com o mesmo gênero da retomada. Isso significa, segundo Oliveira et al (2012), que o princípio de ligação restringe a resolução da anáfora nos primeiros estágios do processamento.

A partir desses estudos, propomos verificar experimentalmente a relação de c-comando existente entre a anáfora e o seu antecedente, visto que não há muitos estudos em português brasileiro que comprovem a noção de c-comando por meio de experimentos<sup>9</sup>.

## 5.1. Experimento 1

No primeiro experimento, foi investigado o comportamento da anáfora *a si mesmo* (*a*) com dois tipos de antecedentes: um que c-comanda a anáfora e outro que não a c-comanda, levando em consideração as questões que parecem estar envolvidas no processo de retomada desse antecedente, de modo a abordar a atuação da noção de c-comando na resolução anafórica no escopo sentencial.

Tomou-se como hipótese de trabalho que, nas sentenças onde a anáfora tem um antecedente que a c-comanda, a resolução correferencial *on-line* é mais facilitada. Ou seja, os indivíduos teriam mais facilidade de leitura nesses tipos de frases, nas quais são levados em consideração os aspectos sintáticos, do que nas frases em que a anáfora estabelece a ligação fora dessa noção, por levar em conta processos além do sintático. Quanto ao gênero, espera-se nas condições em que a anáfora possua o

<sup>9</sup> Maia, Garcia e Oliveira (2012) atestam experimentalmente a realidade psicológica da relação de c-comando no que diz respeito aos princípios B e C da Teoria da Ligação.

mesmo gênero do antecedente que a c-comande seja lido mais rapidamente do que em condições em que o gênero da retomada não combine com o antecedente que a c-comande.

### **5.1.1. Método e procedimento**

O experimento foi elaborado por meio do programa *Psyscope* em um Macbook da Apple, utilizando uma técnica *on-line* de leitura automonitorada (*self-paced reading*).

Nessa técnica, os participantes guiam sua própria leitura em frente à tela do computador e ao teclado. São lidas, em velocidade natural, as frases do experimento, divididas em segmentos que são apresentados um a um cada vez que o participante aperta a tecla L do teclado a sua frente. Cada vez que essa tecla é apertada, o segmento lido some e, automaticamente, aparece o próximo segmento, até o término da frase, que é sinalizado com um ponto final. Ao terminar a leitura da frase, aparece uma pergunta de compreensão da frase que foi lida, para o participante responder Sim, se for verdadeira, e Não, se for falsa. O propósito dessa pergunta é identificar se o sujeito estava atento às frases lidas.

### **5.1.2. Participantes**

No presente trabalho, participaram como voluntários do experimento 24 estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), falantes nativos do português brasileiro, com média de idade de 23 anos.

Todos os voluntários que participaram foram submetidos ao experimento de forma individual na sala do LAPROL-UFPB. Antes de iniciar a leitura das frases, eles foram orientados oralmente de como deveriam proceder, como também foram lidas as instruções que estavam no computador. Ainda antes de iniciar a leitura, foi feita uma prática semelhante à tarefa experimental com a finalidade de que eles se habituassem à tarefa.

### **5.1.3. Material**

Para a realização deste experimento, foram criados 24 conjuntos de frases, cada um contendo seis frases. Além dessas frases experimentais, foram inseridas 48 frases distratoras. O propósito dessas frases é fazer com que o sujeito não perceba qual a natureza das frases que foram o objeto de estudo da pesquisa.

A variável dependente do experimento foi o tempo de leitura do segmento crítico, que corresponde à anáfora *a si mesmo* (*a*), e as variáveis independentes foram a posição do antecedente e o gênero da retomada. Foram controlados o tamanho dos nomes próprios e o gênero da retomada que concordava ora com o sujeito ora com seu núcleo, para facilitar a correferência com o DP proposto neste estudo. Na tabela abaixo, podemos ver os exemplos das condições experimentais. As barras (/) indicam a divisão de como os segmentos apareciam na tela do computador.

Tabela 1: Exemplo das condições experimentais.

CONDIÇÕES EXPERIMENTAIS	FRASES
FMRF - Feminino, masculino, retomada feminina	A neta/ de Beto/ pintou/ a si mesma/ no atelier/ de arte. A neta de Beto se pintou?
FMRM - Feminino, masculino, retomada masculina	A neta/ de Beto/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O Beto se pintou?
MFRM - Masculino, feminino, retomada masculino	O neto/ de Márcia/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O neto de Márcia se pintou?
MFRF - Masculino, feminino, retomada feminino	O neto /de Márcia/ pintou/ a si mesma/ no atelier / de arte. A Márcia se pintou?
FFRF - Feminino, feminino, retomada feminino	A neta/ de Márcia/ pintou/ a si mesma/ no atelier/ de arte. A Márcia se pintou?
MMRM - Masculino, masculino, retomada masculino	O neto/ de Beto/ pintou/ a si mesmo/ no atelier/ de arte. O Beto se pintou?

#### 5.1.4. Resultados e discussão

Os resultados mostram que não houve um efeito principal, mas houve um efeito de interação entre o primeiro antecedente e a retomada anafórica ( $p < 0,0001$ ). Já na interação entre o segundo antecedente e a retomada, não obtivemos, neste experimento, um efeito significativo ( $p = 0,144$ ).

Esses resultados apontam que a noção de c-comando, realmente, é um fator significativo na interpretação da anáfora *a si mesmo* (*a*). Quando as sentenças tinham como antecedente um DP que estava c-comandando e concordava em gênero, como nas condições FMRF, MFRM E FFRF, o processamento foi mais rápido do que nas sentenças em que a anáfora combinava em gênero, mas não tinham uma relação de c-comando com o antecedente mais próximo, como nas condições FMRM, MFRF, MMRM.

Isso indica que, como postulado por Chomsky (1981), o domínio de c-comando do sujeito a um DP ou PP parece ser um fator atuante, pois foram encontrados tempos de leitura mais rápidos em frases em que a anáfora teria como única ligação possível um DP que a c-comandava do que em frases em que isso não poderia ocorrer, o que confirma a hipótese inicial deste estudo. Podemos perceber visualmente esses resultados na Figura 2 a seguir, conferindo os tempos de leitura em milésimos de

segundos do segmento crítico em cada condição experimental. Vejamos:

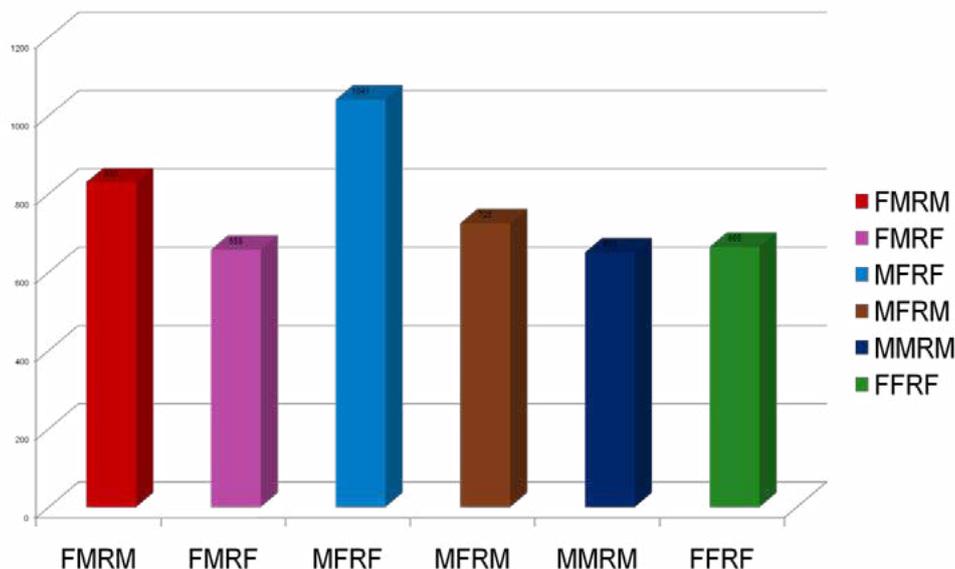


Figura 2: Tempos de leitura do segmento crítico (anáfora) nas condições experimentais.

Por fim, este primeiro experimento teve como objetivo verificar se a anáfora *a si mesmo* (*a*) está sujeita ao c-comando independente da concordância dos traços de gênero entre a anáfora e seu antecedente. Essa questão foi apontada, por meio do resultado do experimento, como um fator que distingue o processamento entre as condições experimentais analisadas aqui.

O segundo teste feito nesta pesquisa teve com o objetivo de perceber se as estruturas com a anáfora logofórica *ele mesmo* (*a*) são aceitáveis em PB, tomando como base as estruturas em inglês apresentadas por Reinhart e Reuland (1993). Tomamos como hipótese que as estruturas com anáfora logofórica serão consideradas aceitáveis pelos falantes do PB.

## 5.2. Experimento 2

O segundo experimento realizado na presente pesquisa foi feito com o objetivo de perceber se as estruturas com a anáfora logofórica *ele mesmo* e com o pronome logofórico *ele* são aceitáveis em PB, tomando como base as estruturas em inglês apresentadas por Reinhart e Reuland (1993). A nossa hipótese é de que as estruturas com anáfora logofórica e pronome logofórico serão consideradas aceitáveis pelos falantes do PB e que, nos contextos em que há uma anáfora logofórica, também pode haver um pronome logofórico, conforme apontam Reinhart e Reuland (1993).

### 5.2.1. Método e procedimento

Elaboramos um experimento *off-line* de julgamento de aceitabilidade por meio do programa *Psycscope* em um Macbook da Apple. Neste experimento, os participantes leram as frases guiando sua própria leitura em frente à tela do computador e ao teclado. Foram lidas, em velocidade natural, as frases

do experimento, que foram apresentadas uma a uma cada vez que o participante apertava a tecla L do teclado a sua frente. Cada vez que essa tecla era apertada, a frase lida sumia e, automaticamente, aparecia a sequência de números “1 2 3 4 5”, indicando que ele deveria escolher uma dessas opções para que passasse para a próxima frase, isto é, ao terminar a leitura da frase, aparecia a sequência numérica para o participante julgar a aceitabilidade da frase lida. Dessa forma, solicitou-se aos participantes que lessem de maneira natural as sentenças e optassem em selecionar a opção que achavam aceitável de acordo com sua intuição. Foram apresentadas a cada sujeito 12 frases experimentais e 24 frases distratoras e, para cada uma delas, cinco opções: (1) Não aceitável; (2) Menos aceitável; (3) Pouco aceitável; (4) Aceitável; (5) Mais aceitável.

Todos os voluntários que participaram foram submetidos ao experimento de forma individual na sala do LAPROL-UFPB. Antes de iniciar a leitura das frases, eles foram orientados oralmente sobre como deviam proceder, como também foram lidas as instruções que estavam no computador. Ainda antes de iniciar a leitura, foi feita uma prática semelhante à tarefa experimental com a finalidade de que eles se habituassem à tarefa.

### **5.2.2. Participantes**

Participaram como voluntários do experimento 48 estudantes de graduação de diferentes cursos da UFPB, Campus I, João Pessoa, com idade entre 21 e 35 anos, todos falantes nativos do português brasileiro.

### **5.2.3. Material**

O material criado para este experimento consiste em 24 frases experimentais divididas em 2 conjuntos: um conjunto com 12 frases com anáfora logofórica e outro conjunto com 12 frases com pronome logofórico. Para cada sentença havia 5 opções, tendo o participante que selecionar apenas uma em cada frase. Acrescentou-se ao experimento 48 frases distratoras.

O *design* foi elaborado de forma que cada sujeito fosse testado em apenas uma condição, a fim de evitar um possível enviesamento. Dessa forma, cada sujeito foi exposto a um conjunto experimental, ou seja, a uma das condições experimentais.

O experimento teve como variável dependente o tipo de julgamento (1-5) feito para cada condição e o tempo desse julgamento, e como variável independente o tipo de logóforo (anáfora e pronome). As condições experimentais foram: retomada com pronome logofórico e retomada com anáfora logofórica. O controle feito no experimento foi o gênero do antecedente que combinava com o gênero do logóforo, para facilitar a correferência com o DP proposto neste estudo. Seguem abaixo a instrução dada aos participantes e os exemplos das condições experimentais.

Tabela 2 - Exemplo das sentenças experimentais do julgamento de aceitabilidade.

INSTRUÇÃO	
<p>Observe as frases abaixo e classifique a aceitabilidade de 1 a 5 de acordo com a legenda abaixo:</p> <p>1 – Não aceitável</p> <p>2 – Menos aceitável</p> <p>3 – Pouco aceitável</p> <p>4 – Aceitável</p> <p>5 – Muito aceitável</p> <p>Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições sobre as frases.</p>	
TIPO DE SENTENÇA	SENTENÇAS
Anáfora logofórica	<p>O genro de Karla cortou Joana e ele mesmo com a faca na cozinha.</p> <p>O primo de Luiza barbeou Amanda e ele mesmo com o barbeador no banheiro.</p> <p>O colega de Vitória penteou Lucia e ele mesmo com a escova no quarto.</p> <p>O amigo de Flávia feriu Thaís e ele mesmo com o brinquedo no parque.</p>
Pronome logofórico	<p>O genro de Karla cortou Joana e ele com a faca na cozinha.</p> <p>O primo de Luiza barbeou Amanda e ele com o barbeador no banheiro.</p> <p>O colega de Vitória penteou Lucia e ele com a escova no quarto.</p> <p>O amigo de Flávia feriu Thaís e ele com o brinquedo no parque.</p>

#### 5.2.4. Resultados e discussão

Os resultados encontrados nesse julgamento de aceitabilidade, apresentados na tabela abaixo, evidenciaram uma aceitação de ambas as estruturas, corroborando a hipótese formulada inicialmente de que as estruturas com a anáfora logofórica *ele mesmo* e com o pronome logofórico *ele* observadas neste estudo são aceitas em PB, como em inglês.

Obtivemos um maior número de julgamentos aceitáveis em ambas as condições. Para clarificar, vejamos a tabela abaixo, que apresenta o quantitativo e o total de respostas dadas para cada opção:

Tabela 3 - Número de julgamentos dados às condições experimentais.

	AL	PL	TOTAL
1 (Não aceitável)	0	2	2
2 (Menos aceitável)	0	4	4
3 (Pouco aceitável)	39	41	80
4 (Aceitável)	208	177	385
5 (Mais aceitável)	41	64	105
TOTAL	288	288	576

Fonte: Elaboração própria.

Ao compararmos as respostas das duas condições, o julgamento 4 foi o que teve o maior número de escolhas em relação aos demais. Verificamos também que os sujeitos mantiveram suas escolhas na condição AL entre as opções 3-5 e, na condição PL, a maioria dos julgamentos também se deu entre as opções 3-5, com apenas 2 julgamentos na opção 1 e 4 julgamentos na opção 2. Sendo assim, as sentenças foram consideradas aceitáveis pela maioria dos sujeitos. Com relação ao total de julgamentos nas duas condições, no julgamento 4, também obtivemos a maioria das escolhas. Sendo assim, nas duas condições, temos uma distribuição de julgamento semelhante.

Como podemos observar no somatório dos julgamentos feitos para as condições AL e PL, a condição que apresenta uma maior quantidade de respostas aceitáveis foi a AL, com 208 respostas aceitáveis, e a que teve o maior número de respostas mais aceitáveis foi a PL, com 64 respostas. Também é notório que a condição AL não teve julgamentos não aceitáveis e menos aceitáveis. Já na condição PL houve julgamentos em todas as escalas.

Quando houve a comparação apenas das respostas “aceitáveis” com as demais respostas, obtivemos diferenças significativas para a anáfora logofórica ( $p < 0,05$ ) e para o pronome logofórico ( $p < 0,001$ ) a partir do teste qui-quadrado de proporção de uma amostra.

Ao compararmos o julgamento entre as duas condições, encontramos efeito significativo entre as condições AL e PL ( $p < 0,008$ ). Na condição AL, tivemos um maior número de aceitabilidade do que na condição PL, conforme podemos observar no gráfico que segue:

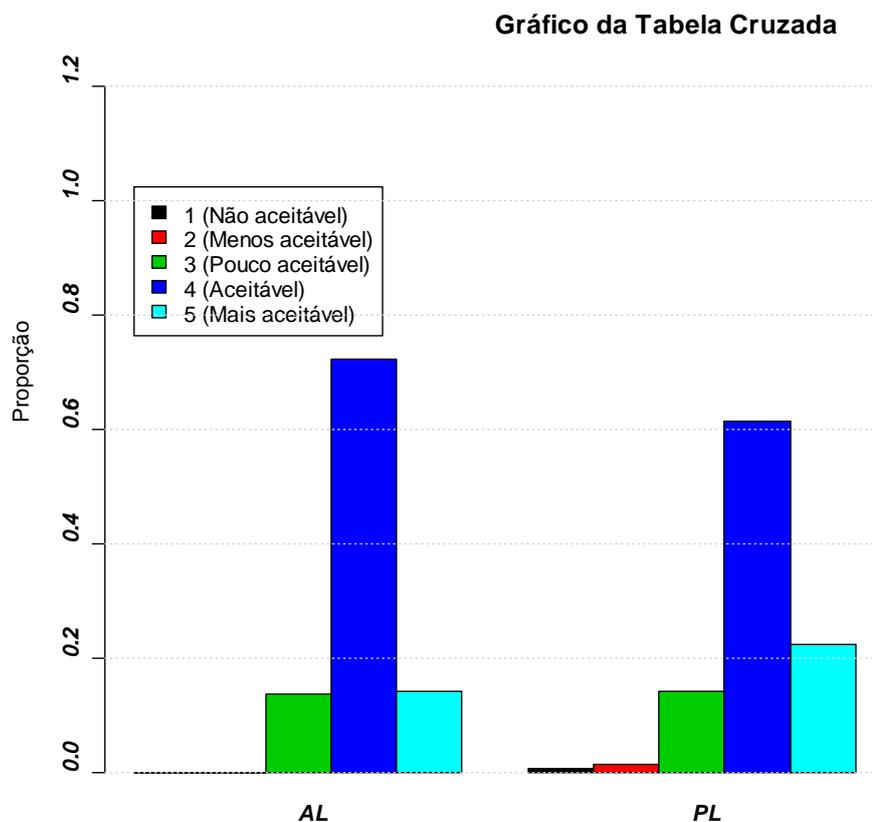


Figura 3 - Gráfico comparativo das condições.  
 Fonte: Elaboração própria.

Quando comparamos as respostas apresentadas em forma de gráfico, percebemos que as estruturas foram julgadas de forma semelhante, com uma maior aceitabilidade para as anáforas. Diante da aceitabilidade das duas estruturas, podemos inferir que ambas são aceitáveis para os falantes do PB.

Fazendo a análise dos tempos de respostas das duas condições experimentais, observamos que os participantes julgaram a aceitabilidade mais rapidamente na condição PL em comparação à condição AL. Apesar de nas duas condições encontrarmos a aceitabilidade como padrão geral e a AL ser julgada mais aceitável, percebemos que, no tempo de resposta, a PL foi julgada mais rápido do que a AL. Observamos, então, que houve efeito significativo na comparação entre eles ( $p < 0,05$ ).

## 6. DISCUSSÃO GERAL

No primeiro experimento descrito anteriormente, assim como nos resultados obtidos por Oliveira, Leitão e Henrique (2012), podemos perceber a relevância da sintaxe e do princípio A da Teoria da Ligação na resolução da anáfora *a si mesmo* (*a*). Dessa forma, foi possível encontrar evidências de que a anáfora *a si mesmo* (*a*) está restrita ao princípio A, especialmente à noção de c-comando, já que o antecedente que c-comandava a anáfora foi processado mais rapidamente do que o que não era c-comandado por ela, apesar de os traços de gênero estarem combinando com a retomada. Sendo assim, na ausência de um antecedente que c-comande a anáfora, os sujeitos levaram mais tempo na resolução correferencial.

Os dados obtidos no experimento 2, a partir dos julgamentos de aceitabilidade, demonstraram que as estruturas das frases com anáfora logofórica e pronome logofórico examinados são consideradas aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Vamos considerar, assim como Reinhart e Reuland (1993), que esse tipo de estrutura é gramatical. Os dados encontrados apontam para essa possibilidade, já que obtivemos valores significativos para a aceitabilidade dessas estruturas logofóricas.

Na condição experimental anáfora logofórica, os sujeitos julgaram ser aceitável; já na condição pronome logofórico, os sujeitos julgaram aceitável, porém menos aceitável do que a anáfora logofórica. No segundo experimento, houve 208 julgamentos aceitáveis para a anáfora logofórica e 177 julgamentos aceitáveis para o pronome logofórico. Porém, o tempo de julgamento deste último foi mais rápido se comparado à anáfora logofórica. Como foi sugerido por Reinhart e Reuland (1993), provavelmente a anáfora logofórica pode ser substituída pelo pronome logofórico sem que se perca o sentido. Resta saber, em um novo experimento, se o sentido atribuído ao pronome logofórico é sempre o mesmo que é atribuído à anáfora logofórica.

Esses dados dialogam com os resultados do experimento de leitura automonitorada realizado por Foraker (2003), em que foi encontrado o mesmo padrão de processamento para a anáfora logofórica e para o pronome, já que os sujeitos no segundo experimento julgaram como aceitáveis os dois tipos de frases.

Destacamos que a Teoria da Reflexividade prevê que a anáfora logofórica não é guiada pela Teoria da Ligação. Dessa forma, a partir da técnica experimental utilizada e dos dados encontrados, é possível afirmar que esse tipo de estrutura está presente na gramática dos falantes do PB, mas não é possível mensurar se elas são restritas às relações de ligação da sintaxe ou em que momento do processamento há influência dos fatores semântico-discursivos que os autores citam.

É relevante mencionar que o controle da leitura logofórica será aperfeiçoado nas próximas etapas da pesquisa, com o intuito de conferir a referência assumida pelas anáforas e pronomes. Além disso, faz-se necessária uma nova investigação com a finalidade de saber como se dá o processamento desses fatores semântico-discursivos nas estruturas com logóforos. Também buscaremos compreender se o processamento de um elemento logofórico acarretará um maior custo operacional.

## 7. CONCLUSÃO

Os dados obtidos a partir dos testes experimentais feitos nesta pesquisa demonstraram que a noção de c-comando tem realidade psicológica e que a sintaxe é relevante na resolução da anáfora *a si mesmo* (*a*). No estudo aqui descrito, foi possível encontrar evidências de que a anáfora *a si mesmo(a)* está restrita ao princípio A, especialmente à noção de c-comando, já que o antecedente que c-comandava a anáfora foi processado mais rapidamente do que o que não era c-comandado por ela, apesar de os traços de gênero estarem combinando com a retomada. Sendo assim, na ausência de um antecedente que c-comande a anáfora, os sujeitos levaram mais tempo na resolução correferencial.

No segundo teste, por sua vez, em que havia frases que continham a anáfora que não era argumento por si só, estas foram consideradas aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Vamos considerar, assim como Reinhart e Reuland (1993), que esse tipo de estrutura é gramatical.

Por fim, concluímos que os dados aqui analisados mostram que a noção de c-comando é relevante no momento do processamento e que a anáfora logofórica, a partir da percepção dos sujeitos participantes dos experimentos, é aceitável, apontando que tais estruturas provavelmente compõem a gramática dos falantes do PB.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADECKER, W.; STRAUB, K. The Processing Role of Structural Constraints on the Interpretation of Pronouns and Anaphors. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v. 28, n. 4, p. 748-769, 2002.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

COWART, Wayne. *Experimental syntax: applying objective methods to sentence judgments*. Sage Publications, 1997.

FORAKER, S. *The processing of logophoric reflexives shows discourse and locality constraints*. Proceedings of the Chicago Linguistic Society: Parasessions, 2003.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. Contexto: São Paulo, 2013.

KUNO, S. Three perspectives in the functional approach to syntax. In: *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975, p. 276-336.

MAIA, M.; GARCIA, D. C.; OLIVEIRA, C. (2012). The processing of conceptual anaphors and fully specified pronouns in intra-sentential contexts in Brazilian Portuguese. *ReVEL*, Special Issue n. 6, 2012. Disponível em: <[www.revel.inf.br/eng](http://www.revel.inf.br/eng)>. Acesso em: 09 dez. 2016.

MIOTO, C.; SILVA, M.; LOPES, E. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Ed. Insular, 2010.

OLIVEIRA, R. C.; LEITÃO, M. M.; HENRIQUE, J. G. A Influência dos antecedentes vinculados e não vinculados no processamento da anáfora a si mesmo(a). *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 71, 78-85, 2012.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, AS, 1992.

REINHART, T.; REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.

SELLS, P. Aspects of Logophoricity. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 445-479, 1987.

STURT, P. A new look at the syntax-discourse interface: the use of binding principles in sentence processing. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 32, n. 2, p. 125-139, 2003.

# UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A NATUREZA LOCATIVA DAS CONSTRUÇÕES PERIFRÁSTICAS DOS PREDICADOS PSICOLÓGICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

*Paula Guedes Baron (UnB), Rozana Reigota Naves (UnB)*

## RESUMO:

Neste artigo, investigamos as construções perifrásticas dos predicados psicológicos do Português Brasileiro a partir da hipótese de que Experienciadores são *locus* de estados mentais (LANDAU, 2010). A análise mostra que as perífrases dos predicados ExpSuj são formadas pelo verbo leve *ter*, com semântica de posse, associada a uma interpretação locativa, enquanto as dos predicados ExpObj constituem-se por *causar* e *dar*, de interpretação causativa, e por preposições locativas. Propomos que: (i) o verbo leve forma um predicado complexo com a nominalização do verbo psicológico; (ii) as nominalizações possuem interpretação estativa, que serve de base para a nossa proposta de estrutura sintática das perífrases psicológicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Predicados psicológicos. Construções perifrásticas. Interpretação locativa. Português brasileiro.

## ABSTRACT:

In this article, we investigate the hypothesis of Experiencers being the *locus* of mental states (LANDAU, 2010) by looking at the periphrastic constructions of psychological predicates in Brazilian Portuguese. The analysis shows that the periphrases of SubjExp predicates are formed by the light verb *ter* (to have), with possession semantics, associated with a locative reading, whereas those of ObjExp predicates are constituted by *causar* (to cause) and *dar* (to give), which show causative interpretation, and by locative prepositions. We argue that: (i) the light verb forms a complex predicate with the

nominalization of the psych verb; (ii) nominalizations show stative interpretation, that serves as basis to our proposal of the syntactic structure on psychological periphrases.

**KEYWORDS:** Psychological predicates. Periphrastic constructions. Light verb. Locative reading. Brazilian Portuguese.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo examina as construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro (PB), tendo como objetivo principal investigar o pressuposto encontrado no trabalho de Landau (2010) de que Experienciadores são *locus* de um estado mental. Nesta seção, caracterizamos o objeto de estudo e apresentamos a nossa perspectiva teórico-metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa, que se circunscreve ao quadro da gramática gerativa. Na seção 2, descrevemos, em linhas gerais, os dados encontrados no *corpus*, agrupando-os segundo as classes de verbos psicológicos propostas por Cançado (1995). A descrição se completa na seção 3, em que analisamos mais detidamente as nominalizações e os verbos leves encontrados nas perífrases de predicados psicológicos.<sup>1</sup> Na seção 4, voltamos ao objetivo inicial de discutir a hipótese locativa de Landau (2010) para os predicados psicológicos e desenvolvemos uma proposta de estrutura sintática para as construções perifrásticas com base no trabalho de Viñas-de-Puig (2014). Em seguida, apresentamos nossas considerações finais.

Segundo a literatura, os predicados psicológicos são constituídos, impreterivelmente, por um argumento Experienciador, que representa o indivíduo que está em um estado mental/ emocional descrito pelo verbo. Esses predicados expressam algum tipo de sentimento ou emoção, isto é, descrevem estados da mente ou mudanças nos estados da mente (LEVIN, 1993). Com relação ao mapeamento dos seus argumentos, os verbos psicológicos subdividem-se em duas classes: (i) verbos que atribuem o papel- $\theta$  Experienciador apenas ao argumento na posição de sujeito – doravante ExpSuj ou classe de *temer*, de que é exemplo o predicado em (1a) e a perífrase em (1b); e (ii) verbos que atribuem o papel- $\theta$  Experienciador à posição de objeto – doravante ExpObj ou classe de *preocupar*, exemplificada em (2a) e na perífrase em (2b).<sup>2</sup>

(1) a. João<sub>EXP</sub> ama Maria.

b. João<sub>EXP</sub> tem amor pela Maria.

1 Verbos leves são um “tipo de verbo com conteúdo mais gramatical que semântico, cuja função primordial é a de formar predicados complexos, associando propriedades verbais (como tempo, por exemplo) a seu complemento” (KATO & NASCIMENTO, 2009, p. 66).

2 A classe dos verbos ExpObj diferencia-se, também, da classe ExpSuj por se submeter ao processo de alternância sintática, que se refere ao fato de um mesmo verbo projetar os seus argumentos em configurações sintáticas distintas. As sentenças a seguir exemplificam a possibilidade de os verbos da classe de *preocupar* alternarem (i), em contraponto à classe de *temer*, que não licencia a alternância, como em (ii). Neste artigo, não trataremos do problema da alternância sintática dos predicados psicológicos, de forma que remetemos o leitor interessado ao trabalho de Naves (2005) para uma análise desse fenômeno em termos aspectuais.

(i) a. As manifestações populares preocupam a presidenta.

b. A presidenta se preocupa com as manifestações populares.

(ii) a. A presidenta teme as manifestações populares.

b. \*As manifestações populares (se) temem com a presidenta.

(2) a. O aumento dos impostos estarreceu a população<sub>EXP</sub>.

b. O aumento dos impostos causou estarrecimento na população<sub>EXP</sub>.

Os predicados psicológicos ExpSuj e ExpObj também se diferenciam, substancialmente, no que concerne à interpretação semântica a eles atribuída: predicados ExpSuj recebem uma interpretação estativa, enquanto predicados ExpObj recebem uma interpretação causativa. Levando em consideração a decomposição de predicados, ou estrutura de evento, que se refere à representação semântica realizada através de predicados primitivos que ilustram os componentes de significados comuns a um determinado grupo de verbos (LEVIN e RAPPAPORT, 2005), estabelecemos as seguintes representações para os predicados psicológicos, adotando as decomposições de predicados propostas por Rappaport e Levin (1998) para os estados e os processos culminados, respectivamente:

(3) [x < STATE>]

(4) [x CAUSE [ BECOME [y <STATE>]]]

(RAPPAPORT e LEVIN, 1998, p. 108)

A representação em (3) caracteriza os predicados ExpSuj, os quais possuem apenas uma eventualidade, que representa justamente o estado em que o Experienciador ‘x’ se encontra. A decomposição semântica em (4) corresponde aos verbos ExpObj, que são verbos causativos de mudança de estado. Esses predicados formam eventos complexos compostos por dois subeventos: o causador, representado pelo argumento ‘x’; e a mudança de estado que ele acarreta, resultando em um determinado estado – [BECOME [y <STATE>]]. Nessa representação, o predicado primitivo BECOME é o responsável por representar a mudança de estado sofrida pelo argumento ‘y’, que, nos predicados psicológicos, corresponde ao argumento Experienciador.

Consideramos, ainda, neste trabalho, que as perífrases psicológicas (cf. (1b) e (2b)), formadas por um verbo leve e um nome de estado mental, carregam propriedades semânticas equivalentes aos verbos plenos (cf. (1a) e (2a)), o que é empiricamente comprovado em línguas como o francês, que expressam os predicados psicológicos por meio de construções perifrásticas, como em (5):

(5) Jean donne du soucis à Marie.

Jean gives some worry to Marie

‘Jean worries Marie.’

(BOUCHARD, 1995 *apud* Landau, 2010, p.16)

O recorte empírico deste trabalho, que foca as construções perifrásticas dos predicados psicológicos, se justifica pelo fato de que esse tipo de construção torna mais evidente a hipótese de que o argumento

Experienciador, interpretado cognitivamente como locativo, seja codificado gramaticalmente como um argumento oblíquo nos predicados ExpObj (LANDAU, 2010), pois, nas perífrases, o Experienciador é introduzido por uma preposição (cf. (2b) e (5)), o que não ocorre nas estruturas com verbos plenos (cf. (2a)).

Com relação às nominalizações, acreditamos que elas carregam propriedades relacionadas aos respectivos verbos, como, por exemplo, o fato de que compartilham a mesma estrutura argumental do verbo (OLIVEIRA, 2014). Quanto ao verbo *levar*, tradicionalmente conceituado como um tipo de verbo que fornece informações gramaticais, como tempo, ao predicado, é importante ressaltar que, mesmo que o seu conteúdo semântico não seja equivalente ao de um verbo pleno (SCHER, 2004; GONÇALVES *et al.*, 2010), consideramos que as suas propriedades semânticas são relevantes para a interpretação de todo o predicado, de tal forma que um verbo psicológico causativo, como na sentença *A história encantou as crianças*, equivale, em construções perifrásticas, à composição do verbo *levar*, no caso *causar*, com a nominalização correspondente ao verbo, *encantamento*, razão pela qual propomos que os verbos leves das construções perifrásticas dos predicados psicológicos formam com as nominalizações predicados complexos, uma vez que influenciam a seleção dos argumentos.

Nesta análise das construções perifrásticas, partimos da classificação de Cançado (1995) para os verbos psicológicos no Português Brasileiro, que os agrupa, segundo as suas propriedades sintáticas e suas propriedades semânticas, relacionadas às grades temáticas, em quatro classes: uma classe que abarca todos os verbos ExpSuj (classe de *temer*) e três subclasses referentes aos verbos ExpObj (classes de *preocupar*, de *acalmar* e de *animar*). Com relação às propriedades temáticas dos verbos ExpObj, a autora argumenta que a classe de *acalmar* permite que a posição do sujeito tenha papel temático tanto de Causa como de Agente (cf. (6)), diferentemente da classe de *preocupar* (cf. (7)), que não permite que o papel- $\theta$  de Agente seja atribuído ao sujeito, permitindo apenas o de Causa. Já os verbos do tipo *animar* exibem todas as propriedades atribuídas tanto à classe de *preocupar* quanto à classe de *acalmar*, o que sugere que o sujeito desses verbos tenha o papel- $\theta$  de Causa ou de Agente (cf. (8)).<sup>3</sup>

- (6) a. As ameaças da polícia acalmam a multidão. [Causa]  
b. João acalma Maria com um chá. [Agente]

- (7) \*João preocupa Maria com sua chegada. [\*Agente, <sup>ok</sup>Causa]  
(CANÇADO, 1995, p. 47- 48)

3 A marcação da agramaticalidade do dado (7) refere-se à impossibilidade de interpretação agentiva do sujeito, de acordo com a análise de Cançado (1995), cuja classificação dos verbos psicológicos estamos adotando para efeitos de pesquisa da semântica locativa desses predicados em construções perifrásticas. Um dos pareceristas deste texto, entretanto, questiona o fato de não ser possível a leitura agentiva de sentenças como *João preocupa Maria*, com o que concordamos, visto que é possível acrescentar à estrutura um advérbio orientado para o agente, como em *João preocupa Maria deliberadamente*. Outro parecerista aponta abordagens alternativas em que o argumento sujeito de predicados da classe de *preocupar* são do tipo evento ou situação, o que explica a impossibilidade de interpretação agentiva. Não é nosso objetivo, entretanto, discutir a proposta de Cançado neste trabalho, mas apenas tomar as subclasses que ela descreve como ponto de partida para analisarmos o comportamento das perífrases verbais. Para um aprofundamento quanto à argumentação de Cançado (1995), sugerimos consultar o original. Para uma proposta alternativa de análise dos predicados psicológicos, V. Naves (1998, 2005).

- (8) a. Maria animou José com sua beleza. [Causa]  
b. Maria animou José com uma bebida forte. [Agente]

(CANÇADO, 1995, p. 50)

A autora ressalta que a diferença entre as classes de *acalmar* e de *animar*, já que ambas admitem duas redes temáticas, está no fato de que as propriedades sintáticas da classe de *acalmar* são determinadas por sua característica agentiva, enquanto a classe de *animar* apresenta propriedades das classes de *preocupar* e de *acalmar*, isto é, propriedades agentivas e não agentivas, por exemplo, admite passivas sintáticas (classe de *acalmar*) e passivas adjetivas (classe de *preocupar*):

- (9) a. José foi animado por Maria.  
b. José ficou animado com a beleza de Maria.

(CANÇADO, 1995, p. 51)

Ao encontro da proposta da autora, verificamos que os predicados ExpSuj representam uma classe homogênea com relação à formação das perífrases, que se constituem pelo verbo leve *ter* (cf. (10)), enquanto os predicados ExpObj dividem-se em subclasses, o que também constatamos pela pesquisa sobre as perífrases, em razão de não observarmos um padrão único para os elementos que constituem as construções perifrásticas formadas a partir desse conjunto de verbos, o que reflete diferentes propriedades entre esses predicados. Por exemplo, para uma das subclasses, *causar* é o verbo leve predominante nas perífrases, enquanto o verbo leve *dar* é menos produtivo, tendo aparecido esporadicamente no nosso *corpus* (cf. (11)). Já outra subclasse desses predicados permite exclusivamente o verbo leve *dar* nas perífrases que formaram o *corpus* desta pesquisa (cf. (12)).

(10) As crianças *têm* respeito / amor / veneração pelos pais.

(11) Os filhos *causaram* / *deram* preocupação / aborrecimento nos / para / aos pais.

(12) O término do trabalho no prazo *deu* calma / tranquilidade para / ao João.

Com relação à metodologia da pesquisa, utilizamos, como ponto de partida para a constiuição de um *corpus* de construções perifrásticas, a seleção de verbos psicológicos disponível em Cançado (1995).<sup>4</sup> Relacionamos cada verbo à sua respectiva nominalização, para depois coletarmos os dados referentes às construções perifrásticas. A nossa pesquisa das nominalizações foi realizada por meio da utilização das seguintes fontes: (i) Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI (AURÉLIO, 1999); (ii) Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (versão online), disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>; e (iii) Dicionário de Nomes Deverbais (versão online), disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>. Em seguida, foi empregada uma metodologia mista: constituição de *corpus* e julgamento de aceitabilidade/gramaticalidade. Os dados que compuseram o *corpus* foram, em sua maioria, coletados em textos disponíveis na Internet (em grande parte do gênero jornalístico, representado por notícias), e outros foram produzidos pela pesquisadora, levando em consideração o conhecimento linguístico de falante nativa de língua portuguesa.

<sup>4</sup> Para reunir esses verbos, Cançado (1995) utilizou como fonte de pesquisa um dicionário de verbos (BORBA, 1990); um dicionário de língua portuguesa (AURÉLIO, 1975); exemplos da tese de doutorado *Syntaxe des Verbes Psychologiques du Portugais* (OLIVEIRA, 1979); além de exemplos fornecidos pela própria autora. Essa seleção resultou no recorte de 300 verbos.

No tratamento dos dados coletados, observamos casos em que a construção perifrástica compunha um período composto (cf. (13a)). Para esses dados, fizemos algumas adaptações de maneira a convertê-los em oração absoluta (cf. (13b)), preservando a grade temática dos predicados, de forma a manter um padrão de construções para a análise. Além disso, sempre que possível, retiramos informações pessoais, como nomes de pessoas e empresas.<sup>5</sup>

- (13) a. A notícia foi dada pelo prefeito Jander Nunes Vidal (PSB) na semana passada em uma emissora de rádio, e causou preocupação entre os servidores.  
b. A notícia causou preocupação entre os servidores.

## 2. AS CONSTRUÇÕES PERIFRÁSTICAS DOS PREDICADOS PSICOLÓGICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Em muitas línguas, as construções perifrásticas são a única forma de expressão dos predicados psicológicos; em outras, como o Português Brasileiro, elas são uma das configurações possíveis de expressão desses predicados, o que nos possibilita assumir, com Arad (1998) e Landau (2010), que a interpretação semântica das construções perifrásticas contém as mesmas propriedades dos verbos plenos correspondentes.

Arad (1998), por exemplo, assume que formas incorporadas e não incorporadas de verbos ExpObj possuem a mesma estrutura de evento e a mesma estrutura sintática, as quais pertencem a três tipos:

- (i) locativa – *Paul a mis Marie en colère* (Lit.: ‘Paulo colocou Maria em raiva’).
- (ii) dativa – *This gives me a headache* (Lit.: ‘Isso me deu dor de cabeça’).
- (iii) causativa – *Paul made Nina angry* (Lit.: ‘Paulo fez Nina ficar nervosa’).

A autora considera que, em todos os tipos, os predicados possuem três argumentos – um locador/doador/causador (no original: *locator/giver/causer*), um locatário/alvo/causado (no original *locatum/givee/causee*) e um objeto alocado/dado (no original: *located/given object*) – e que o verbo leve da sentença é responsável por determinar qual o tipo de estrutura do predicado psicológico ExpObj, por exemplo, *give* ‘dar’ forma uma estrutura dativa (*give me fright* ‘me dar susto’), o verbo leve *made* ‘fazer’, uma causativa (*The news made Nina sad* – Lit.: ‘As notícias fizeram Nina ficar triste’), e *load* ‘carregar’ participa de uma estrutura locativa (*This loaded Nina with boredom* – Lit.: ‘Isso carregou [encheu] Nina com [de] aborrecimento’).

Quanto aos verbos ExpSuj, Arad (1998) considera que esses verbos são sempre estativos e assemelham-se a uma das estruturas dos predicados ExpObj, pois são, essencialmente, locativos. Nessa perspectiva, o Experienciador pode ou estar contido no estado mental ou ser o contêiner que é preenchido por um determinado estado, como ocorre no hebraico:

<sup>5</sup> O conjunto de dados que compõe o nosso *corpus* está disponível em Baron (2016), cujos resultados de pesquisa são os apresentados neste artigo.

- (14) a. *Ani be xarada / acabim.*  
*I at fear / nerves*  
*'I feel fear / I am nervous'.*  
 (Experienciador = 'coisa'; estado mental = contêiner)
- b. *Yesh bi paxad (mi xatulim).*  
*There is in me fear (of cats).*  
*'I am afraid of cats'.*  
 (Experienciador = contêiner; estado mental = 'coisa')

(ARAD, 1998, p. 229)

Arad (1998) ressalta que, em algumas línguas, como no gaélico escocês, os predicados ExpSuj não são verbais, mas são expressos por meio de nomes inseridos em construções locativas, como em (15a). Essa relação locativa presente nos verbos ExpSuj é idêntica à relação expressa por locativos 'físicos', como em (15b).

- (15) a. *Tha eagal orm.*  
*Be-present fear on me*  
*'I am afraid'*
- b. *Tha Calum anns a'gharradh.*  
*Be-present Calum in the Garden*  
*'Calum is in the garden'.*

(ARAD, 1998, p. 230)

A autora observa, ainda, que alguns verbos ExpSuj são expressos por meio de uma relação de posse (cf. (16)) e que a existência de uma relação entre posse e locação é reconhecida na literatura há bastante tempo (cf. KAYNE, 1993 *apud* ARAD, 1998).

- (16) *I have a great admiration for him.*  
 'Eu tenho uma grande admiração por ele'

(ARAD, 1998, p. 228)

Em uma comparação entre os verbos ExpSuj e os ExpObj, Arad (1998) argumenta que ambos os predicados psicológicos possuem uma natureza locativa; entretanto, essa natureza revela diferentes propriedades em cada predicado. Nos verbos ExpSuj, a locação é estativa, isto é, algo está em algum lugar. Já os verbos ExpObj exprimem uma locação não estativa, uma vez que algo é colocado em algum lugar. Esses dois tipos de relação locativa estão diretamente ligados à semântica de evento desses predicados: o verbo ExpSuj tem apenas uma eventualidade, que representa o estado em que se encontra o Experienciador, enquanto o verbo ExpObj é bieventual, sendo a eventualidade de percepção do estímulo (causa) a responsável pela eventualidade resultante do estado mental desencadeado pela percepção. Além disso, os verbos utilizados na formação desses predicados na forma não incorporada também expressam esse comportamento diferenciado, uma vez que, no inglês, os verbos ExpSuj são estativos, como *be* 'ser/estar' e *have* 'ter', e os ExpObj, são dinâmicos, como *turn* 'virar/tornar',

*put* ‘por/colocar’ e *give* ‘dar’. A mesma seleção ocorre com as preposições: verbos ExpSuj tendem a selecionar preposições estativas (por exemplo, *in/at* ‘em’) e verbos ExpObj, preposições dinâmicas (por exemplo, *into/onto/to* ‘para’).

Os dados que encontramos no *corpus* que constituímos para o PB mostram que, de fato, em um mesmo contexto, podemos encontrar a mesma informação sendo veiculada por uma perífrase (cf. (17a) e (18a)) e por uma construção com o verbo pleno correspondente (cf. (17b) e (18b)), o que nos possibilita assumir, seguindo Arad (1998) e Landau (2010), que a interpretação semântica das construções perifrásticas contém as mesmas propriedades dos verbos plenos correspondentes.

- (17) a. Regra de condomínio **causa frustração**.  
b. O desconhecimento da lei de parcelamento de solo **frustrou** o sonho da casa própria de moradores e futuros moradores do empreendimento Terra Nova Bauru.
- (18) a. A renovação de Licença de funcionamento de um grande hotel **causou um estremecimento** entre a prefeita e os vereadores do município.  
b. Renovação de licença de hotel **estremece** relação de prefeita com vereadores.

Para a descrição dos dados de construções perifrásticas com verbos psicológicos que compõem o *corpus* deste trabalho, sobre as quais discorreremos nas subseções seguintes, adotamos a classificação de Cançado (1995), já apresentada na seção 1.

## 2.1 Os predicados Experienciador-Sujeito

As construções perifrásticas dos predicados psicológicos ExpSuj, que, de acordo com Cançado (1995), compõem a classe de *temer* (classe 1), apresentam um padrão bastante consistente. O verbo leve utilizado para a formação desse tipo de estrutura, associado às mais diversas nominalizações psicológicas, é o verbo *ter* (cf. (19)-(21)), e as preposições que introduzem o argumento interno do nome são, na maioria dos casos, ‘por’ e ‘de’ (cf. (19)-(20)), tendo sido registradas poucas ocorrências de outras preposições (cf. (21)), como ilustramos a seguir:

- (19) a. Ele *tem* amor **por** João Pessoa.  
b. O nosso povo *tem* grande apreço **pela** liberdade.  
c. Nós *temos* o maior respeito **pelo** Brasil e suas leis.  
d. *Tenho* admiração **por** trabalho, dedicação e competência.
- (20) a. Você *tem* inveja **de** mim.  
b. Dunga não *tem* receio **de** demissão.  
c. Clube *tem* ambição **de** ganhar uma prova europeia.  
d. Ele não *tinha* temor **dos** homens.
- (21) a. A nossa sociedade *tem* rejeição à velhice.  
b. Ele *tem* repúdio **a** mim e à classe médica.  
c. Candidatos não *têm* respeito **com** o eleitor.

A decomposição dos predicados ExpSuj mostra que esses verbos formam predicados de apenas uma eventualidade estativa, na qual o verbo representa o estado psicológico em que o Experienciador, argumento 'x', se encontra. Adotamos a representação de estados de Rappaport e Levin (1998, p. 108) – [x < STATE>] – para analisar os verbos psicológicos ExpSuj:

(22) [x < STATE>] → [x < TEME>]; [x < AMA>]; [x < RESPEITA>]

Nas construções perifrásticas, o estado psicológico do Experienciador passa a ser atribuído pela nominalização e pelo verbo leve *ter*, que é responsável por representar a relação de posse do estado pelo Experienciador.<sup>6</sup>

Essa relação de posse presente nos predicados ExpSuj, expressa pelo verbo leve *ter* das construções perifrásticas, reforça a natureza locativa dos predicados psicológicos, visto que as noções de posse e de lugar podem ser intercambiáveis em contextos de predicação psicológica (comparem-se, por exemplo, *Joana tem depressão* com *Joana está em depressão*). Tomando como referência o trabalho de Kayne (1993), citado por Arad (1998), que atesta a existência de uma relação entre posse e locação, consideramos que os fatos acima sobre as construções perifrásticas com verbos ExpSuj no PB corroboram o pressuposto de Landau (2010) de que o Experienciador é um *locus* mental, de tal forma que a generalização procede tanto para os predicados ExpSuj quanto para os predicados ExpObj, descritos na próxima seção.

## 2.2 Os predicados Experienciador-Objeto

Os verbos ExpObj caracterizam-se por serem predicados causativos e de mudança de estado, no caso, causam a mudança de estado do Experienciador, que passa a estar em um estado psicológico específico. Consideramos que passar a um estado psicológico não é um processo instantâneo, pois o Experienciador sempre tem de perceber algo para atingir o estado resultante, o que caracteriza aspectualmente esses predicados como processos culminados, em que a culminação do processo é justamente a mudança de estado sofrida pelo Experienciador.

Pelo fato de grande parte das sentenças ter sido coletada em textos de gênero jornalístico, os dados apresentam algumas características particulares. Por exemplo, muitas construções perifrásticas possuem o verbo leve conjugado no tempo presente, o que, aparentemente, gera uma leitura estativa (cf. (23a) e (24a)). Observamos que esse tipo de construção é característico do gênero notícia, estando presente principalmente nos títulos dos textos, mas podemos reconhecer que o predicado não é de fato estativo, visto que, em alguns casos, o próprio texto fornece outra perífrase, em que a leitura estativa é anulada (cf. (23b) e (24b)):

6 A respeito da análise dos verbos psicológicos ExpSuj como [TER ESTADO], em que se configura uma relação de posse, V. também Cancado (2012).

- (23) a. Morte de professor em acidente **causa comoção** e indignação em São Luís.  
b. A morte dele **causou comoção** e indignação em milhares de pessoas.
- (24) a. Coleção da Arezzo com peles verdadeiras **causa fúria** de internautas e protetores de animais.  
b. Sapatos, bolsas e echarpes com pele de raposa e coelho, lã de ovelha e couro natural foram usados e **causaram a fúria** de internautas e de protetores dos animais.<sup>7</sup>

Outra característica presente nos dados dos predicados ExpObj refere-se ao fato de que, em muitas sentenças, o Experienciador não está foneticamente realizado:

- (25) a. Sumiço de avião causa comoção  $\emptyset$  na Indonésia.  
b. Superlotação de estádio em Feira de Santana causa susto  $\emptyset$  durante Bahia x Santos.

Mesmo não realizado foneticamente na sentença, o Experienciador é um argumento interno do nome que, assim como nos verbos, pode ser identificado pelo contexto. Por exemplo, podemos inferir que o Experienciador da sentença (25a) é ‘população’, ou algo semanticamente equivalente, como ‘moradores’, e, em (25b), o argumento Experienciador é ‘torcedores’, pois pode ser identificado pela realização de uma outra perífrase no próprio texto: ‘[...] uma superlotação no local causou susto em *torcedores*’. Como este trabalho também procura estabelecer uma descrição das preposições utilizadas para a introdução desse argumento, a maior parte dos dados apresentados, ao longo desta subseção, é constituída de perífrases em que o Experienciador é realizado.

A primeira, e maior, classe dos verbos ExpObj, proposta por Cançado (1995), é a de *preocupar* (classe 2). Os dados mostram que as construções perifrásticas dos predicados psicológicos dessa classe ocorrem, predominantemente, com o verbo leve *causar*. Quanto às preposições que introduzem o argumento Experienciador, prevalece o uso das preposições ‘em’ e ‘a’ (cf. (26) e (27)), mas também outras preposições como ‘para’, ‘de’ e ‘entre’ são constatadas, além da possibilidade de o Experienciador ser um pronome oblíquo (cf. (28)):

- (26) a. A notícia *causou* preocupação **nos** usuários de internet banda larga no país.  
b. A morte dele *causou* comoção e indignação **em** milhares de pessoas.  
c. O final *causou* frustração **em** parte do público.  
d. A mensagem *causou* abalo psicológico **na** estudante.  
e. Esta forma de exercício da medicina *causou* desinteresse **nos** profissionais mais jovens.  
f. A repercussão da entrevista do atual ministro da Casa Civil *causou* uma irritação **no** (nos membros do) seu partido.  
g. Todo esse marketing *causou* deslumbramento **no** grande público.  
h. Uma foto de Marte *causou* agitação **na** comunidade de astrólogos e ufologistas.  
i. A notícia bombástica *causou* agito **no** mundo da música.  
j. A decisão da semiestatal francesa de telefonia *causou* fúria **no** governo israelense.
- (27) a. A pergunta sobre a censura *causou* aborrecimento **ao** assessor de imprensa.  
b. Conduta da empresa *causou* aflição e traumas **ao** reclamante.  
c. A expedição dessa ordem *causou* decepção **a** todos nós.  
d. Relatos *causaram* encanto **a** muitos ouvintes do debate.

<sup>7</sup> A presença do artigo ‘a’ antes do nome ‘fúria’ também é uma evidência de que o predicado não é estativo, visto que ele contribui para eliminar a possível interpretação genérica do predicado, que está associada à leitura estativa.

- (28) a. A notícia *causou* preocupação **para** a comunidade escolar.  
 b. A péssima atuação da seleção *causou* decepção **para** os torcedores e também **para** muitos membros da imprensa esportiva.  
 c. O pronunciamento de Euclides Maciel *causou* preocupação **dos** parlamentares.  
 d. Medidas de racionamento causaram revolta **entre** pais e moradores.  
 e. As luzes, as bandeirinhas coloridas, as fantasias, as brincadeiras e, principalmente, a música e a dança **me causaram** tal encantamento.

De acordo com Cançado (1995), essa classe dos verbos ExpObj, diferentemente das outras duas, não permite que um argumento de papel temático Agente ocupe a posição de sujeito, sendo o papel temático de Causa o único possível. A amostra de dados acima favorece essa análise, visto que, em todas as sentenças, o sujeito é um argumento não agentivo, sendo uma Causa. Ressaltamos, entretanto, que, pelo fato de o levantamento de dados não ter sido exaustivo, não podemos afirmar categoricamente que os sujeitos desses predicados sempre são caracterizados pela não agentividade.

Apesar de as perífrases da classe de *preocupar* serem formadas predominantemente pelo verbo leve *causar*, essas construções também podem ser compostas pelo verbo leve *dar*, o que parece contrariar a previsão de que a falta de agentividade é o que caracteriza os verbos dessa classe, visto que o verbo pleno homônimo ‘dar’ seleciona, necessariamente, um argumento animado e agentivo para a posição de sujeito – temos, então, um cenário em que as propriedades do sujeito do verbo pleno são opostas às propriedades previstas para o sujeito da perífrase dos verbos da classe de *preocupar*. Todavia, como demonstram os dados abaixo, o verbo leve *dar* forma construções perifrásticas, mas, diferentemente, do verbo pleno, apresenta sujeitos não agentivos e não animados.<sup>8</sup>

- (29) a. Nenhum doente **me deu** preocupação séria.  
 b. Esta linha da Tim já **me deu** muito aborrecimento.  
 c. Essa foto **me deu** muita aflição.  
 d. Outras pessoas só **me deram** decepção.  
 e. Barcelona *deu* esperança e frustração **a brasileiro** na Liga dos Campeões.  
 f. A vida *deu* **a** cada um de nós diversos encantos.  
 g. Ele *deu* preocupação **para** o adversário.

O verbo leve *dar*, mesmo apresentando propriedades semelhantes ao verbo leve *causar*, não possui a mesma produtividade, já que, como podemos observar, das dezesseis nominalizações que formam perífrases com *causar*, em (26), (27) e (28), apenas seis também participam de construções com o verbo *dar* (cf. ‘preocupação’, ‘aborrecimento’, ‘decepção’, ‘frustração’, ‘aflição’ e ‘encanto’). Ainda que *dar* selecione, nessa classe, sujeitos com propriedades distintas dos sujeitos do verbo pleno, algumas propriedades se mantêm, por exemplo, a seleção das preposições ‘a’ e ‘para’ para introduzir o argumento preposicionado ou mesmo o uso de pronomes oblíquos, que são, tipicamente, características de construções bitransitivas com verbo pleno *dar*. Cabe ressaltar, ainda, que é possível identificar uma transferência de posse em *dar* (x dá a y = x causa que y tenha), o que pode corresponder

<sup>8</sup> É interessante observar que, em expressões idiomáticas formadas pelo verbo *dar*, como em ‘Maria deu pitaco na escolha da minha roupa’ e ‘João deu o bolo na Maria’, os sujeitos dos predicados ainda preservam o traço de agentividade, diferentemente do que ocorre com as perífrases dos predicados psicológicos, que podem ou não apresentar essa propriedade. Entretanto, em outros tipos de construção com nominalizações, a agentividade do sujeito não é observada, como no dado ‘João deu uma comida de mosca’, encontrado no trabalho de Scher (2004). Esse tema merece maior investigação, o que deixaremos para trabalhos futuros.

ao fato de os verbos se comportarem, em parte, como as perífrases ExpSuj em *ter*, e, em parte, como as perífrases ExpObj em *causar*.<sup>9</sup>

Outra subclasse dos predicados ExpObj proposta por Cançado (1995) é a de *acalmar* (classe 3), que representa a menor classe dos verbos ExpObj. Segundo a autora, a agentividade é responsável por definir as propriedades dos predicados dessa classe, o que, tematicamente, se reflete na possibilidade de o sujeito ser um Agente, além de uma Causa, como na classe 2. As construções perifrásticas referentes aos verbos dessa classe ocorrem apenas com o verbo leve *dar*, ou seja, diferentemente do atestado na classe de *preocupar*, os verbos *dar* e *causar* não concorrem, o que parece, portanto, refletir a natureza agentiva desses verbos, como proposto por Cançado (1995). Dessa forma, a seleção do sujeito desses predicados com o verbo leve *dar* preserva parcialmente propriedades do verbo pleno homônimo, pois, como uma das possibilidades, também permite sujeitos agentivos. Além disso, as preposições que introduzem o argumento Experienciador são as usadas nas construções bitransitivas de *dar*, ‘a’ e ‘para’, ou um pronome oblíquo representa esse argumento:<sup>10</sup>

- (30) a. Poucas trocas de técnico *deram* calma **ao** Furacão (time de futebol).  
b. Você **me** deu calma.  
c. Vendas antecipadas do café conilon *deram* tranquilidade **ao** produtor no ES.  
d. Conhecer o processo editorial *deu* serenidade **para** Vanessa.  
e. Os policiais *deram* tranquilidade e segurança **a** todos os presentes.

Uma situação bastante recorrente na classe de *acalmar* é o fato de que muitos verbos só possuem perífrases com leituras físicas – como ‘abrandar’, ‘reprimir’, ‘derrotar’ e ‘regenerar’ –, ou seja, perde-se o significado psicológico desses verbos, como ilustram as sentenças em (31).<sup>11</sup>

- (31) a. Crise causou abrandamento das emissões (de gases de efeito estufa).  
b. O movimento ocupou o escritório da presidência, o que causou repressão policial.  
c. Falta de preparação causou a derrota do Brasil.  
d. A injeção destas células por via muscular ou sistêmica causou regeneração dos músculos.

A última classe dos verbos ExpObj estabelecida por Cançado (1995) é a classe de *animar* (classe 4), caracterizada por apresentar propriedades tanto agentivas quanto não agentivas, ou seja, possui características das classes 2 e 3, o que possibilita que o argumento na posição de sujeito seja uma Causa ou um Agente. Os dados das construções perifrásticas, entretanto, nos permitem apontar que esses predicados possuem, de maneira geral, as mesmas características dos predicados não agentivos da classe 2, visto que, predominantemente, o verbo leve utilizado nessas construções é *causar*, e as preposições são ‘em’, ‘a’ e ‘para’, conforme podemos observar em (32).

9 Agradecemos a um dos pareceristas por essa observação final a respeito da semântica de transferência de posse embutida no verbo *dar*.

10 Na contramão do tipo de perífrase encontrado para os verbos dessa classe, o verbo ‘humilhar’, por exemplo, representa uma exceção, pois possui construções perifrásticas apenas com o verbo leve *causar*, e, além das preposições utilizadas com *dar*, a preposição ‘em’ também aparece para introduzir o argumento Experienciador, não tendo sido encontradas, no *corpus*, sentenças com ‘para’ em construções perifrásticas com a nominalização ‘humilhação’:

(i) O fato *causou* vexame e humilhação à artista plástica.  
(ii) A forma da dispensa **lhe** *causou* humilhação e abalo psicológico.  
(iii) O tratado *causou* choque e humilhação **na** população.

11 Leituras físicas são aquelas em que não se observa uma das três interpretações pertinentes aos predicados psicológicos, quais sejam: a de emoção, a de estados ou mudanças de estados mentais e a de atividade psíquica.

- (32) a. A foto *causou* animação **nos** fãs.  
 b. Essa mesma ideia *causou* animação e grandes expectativas **para** os fãs.  
 c. Um acidente em uma das atrações *causou* um verdadeiro susto **na** plateia e **nos** participantes.  
 d. Forte relâmpago *causou* susto à população.  
 e. A postura intelectual de Nina Rodrigues *causou* fascinação **em** Ortiz.  
 f. O fato sinistro e sanguinário *causou* fascínio à população.  
 g. A mensagem do Papa Francisco *causou* alegria em abundância **aos** participantes.  
 h. A grande movimentação de pessoas não *causou* intimidação **aos** bandidos.  
 i. A situação *causou* desencanto **aos** moradores da Rua Américo Brasileiro.

Assim como ocorre com os predicados da classe 2, na classe 4 algumas perífrases também podem ser formadas pelo verbo leve *dar*, como as construções com nominalização dos verbos plenos ‘animar’, ‘assustar’ e ‘confortar’, e, semelhantemente à classe 3, permitem uma leitura agentiva (cf. (33d,e)):

- (33) a. Festa das Tradições *deu* grande animação **a** São João de Areias.  
 b. A exportação de 6,6 mil toneladas de amêndoas de cacau *deu* novo ânimo **aos** cacauicultores baianos.  
 c. Avião derrapa na pista em Belém e *dá* susto **na** delegação do São Raimundo.  
 d. Pegadinha *dá* susto **em** aproveitadores de menores de idade.  
 e. Sua mãe sempre *te deu* conforto com um colo quentinho.

Com base nos dados das construções perifrásticas dos predicados psicológicos ExpObj no Português Brasileiro, podemos, portanto, estabelecer as seguintes generalizações descritivas quanto aos elementos que compõem esses predicados:

- (i) o verbo leve *causar* é o verbo predominante nas perífrases dos predicados das classes de *preocupar* e de *animar*, sendo possível também, em alguns casos, o uso do verbo *dar*;  
 (ii) as perífrases do tipo de *acalmar* são formadas, em sua maioria, pelo verbo *dar*;  
 (iii) o verbo leve *dar* é utilizado em predicados tanto com leitura não agentiva quanto com interpretação agentiva;  
 (iv) as construções perifrásticas com verbo leve *dar* selecionam, majoritariamente, as preposições ‘para’ e ‘a’, para introduzirem o argumento preposicionado, além de apresentarem de forma recorrente um pronome oblíquo como o argumento Experienciador;  
 (v) além das preposições selecionadas pelo verbo leve *dar*, as perífrases com verbo *causar* apresentam a preposição ‘em’ para introduzir o Experienciador.

Sabemos que os verbos psicológicos ExpObj submetem-se ao processo de alternância sintática, na qual o argumento Experienciador passa a ocupar a função de sujeito, como mostram os dados a seguir:

- (34) a. Cientista brasileiro se preocupou com a saúde e a qualidade de vida da população.  
 b. O povo se comoveu com sua saída.  
 c. Governo se decepcionou com amplitude da derrota de ontem.  
 d. Ele se fascinou com o pôr do sol.

Pelo fato de essas sentenças possuírem outra configuração sintática para seus argumentos, as construções perifrásticas desses predicados também são diferentes. Elas assemelham-se às perífrases dos verbos ExpSuj, pois são formadas pelo verbo leve *ter*:

- (35) a. Cientista brasileiro teve preocupação com a saúde e a qualidade de vida da população.  
 b. O povo teve comoção com sua saída.  
 c. Governo teve decepção com amplitude da derrota de ontem.  
 d. Ele teve fascínio com / pelo pôr do sol.

Com relação à bieventualidade dos predicados ExpObj (cf. representação semântica em (4), repetida em (36)), constatamos que a primeira eventualidade denota a causação – [x] representa o iniciador que causa a mudança de estado do argumento ‘y’, que passa a estar em um estado psicológico específico, como formalizado por Rappaport e Levin (1998, p. 108) para os processos culminados, e que a segunda eventualidade denota o estado psicológico resultante, representado, nas construções perifrásticas, pelo verbo *leve ter* seguido do nome psicológico.

- (36) [x CAUSE [ BECOME [ y <STATE>]]]

Concluimos, então, que a interpretação de estado está presente em todos os predicados psicológicos, pois, nos verbos ExpSuj, ela é a única eventualidade do predicado, e, nos verbos ExpObj, ela é a eventualidade resultante do evento causador. Além disso, as estruturas alternantes dos verbos ExpObj (cf. (35)), que mapeiam o Experienciador como sujeito, passam a ser compostas por apenas uma eventualidade, que é justamente um estado.

Como mencionamos anteriormente, o predicado psicológico estativo (predicado ExpSuj) está semanticamente relacionado à noção de posse e, por consequência, à noção de lugar. Pelo fato de constarmos que o estado também está presente em todas as configurações dos predicados psicológicos ExpObj, podemos apontar que todos os predicados psicológicos estão associados à semântica locativa, o que se caracteriza como propriedade semântica básica desses predicados, além de reforçar a hipótese de o argumento Experienciador ser uma locação, isto é, um *locus* mental (LANDAU, 2010).

### 3. ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES PERIFRÁSTICAS: NOMINALIZAÇÕES E VERBOS LEVES

As nominalizações presentes nas construções perifrásticas são as grandes responsáveis por manter a relação com os verbos psicológicos correspondentes. Isso porque uma “nominalização consiste num processo de associação lexical sistemática entre verbos e nomes” (BASÍLIO, 1980, p. 74 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 56) e, portanto, apresentam uma estrutura argumental, assim como os verbos. Com relação às nominalizações psicológicas, podemos identificar que são formadas, predominantemente, a partir do acréscimo de três sufixos: (i) -ção; (ii) -mento; e (iii) morfema *zero*:<sup>12</sup>

- (37) a. Afligir → Aflição  
 b. Comover → Comoção  
 c. Frustrar → frustração

<sup>12</sup> A formação de uma palavra por meio de um sufixo zero é conhecida na norma gramatical como derivação regressiva, pois, nesses casos, a desinência verbal e a vogal temática do verbo são suprimidas, e uma vogal (-a, -e, ou -o) é acrescida ao final da palavra, resultando em uma palavra menor que o verbo que deu origem a essa palavra (OLIVEIRA, 2014, p. 51).

- (38) a. Aborrecer → Aborrecimento  
b. Deslumbrar → Deslumbramento  
c. Estremecer → Estremecimento

- (39) a. Animar → Ânimo  
b. Desinteressar → Desinteresse  
c. Respeitar → Respeito

Além dos nomes deverbiais, em alguns casos, o nome psicológico é que dá origem ao verbo, o qual recebe o nome de verbo denominal e se forma a partir da junção de uma vogal temática verbal e uma marca de flexão verbal a um nome, podendo, também, ser acrescido de um prefixo (BASSANI, 2009). Por exemplo, os verbos ‘acalmar’, ‘atemorizar’ e ‘enciumar’ são derivados dos nomes psicológicos ‘calma’, ‘temor’ e ‘ciúme’, respectivamente.

As definições dos verbetes das nominalizações nos dicionários – “ato ou efeito de X”, em que X representa um verbo psicológico –, reforçam a ideia de que há uma relação estreita entre a nominalização e o verbo correspondente. Embora nem todos os nomes aceitem esse tipo de definição, acreditamos que os nomes psicológicos, como, por exemplo, ‘aflição’, que tem como definição “grande sofrimento; afligimento, agonia, angústia, desassossego, indisposição, inquietação”, também carregam as propriedades relacionadas aos verbos dos quais foram derivados.<sup>13</sup> Outra observação que podemos fazer a respeito dos nomes psicológicos é a de que alguns verbos possuem duas ou mais nominalizações, como, por exemplo, o verbo ‘encantar’, que possui os nomes deverbiais ‘encantamento’ e ‘encanto’ – um formado por derivação sufixal e outro, pelo morfema *zero* –, e ambos os nomes participam de construções perifrásticas (cf. (40)). Por outro lado, em alguns casos, mesmo quando o verbo apresenta duas nominalizações, apenas uma delas participa de perífrases (cf. (41)). Vale ressaltar, também, que muitos nomes psicológicos não participam de construções perifrásticas ou, pelo menos, não foram encontrados nessas construções em nossa amostra de dados.

- (40) a. A presença dos indígenas diante do estádio causou **encantamento** na maior parte dos turistas.  
b. Relatos causaram **encanto** a muitos ouvintes do debate.
- (41) a. Os policiais deram **tranquilidade** e segurança a todos os presentes.  
b. \*Os policiais deram **tranquilização** a todos os presentes.

As nominalizações, assim como os verbos, também possuem leituras aspectuais. Nas construções perifrásticas dos predicados psicológicos ExpSuj, as nominalizações são estativas, igualmente aos verbos plenos correspondentes, pois descrevem um estado que não se altera por um determinado período de tempo, e o verbo leve *ter* marca o fato de que o Experienciador possui um estado (cf. ‘admiração’ e ‘amor’, em (42)).

- (42) a. Tenho uma admiração especial pelo Brasil.  
b. As duas pessoas têm amor por elas próprias.

Quanto à leitura aspectual das perífrases dos predicados ExpObj, consideramos que as nominalizações

13 A definição para o nome ‘aflição’ foi retirada da versão digital do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=afi%C3%A7%C3%A3o>.

também são estativas, diferenciando-se, assim, dos verbos dos quais elas derivam, uma vez que eles são classificados, aspectualmente, como processos culminados. Essa distinção de análise entre o verbo e a nominalização reflete a representação eventiva bipartite própria desses predicados, na qual o processo descrito na primeira eventualidade é o causador do estado descrito pelo nome psicológico.

- (43) a. Polêmica do feriado no dia dos professores causou aborrecimento entre pais de alunos.  
b. O tom da matéria causou incômodo aos usuários da rede.

Nesses predicados ExpObj, a primeira eventualidade ('Polêmica do feriado no dia dos professores' e 'o tom da matéria') representa o processo que desencadeia o estado, isto é, a emoção resultante ('aborrecimento' e 'incômodo'), que, por sua vez, representa a segunda eventualidade desses predicados complexos. Uma evidência de que as nominalizações correspondem à parte estativa da decomposição desses predicados está no fato de que elas podem ser encontradas em perífrases com o verbo *ter*, cuja ocorrência é sistemática com predicados ExpSuj (estativos):

- (44) a. Os pais de alunos tiveram aborrecimento com a polêmica do feriado no dia dos professores.  
b. Os usuários da rede tiveram incômodo com o tom da matéria.

Consideramos, portanto, que os nomes psicológicos nas construções perifrásticas são sempre estativos. Baseamos essa análise no trabalho de Fábregas, Marín e McNally (2012) sobre as propriedades aspectuais das nominalizações psicológicas no espanhol, no qual os autores argumentam que todos esses nomes são estativos, pois se referem a estados psicológicos. Para comprovar essa análise, eles apresentam diversos testes que distinguem nomes estativos de nomes de eventos dinâmicos, mostrando que as nominalizações derivadas dos verbos psicológicos comportam-se como estativos. Um dos diagnósticos, por exemplo, refere-se ao fato de que nomes psicológicos podem aparecer, naturalmente, em construções como 'um estado de N', em que N é um estado (cf. (45a)), enquanto os nomes eventivos não ocorrem nesse tipo de construção, como em (45b):

- (45) a. *Un estado de {desesperación / obsesión / preocupación / sorpresa}*  
'Um estado de {desespero / obsessão / preocupação / surpresa}'  
b. *\*Un estado de {rodaje / discusión}*  
'\*Um estado de {filmagem / discussão}'

(FÁBREGAS; MARÍN; McNALLY, 2012, p. 172)

Outro teste utilizado por Fábregas, Marín e McNally (2012) é o de o nome poder ou não ser complemento da expressão 'dar muestras de': os nomes psicológicos são, mas os nomes que descrevem eventualidades dinâmicas não são compatíveis com essa expressão:

- (46) a. *Dio muestras de {desesperación / preocupación / sorpresa}*  
'Deu muestras de {desespero / preocupação / surpresa}'  
b. *\*Dio muestras de {rodaje / discusión}*  
'\*Deu muestras de {filmagem / discussão}'

(FÁBREGAS; MARÍN; McNALLY, 2012, p. 172)

Os autores mostram, ainda, que, diferentemente de nomes que denotam eventos, os nomes psicológicos não são compatíveis com predicados que selecionam eventos ou que produzem uma interpretação eventiva, por exemplo, os nomes psicológicos são inaceitáveis como sujeito de verbos que denotam propriedades de eventualidades dinâmicas, como ‘acabar’, ‘terminar’ e ‘parar’:

- (47) a. *Su {rodaje / operación} (ya) ha {terminado / acabado / parado}.*  
‘Sua {filmagem / operação} (já) tinha {terminado / acabado / parado}.’  
b. \**Su {arrepentimiento / sobresalto} (ya) ha {terminado / acabado / parado}.*  
‘\*Seu {arrepentimento / susto} (já) tinha {terminado / acabado / parado}.’

(FÁBREGAS; MARÍN; McNALLY, 2012, p. 170)

Do mesmo modo, contrariamente aos nomes eventivos, os nomes psicológicos não podem ser complemento de ‘durante’, visto que o estado psicológico não representa um processo.

- (48) a. *Durante {el rodaje / la operación}, no hagan ruido.*  
‘Durante a {filmagem / operação}, não façam barulho.’  
b. \**Durante su {aburrimiento / desesperación}, no hagan ruido.*  
‘\*Durante seu {aborrecimento / desespero}, não façam barulho.’

(FÁBREGAS; MARÍN; McNALLY, 2012, p. 171)

Julgamos que esses testes, que distinguem nomes eventivos de nomes estativos, também são válidos para o Português Brasileiro, e, portanto, é possível concluir que as nominalizações de predicados psicológicos constituem estados. Enquanto os predicados ExpSuj possuem apenas uma eventualidade, que já é a própria emoção do Experienciador, o estado psicológico (nominalização) nos predicados ExpObj é o resultado de uma eventualidade anterior, de natureza causativa.

Com relação à ocorrência dos verbos leves, a partir dos dados apresentados na seção 2, estabelecemos uma generalização descritiva segundo a qual o verbo *ter* ocorre nas construções em que o Experienciador é mapeado como sujeito (cf. (49a)), enquanto os verbos *causar*, predominantemente, e *dar*, nos predicados ExpObj (cf. (49b) e (49c), respectivamente) – o que é consistente com o desdobramento de *dar* em ‘causar ter’, com o possuidor como argumento interno:

- (49) a. Ela **tem** uma veneração pelo presidente muito grande.  
b. Os excessos de chuvas na região de Bagé **causaram** preocupação para os produtores.  
c. Estes anos de governação **deram**-lhe serenidade.

Ressaltamos, entretanto, que outros verbos leves, de forma menos produtiva, também aparecem nessas construções. Os predicados causativos (ExpObj), por exemplo, apresentam perífrases com os verbos *gerar*, *provocar*, *colocar*, *levar* e *trazer*, como ilustrado a seguir:

- (50) a. Adiamento das negociações nucleares **gera** decepção entre iranianos.  
b. Era espacial **gerou** fascínio e medo.  
c. Foto **provocou** comoção mundial.  
d. O Itáú **colocou** medo nos mais fracos.

- e. Um vazamento de amônia **levou** preocupação à comunidade searaense.
- f. Geada **trouxe** preocupação para os produtores de hortaliças.
- g. Uma falha de interpretação quanto ao horário de entrada na última prova **trouxe** aborrecimento a um atleta.

A questão suscitada pelos verbos leves refere-se à real natureza desses verbos, isto é, se eles são elementos meramente funcionais ou se contribuem semanticamente para a construção do predicado, ou seja, se também são elementos predicadores. Por essa razão, cabe-nos estabelecer o estatuto do verbo leve nas perífrases dos predicados psicológicos, tomando por base trabalhos que abordam essa questão em diferentes construções perifrásticas.

O termo verbo leve, originalmente, designa um tipo de verbo tematicamente vazio, cuja função é a de fornecer informações gramaticais ao nome que possui informações semânticas, e com o qual ele forma um predicado complexo. Alguns trabalhos, como os de Scher (2004) e de Gonçalves *et al.* (2010), vêm mudando a perspectiva de análise desses verbos, mostrando que eles não são, exclusivamente, elementos possuidores de informações gramaticais.<sup>14</sup>

Gonçalves *et al.* (2010), cujo trabalho tem por objetivo descrever e analisar propriedades de construções perifrásticas, formadas por verbos leves e nomes deverbais no português europeu, argumentam que os verbos leves são predicados, visto que eles não são elementos meramente funcionais, isto é, não fornecem apenas informações gramaticais nem se comportam como verbos auxiliares. Essa análise está pautada em diferentes argumentos, entre os quais se destaca o fato de os verbos leves poderem preservar a estrutura argumental do verbo pleno correspondente:

- (51) a. O João deu *uma gravata* **ao pai**.  
b. O João deu *um abraço* **ao pai**.
- (52) a. O Pedro já teve *dois peixes vermelhos*.  
b. O Pedro já teve *uma conversa interessante com o professor*.

(GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 452, grifo dos autores)

Os dados em (51) mostram que o verbo leve *dar* (cf. (51b)) preserva a estrutura argumental do verbo pleno (cf. (51a)), que possui três argumentos, e o verbo leve *ter* da sentença em (52b) é um predicado de dois lugares, assim como o seu verbo pleno correspondente em (52a).

Nas construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro, o verbo leve *dar*, presente em construções ExpObj, é um verbo de três lugares, assim como no português europeu,

<sup>14</sup> O trabalho de Scher (2004) analisa as construções com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada* no Português Brasileiro e constata, em consonância com outros autores, como Diesing (1998, 2000 *apud* SCHER, 2004), que o verbo leve não contribui apenas com informações gramaticais, visto que as propriedades semânticas desses verbos são relevantes para a interpretação de todo o predicado. Dessa forma, a interpretação dessas construções com verbo leve é constituída composicionalmente, pois, além da nominalização em *-ada*, o verbo leve *dar* compõe o significado da estrutura. Por exemplo, o efeito diminutivizador que estruturas com verbo leve *dar* e nominalização *-ada* geram, como em 'João deu uma caminhada / estudada / passeada', não é licenciado se for utilizado um verbo leve diferente de *dar* (cf. (i)) ou se o verbo leve *dar* estiver relacionado com uma nominalização de outra natureza (cf. (ii)), o que ressalta a importância dos dois elementos na composição semântica da estrutura.

(i) \*João fez uma caminhada / um estudo / passeio.  
(ii) Deu uma explicada / \*Deu uma explicação

(SCHER, 2004, p.104)

preservando, portanto, a grade argumental do verbo pleno correspondente:

- (53) a. Sua saúde física também **lhe** deu *preocupação*. (Classe 2)  
b. Gol deu *tranquilidade* **ao Inter**. (Classe 3)  
c. Bronca do técnico após goleada para o Botafogo deu *novo ânimo* **para o elenco**. (Classe 4)

O verbo leve *ter*, utilizado nas perífrases referentes aos verbos ExpSuj, também apresenta uma estrutura argumental semelhante ao verbo pleno, com dois argumentos:

- (54) a. **Algumas pessoas** têm *amor por você*.  
b. **Você** tem *inveja de mim*.

Outro fator responsável pela análise dos verbos leves como um predicado, segundo os autores, é o fato de esses verbos também serem responsáveis pela seleção semântica do argumento externo. Essa propriedade diferencia os verbos leves (cf. (56)) dos verbos auxiliares (cf. (55)), pois estes não contribuem com a seleção semântica argumental:

- (55) a. João tinha empurrado o carro que estava estacionado.  
b. A chuva tinha empurrado o carro que estava estacionado.
- (56) a. O João deu um empurrão ao carro que estava estacionado.  
b. \*A chuva deu um empurrão ao carro que estava estacionado.

(GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 453)

Nos dados em (55), o verbo pleno ‘empurrar’ é o responsável pela seleção do argumento externo, que pode ser especificado tanto com o traço [+animado] (cf. (55a)) quanto com [-animado] (cf. (55b)). Nessas construções, *ter* é um verbo auxiliar e, portanto, é exclusivamente responsável por carregar informações gramaticais, como tempo e número. Já na construção perifrástica, o argumento externo só pode ser especificado para o traço [+animado] (cf. (56a)), o que mostra que, mesmo tendo o nome ‘empurrão’, que deriva do verbo pleno, a seleção do argumento externo, de acordo com os autores, segue as propriedades de seleção semântica do verbo leve *dar*.

Com relação às perífrases psicológicas, notamos que, contrariamente ao atestado por Gonçalves *et al.* (2010), o argumento externo da construção perifrástica com verbo leve *dar* também pode ser especificado com traço [-animado], como nos exemplos a seguir:

- (57) a. Essa foto me deu muita aflição. (Classe 2)  
b. A vantagem no marcador dava calma à equipe. (Classe 3)  
c. Vendas antecipadas do café deram tranquilidade ao produtor no ES. (Classe 4)

As perífrases com verbo leve *dar* dos predicados psicológicos no Português Brasileiro, portanto, comportam-se de maneira distinta do português europeu, pois permitem um sujeito [-animado]. Essa propriedade também é responsável por marcar uma diferença entre as construções perifrásticas e as construções com o verbo pleno homônimo no Português Brasileiro, pois estas últimas só permitem um argumento [+animado] e agentivo na posição de sujeito, o que mostra que o verbo leve, juntamente com a nominalização, também interfere na seleção dos argumentos do predicado, no caso, a do argumento externo.

Gonçalves *et al.* (2010) apontam, também, que os verbos leves preservam parte do significado e da estrutura dos verbos plenos correspondentes. O verbo *dar*, por exemplo, possui um argumento *y*, que está na posse de um argumento *x* e é transferido para um argumento *z*, por meio de uma ação intencional de *x*. Nesse cenário, portanto, o verbo *dar* apresenta, como parte da sua estrutura semântica: um controlador, que também é uma *causa*; uma mudança de lugar; e uma transferência de *y* para *z* (cf. DOWTY, 1979; BUTT e GEUDER, 2001 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2010), a qual, na visão dos autores, é preservada pelo verbo leve, como ilustrado em (58):

- (58) a. (O João)<sub>x</sub> deu (uma gravata)<sub>y</sub> (ao pai)<sub>z</sub>.  
 b. (O João)<sub>x</sub> deu (um abraço)<sub>y</sub> (ao pai)<sub>z</sub>.  
 c. (O João)<sub>x</sub> deu (muitas preocupações)<sub>y</sub> (ao pai)<sub>z</sub>.

(GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 453)

Estendendo essa estrutura semântica prototípica do verbo *dar* à sentença (59c) – que representa o tipo de construção perifrástica em análise neste trabalho –, atestamos que o argumento ‘muitas preocupações’ é possuído por ‘João’, o qual, por ser o controlador, transfere-o, intencionalmente, para o argumento ‘o pai’, resultando, assim, em uma mudança de lugar do elemento transferido. Acreditamos, entretanto, que essa análise para as construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro com verbo leve *dar* não é plenamente válida. Em primeiro lugar, como mencionamos anteriormente, em razão de o argumento externo dessas construções em português também admitir a especificação de traço [-animado] (cf. (57)), a presença de um controlador nesse tipo de estrutura passa a ser opcional, visto que o argumento externo só terá essa propriedade se ele for [+animado] e se ele agir intencionalmente, considerando que esse argumento nos predicados psicológicos também pode ser [+animado] e ser não intencional. Ainda com relação às propriedades do argumento externo dos predicados psicológicos, constatamos que ele, mesmo quando não se caracteriza por ser um controlador, sempre é uma *causa*, pois a primeira eventualidade desse tipo de predicado, representada pelo argumento externo, desencadeia o estado psicológico resultante de um argumento *z*. Além disso, consideramos que as construções perifrásticas com o verbo leve ‘dar’ em predicados psicológicos (cf. (58c)) não se caracterizam como um processo de transferência – tal como o verbo pleno homônimo –, pois não há nem a transferência de um objeto material (cf. ‘uma gravata’, em (58a)) nem a transferência do resultado de uma ação (cf. ‘abraço’, em (58b)).

Com base nessas considerações, podemos dizer que a evidência de que o verbo leve *dar* preserva parte do significado do verbo pleno correspondente é falha para as construções perifrásticas de verbos psicológicos no Português Brasileiro. Os dados no Português Brasileiro, contudo, nos permitem analisar esse verbo leve a partir de uma nova perspectiva. Como mostram as construções perifrásticas dos predicados psicológicos, o verbo leve *dar* pode ocorrer, de forma geral, no mesmo tipo de estrutura em que o verbo leve *causar* aparece, como ilustrado pela sentença em (59a), que apresenta a mesma estrutura argumental e semântica da construção com o verbo leve *dar*, em (59b).

- (59) a. (O título do livro)<sub>x</sub> (me)<sub>z</sub> causou (preocupação)<sub>y</sub>.  
 b. (Propostas)<sub>x</sub> (me)<sub>z</sub> deram (muita preocupação)<sub>y</sub>.

Pelo fato de esses predicados ExpObj serem causativos, *causar* é, por excelência, o verbo formador dessas construções, e o verbo leve *dar*, nessas estruturas, assume grande parte das propriedades do verbo causativo (veja-se a interpretação de *dar* como ‘causar ter’, já mencionada anteriormente), o que justifica o fato de esse verbo não apresentar propriedades semânticas do verbo pleno *dar*, como, por exemplo, a de não haver transferência de um argumento, além de explicar a possibilidade de esse verbo leve também selecionar argumentos externos com traço [-animado] (cf. (57)), uma vez que o verbo *causar*, pleno e leve, admite um argumento externo com esse traço. Nas construções perifrásticas do Português Europeu, Gonçalves *et al.* (2010) não apontam o verbo *causar* como um verbo leve formador das perífrases, mas analisam o verbo leve *fazer* (cf. (60)), o qual é um predicado causativo que implica mudança de estado do argumento benefactivo preposicionado, exclusivamente, sob a forma dativa (preposição ‘a’), cujas propriedades também podemos encontrar no verbo leve *causar* (cf. (61a)):

(60) O Pedro fez muita aflição / impressão às crianças.

(GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 453)

(61) a. A conduta da empresa causou aflição ao reclamante.  
b. Essa foto me deu muita aflição.

A sentença em (60), que é uma construção perifrástica com predicado psicológico, é marginal no Português Brasileiro, embora o emprego do verbo leve *fazer* possa ser evidenciado mais naturalmente em perífrases como *fazer medo*, *fazer raiva*. Percebemos, entretanto, que esse tipo de construção se manifesta preferencialmente com os verbos leves *causar* ou *dar* (cf. (58a) e (58b), respectivamente), o que mostra que, no Português Brasileiro, esses verbos leves são predicados causativos, que possuem um argumento, que sofre uma mudança de estado, no caso, o Experienciador (‘reclamante’ e ‘me’). Essa situação reforça o fato de que o verbo leve *dar*, nesse tipo de construção, assume propriedades de um predicado causativo e deixa de exibir algumas propriedades do verbo pleno correspondente. Ressaltamos que, diferentemente das construções no Português Europeu com verbo leve *fazer*, no Português Brasileiro, o argumento preposicionado de predicados causativos não aparece apenas na forma dativa, podendo ser introduzido por outras preposições, como ilustrado abaixo:

(62) A elevação da barragem causou aflição **na** população.

Quanto às propriedades semânticas do verbo pleno *ter* (cf. (63a)), que também são manifestas pelo verbo leve, Gonçalves *et al.* (2010) o caracterizam como um verbo com dois argumentos, correspondendo às entidades que entram em uma relação de posse/localização. A única diferença entre o verbo pleno e o leve, segundo os autores, é que, na construção perifrástica, a preposição que introduz o sintagma preposicionado é determinada pela grade argumental do nome, isto é, em (63b), por exemplo, a preposição ‘com’ é selecionada pelo nome ‘conversa’, e não pelo verbo leve *ter*.

(63) a. O Pedro tem uma casa no campo.  
b. O Pedro teve uma conversa importante *com* os pais.

(GONÇALVES *et al.*, 2010, p. 453)

Essas propriedades arroladas pelos autores para o verbo *ter* também são compartilhadas pelas perífrases dos predicados psicológicos, uma vez que os dados em (64), por exemplo, mostram que as diferentes preposições utilizadas para introduzir o sintagma preposicionado – ‘por’ e ‘de’, em (64a) e (64b), respectivamente – são distintas da preposição usada na construção com verbo pleno (cf. (63a)), de forma que as nominalizações (‘respeito’ e ‘receio’) são as responsáveis por selecionar a preposição.

- (64) a. As pessoas não tem muito respeito *pelo* próximo.  
b. Professores têm receio *de* demissões.

A seleção da preposição que introduz o argumento Experienciador nos predicados com verbo leve *causar* não é realizada exclusivamente pela nominalização ou pelo verbo leve, visto que, como podemos estabelecer pelos dados em (65) abaixo, a preposição na primeira construção é selecionada pelo nome ‘revolta’ (cf. a revolta **de** moradores com o comentário), enquanto em (65b) a preposição ‘em’ pertence à estrutura verbal (cf. X causa Y **em** Z). No caso de ter sido selecionada pelo nome, esperaríamos que a preposição fosse a mesma utilizada em (65a) (cf. a revolta **dos** pais com a creche). Essa não homogeneidade quanto à seleção das preposições mostra que o verbo leve e o nome compartilham propriedades predicadoras e que ambos participam da seleção e da projeção dos argumentos preposicionados do predicado.

- (65) a. O comentário de uma juíza nas redes sociais causou revolta **de** moradores e vereadores de Peruíbe.  
b. Creche de São Paulo causa revolta **nos** pais.

Em suma, Gonçalves *et al.* (2010), assim como Scher (2004), argumentam que, devido ao fato de tanto os verbos leves quanto as nominalizações serem influentes na determinação das propriedades das construções perifrásticas, ambos formam um predicado complexo. Com base nas observações feitas em relação às perífrases dos predicados psicológicos no Português Brasileiro, verificamos que: (i) os verbos leves preservam a estrutura argumental dos verbos plenos correspondentes; (ii) os verbos leves interferem na seleção do argumento externo, como no caso do verbo *dar*; e (iii) os verbos leves também são responsáveis pela seleção da preposição. Com isso, concordando com Scher (2004) e Gonçalves *et al.* (2010), acreditamos que os verbos leves, juntamente com as nominalizações, constituem, portanto, predicados complexos nas construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro.

#### 4. A HIPÓTESE DO EXPERIENCIADOR LOCATIVO E A ESTRUTURA SINTÁTICAS DAS PERÍFRASES PSICOLÓGICAS

Landau (2010) propõe que todo Experienciador é cognitivamente um *locus* mental, mas apenas nos predicados em que esse argumento ocupa a posição de objeto, ele é gramaticalmente um locativo, isto é, um argumento oblíquo.<sup>15</sup> O autor argumenta, ainda, que as construções perifrásticas dos predicados psicológicos representam uma evidência favorável a esse pressuposto, pois o Experienciador,

15 Neste artigo não desenvolvemos a hipótese de que os Experienciadores são locativos pelo viés da linguística cognitiva, mas apontamos que é possível estabelecer relações com trabalhos que, mesmo em linhas teóricas distintas, desenvolvem, em comum, propostas conceituais para os eventos linguísticos, a partir das relações semânticas espaciais de lugar, e, portanto, corroboram a proposta de que o Experienciador é um *locus* mental (Jackendoff, 1983; Lakoff e Johnson, 1999; Huelva Unternbäumen, 2015). Para uma aproximação a esses trabalhos, V. Baron (2016).

nesse tipo de construção, é sempre oblíquo. Além de Landau (2010), o trabalho de Arad (1998) também propõe, mesmo que de forma distinta, uma análise locativa para os predicados psicológicos, e também estende sua pesquisa às construções perifrásticas, o que reforça nossa proposta de que as perífrases compartilham as mesmas propriedades semânticas dos verbos psicológicos plenos. A autora propõe que todos os predicados ExpSuj são essencialmente locativos e que os predicados ExpObj possuem três possíveis tipos de construções, sendo a construção locativa uma delas, na qual o argumento Experienciador pode tanto ser a ‘coisa’ que está localizada em um estado quanto pode ser um contêiner em que um estado está localizado. Entretanto, com base nos dados das perífrases do Português Brasileiro, podemos constatar que o argumento Experienciador é sempre a locação que contém o estado psicológico, visto que ele é o argumento preposicionado.

Para investigarmos a hipótese gramatical locativa de Landau (2010) nas construções perifrásticas dos predicados psicológicos, focamos nossa análise nas preposições, que possuem o Experienciador como complemento, e nos verbos leves formadores dos predicados. Vimos que, nas perífrases dos predicados psicológicos ExpObj no Português Brasileiro, as principais preposições responsáveis por introduzir o Experienciador são ‘em’, ‘para’ e ‘a’, as quais, tipicamente, possuem como complemento sintagmas locativos (cf. ‘casa’ e ‘universidade’, em (66)), tais como os que ocorrem com os verbos de localização (cf. (66a)) e de movimento (cf. (66b)):

- (66) a. João está em casa.  
b. João foi para / à universidade.

Outra preposição, menos recorrente, mas registrada no nosso *corpus* de perífrases de verbos psicológicos do português é ‘entre’ (cf. (67)), que também possui um sentido locativo bastante característico, o que reforça a análise do Experienciador objeto como *locus* mental, além de codificá-lo gramaticalmente como um argumento oblíquo.

- (67) a. Esta notícia causou preocupação geral **entre** os presentes.  
b. A notícia causou decepção e indignação **entre** os produtores italianos.  
c. Medidas de racionamento causaram revolta **entre** pais e moradores.

Além das preposições, os verbos que compõem as construções perifrásticas também são fundamentais para determinar as propriedades semânticas da estrutura. As perífrases dos predicados ExpSuj, como foi descrito na subseção 2.1, são constituídas pelo verbo leve *ter*, que, assim como o seu verbo pleno correspondente, está relacionado à semântica de posse, por sua vez estritamente ligada à noção de lugar (cf. ARAD, 1998; GONÇALVES *et al.*, 2010), o que reforça a hipótese de que todos os Experienciadores são locativos. Salientamos que essa relação de posse também está presente nos predicados ExpObj, pois, como vimos anteriormente, esses predicados são bieventivos, em que a segunda eventualidade é estativa. Além disso, essa propriedade semântica da eventualidade estativa relacionada à posse, e, conseqüentemente, à noção de lugar, parece ser a caracterização semântica básica dos verbos ExpObj (e de todos os psicológicos), pois, na estrutura alternante intransitiva, o predicado passa a ter apenas uma eventualidade (‘João se preocupou muito’), que é justamente o estado, o qual, quando expresso perifrásticamente, é construído pelo verbo leve *ter* (‘João teve muita preocupação’), o que enfatiza a natureza locativa do Experienciador.

Assim como a presença do verbo leve *ter* dos predicados ExpSuj reforça a ideia locativa para os Experienciadores, o uso do verbo *colocar* nas construções perifrásticas dos predicados ExpObj (cf. (68)), mesmo que periféricamente, também é outra evidência que favorece essa análise, visto que o verbo pleno correspondente é, essencialmente, um verbo locativo.

- (68) a. O Itaú **colocou** medo nos mais fracos.  
b. Ela nunca me **colocou** medo.

Com base na descrição das construções perifrásticas dos predicados psicológicos no Português Brasileiro que apresentamos neste trabalho, concluímos que, em todas as ocorrências desses predicados, temos uma eventualidade estativa: os predicados ExpSuj são constituídos por apenas uma eventualidade, que é justamente um estado; os predicados ExpObj transitivos caracterizam-se por serem bieventivos, em que a segunda eventualidade é o estado resultante do processo causativo descrito na primeira eventualidade; e a estrutura alternante intransitiva dos predicados ExObj deixa de apresentar a eventualidade causativa e passa a exibir apenas o estado. A partir desse cenário, em que o estado está sempre presente nos predicados psicológicos, e seguindo a proposta principal do trabalho de Viñas-de-Puig (2014), apresentada a seguir, consideramos que a estrutura estativa é a estrutura básica desses predicados no Português Brasileiro.

Em uma análise do comportamento dos predicados de Experienciador com verbo leve (PEVL) no castelhano e no catalão, Viñas-de-Puig (2014) propõe que todos os PEVL, assim como os predicados com verbo pleno, possuem uma estrutura básica, de interpretação estativa, como nas sentenças em (66):

- (69) a. *Me dan asco las ratas.* (Castelhano)  
'Os ratos me dão asco'.  
b. *Em fan por els comentaris racistes.* (Catalão)  
'Os comentários racistas me assustam'.

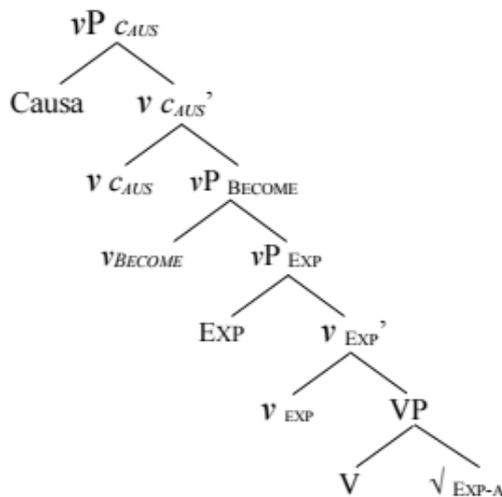
(VIÑAS-DE-PUIG, 2014, p. 167 e 171, grifo nosso)

As sentenças acima ilustram o padrão das construções estativas com verbo leve nessas línguas, que, segundo o autor, possuem o argumento Experienciador com Caso dativo (*me* e *em fan*) realizado na posição de sujeito. A partir dessa configuração dos argumentos e baseando-se no trabalho de Marín e Sánchez Marco (2012 *apud* VIÑAS-DE-PUIG, 2014), que propõe que o significado do verbo inclui o significado do nome, no caso, o significado estativo, Viñas-de-Puig (2014) estabelece a seguinte estrutura básica para os predicados psicológicos:

- (70) Estrutura experienciadora básica



(74):



(VIÑAS-DE-PUIG, 2014, p. 181)

Segundo Viñas-de-Puig (2014), a projeção eventiva ‘ $vP_{BECOME}$ ’ é responsável por introduzir uma estrutura incoativa, a qual podemos associar à estrutura alternante intransitiva dos predicados psicológicos ExpObj, como em ‘João se preocupou’, e só a partir da adição da projeção funcional ‘ $vP_{CAUS}$ ’ ligada à projeção ‘ $vP_{BECOME}$ ’, que o predicado passa a ter um argumento Causa.

Ressaltamos que, diferentemente da proposta de Viñas-de-Puig (2014), que parte da ideia de que os predicados psicológicos ExpObj possibilitam as interpretações estativas e eventivas, nossa pesquisa não analisa as possíveis construções perifrásticas estativas dos predicados ExpObj no Português Brasileiro. Mesmo assim, pelo fato de considerarmos que todas as construções psicológicas têm uma eventualidade estativa, como mencionado anteriormente, adotamos a análise de que os predicadores psicológicos possuem uma estrutura estativa básica e que as estruturas eventivas são o resultado da adição de projeções funcionais, que são responsáveis por introduzir as interpretações causativa e de mudança de estado aos predicados psicológicos ExpObj. Outro aspecto relevante dessa estrutura para o nosso trabalho refere-se à proposta de o nome psicológico – argumento Experiência na nomenclatura do autor – e o verbo pleno possuírem a mesma origem, a raiz  $\sqrt{EXP-A}$ , pois, com essa configuração, as construções perifrásticas e as construções com verbo pleno possuem a mesma sintaxe, em termos das projeções argumentais, o que corrobora a ideia de que os dois tipos de construção carregam as mesmas propriedades semânticas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das construções perifrásticas no Português Brasileiro nos permitiu constatar que a formação das construções ExpSuj, que são estativas, exibem como padrão o verbo leve *ter*. Os predicados ExpObj, de forma geral, apresentam, como os seus principais formadores, os verbos leves *causar* e *dar*, os quais, por mais que possam aparecer como concorrentes em alguns contextos, possuem propriedades semânticas distintas. O verbo *causar* é utilizado, generalizadamente, em contextos não

agentivos, nos predicados das classes de *preocupar* e de *animar*, as quais, segundo Cançado (1995) possuem propriedades determinadas pela leitura não agentiva. Na classe de *preocupar*, levando em consideração o nosso *corpus*, que não pretendeu ser exaustivo, o verbo *dar* só constitui predicados semanticamente, não agentivos, enquanto, na classe de *animar*, ele foi encontrado em algumas estruturas de interpretação agentiva. Na contramão dessas duas classes, tem-se a classe de *acalmar*, que possui, nas construções perifrásticas encontradas no *corpus*, apenas o verbo leve *dar*, tanto em estruturas agentivas quanto não agentivas. Por mais que essa classe apresente predicados agentivos e não agentivos, assim como a classe de *animar*, concordamos com o argumento de Cançado (1995) de que esses predicados têm as suas propriedades definidas pela agentividade, do que decorre a utilização do verbo leve *dar*, pois ele apresenta mais propriedades agentivas que o verbo *causar*. Embora nossa análise não tenha o alcance necessário para determinar com exatidão as propriedades semânticas de cada classe dos predicados ExpObj, nossos dados apontam algumas características importantes de cada classe, a partir do diagnóstico oferecido pelos verbos leves das estruturas.

Este trabalho, nos permitiu, também, estabelecer que os verbos leves das construções perifrásticas no Português Brasileiro têm propriedades seletivas e formam um predicado complexo com os nomes psicológicos, uma vez que eles colaboram para a formação estrutural e argumental dos predicados de que participam, e não fornecem informações estritamente gramaticais. Além disso, a natureza dos componentes das construções perifrásticas – verbo leve e preposição – evidenciam a hipótese locativa de Landau (2010) para os predicados psicológicos.

## REFERÊNCIAS

- Arad, M. (1998). *VP-Structure and the Syntax-lexicon interface*. Tese de Doutorado. London, University College London.
- Baron, P. (2016). Uma Investigação sobre a Natureza Locativa dos Predicados Psicológicos no Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB-PPGL.
- Bassani, I. (2009). *Formação e Interpretação dos Verbos Denominais no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- Cançado, M. (1995). *Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IEL.
- Cançado, M. (2012). Verbos psicológicos: uma classe relevante gramaticalmente? In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, vol. 16, nº 2, pp. 1-18.
- Fábregas, A.; Marín, R.; McNally, L. (2012). From psych verbs to nouns. In: Demonte, V.; McNally, L. (Org.). *Telicity, change, and state: A cross-categorial view of Event structure*. Oxford: Oxford University Press, p. 162-185.

Gonçalves *et al.* (2010). Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. In: Brito *et al.* (Org.). *Textos selecionados do XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 449-464.

Huelva Unternbäumen, E. (2015). From primary metaphors to the complex semantic pole of grammatical constructions. In: *Language and Cognition*, 7, p. 68-97.

Jackendoff, R. (1983). *Semantics and Cognition*. Cambridge: MIT Press.

Kato, M.; Nascimento, M. do (orgs.) *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Lakoff, G; Johnson, M. (1999). *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books.

Landau, I. (2010). *The locative syntax of experiencers* (Linguistic Inquiry Monographs 53). Cambridge, MA: MIT Press.

Levin, B.; Rappaport, M. (2005). *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, UK.

Naves, R. *Aspectos Sintáticos e Semânticos das Estruturas com Verbos Psicológicos*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1998.

Naves, R. *Alternâncias Sintáticas: Questões e Perspectivas de Análise*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2005.

Oliveira, D. (2014). *Nominalizações no Português Brasileiro: Estrutura argumental, formação e morfossintaxe*. Tese de Doutorado. Brasília: Unb.

Rappaport, M.; Levin, B. (1998). Building Verb Meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Org.). *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford, CA: CSLI Publications, p. 97-134.

Scher, A. (2004). *As Construções com o Verbo Leve DAR e as Nominalizações em -ada no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

Viñas-de-Puig, R. (2014). Predicados psicológicos y estructuras com verbo ligero: del estado al evento. In: *Revista de Linguística Teórica y Aplicada*, 52 (2), p. 165-188.